

**MIRIAN JAQUELINE TOLEDO SENA SEVERO**

**MULHERES ASSENTADAS E COOPERADAS (RE)CONSTRUINDO  
CAMINHOS: Trajetórias de vida e experiências de empoderamento**

DOURADOS – 2010

**MIRIAN JAQUELINE TOLEDO SENA SEVERO**

**MULHERES ASSENTADAS E COOPERADAS (RE)CONSTRUINDO CAMINHOS:  
Trajetórias de vida e experiências de empoderamento**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.  
Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientadora: Profa. Dr.<sup>a</sup> **Alzira Salete Menegat**.

DOURADOS – 2010

**MIRIAN JAQUELINE TOLEDO SENA SEVERO**

**MULHERES ASSENTADAS E COOPERADAS (RE)CONSTRUINDO  
CAMINHOS: Trajetórias de vida e experiências de empoderamento**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

**Aprovada** em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

Presidente e orientadora:

Alzira Salete Menegat (Dr.<sup>a</sup> UFGD) \_\_\_\_\_

2<sup>a</sup> Examinador:

João Carlos de Souza (Dr. UFGD) \_\_\_\_\_

3<sup>a</sup> Examinadora:

Cristiani Bereta da Silva (Dr.<sup>a</sup> UDESC) \_\_\_\_\_

*Aos homens e, especialmente às mulheres  
assentadas que nos permitiram adentrar seu  
universo e compartilhar de suas experiências.*

## AGRADECIMENTOS

Ao final desta caminhada, gostaria de agradecer às pessoas que fazem parte da minha história e que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho; assim, agradeço tanto àquelas que me proporcionaram contribuições acadêmicas como também àquelas sem as quais a vida não teria sentido.

Agradeço, em especial, a Prof<sup>a</sup>. Dra. Alzira Salete Menegat que com sabedoria, paciência, dedicação e carinho me forneceu orientações para a construção deste trabalho; a Prof<sup>a</sup>. Dra. Marisa de Fátima Lomba de Farias pelas contribuições nos estudos de gênero; ao Prof. Dr. João Carlos de Souza pelo apoio as questões metodológicas; ao Prof. Dr. Eudes Fernando Leite pelo carinho e pelas contribuições teóricas; enfim, a todos os professores e professoras do programa de mestrado.

Ao professor Rodrigo Casali e às professoras Viviane Scalon Fachin, Tânia Regina Zimmermann e Márcia Medeiros da UEMS – unidade de Amambai, pelo incentivo e contribuições em minha trajetória acadêmica.

À minha família, especialmente ao meu esposo e companheiro que esteve ao meu lado durante esses anos me fornecendo incondicionável apoio. Agradeço pela colaboração em todos os momentos deste trabalho, pela companhia nas viagens aos assentamentos e pelo término das entrevistas, no momento de minha terceira gravidez. Aos meus filhos Leonardo e Luana pelos dias de minha ausência e ao Lucas que veio ao mundo durante essa caminhada.

Ao meu pai, que durante sua trajetória de vida humilde não teve a oportunidade de cursar uma faculdade.

Agradeço também a FUNDECT, pela concessão da bolsa de auxílio à pesquisa.

*Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem [...] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens e as mulheres que a história quer capturar [...] (grifo nosso).*

*Marc Bloch*

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a participação das mulheres nos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz, situados no município de Amambai/MS, no âmbito da esfera privada e, especialmente pública na intenção de descobrir, registrar e dar visibilidade as suas atuações nestes lugares. Direcionamos a presente pesquisa para o estudo de um grupo de seis mulheres, as quais estão envolvidas hoje nas diversas instâncias representativas da COOPERFAMILIAR (Cooperativa de agricultura familiar dos assentamentos) que vão desde a presidência, suplência, à participação enquanto associadas. Assim, trabalhamos na perspectiva de gênero e “empoderamento”, com análises e reflexões acerca dos múltiplos papéis assumidos pelas mulheres no interior dos assentamentos, os quais engendram “velhas” e “novas” relações sociais de gênero nestes espaços. Destacamos o processo de lutas, participações e organizações coletivas das mulheres, como: o Grupo de Mulheres, da Farinheira e da Cooperativa com vistas a compreender a importância e o sentido dessas ações para si, a família e as comunidades que pertencem. Por meio das metodologias de História Oral (entrevistas) e do uso de Trajetórias de Vida buscamos conhecer partes da história de vida das seis mulheres cooperadas que compreenderam acontecimentos anteriores ao período de assentamento, como a infância, o processo migratório, o ingresso no movimento de luta pela terra até chegar as suas novas experiências no pós-assentamento: as participações nos grupos coletivos, principalmente na Cooperativa. Também pudemos vislumbrar a construção do processo de empoderamento das mulheres cooperadas.

Palavras-chave: Assentamentos. Mulheres cooperadas. Empoderamento.

## ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze the participation of the women at Guanabara and Sebastião Rosa da Paz settlements, located in the city of Amambai/MS, privately and, especially publicly tending to find out, to register and to clarify their intentions about those places. We focus this research on a group of six women, who are involved today in several representative instances of COOPERFAMILIAR (Cooperative of familiar agriculture of the settlements) whose its range comes from the presidency, substitution, and the participation as associated. This way, we work on the perspective of gender and “empowerment”, with analyses and reflections about many roles played by the women into the settlements, which produce old and new social relations of gender in these spaces. We point out the process of fights, participations and collective organizations of the women, as: The flouring and the cooperative women group, tending to comprehend the importance and the meaning of these actions for themselves, for the family and for the community whose they belong. By the Oral History methodologies (interviews) and by using the trajectories of life, we aimed to know parts of the life story of the six cooperated women that happened before their settlements, as their youth, their migratory process, their beginning in the fight for land until their new experiences in the process after their settlements: the participation in collective groups, mainly in the Cooperative. We could also admire the construction of the process of empowerment of the cooperated women.

Key-words: Settlements. Cooperated women. Empowerment.

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> – Localização dos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz .....	41
<b>Mapa 2</b> – Assentamento Sebastião Rosa da Paz: sistema de produção coletiva .....	46
<b>Mapa 3</b> – Assentamento Sebastião Rosa da Paz: após o término do sistema de produção coletiva .....	51
<b>Mapa 4</b> – Distância dos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz das sedes municipais de Amambai e Juti .....	76

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Constituição da COOPERFAMILIAR na primeira gestão .....	118
<b>Quadro 2</b> – Constituição da COOPERFAMILIAR na segunda gestão .....	181

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 01</b> – Visita do senador Eduardo Suplicy ao Acampamento Dorcelina Folador atualmente Assentamento Sebastião Rosa da Paz – outubro de 2000 .....	58
<b>Foto 02</b> – Aparecido Dorce no Acampamento Guanabara em 2001 após pescaria .....	61
<b>Foto 03</b> – Barraco de Aparecido Dorce com peixes pendurados no Acampamento Guanabara em 2000 .....	61
<b>Foto 04</b> – Cesta de alimentos fornecida pelo Programa de Segurança Alimentar (2001) Acampamento Dorcelina Folador .....	62
<b>Foto 05</b> – Primeira missa no Acampamento Dorcelina Folador em 2001 .....	64
<b>Foto 06</b> – Dona Maria e Vera Lúcia no barraco do Acampamento Dorcelina Folador ano de 2000 .....	66
<b>Foto 07</b> – Luizão, Vera Lúcia, Eduardo Suplicy e Zé Tavares - reunião em Brasília ano de 2000 .....	67
<b>Foto 08</b> – Vera Lúcia e o senador Eduardo Suplicy – reunião em Brasília ano de 2000 .....	67
<b>Foto 09</b> – Chegada do casal Ademar e Zoraide ao Assentamento Sebastião Rosa da Paz 27/07/2001 .....	69
<b>Foto 10</b> – Construção do barraco de Zoraide e Ademar no Assentamento Sebastião Rosa da Paz – 31/07/2001 .....	70
<b>Foto 11</b> – Sítio de Clarice, Assentamento Guanabara (antiga moradia) – 20/06/2009 ...	74
<b>Foto 12</b> – Residência atual de Clarice em reforma – Assentamento Guanabara (20/06/2009) .....	74
<b>Foto 13</b> – Leila e filha no Assentamento Guanabara durante o momento em que faziam a limpeza de um frango caipira – 20/06/2009 .....	83
<b>Foto 14</b> – Produtos da COOPERFAMILIAR na 1ª Feira Estadual de Sementes Crioulas a Produtos Orgânicos/2005 .....	111
<b>Foto 15</b> – Grupo de Mulheres na 5ª Feira Estadual de Sementes Crioulas em Juti/MS – 05/07/2009 .....	113
<b>Foto 16</b> – Zoraide, irmã Lucinda e Leila na 5ª Feira Estadual de Sementes Crioulas em Juti/MS – 05/07/2009 .....	113

<b>Foto 17</b> – Zoraide no momento de fala aos/as agricultores/as familiares na 5ª Feira Estadual de Sementes Crioulas – 05/07/2009 .....	114
<b>Foto 18</b> – Curso de derivados de leite em 2005 na casa de Maria Eliane – Assentamento Sebastião Rosa da Paz .....	117
<b>Foto 19</b> – Leila e Clarice na fabricação da farinha de mandioca no quintal do sítio de Clarice – Assentamento Guanabara no dia 14/11/2009 .....	139
<b>Foto 20</b> – Leila no processo de secagem para a fabricação da farinha biju – Assentamento Guanabara no dia 14/11/2009 .....	139
<b>Foto 21</b> – Primeira Eucaristia de Wilson no barraco da Igreja em 2002 – Assentamento Guanabara .....	172
<b>Foto 22</b> – Capela Nossa Senhora Aparecida - Assentamento Guanabara no dia 11/10/2009	174
<b>Foto 23</b> – Missa realizada na Capela Nossa Senhora Aparecida Assentamento Guanabara no dia 11/10/2009 .....	174
<b>Foto 24</b> – Participação das mulheres cooperadas na Festa de Nossa Aparecida no dia 11/10/2009 – Assentamento Guanabara .....	174
<b>Foto 25</b> – Festa de Nossa Aparecida no dia 11/10/2009 – Assentamento Guanabara .....	174

## LISTA DE ANEXOS

<b>ANEXO A</b> – Letra da música “Terra Prometida” de Adolfo Henrique Alves, morador do Assentamento Guanabara .....	210
<b>ANEXO B</b> – Mapa do Assentamento Guanabara .....	212
<b>ANEXO C</b> – Relação de Projetos de Assentamentos criados no Estado de Mato Grosso do Sul (de 1984 a 30/12/2009) .....	213
<b>ANEXO D</b> – Autorização Ambiental concedida em 30/07/2002 ao Assentamento Guanabara pelo Governo do Estado de MS – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo/SEMACT .....	217
<b>ANEXO E</b> – Termo de Audiência da dissolução do Coletivo.....	218
<b>ANEXO F</b> – Ata de Assembleia Geral de Constituição da COOPERFAMILIAR (02/07/2005) .....	220
<b>ANEXO G</b> – Estatuto Social da COOPERFAMILIAR .....	228
<b>ANEXO H</b> - Ata de Assembleia da COOPERFAMILIAR (31/10/2009) .....	244

## SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS .....	09
LISTA DE QUADROS .....	10
LISTA DE FOTOS .....	11
LISTA DE ANEXOS .....	13
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
1. Apresentação dos sujeitos .....	20
1.1. “Sujeitos femininos” .....	22
2. Fontes e metodologia .....	26
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>A CONSTRUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS SOCIAIS: OS ASSENTAMENTOS GUANABARA E SEBASTIÃO ROSA DA PAZ</b> .....	35
1.1. Um breve olhar sobre a questão agrária em Mato Grosso do Sul e a emergência de novos sujeitos .....	36
1.2. O Assentamento Guanabara: breve histórico .....	42
1.3. O Assentamento Sebastião Rosa da Paz: algumas considerações .....	44
1.3.1. O Coletivo .....	46
1.3.2. Mulheres no Coletivo? .....	49
1.3.3. O fim do Coletivo... ..	50
1.4. Vida nos acampamentos através de imagens .....	56
1.5. A participação das mulheres na organização dos acampamentos .....	65
1.6. A vida de homens e mulheres nos assentamentos: a luta pela permanência na terra ..	68
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>MULHERES ASSENTADAS: NOVAS PRÁTICAS EM BUSCA DE TRASFORMAÇÕES SOCIAIS</b> .....	82
2.1. Relações de gênero na agricultura familiar: história, trabalho e políticas de reforma agrária .....	82

2.2. Do mundo privado a organização da COOPERFAMILIAR .....	93
2.2.1. Grupo de Mulheres .....	95
2.2.2. A participação das mulheres na formação da COOPERFAMILIAR.....	100
2.3. Os discursos e as representações sobre as mulheres assentadas.....	124
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>TRAJETÓRIAS DE VIDA: EXPERIÊNCIAS, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DAS</b>	
<b>MULHERES COOPERADAS .....</b>	
3.1. Experiências vividas: da infância ao acampamento .....	142
3.2. Do acampamento ao assentamento .....	144
3.3. Vidas e percursos trilhados nos assentamentos .....	162
3.4. O processo de empoderamento: atuações na COOPERFAMILIAR .....	167
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	
Olhares sobre viveres de mulheres assentadas nos projetos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz .....	177
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES</b>	
Bibliografia .....	189
Fontes Consultadas (Entrevistas).....	204
Fontes Documentais.....	206
Internet .....	207
<b>ANEXOS .....</b>	<b>209</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a participação feminina nos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz, situados no município de Amambai, no Estado de Mato Grosso do Sul, procurando observar as atuações das mulheres nesses lugares, no âmbito da esfera privada e, especialmente, nas atividades públicas. A intenção é descobrir e registrar suas participações nos assentamentos e compreender o significado e a importância de suas ações para si, a família e as comunidades<sup>1</sup> que pertencem.

Assim, no âmbito dos dois assentamentos optamos<sup>2</sup> por um recorte, estudar as mulheres que atuam na COOPERFAMILIAR – Cooperativa de Agricultura Familiar, fundada em 10 de fevereiro de 2005 e que são mulheres assentadas nos projetos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz.

A COOPERFAMILIAR é composta por homens e mulheres dos dois assentamentos que definimos como espaços de estudo, mas congrega ainda pessoas do Assentamento Padre Adriano Van de Vem, da Aldeia Jarará e também de agricultores e agricultoras do município de Juti. Essa Cooperativa possui ao todo vinte associados/as, sendo que treze participam do quadro de formação. Desses, seis são mulheres assentadas que estão envolvidas em diversas instâncias representativas, que vão desde a presidência, a suplência e à participação na condição de associadas. Contam com orientações e apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), através do trabalho da irmã Lucinda Moretti.

---

<sup>1</sup> É preciso tecer algumas considerações sobre o uso do conceito de comunidade neste trabalho. Utiliza-se o conceito de comunidade nos assentamentos para os grupos que desenvolvem práticas coletivas e de organização comunitária, como o Grupo de mulheres e da Cooperativa, pois na perspectiva de Peruzzo, a comunidade constrói características “comunitaristas” inovadoras que são percebidas na: “Passagem de ações individualistas para ações de interesse coletivo, desenvolvimento de processos de interação, a confluência em torno de ações tendo em vista *alguns* objetivos comuns, constituição de identidades culturais em torno do desenvolvimento de aptidões associativas em prol do interesse público, participação popular ativa e direta e, maior conscientização das pessoas sobre a realidade em que estão inseridas”. Ver: PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. *Revista do Programa de Pós-Graduação Cáspes Líbero*. São Paulo. V. 12, n. 24, dez. de 2009, p. 139-152. (Informações obtidas no site: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewPDFInterstitial/6790/6132>>. Acesso em 22/04/2010 às 22 horas e 30 minutos).

<sup>2</sup> Compartilhando do pensamento de Farias (2002) optei por escrever este texto dissertativo na primeira pessoa do plural, por compreender que a construção do conhecimento é coletiva, uma vez que dialogo com homens e mulheres, sujeitos dessa pesquisa e com vários/as teóricos/as que através de suas reflexões forneceram aporte para a construção deste trabalho. No entanto, alguns momentos foram pessoais, os quais exigiram a escrita dos verbos na primeira pessoa do singular.

A opção por trabalhar com mulheres cooperadas e assentadas em projetos de assentamentos de reforma agrária, instalados nos assentamentos de Amambai, também partiu da necessidade de compreender os processos coletivos, ou seja, as ações coletivas em busca de mudanças. Assim, tivemos o objetivo de analisar se as atuações das mulheres cooperadas configuram-se em pressupostos de empoderamento no sentido de “[...] um processo que demanda alterações nas relações de poder” (CORDEIRO, 2006, p. 151).

Nesse contexto, o presente trabalho de pesquisa, realizado com as mulheres, foi organizado através de entrevistas semi-estruturadas<sup>3</sup>, na intenção de compreender o grau de suas participações, os tipos de atividades/atuações que desempenham nos assentamentos. Ao mesmo tempo, analisamos a importância do exercício dessas atividades com a finalidade de descobrir se elas contribuem ou não para a transformação de suas vidas e de suas famílias, especialmente, no que diz respeito a uma maior autonomia como mulheres e trabalhadoras. A proposta foi trazer à tona as experiências das mulheres assentadas, sem desvinculá-las das relações sociais/gênero/poder, tecidas nas redes de relacionamentos intra e interfamiliares.

Para compreender o objetivo proposto estudamos os espaços sociais em que as mulheres vivem, acompanhando suas trajetórias, seja nos momentos de acampamentos, nos assentamentos e em outros espaços por elas ocupados, especialmente da cooperativa, compreendendo as possibilidades de mudanças nas relações de gênero.

A escolha dos espaços e do tema deve-se, primeiramente, a minha trajetória acadêmica. O contato com as teorias da história nos anos como acadêmica do curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Câmpus de Amambai, e, posteriormente, no Mestrado em História da UFGD, “abriu caminhos e possibilidades” para o conhecimento e a investigação científica. No curso de Graduação, juntamente com a professora/pesquisadora Viviane Scalon Fachin, iniciei o contato com mulheres e homens dos assentamentos rurais do município de Amambai (MS) e nos diversos momentos de atuação

---

<sup>3</sup>“As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados”. BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Net. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2, n. 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <[http://www.emtese.ufsc.br/3\\_art5.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf)>. Acesso em 23 de jun. 2009 às 19 horas e 20 minutos.

nos assentamentos, como bolsista de iniciação científica (PIBIC/UEMS/CNPQ), tive a oportunidade de estreitar laços com os sujeitos investigados. No entanto, não se tratou de laços afetivos, mas sim de respeito pelo “outro”<sup>4</sup> e de curiosidade em desvendar suas múltiplas dimensões. Sobre minha trajetória acadêmica é relevante acrescentar que o ingresso tanto na Graduação em História na UEMS/Amambai, quanto no Mestrado na UFGD/Dourados se deu em situações adversas, com alguns contratempos. Na época, ano de 2004, iniciei as atividades acadêmicas ao final de junho, mas com ajuda de professores/as do curso consegui completar todas as disciplinas, terminando no prazo, ano de 2007. No final deste mesmo ano, após a defesa do trabalho de conclusão de curso, prestei o processo de seleção para o Mestrado. Meu sonho de ingressar no mestrado era tanto, que no final de ano resolvi ir a UFGD para conversar com uma mestranda que estava pesquisando sobre mulheres agricultoras, temática de meu interesse. Quando cheguei, ela estava em aula e, então, parei em frente à porta, olhei atentamente para todos/as naquela sala, admirando-os/as por alguns instantes. O professor João Carlos de Souza estava na sala. Eu não o conhecia pessoalmente, apenas de nome. Passei, naquele instante, a sonhar e me perguntar se eu teria condições um dia de estar ali, sentada naquela sala. Instantes depois, um dos alunos abriu a porta e todos começaram a sair, foi então que conversei com “Celinha”, uma das mestrandas e, posteriormente com João Carlos. Realizei o processo seletivo e fui selecionada. Que surpresa! Após um mês de aulas, no mestrado, uma pequena cirurgia e em consequência, problemas de saúde e a perda de um semestre. Todavia, recuperei e estou aqui para agradecer ao programa da Universidade Federal da Grande Dourados e em especial a quatro pessoas: Elvis Leonardo Sena Severo, meu companheiro que sempre me deu força e coragem para levar adiante meus sonhos/objetivos; Márcia Maria de Medeiros (UEMS), minha estimada amiga que me acolheu em sua casa, na cidade de Dourados, durante o tempo que precisei frequentar as aulas; ao professor Eudes Fernando Leite, na época coordenador do programa e a Alzira Salete Menegat, orientadora, pessoas maravilhosas que me apoiaram durante aquela fase, permitindo meu afastamento. Também quero agradecer a FUNDECT (Fundação de Apoio, Ciência e Tecnologia) que mesmo sabendo das minhas condições forneceu bolsa de auxílio à pesquisa.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Utilizamos esse termo para definir as diferenças culturais que existem entre os vários grupos que compõem a sociedade e os assentamentos. Para maiores informações sobre o assunto ver: SILVA; Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

<sup>5</sup> Durante o mestrado fui contemplada com bolsa da FUNDECT através do Edital N°04/2007, com duração de 24 meses e também com fomento de infra-estrutura por meio do Edital FUNDECT/CAPES N° 03/2008 – PAPOS.

Compreendemos que a aproximação entre pesquisadora e sujeitos investigados possibilitou compartilhar de suas várias experiências, normalmente, ligadas à luta pela terra. Nessa trajetória adotamos as recomendações de Paul Thompson (1992) ao falar da necessidade dos/as entrevistadores/as mostrarem interesse e respeito pelas reações e opiniões dos/as entrevistados/as. Nesse diálogo, o que mais nos chamou a atenção nos assentamentos foi às atuações das mulheres, o que elas denominam de “luta”, seja pela conquista da terra, pela permanência nela ou pela busca de participação social.

No “ir e vir” aos assentamentos, nos contatos com as famílias assentadas “ouviam-se” histórias sobre o grupo das mulheres e sobre a atuação delas na Cooperativa que haviam organizado e isso despertou meu interesse, visto que os estudos sobre mulheres sempre me instigaram. Na perspectiva de Marc Bloch (2001), o simples gosto pelo tema tornar-se-ia digno de pesquisa. Compartilhando do mesmo pensamento de Bloch, o gosto pelo tema é central em qualquer pesquisa. O interesse pelos estudos de gênero, no meu caso é anterior ao ingresso na universidade, pois mesmo sem conhecimento do significado do termo gênero, já observava questões de diferenças no meu próprio contexto social. Todavia, o interesse por esta temática está direcionado a propósitos outros, como:

- 1) tornar visível a experiência das mulheres assentadas em suas múltiplas atuações;
- 2) contribuir com a historiografia sul-mato-grossense, com estudos na área de gênero;
- 3) propor reflexões que ampliem as análises a respeito das desigualdades de gênero através de um “novo olhar” sobre a vida de homens e mulheres nos espaços dos assentamentos;
- 4) compreender em que sentido as mulheres cooperadas e assentadas estão construindo novas relações sociais e tornando-se elas próprias novos sujeitos.

A pesquisa tem como eixo principal descortinar as ações das mulheres nos assentamentos, deixando emergir suas histórias de luta e participação. No entanto, não se trata simplesmente de incluí-las na história, mostrando que atuaram tanto quanto os homens, mas “[...] de se reconhecer a diferença dentro da diferença, apontando que *mulher e homem* não constituem simples aglomerados; elementos como cultura, classe, etnia, geração [...] devem ser ponderados [...] através de pesquisas específicas [...]” (MATOS, 2002, p. 15).

Partilhamos das reflexões apontadas por Matos, visto que é preciso considerar a diversidade de homens e mulheres no processo histórico, na intenção de conhecer suas inter-

relações, para evitar cair em uma perspectiva essencialista<sup>6</sup>. Essa mesma autora ainda alerta para a importância na compreensão das relações sociais entre mulheres e homens, relações que são estabelecidas, construídas e desconstruídas. Partindo dessa perspectiva, tais relações serão analisadas neste trabalho pela categoria gênero.

Entendemos gênero na concepção de Joan Scott (1990), por se basear em uma perspectiva relacional. Nessa ótica, pretendemos estudar as mulheres assentadas em suas relações sociais nos diversos espaços dos assentamentos, considerando os comportamentos femininos e masculinos, construídos, social, cultural e historicamente. Assim para Scott, é preciso questionar como as relações entre homens e mulheres foram construídas em cada momento histórico. A categoria gênero proposta por Scott abre novas possibilidades para se pensar, estudar e compreender como as relações sociais foram “gendradas”<sup>7</sup>.

Na intenção de melhor compreender tais relações nos assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz, apresentamos algumas informações acerca dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa.

## **1. Apresentação dos sujeitos**

Os sujeitos desta pesquisa são homens e mulheres migrantes<sup>8</sup>, procedentes de vários estados brasileiros, dentre eles: São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Sergipe e Minas Gerais. Sujeitos errantes, heterogêneos, com histórias de vida diferenciadas, que procuram na terra o seu (re)enraizamento. Nessa perspectiva, a terra configura-se no que é expresso por Borges (1997), como ponto de partida e de chegada para sujeitos, como destacaremos ao longo do presente estudo.

Compartilhando das reflexões de Borges (1997) e procurando compreender as chegadas, saídas e retornos das mulheres e de sua relação com a terra, e com isso entender o

---

<sup>6</sup> Crença na existência das coisas em si mesmas, não exigindo qualquer atenção ao contexto em que existem. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/E/essencialismo.htm>>. Acesso em 29 de jun. 2009 às 22 horas e 05 minutos.

<sup>7</sup> O termo “gendradas” é utilizado aqui na concepção de gênero como construção simbólica, ou seja, para compreender o processo de construção das mulheres e dos homens nas sociedades. Nesse sentido, partimos de reflexões e análises de pesquisadoras/es do gênero como Judith Butler que “[...] busca compreender a produção discursiva [...] dessa relação binária, e sugerir que certas configurações culturais do gênero assumem o lugar do “real” e consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem-sucedida.” (BUTLER, 2008, p. 58)

<sup>8</sup> É necessário pensar a migração além de seus aspectos econômicos, pois nela estão contidos fatores culturais, sociais e políticos. Para melhores esclarecimentos sobre o processo de migração no início do terceiro milênio, ver: MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

processo de formação, construção e transformação de suas identidades, que ao longo de suas vidas e de suas andanças, contatos, experiências com pessoas e/ou grupos, tendeu-se a mudanças, permitindo a construção de novos sujeitos.

As mulheres e homens de nossa pesquisa estiveram, juntamente com suas famílias, “excluídos” socialmente por determinado período, e na luta pela terra foram inseridos no processo produtivo. Esses “excluídos”, expropriados<sup>9</sup> da terra configuram-se em trabalhadores/as rurais, camponeses/as<sup>10</sup>, bóias-frias, ex-arrendatários, ex-pequenos proprietários, trabalhadores/as urbanos/as, desempregados/as rurais e urbanos/as. São grupos de pessoas heterogêneas, com uma média de 44 anos, que se encontram vivendo nos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz, no município de Amambai. Identificados aqui como sujeitos sociais: mulheres e homens que se submetem a situações difíceis, precárias e imprevisíveis na busca pela permanência em um pedaço de terra.<sup>11</sup>

Os estudos da pesquisadora Fachin (2002)<sup>12</sup> sobre a gênese dos assentados do Guanabara e Sebastião Rosa da Paz demonstraram que há grupos que não apresentam relação direta com a terra. Nesse contexto, as considerações de Bergamasco, Ferrante e D’Aquino (1990) tornam-se relevantes quando dizem que não é possível pensar os sujeitos da reforma agrária como sujeitos homogêneos, mas pensá-los pela história da expropriação, uma vez que seus ancestrais (avós, bisavós) tiveram vínculos com a terra.

---

<sup>9</sup> Na concepção de Martins, os processos de expropriação e exploração dos/as trabalhadores/as merecem ser vistos sob a óptica da articulação do capital: “[...] O capital é essa força que procura expropriar o lavrador [...] que, ao invés do lavrador trabalhar livremente para si mesmo, passe a trabalhar para ele, capital, como acontece com os operários [...] o capital, de fora de sua existência, invade seu mundo, procura arrancá-lo da terra, procura transformá-lo num trabalhador que não seja proprietário de nada além da força dos braços [...]” (MARTINS, 1991, p. 16-17)

<sup>10</sup> Segundo Martins (2009) e Woortman (1997) quando se fala de camponeses/as é preciso pensar na tríade dos elementos: terra, trabalho e família que são indissociáveis e que passam a estabelecer a organização social, econômica e cultural desse grupo social. Assim, pelas considerações desses autores, é que se evidencia nos assentamentos, principalmente no Guanabara, a presença de homens e mulheres camponesas.

<sup>11</sup> Verificamos esse processo no período de acampamento, pois as famílias viveram em situações precárias com problemas de moradia, alimentação, transporte e saúde. No caso do Acampamento Dorcelina Folador (atualmente Sebastião Rosa da Paz), houve até mesmo situações de violência com os “empregados” do proprietário da fazenda. Já nos assentamentos consolidados observamos a permanência de antigos problemas, existentes na época de acampamento, como: transporte, educação e saúde, além de outros, como as novas dívidas pela perda da lavoura. Para ir à cidade mais próxima, Juti, por exemplo, os/as moradores/as necessitam da “carona” de algum parente, amigo, vizinho e/ou conhecido devido não haver empresa que faça transporte coletivo. Em relação à saúde há um posto apenas no Assentamento Guanabara para atender a população dos dois assentamentos, funcionando uma vez por semana.

<sup>12</sup> Um dado importante é que a maioria dessas pessoas antes de se tornarem assentadas tinha ocupações na cidade. De acordo com dados do Relatório Técnico da professora Viviane Fachin, o Assentamento Guanabara apresenta 56% de pessoas procedentes da zona urbana e 44% da zona rural. O Assentamento Sebastião Rosa da Paz apresenta 57% das pessoas procedentes da zona urbana e 43% da zona rural. (FACHIN, 2002, p. 37)

Observamos que nos assentamentos de nosso estudo, ocorre o que demonstra Martins, trabalho, terra e família como componentes fundamentais e combinados na vida de homens, mulheres e crianças camponesas, o que revela a preservação de um modo de vida camponês, pois a família trabalha sua pequena propriedade, no caso o lote, cultivando produtos de subsistência como: feijão, milho e mandioca e o excedente é comercializado com a finalidade de adquirir renda para a compra de outros produtos que não são produzidos no local. Assim, o trabalho da família na pequena propriedade constitui segurança para todos, principalmente para os filhos que serão os herdeiros.

Destarte, para apreendermos essas vivências, experiências de homens e mulheres que vivem nos espaços de assentamentos, optamos por trabalhar com a “memória”, uma vez que a análise das falas, gestos, emoções e/até mesmo do “não dito” desses sujeitos, podem “revelar” algo sobre seu passado-presente. Por isso, fizemos alusão às reflexões de memória apontadas pelo sociólogo Halbwachs (2006), por ele entendida como um “trabalho de relembrar”, que envolve a memória individual e a coletiva. Nesse sentido, no estudo com a memória, seguimos as recomendações de Halbwachs, tendo o cuidado de compreender que a memória individual não está totalmente isolada e fechada, pois os sujeitos ao rememorem o passado recorrem a lembranças de outros, ou seja, às experiências vivenciadas que compartilharam com um grupo social, em determinado tempo e espaço.

### **1.1. “Sujeitos femininos”**

Os sujeitos de nosso estudo são femininos, são mulheres assentadas, protagonistas de espaços sociais, com atuações expressivas que nem sempre foram percebidas, seguindo uma história de invisibilidades como aquela apontada por Perrot (2007) quando diz que as mulheres na história foram imaginadas, representadas ao invés de serem descritas ou contadas. Por muito tempo, pairou sobre elas o silêncio, como se “[...] estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento” (2007, p. 16). No entanto, como retirá-las dos acontecimentos se elas nunca deixaram de fazer parte deles?

Na história de construção dos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz, as mulheres confirmaram atuação em diferentes espaços. Suas presenças se fizeram sentir desde a fase de acampamento, na construção de barracos, na organização doméstica e na

coordenação dos acampamentos estendendo-se para os assentamentos, quando foi preciso organizar a produção, a casa, os arredores e especialmente estratégias de pertencimentos.

Descobrir, registrar e analisar a história de luta e participação dessas mulheres nos “novos lugares”, assim como conhecer seus sonhos e projetos de vida, é um compromisso que se assume como pesquisadora. Para alcançar o objetivo proposto optamos, então, pela construção das trajetórias de vida de seis mulheres, as quais exercem papéis fundamentais na organização dos assentamentos através de atividades ligadas a Cooperativa de agricultura familiar. São mulheres migrantes, com pouco grau de estudo, na faixa etária entre os 40 e 60 anos que se autodefinem como trabalhadoras rurais. Consideramos importante iniciar por apresentá-las:

### **Leila Cristini Selini Dorce**

Quarenta anos, casada. Nascida no dia 16 de fevereiro de 1970, na cidade de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul. Desde os sete anos de idade já enfrentava o processo migratório, de uma cidade para outra a procura de melhores condições de vida e trabalho. Inicialmente migrou para Pérola/PR e depois para São Jorge do Patrocínio, também no Paraná. Aos 15 anos, foi para Mundo Novo, no Estado de Mato Grosso do Sul, onde se casou e teve três filhos. Na cidade de Mundo Novo trabalhou como costureira numa confecção e por volta do ano 2000, juntamente com o esposo, decidiu ingressar no movimento de luta pela terra efetuando inscrição para o Projeto de Assentamento Guanabara, município de Amambai. Atualmente é presidente da COOPERFAMILIAR, cooperativa de agricultura familiar existente no assentamento, participante do Grupo de Mulheres, integrante da farinha e do Conselho do Território<sup>13</sup>.

### **Clarice Gonçalves dos Santos Amaral**

Tem 50 anos de idade, casada. Nasceu no Estado de Minas Gerais, na cidade de Turmalina. Filha de pequeno agricultor migrou para o Paraná, na cidade de Cascavel, onde o pai trabalhou em uma serraria até a compra do sítio próprio. Após o falecimento da mãe,

---

<sup>13</sup> O Território envolve 12 municípios da Grande Dourados (MS), por ele passam as verbas que o governo destina para investimentos na agricultura familiar (assentamentos e aldeias). Sua participação neste conselho é muito importante, uma vez que pleiteia verbas para os assentamentos e a Cooperativa.

mudou com o pai para duas cidades paranaenses, Matelândia e Medianeira respectivamente, depois voltou para a primeira. Sem oportunidades de emprego em Matelândia retornou com o pai e irmãos para Cascavel, onde enfrentou a morte do pai. Aos 18 anos, conheceu seu futuro esposo. Após um ano de casamento migrou para Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul, onde passou a trabalhar com o marido em um sítio. Sonhando com a terra própria se manteve alerta sobre as ocupações de terra e juntamente com o marido entrou em contato com o líder do Acampamento Guanabara e solicitou uma vaga. Enquanto o marido permanecia acampado, Clarice trabalhava no pequeno sítio com os filhos, entregando leite nas casas. Hoje é coordenadora da Igreja Católica no assentamento, exerce a função de fiscal da Cooperativa e participa do Grupo de Mulheres e da farinheira.

### **Maria das Graças França dos Santos**

Proveniente de família nordestina, possui nove irmãos. Desde os oito anos auxiliava o pai na serraria. Nasceu em Araçatuba, interior do Estado de São Paulo. Casou-se aos dezenove anos e foi morar em Rondonópolis/MT, onde trabalhou com o esposo numa fazenda. Retornou para sua cidade natal e passado alguns anos decidiu com o marido migrar para o Estado de Mato Grosso do Sul a procura de trabalho, residindo primeiramente em Maracaju e, posteriormente no município de Amambai, onde o esposo conseguiu um trabalho como administrador de fazenda. Permaneceram trabalhando nesta fazenda por 15 anos. Por volta do ano 2000, instalou-se um acampamento próximo da fazenda. Surgiram, então, os primeiros contatos com o pessoal do acampamento. Certo dia, em uma conversa, o líder do acampamento lhe perguntou: “Dona Maria porque a senhora não faz sua inscrição aqui com nós, quem sabe a senhora ganha um lote?” Intrigada com a ideia foi conversar com o esposo, porque ter um pedaço de terra era um sonho de muitos anos. Decidiu, então efetuar sua inscrição e foi sorteada, contemplada com o último lote. Atualmente é vice-presidente da Cooperativa, integrante do Grupo de Mulheres e da farinheira.

### **Maria Eliane de Souza Faria**

Quarenta e seis anos, casada, duas filhas. Nasceu em Jaguapitã, no norte do Paraná, no dia 19 de novembro de 1963, e tem seis irmãos. O pai e a mãe eram agricultores e desde cedo

aprendeu as lidas nas fazendas em que seu pai era empregado. Aos doze anos, foi para a cidade de Cambé/PR estudar, já que na fazenda a escola oferecia ensino até a quarta série, mas logo retornou ao sítio porque sua família não se adaptou a cidade. Alguns anos mais tarde, sua família migrou para o município de Caarapó, no Estado de Mato Grosso do Sul, onde o pai empregou-se em uma fazenda. Nesta cidade, Maria Eliane participou dos grupos da juventude da Igreja Católica e dos grupos de formação da CPT, passando a se interessar pelo movimento sindical. Filiou-se ao Sindicato dos Trabalhadores de Caarapó e participou da sua direção. Na década de 1990, conheceu seu esposo, que atuava no Sindicato dos Trabalhadores de Amambai e, em 1995, casou e foi morar em Amambai, onde trabalhou dois anos na coordenação do sindicato. Pelo sindicato ingressou no movimento de luta pela terra, conquistando, no ano de 2001, um lote no Projeto de Assentamento Sebastião Rosa da Paz. Atualmente, trabalha como coordenadora do Sindicato de Agricultura Familiar de Juti, e é coordenadora da Igreja Católica e tesoureira da Cooperativa.

### **Zoraide Brandão da Silva**

Sessenta e um anos, casada, três filhos. Nascida na Fazenda São Miguel, no município de Amambai, Estado de Mato Grosso do Sul. Perdera a mãe na infância. Passou a maior parte da infância e adolescência vivendo em fazenda e, aos 15 anos, começou a trabalhar em casa de família, na área rural. Com dezessete anos, conheceu seu esposo e o acompanhou nos trabalhos em fazendas. Nessa trajetória, o esposo recebeu herança do pai e assim compraram uma chácara. Algum tempo depois saiu da sua chácara para morar na cidade de Amambai, com o propósito de proporcionar condições para o filho mais velho estudar. Na cidade, passou a costurar e lavar roupas enquanto o marido trabalhava nas fazendas. A partir da década de 1970, começou a realizar atividades na Igreja Católica, ministrando aulas de catequese, participando de cursos e encontros, trabalhando com a Pastoral da Criança e da Juventude. Nos anos 1980, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e na década de 1990 foi candidata a vereadora em Amambai. A sua primeira participação no movimento de luta pela terra ocorreu no município de Caarapó, depois em Sidrolândia e por último em Amambai, onde está assentada. No Assentamento Sebastião Rosa da Paz, participa da Igreja Católica ministrando aulas de catequese para as crianças e adolescentes, além de integrar o quadro de funções da Cooperativa, na condição de suplente.

## **Olivet Jorge Alves**

Cinquenta e cinco anos, casada, quatro filhos. Nasceu no município de Itaporã, no Mato Grosso do Sul. Filha de lavrador, o pai cultivava café. A mãe costurava para “ajudar” no orçamento da casa. Aos oito anos, mudou para Tacuru/MS e, aos 13 para Glória de Dourados/MS. O pai estava sempre mudando, comprando e revendendo sítio em busca de melhores oportunidades. Aos 16 anos conheceu seu futuro marido na cidade de Glória de Dourados. Aos 17 anos casou. Após o nascimento de seus dois primeiros filhos mudou para Fátima do Sul, onde o esposo foi trabalhar em uma indústria, enquanto ela costurava em casa. Posteriormente foi com o marido para Dourados/MS, lugar em que trabalhou de faxineira no comércio. Foi também cozinheira em fazendas. Sonhando em adquirir sítio próprio ela e o esposo filiaram-se ao sindicato e iniciaram a caminhada nos acampamentos. O esposo ficou cerca de três anos em um acampamento em Itahum (Dourados/MS) enquanto ela trabalhava de faxineira na cidade, mas não conseguiram terra nesse lugar. Permaneceram em contato com o pessoal do sindicato e, no ano de 2002, foram chamados para participar do Projeto de Assentamento Guanabara, no município de Amambai/MS, onde estão assentados. Foi integrante da Cooperativa, participa da coordenadoria da Igreja Católica no assentamento, do Grupo de Mulheres e do Grupo da Farinheira.

As narrativas dessas mulheres nos possibilitaram conhecer elementos acerca de suas trajetórias de vida, centrais para descobrir as formas de organização, participação e atuação delas, hoje na vida pública dos assentamentos. Assim, optamos pelo uso de fontes orais, que nos permitiram estabelecer constantes diálogos, principalmente com as mulheres cooperadas. Além das fontes orais, também utilizamos documentos escritos e imagens fotográficas (das quais foi possível extrair informações valiosas que corroboraram para o processo de construção e produção deste texto).

## **2. Fontes e metodologia**

É importante destacarmos aqui os tipos de fontes e as metodologias empregadas nesta pesquisa, uma vez que Menegat (2009, p. 26) enfatiza que a pesquisa de natureza subjetiva e qualitativa contempla os objetivos propostos e assegura ao mesmo tempo uma compreensão e interpretação mais próxima da realidade vivida pelas mulheres e homens dos assentamentos.

Partindo dessa perspectiva, a presente pesquisa trabalha com a “história do tempo presente”, uma vez que faz referência a um recorte contemporâneo que tem como característica fundamental, os “testemunhos vivos”. O pesquisador Agnès Chauveau reconheceu alguns problemas metodológicos nos trabalhos que se debruçam sobre temas inseridos no tempo muito próximo, assim, para ele, “[...] o imediatismo do trabalho histórico diante da história do acontecer, do fato, [...] história imediata, de história próxima ou de história do presente colocam numerosos problemas metodológicos [...]”. (CHAUVEAU; TÉTART, 1999, p. 7). Este tipo de história suscita divergências no mundo acadêmico, principalmente porque o não distanciamento do/a pesquisador/a de seu objeto, na visão de alguns historiadores, poderia comprometer a objetividade da pesquisa. Entretanto, concordamos com as considerações de Roger Chartier, quando diz que o não distanciamento do objeto pesquisado ao invés de constituir um inconveniente, deve ser visto como um instrumento de auxílio para a compreensão de uma determinada realidade pesquisada (CHARTIER, 2006, p. 215-216). É justamente devido ao fato do/a pesquisador/a compartilhar uma mesma realidade de seu objeto que terá melhores condições de observá-lo com maior precisão.

O fato é que já algum tempo, o presente ou o passado recente está se firmando como mais um importante campo de pesquisa em História. E entre os motivos para seu surgimento está o desejo de uma sociedade que busca entender e explicar o presente devido aos vários acontecimentos sentidos no século XX, como guerras e crises mundiais; a emergência dos “movimentos de libertação”, dentre eles, o feminista (das décadas de 1960 e 70); o progresso tecnológico e suas consequências para a humanidade, entre outros. Logo, a emergência da “[...] história do presente, como vemos, nasceu sem dúvida bem mais de uma impaciência social do que um imperativo historiográfico [...]” (RIOUX, p. 46, 1999).

Nesse contexto, as mulheres assentadas do município de Amambai estão inseridas em um universo social e histórico do presente, no qual buscam uma igualdade de gênero no viver de seus espaços sociais: os assentamentos. Por isso, nesta pesquisa, empregamos a metodologia da História Oral, através do uso de entrevistas, uma vez que o valor da memória para essa temporalidade é fundamental. Tendo em vista a mediação que o/a historiador/a deve proceder entre ele mesmo e o/a entrevistado/a procuramos cruzar seus relatos com outras fontes, além da análise de uma extensa bibliografia. Dessa forma, pudemos colocar “[...] o depoimento na perspectiva da espessura da duração, aquela do passado próximo, mas também menos próximo e longínquo.” (FRANK, 1999, p. 117). Assim, a decisão de ouvir homens e

mulheres envolvidos/as diretamente na problemática dessa investigação vem da necessidade de melhor compreender suas ações e testemunhos, visualizando suas visões de mundo, informações que através de outras fontes não seriam possíveis. Sobre a importância do trabalho com fontes orais, Paul Thompson (1992) argumenta que:

[...] Sem a evidência oral, o historiador pode, de fato, descobrir muito pouca coisa, quer sobre os contatos comuns da família com os vizinhos e parentes, quer sobre suas relações internas. Os papéis de marido e mulher, a educação de meninas e meninos, os conflitos e dependência emocionais e materiais, a luta dos jovens pela independência, o namoro, o comportamento sexual dentro e fora do casamento, a contracepção e o aborto – todas essas eram, efetivamente, áreas secretas. As únicas pistas tinham que ser procuradas a partir de estatísticas agregadas e de uns poucos observadores [...] Com o uso da entrevista, é possível agora desenvolver uma história muito mais completa da família [...] reconhecendo grupos importantes de pessoas que haviam estado ignoradas, dá-se início a um processo cumulativo de transformações. Amplia-se e se enriquece o próprio campo de ação da produção histórica [...]. (THOMPSON, 1992, p. 27-28)

A assertiva de Thompson revela que o trabalho com fontes orais permite aos/as historiadores/as ampliarem os campos da pesquisa histórica, principalmente aqueles ligados à família, à sexualidade e ao gênero. No caso desta pesquisa, as fontes orais são essenciais, uma vez que trabalhamos com a categoria gênero e relações sociais. É importante destacar que o tratamento com esse tipo de fonte não é recente em minha trajetória com pesquisas em assentamentos. O trabalho com entrevistas já ocorreu desde 2005, como parte da metodologia usada nos projetos de iniciação científica<sup>14</sup>. Durante o envolvimento com os dois projetos fui organizando um banco de dados e, por isso em algumas entrevistas e dados relacionados à infra-estrutura que apresento no texto, referem-se aos anos de 2005 a 2007, sendo resultado desse banco de dados. No retorno aos assentamentos, desta feita para a pesquisa de mestrado, pude comparar as mudanças efetivadas entre os dois momentos em que mantive contato com as pessoas assentadas.

Nesse diálogo com homens e mulheres, muitos são os aspectos que devem ser considerados para o levantamento de dados, os quais tornam rico o trabalho da/o pesquisadora/o, como o caderno de campo, em que simples anotações podem se transformar em informações valiosas para a pesquisa, pois servem como instrumentos de auxílio e de reflexão para o/a pesquisador/a. Segundo Menegat (2009), as conversas informais também são

---

<sup>14</sup> O primeiro projeto denominado “Interação entre Assentamentos e Município: a reciprocidade no processo de desenvolvimento econômico”, do qual participei como bolsista de iniciação científica, e que foi desenvolvido nos anos de 2005/2006; o segundo, intitulado “Lideranças Femininas no Assentamento Guanabara”, com minha participação também como bolsista de iniciação científica, realizado nos anos de 2006/2007.

importantes para revelar “o não-dito”, pois as pessoas sentem-se mais à vontade para falar de certos assuntos, assim cabe ao/a pesquisador/a conduzir o ritmo da conversa.

Outro aspecto a ser mencionado é a própria linguagem dos/as entrevistados/as. Nesse sentido, procuramos transcrever suas falas partindo de algumas sugestões propostas por Dulce Whitaker (2002), pesquisadora do NOPEDOR/FCL/UNESP – Araraquara, que recomenda cuidados nas transcrições das entrevistas. Segundo a autora, a maioria dos/as transcritores/as, na tentativa de reproduzir a pronúncia original dos sujeitos, acabam incorrendo em erros ortográficos (observe, por exemplo, as palavras *chegô*, *começô*, *fazê*, *crescê*, *ganhô*, etc.). Segundo Whitaker, fala e escrita são processos diferentes, e o alfabeto brasileiro não é fonético, por isso não permite reproduzir a diversidade fonética dos grupos existentes no país. A tentativa de reproduzir a pronúncia daqueles que falam, principalmente “dos homens e mulheres rurais”, na visão de Whitaker, constitui um desrespeito às suas falas. Levando-se em conta o respeito pelo “outro” e procurando obter uma transcrição fidedigna, optamos por alguns procedimentos recomendados por Whitaker, dentre eles: não reproduzir a tonicidade das falas das mulheres e homens; não corrigir concordância verbal; manter a palavra *né*; considerar palavras ou expressões próprias de sua cultura; apresentar a existência de risos, emoções por escrito, entre parêntesis, respeitando a sequência dos fatos.

É importante ressaltar que a pesquisa tem por viés analisar a participação das mulheres na Cooperativa dos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz, no município de Amambai, pela perspectiva do gênero. Nesse sentido, com exceção do primeiro capítulo do texto dissertativo, no qual optamos por fazer uma apresentação dos assentamentos com vistas a situar as mulheres em seus espaços sociais, preferiu-se trabalhar e dialogar com as mulheres que ocupam cargos na COOPERFAMILIAR, Cooperativa de agricultura familiar, sendo seis mulheres, quatro do Assentamento Guanabara e duas do Assentamento Sebastião Rosa da Paz. Além das entrevistas com essas mulheres, procuramos entrevistar seus companheiros, na tentativa de melhor perceber as relações sociais de gênero na família.

Ouvimos, igualmente, outras pessoas que mantêm envolvimento com os assentamentos, como, por exemplo, o coordenador da Comissão Pastoral da Terra da cidade de Dourados/MS e o coordenador da Federação de Agricultura Familiar – FAF/MS, em virtude dos objetivos a serem alcançados.

Foi nesse pensar que optamos em adotar as entrevistas semi-estruturadas, pois têm-se alcançado efeitos positivos, uma vez que oferecem a oportunidade de se estabelecer uma

conversa simples com os/as entrevistados/as, permitindo que se elabore um roteiro prévio de perguntas fechadas e abertas de acordo com a temática de estudo, bem como o acréscimo de novas perguntas no transcorrer do trabalho. Esse tipo de entrevista é eficiente porque o/a entrevistador/a tem a liberdade de dirigir as perguntas de acordo com as necessidades das informações, podendo adicionar outras, caso as respostas sejam insatisfatórias e, ainda, estabelecer “ganchos” para a reelaboração de novos questionamentos.

Além das entrevistas semi-estruturadas, fizemos uso de fontes documentais, como os documentos de arquivos (do poder executivo, cartoriais e arquivos privados), dentre eles, mapas cartográficos do Assentamento Guanabara e Sebastião Rosa da Paz, onde encontramos dados sobre o espaço geográfico dos assentamentos, disposições dos lotes individuais, numerações dos mesmos, os recursos hídricos e vegetais, assim como a demarcação das áreas coletivas, no caso do Sebastião Rosa da Paz, das quais analisaremos no Capítulo I.

Os mapas também demonstram a distância dos assentamentos em relação à sede do município – Amambai, localizados a aproximadamente 90 quilômetros da sede, numa ligação por estrada de chão e 15 quilômetros, do município de Juti, o que proporciona uma maior relação com este último município<sup>15</sup>.

A documentação analisada encontramos no acervo do poder executivo, assim como as demais documentações sobre terras. No caso específico dos mapas, são do arquivo do INCRA de Dourados/MS.

No processo de pesquisa conferimos a assertiva de Carlos Bacellar (2005), quando diz que a documentação sobre terras é muito rica e consultada pelos historiadores/as. Por outro lado, existem arquivos que são de difícil consulta e apenas recentemente tem sido liberados para pesquisa. Tais dificuldades foram observadas durante o levantamento dos dados da presente pesquisa, especialmente no que tange ao acesso aos mapas, que mesmo solicitado com antecedência, houve morosidade para permitir o acesso.

Os documentos cartoriais utilizados nesta pesquisa foram: Primeira Certidão de Compra e Venda do imóvel Guanabara; Segunda Certidão de Compra e Venda do imóvel Guanabara; Terceira Certidão de Compra e Venda do imóvel Guanabara<sup>16</sup>. São certidões extraídas do 1º Tabelionato da Comarca de Ponta Porã-MS e neles constam dados técnicos

---

<sup>15</sup> Devido à proximidade com o município de Juti, os/as assentados/as acabam, por exemplo, utilizando o comércio (realizam compras nos mercados, lojas, farmácias), a saúde (postos e hospital) e a educação (escolas).

<sup>16</sup> Esta documentação foi fornecida pela professora/pesquisadora Viviane Fachin, da UEMS – unidade de Amambai, que realizou pesquisa nesses assentamentos.

sobre o imóvel no que diz respeito às dimensões, à localização geográfica, ao valor e à data das transações, à variação das dimensões da propriedade nos diferentes períodos de compra e venda, informações sobre os diversos proprietários. Assim, por meio dos documentos, foi possível fazer um pequeno histórico das propriedades que constituem os dois assentamentos desta pesquisa.

Alguns documentos utilizados foram disponibilizados por arquivos particulares, como, por exemplo, a ata de constituição da Cooperativa, cadastro da Cooperativa, estatuto da Cooperativa, declaração de crédito do PRONAF A. São documentos importantes para análise, pois contêm informações que suscitaram questionamentos e reflexões, como no caso da ata de formação da primeira gestão da Cooperativa, na qual consta a eleição para o cargo de presidente em que foi eleito um homem, mesmo diante da existência de grande representatividade feminina no dia da eleição.

As fontes iconográficas também se fazem presentes nesta pesquisa, em que o registro fotográfico contempla a vida das mulheres nos assentamentos em seus diversos momentos e ações. Na análise das imagens fotográficas, seguimos as observações e reflexões de Kossoy (2003), Burke (2004) e Ciavatta (2002), quando recomendam lermos as imagens como fontes históricas e por isso a necessidade de ultrapassar a análise iconográfica, e “ver além das imagens”, ou seja, considerar o contexto social em que foram produzidas e assim dar sentido a imagem registrada.

Outra metodologia adotada neste trabalho refere-se ao uso de Trajetórias de Vida, entendidas aqui como partes/fragmentos de histórias de vida de mulheres e que nos debruçamos no último capítulo, desvendando assim fragmentos das vivências das seis mulheres cooperadas. Para isso, seguimos por um roteiro que teve início com a infância dessas mulheres, passando pelo processo migratório, ingresso no movimento de luta pela terra (acontecimentos anteriores ao período de assentamento) e chegando as suas novas experiências nos assentamentos, por meio de suas atuações em grupos coletivos e na Cooperativa. Essa metodologia nos permitiu vislumbrar o processo de construção de empoderamento das mulheres cooperadas, assim como as relações de gênero gendradas no núcleo familiar e no espaço público dos assentamentos.

No processo de levantamento e análise de dados, observamos que a utilização de uma variedade de fontes para o trabalho em História contribui para uma melhor visualização do “objeto” em estudo “[...] levando-se sempre em conta que o ideal de uma grande pesquisa é o

uso das mais variadas fontes possíveis e a confrontação sistemática entre elas [...]” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 494) desde que se tenha cuidado com os procedimentos de coleta e interpretação das fontes escolhidas. Os/as pesquisadores/as também devem ficar atentos/as em seus planejamentos quanto às condições de acesso dos documentos que, segundo Bacellar (2005, p. 23), é a “matéria-prima dos historiadores”. Assim, entendemos que as fontes e as metodologias constituem as principais ferramentas de um trabalho de investigação e construção do conhecimento científico. Nesse sentido, a explanação dos tipos de fontes que utilizamos, num trabalho que organizamos em formato de capítulos, na seguinte estrutura:

No Capítulo I, que tem como título “A construção de novos espaços sociais: os Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz”, o objetivo é apresentar a história de instalação destes assentamentos no município de Amambai, levando em consideração os aspectos ligados à estrutura fundiária e ao processo de modernização do campo no Estado de Mato Grosso do Sul. Procuramos apreender os assentamentos como novos espaços em construção, onde mulheres e homens por meio de suas lutas, resistências, ações e participações, estão sendo responsáveis pela sua produção e organização. Pensamos a vida desses novos sujeitos com base nas subjetividades, uma vez que “[...] possuem gênero, sentimentos e vontades próprias, contradições, mas acima de tudo, indivíduos diferenciados que [...] reelaboram seus modos de ser, de pensar, e de constituir a si mesmos, enquanto mulheres, enquanto homens [...]” (SILVA, 2003, p. 2).

A decisão em construir um capítulo com esse formato veio da necessidade de demonstrarmos a história de existência desses novos espaços sociais e dos sujeitos que ali vivem: homens, mulheres e crianças, numa reflexão sobre a trajetória de mulheres e homens na luta pela terra, em suas dificuldades de viver e de permanecer na terra.

No Capítulo II, intitulado “Vida de mulheres assentadas: novas práticas em busca de transformações sociais”, apresentamos algumas reflexões acerca da participação das mulheres no espaço público dos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz, a partir da perspectiva de gênero. Buscamos compreender o processo de organização das mulheres por meio do estabelecimento de alguns questionamentos, dentre eles: o que levou as mulheres a se organizarem em Cooperativa? Como está sendo estruturada sua organização? Que mudanças produziram na vida das mulheres a partir da participação na Cooperativa? Neste sentido, o capítulo foi subdividido em diversos subitens na intenção de entendermos as desigualdades de gênero na agricultura familiar, o trabalho das mulheres nos lotes, a história de luta das

trabalhadoras pelo acesso aos direitos e às políticas adotadas para as mulheres na reforma agrária. Para isso, são apresentadas as atividades desenvolvidas pelos homens e mulheres na história de formação da Cooperativa, demonstrando o tipo de envolvimento e o grau de participação das mulheres, bem como a formação do Grupo de Mulheres nos assentamentos e a participação delas na COOPERFAMILIAR, trazendo à tona experiências vivenciadas, dando visibilidade às atividades e cargos que desempenham na Cooperativa. Procuramos, ainda, compreender a Cooperativa como uma estratégia viável de sobrevivência para as mulheres e homens dos assentamentos. Abordamos, também, os vários discursos construídos acerca das mulheres, tendo como base os estudos de Chartier (2002), Bourdieu (1999), Foucault (2007), Scott (1990) e Perrot (2005).

No terceiro capítulo, “Trajetórias de vida: experiências, histórias e memórias das mulheres cooperadas”, tratamos das experiências, das histórias e das memórias das seis mulheres cooperadas: Clarice, Leila, Maria das Graças, Oliveti, Maria Eliane e Zoraide com o objetivo de averiguar se suas experiências (de luta pela terra, de migração, de participação na Igreja Católica, nos sindicatos) teriam contribuído para a futura formação e organização de grupos coletivos nos assentamentos, como o Grupo de Mulheres, da Farinheira e da Cooperativa, se construíram novas formas de viver. Analisamos se suas atuações na Cooperativa contribuíram para o processo de mulheres mais autônomas, isto é, para seu “empoderamento”. Para isso, primeiro fizemos um roteiro das experiências vivenciadas pelas mulheres em suas trajetórias de vida, desde a fase da infância até a chegada nos assentamentos, com destaque para a vida nos novos lugares. Num segundo momento, analisamos as duas gestões da Cooperativa por meio de reflexões acerca dos cargos ocupados pelas mulheres e homens cooperados bem como as relações sociais de gênero tecidas na família e no espaço público dos assentamentos (participação na Cooperativa).

Enfim, mas com olhares que não encerram nossa investigação, buscamos com a presente pesquisa compreender e especialmente dar visibilidades para histórias e atuações de mulheres assentadas, inseridas em novos espaços sociais, os projetos de Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz, lugares possíveis para o viver de pessoas sem-terra, que lá estão construindo pertencimentos sociais, especialmente as mulheres assentadas, que cotidianamente constroem novas possibilidades de empoderamento.

# CAPÍTULO I

## A CONSTRUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS SOCIAIS: OS ASSENTAMENTOS GUANABARA E SEBASTIÃO ROSA DA PAZ



## CAPÍTULO I

### A CONSTRUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS SOCIAIS: OS ASSENTAMENTOS GUANABARA E SEBASTIÃO ROSA DA PAZ

Neste capítulo pretendemos contar a história da formação de novos espaços sociais no sul de Mato Grosso do Sul: os Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz, localizados no município de Amambai. Escreveremos esta História com base nas falas de seus próprios protagonistas, homens e mulheres – pessoas comuns – que com seus saberes, vivências, confrontos, sonhos, projetos de vida foram criando e organizando esses novos espaços na esperança de uma vida melhor. Uma história marcada por lutas, evidenciada pelas constantes idas e vindas de 149 famílias que se “aventuraram” em busca de um sonho, o da “Terra Prometida”, conforme descreve o assentado Adolfo Henrique, em sua música.

#### *Terra Prometida*

*Adolfo Henrique Alves<sup>17</sup>*

*Eu agradeço a Deus pelo dom da vida  
Pelas terra prometida  
Um sonho que se realizou  
Por sermos dignos  
De um pedacinho de chão  
Para angariar o pão  
Fruto do nosso suor  
Nossa esperança  
Aqui neste assentamento  
O agasalho e o sustento  
Nunca há de nos faltar  
Agradecidos  
Pelo pouco que colhemos  
Uma parte nós queremos  
Colocar no seu altar*

*Uma jornada dolorida  
Foi longos tempos  
Debaixo da lona preta  
Sem salário  
E sem gorjeta  
Às vezes sem comida  
Hoje assentado o meu “Deus” que maravilha  
Um aconchego pras famílias  
Que não tinha onde morar  
Com pouco estudo  
E sem emprego na cidade  
Hoje com dignidade  
Todos têm o seu lugar  
Desde criança  
Sempre trabalhei na roça*

---

<sup>17</sup> Adolfo Henrique é compositor e intérprete desta música (Anexo A) e já gravou dois CDs com temas que variam sobre: reforma agrária, mulheres e religião. É morador do lote nº 22, do Assentamento Guanabara. Casado com Oliveti Jorge Alves, uma das integrantes do Grupo de Mulheres e ex-participante da COOPFAMILIAR. Seus CDs são vendidos e presenteados para familiares, vizinhos e amigos.

<i>Muito obrigado</i>	<i>Eu tenho a pele grossa</i>
<i>O meu “Deus” muito obrigado</i>	<i>E tenho calos nas mãos</i>
<i>Sou assentado</i>	<i>Mais acabou</i>
<i>E tenho um pedaço de chão</i>	<i>Os pequenos arrendamentos</i>
<i>Eu tenho a terra</i>	<i>Lavoura só pro sustento</i>
<i>Vindo a chuva e o sol quente</i>	<i>Foi ficando em extinção</i>
<i>Pra germinar a semente</i>	<i>Já fui sem-terra</i>
<i>Crescer e se tornar pão</i>	<i>Hoje eu tenho a minha área</i>
<i>Creio que “Deus”</i>	<i>Graças a Reforma Agrária</i>
<i>E a Santa Mãe Natureza</i>	<i>E a “Deus” nosso criador</i>
<i>Vai suprir as nossas mesas</i>	<i>Que nunca deixe</i>
<i>Com auxílio de suas mãos</i>	<i>Faltar neste assentamento</i>
<i>Nós não passamos</i>	<i>A saúde e o alimento</i>
<i>Deserto e nem Mar Vermelho</i>	<i>Pra nenhum trabalhador</i>
<i>Mais fizemos de joelho</i>	

A composição de Adolfo Henrique, morador do Assentamento Guanabara<sup>18</sup>, representa a história de luta de homens, mulheres e crianças por políticas da Reforma Agrária. Uma grande parcela dessas pessoas apresenta ligações com a terra, constituindo-se em ex-arrendatários, bóias-frias, trabalhadores/as rurais. Há que se considerar a presença de ex-desempregados, ou seja, de trabalhadores/as urbanos/as que, juntamente com os/as camponeses/as aderiram a luta, buscando na reforma agrária oportunidades sociais mais amplas como o acesso a terra e aos recursos necessários para garantir a sobrevivência de suas famílias.

### **1.1. Um breve olhar sobre a questão agrária em Mato Grosso do Sul e a emergência de novos sujeitos**

De acordo com Fabrini (2008)<sup>19</sup>, a história de vida dos “trabalhadores despossuídos de terra” está relacionada ao processo de expropriação da terra devido à presença marcante do latifúndio no sul de Mato Grosso do Sul e a modernização da agricultura que acabou por expulsar as famílias de pequenos proprietários do campo.<sup>20</sup>

<sup>18</sup> Conforme Anexo B, mapa que mostra a área e a localização desse assentamento.

<sup>19</sup> Conforme artigo de: FABRINI, João E. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (org.). *A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2008.

<sup>20</sup> Souza (1995) ao estudar o problema da habitação no município de São Paulo não deixou de mencionar as várias pesquisas que tratam dos principais aspectos ligados as migrações, entre eles, “o desenvolvimento do

Nesse contexto, a realidade vivida pelas mulheres e homens dos assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz pode ser entendida partindo de uma breve incursão sobre a questão agrária no Estado de Mato Grosso do Sul. Levando-se em consideração a formação dos novos espaços e novos sujeitos – assentamentos rurais e assentados/as da Reforma Agrária – que questionam a estrutura fundiária do estado e pressionam o governo pela tomada de providências em relação à distribuição de terras.

Assim, a história da questão agrária em Mato Grosso do Sul, segundo Avelino Júnior (2009), envolve discussões e reflexões acerca de conflitos no campo. Os conflitos pela posse da terra nesse estado não envolvem apenas a participação de trabalhadores/as “sem-terra”, mas as populações indígenas<sup>21</sup> e as comunidades negras<sup>22</sup> – grupos “excluídos” do processo de modernização capitalista.

Percebemos que, ao longo da história brasileira, se estabeleceram lutas/conflitos/revoltas<sup>23</sup> pela posse da terra. Os/as expropriados/as passaram a reagir contra o latifúndio monocultor e exportador de base escravista que se instalava na economia e sociedade brasileira e que os afastava cada vez mais do acesso a terra. O caso de Mato Grosso do Sul não foi diferente, o processo de ocupação e posse da terra gerou e ainda continua a gerar conflitos sociais<sup>24</sup>.

Atualmente, Mato Grosso do Sul apresenta uma população de 2.140.624 habitantes e um território de 358.158,7 km<sup>2</sup>, representando 4,2% da área territorial do país, é o sexto estado em extensão territorial, ficando atrás dos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Minas Gerais e Bahia (IBGE, 2002). Sua economia é baseada na agropecuária, tendo a pecuária de corte como atividade principal. Os dados dos Censos Agropecuários do IBGE dos

---

capitalismo no campo”, que sem dúvida “empurrou” os/as camponeses/as para as cidades, causando graves problemas na busca por moradias. Para maiores esclarecimentos sobre quem são os demandantes por moradias, seu envolvimento nos movimentos de ocupação por terra na cidade de São Paulo, ver: SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: a construção de novos valores*. SP: EDUC, 1995.

<sup>21</sup> Os conflitos com as populações indígenas pela posse da terra, na atualidade são constantes no Mato Grosso do Sul, basta abrir as páginas dos jornais, para observarmos manchetes como essas: “Índigenas programam invasões de fazendas”, do dia 11/08/2008 do Jornal O Progresso, ou “Invasões indígenas debatidas”, do dia 03/07/2008 do Diário/MS.

<sup>22</sup> As comunidades negras também vêm lutando pelo reconhecimento e demarcação de suas áreas. Entre 2003 a 2008, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedeu apenas seis títulos de territórios tradicionais. No mesmo período, Pará, Maranhão e Piauí titularam, respectivamente, 16, 15 e 3 territórios. Conforme dados do site: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1558>>. Acesso em 28 de jun. de 2009 às 13 horas e 10 minutos.

<sup>23</sup> Dentre os conflitos destaca-se o de Canudos, por demonstrar a extrema violência da classe fundiária proprietária, preocupada em manter suas grandes propriedades e o domínio sobre os sertanejos.

<sup>24</sup> Conflitos que *a priori* estiveram ligados a mineração (ciclo do ouro), a implantação das primeiras fazendas de gado na região, a ocupação das fronteiras agrícolas em áreas de mata, a extração da erva-mate, monopolizada pela Companhia Matte Laranjeira.

anos de 1995 e 2006 mostraram que a maior parte de terras dos estabelecimentos agropecuários é destinada a pastagens naturais e plantadas. Pelos dados do Censo (2006), observamos que a quantidade de terras utilizadas para pecuária é de 18.421.427 ha, oito vezes maior que a da agricultura 2.217.628 ha. Na agricultura, a soja constitui ainda o produto de maior expressão, voltado para o mercado externo. Assim, de acordo com Avelino Júnior (2009), podemos caracterizar o Estado como alicerçado na grande propriedade rural destinada à criação de gado de corte.

A concentração fundiária atestada pela presença da grande propriedade rural, destinada à criação de gado e/ou ao modelo agricultor exportador, é o principal ponto de tensão dos conflitos sociais<sup>25</sup>. Nessas lutas, encontram-se engajados os povos indígenas que têm suas terras ameaçadas, como também os negros que vivem em suas comunidades, os/as camponeses/as, trabalhadores/as rurais, desempregados/as da cidade que decidem reivindicar o acesso a terra na busca pelos direitos essenciais a vida. Assim, a complexidade da questão da terra está cada vez mais presente na sociedade contemporânea fazendo surgir novos debates sobre a Reforma Agrária, não só entre os segmentos envolvidos: camponeses/as, trabalhadores/as sem-terra, organizados em movimentos sociais, Estado, mas entre estudiosos, intelectuais e setores da imprensa e sociedade civil que segundo Leite e Ávila (2007), tiveram um reconhecimento social da questão agrária. Para estes dois autores, a Reforma Agrária perpassa o sentido econômico, uma vez que:

[...] É preciso ir mais além, até porque o mero crescimento [...] não é suficiente para se combater a pobreza. Daí a importância de políticas redistributivas como a reforma agrária. Afinal, o objetivo principal de uma sociedade não é apenas o crescimento da produção, mas a melhoria das condições de vida de sua população, por meio, entre outras possibilidades, da distribuição de ativos fundiários que lhe permitam a subsistência e independência frente aos tradicionais detentores do poder político. (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 58-59).

Leite e Ávila (2007) enfatizam a importância da distribuição de terras, ativos fundiários, políticas públicas na redução da pobreza e no combate às desigualdades. Os estudos de Leite, assim como os de outros/as pesquisadores/as, cita-se Bergamasco e Norder

---

<sup>25</sup> O Agronegócio, modelo adotado com maior ênfase pelas médias e grandes propriedades, voltado para o mercado externo, tem na soja o seu principal produto de exportação, inclusive em Mato Grosso do Sul. No entanto, para Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004), é preciso analisar o vóo cego do agronegócio e destinar políticas de apoio aos camponeses e a Reforma Agrária, pois é a agricultura familiar que sustenta o mercado interno e gera emprego e renda no país: “[...] as pequenas unidades são aquelas que mais empregam e destinam parte expressiva de suas rendas [...] os latifúndios ‘escondem’ a terra improdutiva [...] o papel da grande propriedade no país, sempre foi servir de reserva patrimonial e de valor às elites.” (OLIVEIRA, 2004, p. 80)

(1996), têm demonstrado os efeitos positivos da Reforma Agrária<sup>26</sup>, por meio da criação dos assentamentos rurais. “A partir do momento em que recebem uma parcela de terra, as famílias, começam a ter acesso a outros tipos de benefícios, como créditos para a construção de casas e plantio, que possuem também efeitos sobre o restante da economia.” (LEITE, 2007, p. 61-62).

O Mato Grosso do Sul, até o final de 2009, contava com 182 projetos de assentamentos rurais instalados em vários municípios, sendo os que concentram o maior número: Sidrolândia, onde foram instalados 17 projetos; Itaquiraí e Rio Brillhante com 12 cada um; Nova Alvorada do Sul e Nioaque com 8 cada um, Ponta Porã e Corumbá com 7 cada um. Isso demonstra que o maior número deles concentra-se no sul do estado devido às condições do solo serem de qualidade favorável para o cultivo agrícola. De acordo com dados do INCRA (2010),<sup>27</sup> dos 182 projetos de assentamentos instalados: 174 foram criados pelo governo federal, por meio do INCRA, e 8 pelo governo do estado (IDATERRA - Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural). Nesses 182 projetos, foram assentadas 30.543 famílias que estão aproveitando 675.290,76 hectares que representam 1,9% da área do estado. Num período de aproximadamente duas décadas e meia com distribuição de terras em Mato Grosso do Sul, ainda assim os assentamentos não atingiram o percentual de 2% da área total do estado.

Todavia, a criação desses projetos de assentamentos rurais no estado merece ser pensada a partir das reflexões de Sader (1988), quando descreve o surgimento de “novos sujeitos coletivos”, que nascem com o propósito de romper com a expropriação e a exploração<sup>28</sup> a que vinham sendo submetidos. “O novo sujeito é social; são os movimentos sociais populares em cujo interior, indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto [...]” (SADER, 1988, p. 10). Nessa óptica, entendemos que esses novos sujeitos partem de ações coletivas e de caráter

---

<sup>26</sup> Conforme Leite e Ávila (2007, p. 17), a Lei que regula a Reforma Agrária no Brasil é a Lei 8.629 de 1993. Somente as grandes propriedades, com mais de 15 módulos fiscais, consideradas improdutivas podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária. O ex-proprietário tem direito de receber indenização em Títulos da Dívida Agrária, recebe o valor da terra em parcelas anuais. O prazo para recebimento pode variar de cinco a 20 anos dependendo do tamanho da propriedade. As benfeitorias existentes na propriedade são indenizadas em dinheiro.

<sup>27</sup> Conforme Relação de Projetos de Assentamentos criados no Estado de Mato Grosso do Sul no período de 1984 a 30/12/2009 fornecida pelo INCRA/Campo Grande. (Anexo C).

<sup>28</sup> Empregam-se os termos expropriação e exploração na concepção de Martins (1991).

reivindicatório em busca de melhores condições de vida e trabalho<sup>29</sup>. É, sobretudo, a partir da década de 1980, que os movimentos sociais de luta pela terra tendem a ganhar mais força com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1984.

A letra da música de Adolfo Henrique, na abertura do capítulo, nos mostra as aspirações, os sonhos dos “novos sujeitos sociais”, depositados na Reforma Agrária. A terra para eles tem significado mítico, representa, conforme o título da música, a “Terra Prometida”, entendida na concepção de D’Aquino (1996), como lugar construído para morar, viver e trabalhar. É a “morada da vida”, utilizando a expressão de Heredia (1979), e é por isso que ela continua a mover a luta dos/as camponeses/as, sem-terra, trabalhadores e trabalhadoras rurais:

No tempo em que nós não tinha terra, não era assentado na terra, nós trabalhava pra fora, vivia só do ordenado, muitas vezes não dava, porque nós tinha as criança, né? Graças a Deus agora já são tudo casado na verdade. Mas agora já tudo melhor, porque nós ainda dá apoio pra eles. (ALVES, Oliveti Jorge. 55 anos. Entrevista concedida no dia 07/03/2009. Assentamento Guanabara).

Na narrativa de Oliveti, a terra se apresenta como um elemento preponderante, uma vez que o trabalho na terra garante a sobrevivência da família, além de significar liberdade, pois a obtenção do lote permite romper com os laços de dependência que mantinham anteriormente com o patrão. Não há mais a preocupação de “trabalhar para os outros” e sim de trabalhar no que é seu, de construir uma nova vida em um novo lugar, fato que nem sempre se concretiza.

A construção desse novo lugar para viver foi possível por meio das reivindicações desses homens e mulheres que primeiramente decidiram ingressar nos movimentos sociais e, posteriormente, enfrentaram o tempo de permanência nos barracões de lona preta, próximos às fazendas que seriam desapropriadas. O município de Amambai<sup>30</sup> constituiu-se em lugar

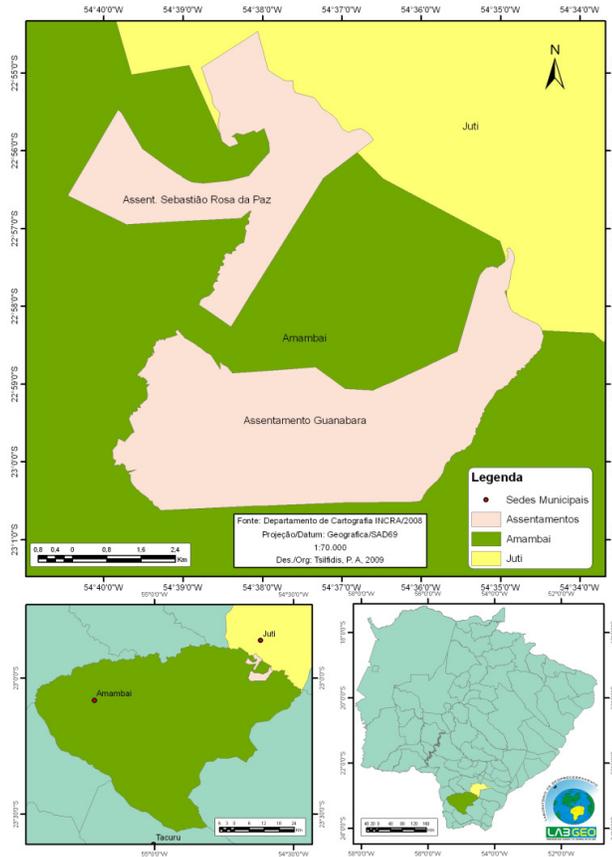
---

<sup>29</sup> Sobre as diferentes concepções de movimentos sociais é importante destacar os estudos de: Maria da Glória Gohn (2008), Ilse Scherer-Warren (2005) e Alan Touraine (1997).

<sup>30</sup> O município de Amambai localiza-se ao sul do Mato Grosso do Sul, fazendo limite com os municípios de Coronel Sapucaia, Tacuru, Aral Moreira, Laguna Carapã, Caarapó, Iguatemi e Juti. Denominada inicialmente de Nhú Verá, mais tarde de Patrimônio da União, Vila União e finalmente Amambai, teve sua história de povoamento vinculada à história de exploração dos ervais pela Companhia Mate Laranjeira (por volta de 1878), quando a Companhia passou a abrir estradas nas matas e campos para o escoamento da erva-mate. As terras férteis, os campos de vacaria atraíram para esta região muitos brasileiros, principalmente os gaúchos e também os estrangeiros, como os paraguaios. Em 1913, o Governo do Estado, por solicitação do Coronel Valêncio de Brum, representante político na região, concedeu uma gleba de terra para a formação do povoado do atual município de Amambai. Nas divisões territoriais do estado de Mato Grosso, nos anos de 1936/37, Amambai aparece como parte integrante do município de Ponta Porã. Em 28 de setembro de 1948, pelo Decreto Lei nº 131, Amambai é desmembrado de Ponta Porã e elevado a categoria de município. De acordo com dados do IBGE

mítico, na terra tão esperada por essas pessoas. Nele foram instalados os projetos de assentamentos: Guanabara e Sebastião Rosa da Paz, como podemos constatar na figura número um (mapa) que mostra a localização desses assentamentos em Amambai.

Mapa 1: Localização dos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz



Fonte: Dados do Departamento de Cartografia INCRA/2008  
Des./Org: Tsilfidis, P. A, 2009.

(2007), Amambai ocupa uma área de 4.258,78 Km<sup>2</sup>, com uma população de 33.426 habitantes, possui três aldeias indígenas. Na economia destacam-se as atividades agropecuárias. Os principais produtos são: soja, milho, arroz, feijão, trigo, erva-mate, cana-de-açúcar, mandioca. Entre os rebanhos: os bovinos, suínos, ovinos, equinos e avicultura. No ramo das indústrias destacam-se: 4 extrativas, 73 de transformação, 11 de construção e 434 estabelecimentos comerciais, além de 28 empresas no ramo da agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal. A presença de acampamentos em Amambai, anteriormente ao ano de 1999/2000 (ano de início dos acampamentos/assentamentos aqui estudados) segundo informações do INCRA (1984/1997) ocorreu em dois momentos: no ano de 1986 e 1992, mas não foram efetivados. Nesse contexto, chama-se atenção para a “preocupação” dos grandes fazendeiros, pecuaristas de corte da região, que com a presença de acampamentos iniciaram “[...] uma verdadeira revolução agrícola na região, preocupados com a possível caracterização de improdutividade em seus imóveis, refletindo na paisagem que passou de pastagens perenes para grandes áreas cultivadas de grande diversidade, entre elas destacando-se a soja, o milho e o girassol. Numa avaliação da área ocupada em Amambai com a produção de grãos, até o final dos anos 90, verificamos que a área passou de 11.000 hectares para 25.000 hectares neste período.” (FACHIN, 2002, p. 59). Essa alteração deve-se a notícia da vinda de acampamentos para a região.

Pelo mapa, verificamos a localização dos dois assentamentos. O Assentamento Guanabara possui 98 famílias, originárias de várias regiões do Brasil, apresenta uma área de 2.659,90 ha. Já o Sebastião Rosa da Paz está ocupado por 50 famílias, com área de 1.427,77 ha. Observando o mapa 01, percebemos que uma parte do Assentamento Sebastião Rosa da Paz encontra-se localizada no município de Juti<sup>31</sup>. Assim, das 50 famílias, 41 ficaram pertencendo a Amambai e 9 famílias a Juti. É importante acrescentar que os dois assentamentos, conforme o mapa, fazem divisa e mantêm contato por meio de uma estrada interna. Os lotes de ambos os assentamentos estão divididos em aproximadamente 20 ha por família.

## **1.2. O Assentamento Guanabara: breve histórico**

O Projeto do Assentamento Guanabara, um dos lugares de nosso estudo, foi criado pela Portaria nº 24/INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), de 31 de outubro de 2001. Entre o final de 2001 até abril de 2002, os/as candidatos/as aos lotes ficaram acampados nas proximidades do imóvel, aguardando respostas para a ocupação definitiva. No final do mês de abril de 2002, realizou-se o sorteio das 98 parcelas. Vinte e quatro dessas parcelas, porém, deveriam ser cortadas na área de mata, com aproximadamente dois hectares, tendo sido necessário a autorização à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo de Mato Grosso do Sul/SEMACT. A autorização foi concedida em 30 de julho de 2002, sob a justificativa de que a área em questão não atingia mananciais hídricos, nem a de preservação permanente. “As áreas em questão serão incluídas no pedido de desmatamento global dos

---

<sup>31</sup> Sobre o município de Juti é preciso mencionar algumas informações importantes para uma análise posterior, que se referem à relação/interação com os assentamentos deste estudo. Juti foi criado em 14 de dezembro de 1987, pela Lei nº 800, pelo governador Marcelo Miranda Soares. Possui área de 1.584,599 Km<sup>2</sup> (representa 0,45% da área do Estado). Ricardo Justino Lopes, conhecido por Grilo é o atual prefeito do município de Juti. De acordo com dados do IBGE (2007) Juti possui uma população de 5.353 habitantes, dedicando-se às atividades agropecuárias, tendo como principais produtos: erva-mate, feijão, mandioca, milho, trigo, cana-de-açúcar, soja e como principais rebanhos: bovinos, equinos, suínos e ovinos, sendo a pecuária e o comércio as principais atividades econômicas deste município. Conta com 63 estabelecimentos comerciais, sendo 58 no ramo varejista e 5 no atacado, apenas uma indústria e 4 escolas, sendo uma estadual e três municipais. Esses dados comprovam que Juti é uma cidade em fase de desenvolvimento e pela localização próxima aos assentamentos pode viabilizar o processo de relação/ interação. Essa relação tem facilitado o desejo de instalação da COOPFAMILIAR, Cooperativa de agricultura familiar, que terá sede em Juti.

referidos lotes, que será feito mediante projeto técnico que cada parceleiro apresentará individualmente”.<sup>32</sup>

A demora em desmatar a referida área trouxe algumas dificuldades para as famílias que tiveram seus lotes cortados na área de mata, principalmente em relação às atividades produtivas, o que implicou em mais tempo de espera, adiando as atividades mantenedoras da reprodução familiar, conforme nos explica Adolfo Henrique:

No início nós peguemo uma parte que tudo isso aqui era mato. O pessoal pego uma parte com braquiara<sup>33</sup>, daí então pra eles, o financiamento saiu no primeiro ano e nós fiquemo aqui fechado, nas mãos do IBAMA, sem pode corta um pau, um ano. Nós não podia faze nada, nada. Depois de um ano o IBAMA emperrou, nós fomos atrás do IBAMA, expliquemo... Nós fiquemo três anos de atraso, das outras pessoas. Eu mesmo estou agora com 15 cabeças de gado, mas tem pessoas que tem mais de 50, não cabe mais no sítio, né? (ALVES, Adolfo Henrique. Entrevista concedida no dia 07/03/2009. Assentamento Guanabara).

Para essas famílias, a fase inicial de vida no assentamento trouxe momentos difíceis, exigindo delas mais tempo de espera. Situações que, segundo Adolfo Henrique, parecem ter “testado” as famílias, colocando dúvidas sobre sua permanência ou não na terra: “Tem gente que quase abandonou o terreno.” De acordo com Adolfo e Oliveti, foi preciso muita ajuda para que eles/as não abandonassem os lotes e, para isso receberam auxílio de outros assentados e da Pastoral da Criança e da Saúde do município de Dourados.

Em relação ao processo de ocupação do Assentamento Guanabara, as informações contidas no Relatório Técnico desenvolvido pela professora/pesquisadora Viviane Scalon Fachin, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Amambai), mostraram que ocorreu de forma pacífica, não havendo contestações por parte dos proprietários da terra e nem conflitos com os/as acampados/as.

A organização do Guanabara esta ligada à Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAGRI/MS<sup>34</sup>, órgão filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na

---

<sup>32</sup> Instrumento de Autorização Ambiental – 30 de julho de 2002 – Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo/SEMACT – Instituto de Meio Ambiente Pantanal/IMAP – Gerência de Recursos Florestais-GRF. (Conforme Anexo D)

<sup>33</sup> Tipo de vegetação baixa. Nativa da África foi introduzida no Brasil como forrageira e transformou-se em uma espécie invasora de diversos ecossistemas brasileiros, como o cerrado. Como invasora, ela impede o desenvolvimento das gramíneas nativas e sufoca o desenvolvimento dos campos nativos. Site: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/brachiaria>>. Acesso em 25 de maio de 2009 às 18 horas e 08 minutos.

<sup>34</sup> Com a divisão do Estado de Mato Grosso, em 1977, e a instalação do Estado de Mato Grosso do Sul em 1979, fundou-se em 23 de fevereiro de 1979, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul - FETAGRI-MS. Foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 23 de maio de 1979, representando atualmente 68 Sindicatos de Trabalhadores Rurais filiados, sendo a FETAGRI-MS por sua vez, filiada a CONTAG (Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura). Dentre os objetivos da FETAGRI-MS

Agricultura – CONTAG. Nesse assentamento as famílias optaram pela prática do trabalho individual e os lotes foram cortados obedecendo uma orientação de agrupamento por agrovilas, distribuídos ao longo da área total, como espinhas dorsais, facilitando a localização de pequenos centros de convivência, igrejas e instalação de resfriadores<sup>35</sup> de leite.

### **1.3. O Assentamento Sebastião Rosa da Paz: algumas considerações**

O outro assentamento de nosso estudo é o Sebastião Rosa da Paz, criado pela Portaria INCRA/SR-16 Nº 45/2000, de 20 de dezembro de 2000. Em 2001, foi expedido mandado de averbação de ação de desapropriação registrada em 5 de setembro, assinado pelo Juiz de Direito Waldir Peixoto Barbosa, da 2ª Vara da Comarca de Amambai, e as áreas em questão, já sob a denominação final de São João Agro Pastoril Ltda, perfazendo um total de 1.210.43 hectares, passaram sob o efeito da desapropriação para o INCRA. Conforme o Relatório Técnico da professora Viviane Fachin, a história de consolidação do Sebastião foi conturbada:

Segundo relatos dos depoentes, representados pelas lideranças locais, moradores e técnicos do INCRA, a consolidação do assentamento foi bastante tumultuada, com invasão da área pelos candidatos, que desde o início do processo de desapropriação ficaram acampados fora da porteira<sup>36</sup>, no corredor de acesso à Fazenda. Nesse período, em contrapartida às ações de agressão, de parte a parte, os acampados fizeram, à revelia, preparo da terra para plantio, ocupação da sede da Fazenda São João e conseqüente depredação dos móveis, e enfrentamento direto. Todos os envolvidos afirmaram que o processo foi desgastante e pouco produtivo. A organização do Sebastião Rosa da Paz é ligada à Central Única dos Trabalhadores – CUT –, tendo na pessoa de Domício Claudino Oliveira, assentado e liderança representativa no local, um dos três diretores da CUT – em Mato Grosso do Sul. O líder do acampamento, que também foi assentado, era Paulo Cesar Faria, cognominado de PC, e que mantém a liderança, atualmente coordenando a FAF, Federação da Agricultura Familiar, braço em MS, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar Nacional – FETRAF BR. (FACHIN, 2002, p. 29).

---

destacam-se: desenvolver, organizar e apoiar as ações e lutas que visem a conquista de melhores condições de vida e de trabalho para os integrantes da categoria e para o conjunto da classe trabalhadora; lutar por uma reforma agrária democrática, ampla e massiva, com a participação das entidades sindicais rurais; lutar pela implementação de uma política agrícola que priorize os/as agricultores/as familiares e lhes assegure condições de permanência e produção na terra. O papel da FETAGRI-MS e dos Sindicatos se dá principalmente na organização e mobilização dos/as trabalhadores/as rurais para a luta pela reforma agrária, indicação de áreas para vistorias, para fins de desapropriações ou aquisições pelo INCRA, acompanhamento do andamento dessas áreas e indicação dos/as trabalhadores/as rurais, para serem cadastrados e conseqüentemente assentados nessas áreas e, a partir do ano de 2005, vem trabalhando na organização de associações de trabalhadores/as rurais sem-terra para terem acesso ao crédito fundiário, como complementação das ações da luta pela terra. Conforme informações do site: <<http://www.fetagrims.org.br/>>. Acesso em 12 de jun. 2009 às 11 horas e 20 minutos.

<sup>35</sup> Tanque para armazenar leite, responsável pela sua refrigeração, com capacidade variável: de 300 litros a 2000 litros.

<sup>36</sup> Estrada de acesso à Fazenda São João, local em que se encontra o Assentamento Sebastião Rosa da Paz.

Diferentemente da implantação do Guanabara, o Assentamento Sebastião Rosa da Paz, apresentou em sua história, marcas da violência que nem sempre estão ausentes, nas questões que envolvem disputas pela posse da terra.<sup>37</sup> A vida das famílias nos acampamentos, como no caso do Acampamento Dorcelina Folador<sup>38</sup> (hoje Assentamento Sebastião Rosa da Paz), evidenciou um dos problemas da questão agrária em Mato Grosso do Sul, o conflito entre proprietários e demandantes por terra.

Ele andou trazendo gente aí, andaram assustando o acampamento, dando uma de bravo, logo no início também aqui chegaram a fazer uma guarita lá no alto lá pra impedir que sem-terra entrasse pra cá. Nós fomos lá, destruímos um dia à noite, quebramos tudo. Fizeram uma guarita de alvenaria no meio da estrada, até hoje você vê lá na estrada do assentamento, assim se você passa com cuidado você vai ver até um pedaço de alicerce ainda, aí o pessoal se junto um dia a noite e arranco [...] o pessoal boto eles pra correr, foi ali pego todos os trator deles, pego os trator que tinha ali, óleo diesel, tudo dele, inclusive até uns frangos que tinha ali e preparei essa área do fundo todinha e plantei aqui com milho dele, semente dele e tudo, aí devolvi o trator pra ele. Aí a polícia veio, o pessoal entregou o trator... aí ele parou, o pessoal teve que dar uma radicalizada com ele. (FARIA, Paulo César. Entrevista concedida no dia 20/06/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

A história da conquista dos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz, apesar de suas especificidades, não difere muito das tantas outras histórias de luta pela terra que tivemos e temos no país.

No Sebastião Rosa da Paz, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) é o movimento responsável pela sua coordenação. Logo na instalação do assentamento foi decidido, entre os representantes da CUT, INCRA e as famílias assentadas, pela implantação de dois tipos de sistemas de produção: o individual e o coletivo. Entre as cinquenta famílias que foram assentadas no local, dezessete optaram pelo regime de trabalho coletivo, as demais adotaram a prática de trabalho individual. Aquelas que optaram pelo Coletivo, acreditavam que esse era o melhor caminho, mais viável e rentável. As que escolheram o trabalho individual, a maioria, preferiu esse sistema pela possibilidade de viver com autonomia e liberdade em seus lotes.

---

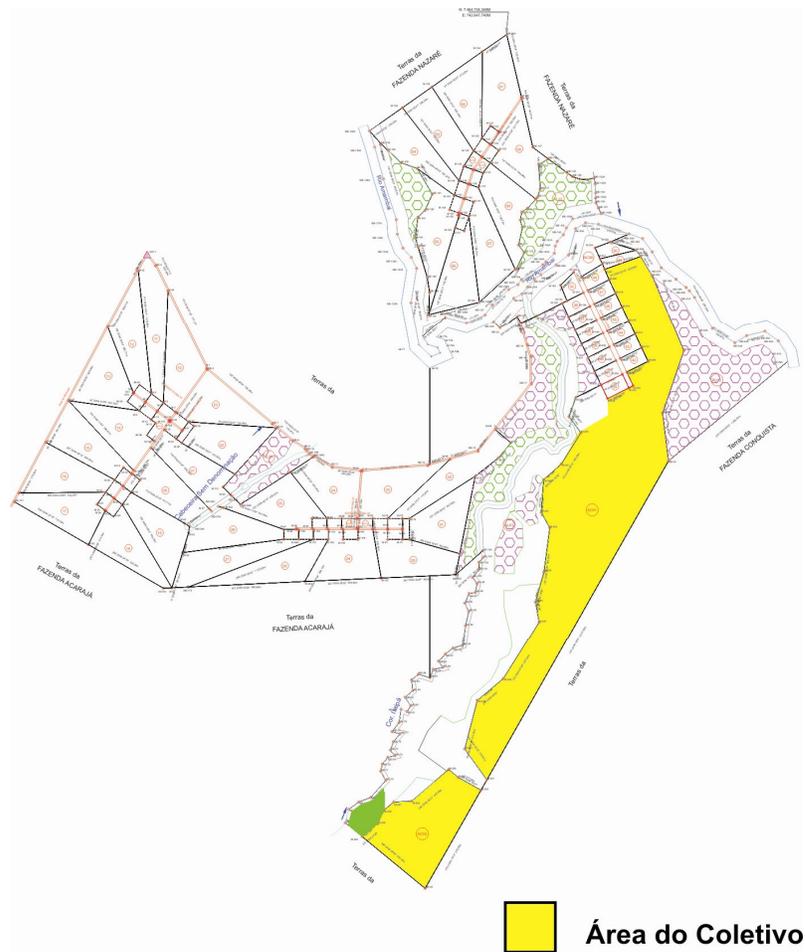
<sup>37</sup> Em 1995, ocorreu o massacre de Corumbiara em Rondônia e, em 1996, o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, exemplos da extrema violência do Estado contra os sem-terra.

<sup>38</sup> O acampamento recebeu este nome em homenagem a prefeita de Mundo Novo, Dorcelina de Oliveira Folador, assassinada por pistoleiros, aos 36 anos de idade, com seis tiros na varanda de sua casa no dia 30 de outubro de 1999, foi uma grande militante que vinha contribuindo com o movimento de luta pela terra. Segundo os/as assentados/as este também era o nome escolhido para o assentamento, mas no momento de seu registro descobriram que outro assentamento já havia sido registrado com este nome. A opção foi escolher o nome de outro militante, no caso, o de Sebastião Rosa da Paz, sindicalista do município de Uruaçu, estado de Goiás, assassinado no ano de 1984.

### 1.3.1. O Coletivo...

Para as 17 famílias que optaram pelo sistema coletivo foi reservada uma área no assentamento, sendo que cada família possuía em média 17,5 ha. Desses, foram demarcados lotes individuais de 2,5 ha e o restante, 15 ha destinado à área do coletivo, que se encontrava próxima aos lotes, conforme mostra o mapa abaixo.

Mapa 2: Assentamento Sebastião Rosa da Paz - sistema de produção coletiva



Fonte: Relatório Técnico de Projeto de Pesquisa. Edital: 01/2002, p. 46.

Pelo mapa 2, podemos observar e identificar as áreas nas quais ficaram as 17 famílias integrantes do Coletivo (em 2001) e seus lotes individuais, onde plantavam para a

sobrevivência e em suas proximidades a área coletiva, reservada para a produção que deveria ser comercializada pelo grupo.

A opção por esse sistema de produção partiu dos representantes da CUT, INCRA e algumas famílias e teve por base a concepção ideológica da Igreja Católica, pois segundo o ex-líder da CUT e atual representante da Federação de Agricultura Familiar/MS (FAF), os motivos pelos quais decidiram pela organização do trabalho coletivo estavam vinculados a:

[...] concepção política nossa, né? Na verdade eu tenho uma formação vindo da Igreja Católica, da comunidade evangélica de base, então junto de mais companheiros com a mesma formação e outros que obtiveram um sonho de viver na prática aquilo que se discursa. Em construir uma sociedade diferente, que as pessoas possam ser iguais, possam se respeitar em todos os sentidos. A partir daí surgiu a idéia de deixar essa área do lado de cá para que fosse usada em “comum”, na verdade do lado de cá são 17 famílias [...]. (FARIA, Paulo César. Entrevista concedida no ano de 2004. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

Nesta narrativa percebemos a influência da nova fase do catolicismo na tomada da decisão pelo sistema coletivo no Assentamento Sebastião Rosa da Paz. A Igreja Católica, a partir dos anos 1960, passou por um processo de renovação de ideias, instituindo a “Teologia da Libertação” que assumiu o compromisso com os pobres, com o povo que vive em situações de opressão e miséria. Assim, a Teologia da Libertação surgiu com o desejo de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. As CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) têm por objetivo desenvolver nas pessoas um compromisso político ativo, para que possam vir a formar organizações em defesa de seus direitos. No caso do Movimento dos Sem-Terra, as CEBs têm plantado as sementes de uma sociedade socialista.<sup>39</sup>

Com base nos pressupostos da ideologia católica na busca por uma sociedade igualitária e apoiados em modelos de coletivo que estavam vigorando em algumas regiões brasileiras, como no estado do Rio Grande do Sul, homens e mulheres partiram para a prática do trabalho coletivizado.

A organização e o funcionamento do sistema coletivo não diferiu muito dos outros modelos implantados no país. De acordo com a pesquisadora Pinheiro (1999), em seu trabalho intitulado “Assentamentos da Reforma Agrária em Goiás”, o coletivo:

[...] caracteriza-se pelo domínio e responsabilidade coletiva do espaço físico – terra – e demais recursos produtivos – trabalho e bens de capital [...] A produção, neste caso, é feita sob a administração da associação e o trabalho envolve, quase sempre,

---

<sup>39</sup> Para maiores informações sobre o assunto ver: SCHERER-WARREN, Ilse. *Rede de Movimentos Sociais*. 3. ed. Centro João XXIII. SP: Loyola, 2005.

apenas mão-de-obra do titular ou chefe de família. A partilha do produto final – em se tratando de alimentos básicos – pode ser feita da seguinte maneira: uma parte é destinada aos agricultores e outra à comercialização, que pode ser realizada pela associação, com partilha dos resultados financeiros entre associação e associados. Quando a produção é pequena, o produto final pode ser partilhado igualmente entre os agricultores que podem ou não vender uma parte. Uma pequena porção do produto é destinada à associação. (PINHEIRO, 1999, p. 47).

No Assentamento Sebastião Rosa da Paz, o modelo coletivo<sup>40</sup> funcionava praticamente na maneira apresentada por Pinheiro, pois havia uma área coletiva, na qual os integrantes realizavam o trabalho comunitário. Apenas os titulares dos lotes eram responsáveis pelas atividades na área coletiva, os demais membros da família como mulheres e filhos<sup>41</sup> não estavam incluídos. A compra de bens, como trator e equipamentos para a lavoura era dividida entre seus integrantes, assim os bens adquiridos tornavam-se comuns. As atividades estavam basicamente divididas em dois setores: o da agricultura e o da pecuária, além dos serviços relacionados à infra-estrutura da área, como a construção de cercas e instalações para o gado<sup>42</sup>. Na agricultura, produtos como a mandioca, o milho e o feijão eram os mais cultivados. Na pecuária, destacava-se a atividade leiteira, sendo definido o grupo responsável pela ordenha das vacas e separação dos bezerros. A produção destinava-se ao comércio, com a partilha dos resultados financeiros entre seus membros.

As primeiras medidas tomadas pelo grupo coletivo foram a adoção de um estatuto e a organização de uma comissão encarregada de administrar a produção:

Quando ficou definido realmente o grupo que ficaria no Coletivo, aí nós começamos a estudar alguns estatutos né, estatuto assim que a gente tava usando como exemplo pra pode montar o grupo, inclusive tinha um que era do Rio Grande do Sul, tinha num assentamento do Rio Grande do Sul e aí a gente começou a estudar e montar o nosso estatuto, continha algumas regras, tinha direitos e deveres das pessoas que fazia parte do grupo [...]. (ÁVILA, Rosângela Corrêa. Entrevista concedida no dia 13/12/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

Conforme nos fala Rosângela, após a definição dos membros do grupo coletivo foi preciso montar o próprio estatuto do grupo que continha algumas regras a serem seguidas. Dessa forma, procurava-se instituir um novo estilo de vida diferente do modo de vida

---

<sup>40</sup> O grupo pertencente ao sistema de produção coletiva recebeu, na época, a denominação de “Coletivo”, por isso escrevemos apenas Coletivo, com a letra inicial maiúscula.

<sup>41</sup> Os jovens foram excluídos do sistema de produção coletiva. Segundo alguns membros do Coletivo, esse foi um dos motivos que fizeram com que os jovens deixassem o assentamento: a falta de oportunidades de trabalho.

<sup>42</sup> É importante mencionar que não obtivemos informações sobre a quantidade de horas trabalhadas pelas famílias integrantes do Coletivo, mas averiguamos que essa foi uma das questões que suscitou divergências no grupo, pois de acordo com estes/as assentados/as, alguns membros trabalhavam mais que outros.

camponês. O projeto individual cedeu lugar ao coletivo e assim, incorporou-se o “nosso”, ao invés do “eu”. A formação do grupo coletivo estava vinculada a adoção de um conjunto de novas práticas ligadas a novas maneiras de viver, trabalhar e produzir de forma comunitária. Para o grupo, a coletivização tornava-se o caminho mais rápido para melhorar de vida e assegurar o sustento da família. No entanto, o sistema coletivo de produção na visão de alguns de seus integrantes ao assemelhar-se ao funcionamento de uma empresa, com vistas a melhoria de qualidade dos produtos, aumento da produção e lucratividade passou a impor a seus membros alterações nos modos de vida, uma vez que viver em coletividade pressupõe seguir normas e códigos.

A imposição dessas normas e os desentendimentos acerca da produção provocaram a desestruturação do coletivo nesse assentamento, como veremos adiante.

### **1.3.2. Mulheres no Coletivo?**

No Coletivo, a mão-de-obra era basicamente masculina (com algumas exceções femininas): “[...] aqui no Coletivo era assim só os homens, as mulheres não tinham participação, as mulheres eram vistas como donas-de-casa, mulher do lar [...]” (ÁVILA, Rosângela Corrêa. Entrevista concedida no dia 13/12/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz).

Conforme relato acima, a maior parte das mulheres não participava do processo produtivo do Coletivo, permaneciam responsáveis pelo espaço privado: a casa. Entretanto, alguns exemplos, como os casos de Vera e Rosângela, revelam uma descontinuidade neste processo:

[...] o dia que não estava pra Campo Grande, todo dia, às 6 horas, depois do café [...] que nós tínhamos que fazer cerca, dividir as partes, medir, plantar [...] eu ia ajudava o seu Ademar, o seu Ademar é testemunha disso, um dia pegamos aquela cerca da sede até subi ali na divisa dessa cerca [...]. (SOUZA, Vera Lúcia de. Entrevista concedida no dia 24/10/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

[...] inclusive a maioria aqui falava assim dos homens: ah! a Rose é a única que vai no mangueiro, a Rose é a única que a gente vê a cavalo por aí [...] eu gostava de participa, eu gostava de ta lá junto, pra mim era um prazer [...]. (ÁVILA, Rosângela Corrêa. Entrevista concedida no dia 13/12/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz).

A participação de Vera no Coletivo pode ser entendida sob dois aspectos: é a titular do lote e assim, pela designação do estatuto, a responsável pelas atividades na área coletiva. Mas o motivo relevante dessa participação, acredito estar no “sonho do coletivo” que não era apenas seu, mas de outros homens e mulheres que acreditavam em sua concretude. Ao falar do Coletivo nas entrevistas, Vera dividiu conosco seus pensamentos e sonhos: “[...] nós tinha um sonho de um coletivo que era trabalha junto, dividi igual, o pessoal em união [...] pra mim, na minha cabeça quando eu entrei no Coletivo era um coletivo humano, de gente que queria tá junto [...]”

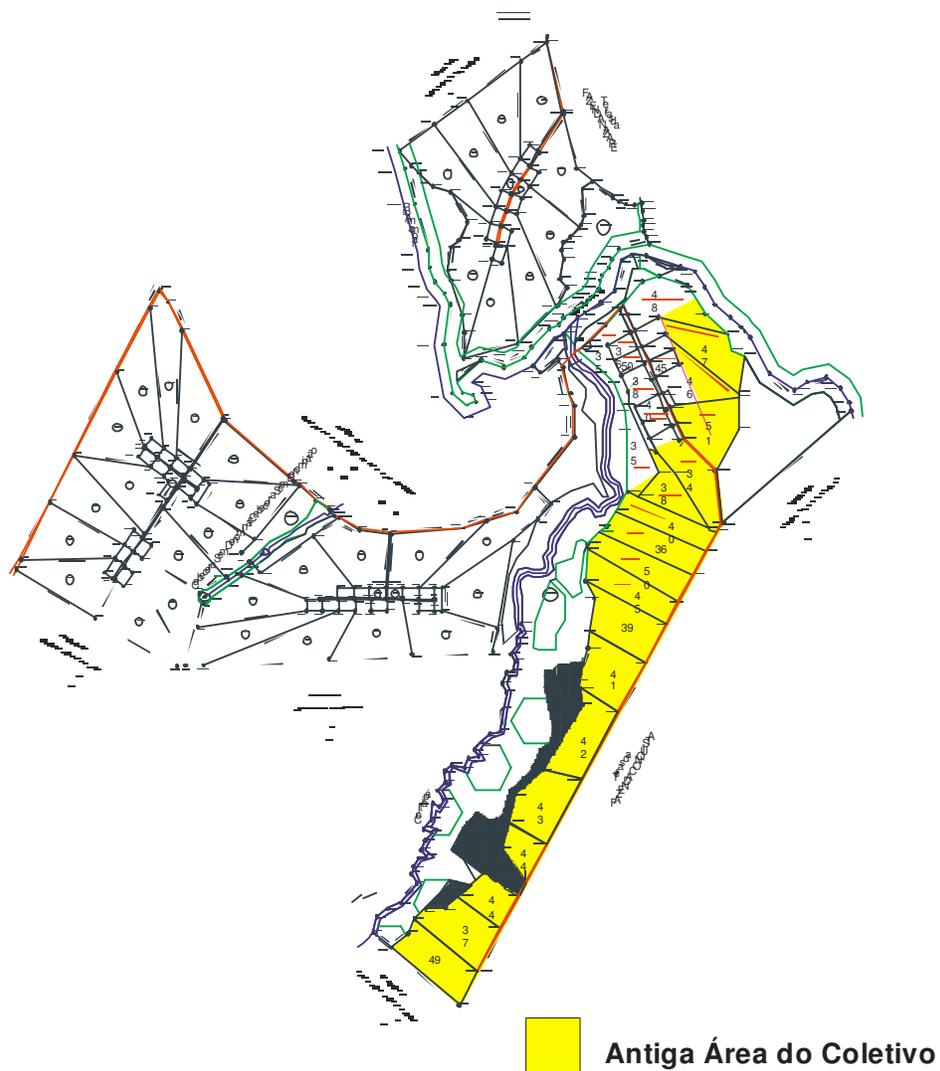
Rosângela em sua fala vigorosa diz “eu gostava de participa, eu gostava de ta lá junto”. Da mesma forma que Vera, acreditava no Coletivo: “[...] quando eu vou fazer alguma coisa eu visto a camisa de verdade, já que a gente veio pro Coletivo então a gente vai se dedica pra dá certo esse coletivo [...] eu apostava todas as fichas que daria certo [...]”.

Essas mulheres, assim como os demais integrantes do Coletivo, tiveram seus sonhos desfeitos, pois com o passar do tempo, as práticas, as vivências com o grupo foram tornando-se cada vez mais difíceis. A emergência de conflitos então não pode ser evitada, desentendimentos em relação às formas de trabalho e às maneiras de produzir tornaram-se correntes – era o início de sua desestruturação, logo no final do primeiro ano de trabalho comunitário.

### **1.3.3. O fim do Coletivo...**

Das 17 famílias envolvidas na nova maneira de produzir coletiva, restaram apenas 10, e em sua fase final havia apenas sete famílias trabalhando. A organização do trabalho coletivo no Sebastião Rosa da Paz durou cerca de três anos e, atualmente, não é mais praticado pelas famílias. Vejamos como ficou a nova demarcação feita pelo INCRA, em 2006, após o término do Coletivo.

Mapa 3: Assentamento Sebastião Rosa da Paz após o término do sistema de produção coletiva



Fonte: Relatório Técnico de Projeto de Pesquisa. Edital: 01/2002, p. 47.

Neste mapa observamos a nova demarcação dos lotes, quando as famílias que integravam o grupo coletivo ganharam na justiça o direito ao corte individual de seus lotes. De acordo com Fachin: “[...] houve uma alteração no corte dos lotes, sendo que alguns ficaram “picados”, para garantir as benfeitorias já construídas nestes anos de trabalho”. (2002, p. 46).

A nova demarcação gerou reclamações por parte das famílias que, segundo Fachin, não tiveram continuidade em suas terras, sendo algumas prejudicadas com relação ao tamanho

dos lotes, ou seja, houve a diminuição da quantia de seus hectares. Entretanto, tais famílias não aceitaram a mudança que foi proposta pelo INCRA, de saírem do assentamento e irem para o Assentamento Padre Adriano, que estava sendo formado na ocasião, no município de Juti.

Com base nos estudos bibliográficos, nas narrativas das lideranças da CUT e dos/as assentados/as envolvidos/as no Coletivo podemos elencar alguns problemas que teriam contribuído para o término deste modelo no Assentamento Sebastião Rosa da Paz, entre eles: o despreparo das famílias; a imposição do sistema por parte das lideranças dos movimentos sociais; o individualismo presente na mentalidade das pessoas; as diferenças culturais (de costumes, valores, projetos de vida); desejo de autonomia em seus lotes; problemas no momento de seleção dos/as candidatos/as, etc.

Na visão do assentado Domício Claudino de Oliveira, Diretor Regional da CUT – MS, o Coletivo “não deu certo” por que:

Houve imposição do *coletivo*. Na época era um sonho. Mas precisaria discutir mais as formas *individuais* e *coletivas*. O *coletivo* não funciona devido a hábitos, costumes e diferentes pensamentos ideológicos. (OLIVEIRA, Domício Claudino de. Entrevista concedida no ano de 2004. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

Domício atribui as “falhas” do sistema coletivo aos movimentos sociais, que acabaram por “induzir” as famílias a aceitar um projeto sobre o qual desconheciam, como ele mesmo diz: “precisaria discutir mais as formas individuais e coletivas”. Embora saibamos das reuniões que as lideranças tiveram com os/as assentados/as sobre o sistema de produção coletiva, essas não foram suficientes para preparar as famílias. Isso indica que era necessário um tempo maior junto às famílias para a realização de trabalhos, como palestras e cursos, com o objetivo de trazer informações acerca do funcionamento deste sistema. Além do mais, o “insucesso” do Coletivo, segundo Domício, também estava atrelado as diferenças culturais entre seus membros, isto é, aos distintos hábitos e formas de pensamento.

Por isso, Domício sugere que:

[...] antes de ir pra terra é preciso fazer esse estudo minucioso de comportamento ideológico das famílias e fazer divisão e subgrupo por interesse, por cultura, por saber, daí eu fico até chateado e acabo ficando chateado comigo, mas eu não devo não... É certo que tem que melhorar as pesquisas, aquelas famílias vão ter uma convivência num agrupamento menor, aí vão se chocar idéias, culturas, tendências e deixou de se fazer um estudo que iria solidificar para construir verdadeiramente um povo, eu penso assim, enquanto não se fizer isso, esse estudo minucioso, cuidadoso,

é um pouco doído é, mas vai ser preciso. (OLIVEIRA, Domício Claudino de. Entrevista concedida no ano de 2004. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

A sugestão mencionada por Domício é de se fazer uma seleção das famílias, dividindo-as por grupos que apresentem os mesmos interesses (semelhanças culturais) para que não aconteça o “choque de ideias”, quando da formação dos grupos. Por outro lado, ao se fazer esse tipo de seleção Domício acredita que os movimentos sociais coordenadores estarão sendo arbitrários, uma vez que podem diminuir as chances de algumas famílias adquirirem terra, seja na forma individual e/ou coletiva.

Da mesma forma que Domício, o ex-líder da CUT e atual representante da FAF/MS, Paulo César Faria, reconhece que os movimentos e suas lideranças apresentam “falhas”, que posteriormente podem trazer problemas aos/as assentados/as, como o que houve no Sebastião Rosa da Paz em relação ao Coletivo.

Quando a gente vai fazer acampamento [...] quando vai olhar quem são as pessoas, percebe que, no mínimo, 30% delas se vai ter que arrumar um jeito dessas pessoas não ficar, por que se ficarem vai dar problema lá na frente, e das outras 70%, nós temos que ser capazes de preparar essas pessoas antes mesmo delas irem pra terra, capacitar, e aí o desafio é nosso, não é só do Estado, é comum das pessoas, e nós fazemos isso, é mais fácil dizer que o problema é da sociedade, que o problema é do governo... a gente sempre diz que a terceira pessoa é culpada né? Nunca somos nós, e a culpa maior é nossa, quando eu falo nossa, falo dos movimentos sociais, eu tenho uma briga tremenda com nosso povo, quando a gente reúne essas lideranças de acampamento [...] e quando a gente reúne eu fico mordido, eu me esparramo mesmo com eles, eu vou pros acampamento e digo, ou a gente se qualifica ou nada feito, que essa questão do acampamento é nosso espelho pro assentamento, que o cara que vai lá só no final de semana, que só fica preocupado com o que vai ganhar, esse tipo você tem que dizer “meu amigo, vai embora”... e aí nós não estamos preparados pra isso, fica dando jeito aqui, agarra ali, se preocupando mais com o volume de pessoas do que com a qualidade, com seu envolvimento... (FARIA, Paulo César. Entrevista concedida no ano de 2004. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

Novamente temos a seleção como um fator importante para o “sucesso” dos assentamentos bem como a formação de grupos. Notamos a preocupação dos movimentos em preparar as famílias antes de irem para os assentamentos. Entretanto, como argumenta Paulo é um “desafio” aos movimentos que ainda não estão preparados para determinadas situações, como a citada em sua fala de que se preocupam mais com a quantidade das pessoas a serem incluídas no programa de reforma agrária do que com a “qualidade” das pessoas envolvidas. No entanto, tanto os movimentos sociais, quanto o estado, precisam considerar que as famílias também trazem projetos e que nem sempre são dos movimentos sociais.

De acordo com os relatos dessas lideranças, avaliamos que o quadro é complexo, pois vários são os fatores que impedem o andamento dos assentamentos, gerando situações adversas, como a apresentada aqui: a dificuldade de levar o projeto coletivo adiante. Já na visão dos/as integrantes do sistema de produção coletiva, o Coletivo foi um “sonho” de viver uma vida diferente, como relata Rosângela:

[...] durante estes três anos a gente vem sonhando, vem apostando, lutando, tentando viver uma vida diferente, a gente queria provar pra nós mesmos que éramos capazes de viver em grupo, como era no início, era um desafio, uma idéia... eu não sei se o egoísmo do homem, ou se foi meu bico que às vezes esqueço de levantar a cabeça e olhar o companheiro do lado, então a gente não deu mais certo, tem nós três que queremos sair. Em janeiro a gente fez a comunicação ao grupo: “Vamos agora encarar o trabalho individual”. (ÁVILA, Rosângela Corrêa. Entrevista concedida no ano de 2005. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

Ela aponta algumas razões que teriam contribuído para o término do sonho de trabalhar em coletividade, dentre elas: o despreparo das famílias para viver de forma comunitária, citando a questão do individualismo (a dificuldade que os indivíduos têm de dividir, partilhar), elemento característico da sociedade capitalista.

Para Vera Lúcia, ex-integrante do Coletivo e atual presidente da Associação de Moradores do Assentamento Sebastião Rosa da Paz, o sonho do Coletivo foi desfeito em virtude de não se viver aquilo que se discursava.

Aqui esse foi um grande problema desse assentamento [...] a gente foi vendo que aquele coletivo... nós tinha um sonho de um coletivo que era trabalha junto, dividi igual [...] mas fomos vendo que não era isso [...] então fomos entrando em divergência e o pessoal foi saindo... (SOUZA, Vera Lúcia de. Entrevista concedida no dia 23/10/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

No dia-a-dia do sistema de produção coletiva, seus membros foram percebendo as diferenças entre discurso e prática, primeiramente surgiram desentendimentos acerca da divisão do trabalho e da quantia de horas, nas narrativas, relataram que “alguns trabalhavam mais do que outros”. Mais tarde, seus integrantes passaram a questionar as regras contidas no estatuto e por último as divergências com relação à divisão dos lucros da produção.

Nesse contexto, para maiores esclarecimentos sobre as reflexões a respeito do trabalho coletivo, fizemos alusão ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que vem utilizando nos assentamentos esse modelo de organização de produção e de trabalho. Ao analisar alguns estudos do MST, podemos elencar elementos que se tornaram empecilhos na

efetivação do sistema coletivo no Assentamento Sebastião Rosa da Paz (CUT). Alguns corroboram com os já mencionados nas narrativas dos integrantes do Coletivo, como por exemplo, a não-preparação das famílias, nesse caso é necessário desenvolver uma prática de conscientização acerca do funcionamento e da importância desse sistema para a superação das dificuldades ligadas a produção (sendo os equipamentos, insumos e máquinas comprados e utilizados em conjunto). Somado a isso, é preciso levar em consideração o grau de parentesco, amizade e companheirismo das famílias, em períodos anteriores ao assentamento, uma vez que a existência de parceria entre as famílias, a trajetória de vida, observando as experiências dos/as trabalhadores/as, o apoio dos mediadores, a cultura dos/as trabalhadores/as, enfim são laços que podem contribuir para uni-las.

A decisão de encerrar, no final de 2005, o sistema de produção coletiva no Sebastião Rosa da Paz, também esteve ligada a desentendimentos que os integrantes tiveram a respeito das questões sobre ritmo de trabalho e partilha dos resultados da produção. Nesse contexto, é preciso levar em consideração a interferência dos valores da sociedade atual, orientada pelo lucro, competitividade, mercado e produção na vida dessas famílias. Tal interferência compromete e “fragiliza” os valores, crenças e sonhos desses sujeitos, conforme aponta Farias: “[...] a preocupação de produzir em escala maior, vislumbrando um certo acúmulo de capital. Nesse processo [...] a ligação de intimidade e de amor da família com a terra fragiliza-se, ou seja, o mercado passa a influenciar na organização interna do grupo [...]”. (2002, p. 242). Tal interferência provoca influências no modo de vida das famílias ao colocarem o processo produtivo em primeiro lugar, pois tendem a restringir o lazer, o divertimento e as horas de descanso em virtude do projeto coletivo: de acumular para um futuro melhor. Além do mais, as preocupações com o lucro e o aumento da produção engendram entre as famílias conflitos pela sua divisão. A ideia de compartilhar/dividir torna-se difícil na prática (FARIAS, 2002).

Ademais, outras interferências podem ser mencionadas, como as de ordem cultural, sobre as quais nos fala Farias (2008) ao explicar que as famílias trazem para os assentamentos memórias, experiências, sonhos e projetos de vida que, muitas vezes, não são homogêneos. Assim, a diversidade ideológica e cultural das famílias, somada à influência dos mediadores (que podem ser: o Estado, MST, FETAGRI, CUT, CPT), também pode ocasionar conflitos dentro do assentamento, pois cada família que participa de um dos sistemas, seja individual e/ou coletivo, apresenta projetos distintos.

Na concepção de D'Aquino (1996), sobre o trabalho coletivizado e individual, a pesquisadora argumenta que são opções de trabalho no mundo rural, e que estão vinculadas às experiências vividas de cada homem ou mulher no trabalho com a terra. No novo lugar os/as trabalhadores/as colocam em prática seus princípios, valores, referenciais, tentando assim, preservá-los, de acordo com sua trajetória histórica.

São novas buscas de um estilo de vida no meio rural. Parece bastante razoável afirmar que o desenvolvimento coletivizado da produção, por ser uma forma mais eficiente de organização do trabalho é mais rentável. Porém ele parece provocar desestruturação dos conhecimentos preservados pela memória coletiva enquanto definidora de práticas. A necessidade, rege, em certos casos, tais rupturas no modo de pensar a vida na terra, uma vez que os novos rumos econômicos geram novas dependências que geralmente conflitam com valores centrados na autonomia. Para preservá-los, os assentados, em sua maioria, optam por uma produção individualizada. Querem preservar a possibilidade de escolher o que plantar, quando e como trabalhar. À lógica da necessidade enquanto princípio de uso do tempo, opõem os ritmos naturais de trabalho, mesmo que, muitas vezes esta escolha implique em trabalhar de sol a sol. (D'AQUINO, 1996, p. 12)

Conforme as considerações acima de D'Aquino, embora o trabalho coletivizado seja considerado mais rentável, seu modelo põe em prática um novo modo de pensar a vida na terra que, em alguns casos, pode se chocar com os valores centrados na autonomia, que muitos trabalhadores/as tendem a preservar. Diante de tais considerações, chegamos a conclusão de que a cisão que houve entre o Coletivo do Assentamento Sebastião Rosa da Paz e que frustrou sonhos ocorreu diante de um quadro complexo, o qual envolveu questões econômicas (ligadas a produção) e culturais (relacionadas as distintas experiências e concepções ideológicas de seus membros), fazendo emergir conflitos.

As famílias foram enfrentando divergências e deixando o grupo, até que no final de 2005, após “ganharem” na justiça os direitos relacionados à parte do que possuíam no Coletivo (divisão dos bens)<sup>43</sup>, houve sua completa extinção.

#### **1.4. Vida nos acampamentos através de imagens**

No levantamento de dados, junto aos assentamentos de nosso estudo, um dos aspectos que nos chamou a atenção foi o contar de suas histórias com o registro que efetivaram de imagens. Por isso, neste tópico, procuramos contar um pouco sobre a vida de homens, mulheres e crianças através de imagens que foram cedidas pelos/as próprios/as assentados/as.

---

<sup>43</sup> Além do corte dos lotes, após a dissolução do Coletivo houve a partilha dos bens, conforme Anexo E – Termo de Audiência de 23 de agosto de 2005.

Buscamos ler as imagens nas “entrelinhas”, utilizando-as como “evidência histórica”. Trabalhando nessa perspectiva, algumas reflexões sobre o uso, o sentido e o significado das imagens fotográficas se fizeram necessárias, tomando como referências os trabalhos de Kossoy (2003), Ciavatta (2002), Mauad (2008), Sontag (2004), Martins (2008) e Burke (2004). Acreditamos que o uso das imagens só vem a contribuir com o presente trabalho, uma vez que elas revelam aspectos da vida social de mulheres e homens que um dia estiveram acampados em barracos de lona.

Todavia, tratar as fotografias como fonte envolve uma série de questões que passam pelo olhar do “fotógrafo”, aquele que “aperta o botão e faz clic”, pelas “poses” dos fotografados, pela recepção e decodificação dos/as leitores/as.

Nesse contexto, trabalhar com imagens fotográficas constitui um grande desafio dada as complexas questões teóricas que giram em seu em torno. Contudo, elas compensam os desafios e riscos por oferecerem evidências dos fenômenos sociais. Elas fazem parte da nossa cultura, estando presentes em nossas vidas, no nosso cotidiano, seja para nos fazer lembrar de momentos felizes, como a festa de formatura, o casamento e/ou registrar a vida em família, o crescimento dos filhos, as viagens ou para nos fazerem recordar de amigos e parentes que não estão mais presentes. O fato é que elas: “[...] nos impressionam, nos comovem, nos incomodam [...] imprimem em nosso espírito sentimentos diferentes [...]”. (MAUAD, 2008, p. 33)

Desse modo, interpretamos as imagens fotográficas como fonte histórica por nos comunicarem “algo” sobre a vida de um determinado grupo social. Ao mesmo tempo, as compreendemos na perspectiva de Le Goff (2003), como imagem/documento e imagem/monumento. No primeiro caso, as fotografias demonstram uma “materialidade passada”, nos fornecendo informações sobre pessoas, objetos, lugares, condições de vida, trabalho, entre outras. No segundo caso, atestam a única imagem que determinada sociedade e/ou grupo quer perenizar para o futuro.

Tais considerações são relevantes para refletirmos sobre o uso e os múltiplos significados das imagens fotográficas. Nesse sentido, podemos dizer que elas não foram criadas apenas para serem observadas, mas também para serem lidas/interpretadas.

A proposta aqui é demonstrar a importância e o significado da utilização das fontes iconográficas neste trabalho de pesquisa, pois de acordo com Burke: “[...] imagens, assim

como textos e testemunhos orais, constituem-se numa forma importante de evidência histórica. Elas registram atos de testemunho ocular”. (2004, p. 17)

Partindo desse conjunto de considerações é que “tentamos” analisar algumas imagens da época dos acampamentos, procurando trazer à tona aspectos da vida social de mulheres e homens acampados. A fotografia abaixo registrada na época do Acampamento Dorcelina Folador, hoje Assentamento Sebastião Rosa da Paz, tem “algo” a nos dizer que não está explícito, mas oculto por detrás da imagem.



FOTO 01: Visita do senador Eduardo Suplicy ao Acampamento Dorcelina Folador (atualmente Assentamento Sebastião Rosa da Paz). Fotografia registrada por um dos acampados na época, ao final do mês de outubro de 2000 – Acervo particular

Esta fotografia diz respeito à visita do senador Eduardo Suplicy ao acampamento, no final do mês de outubro de 2000, momento em que o acampamento estava instalado próximo ao imóvel a ser desapropriado (na entrada da fazenda), Fazenda São João.

Na imagem, observamos o senador rodeado por mulheres, crianças e homens. A foto foi retirada em frente ao “barracão de lona”, onde eram realizadas as reuniões. Ao fundo da imagem percebemos uma faixa branca com letras vermelhas e pretas indicando o nome do acampamento. O “fotógrafo”, no ato de registrar a imagem, parece não se preocupar com as “poses” de seus retratados, o “flagrante” é visível no momento do registro, visto que o senador aparece dialogando com um dos acampados e as demais pessoas aparecem com posturas e olhares dispersos. Provavelmente, “o fotógrafo” (amador), membro desse grupo social, não estava preocupado com as questões estéticas e técnicas relacionadas à fotografia,

sua intenção parece ser a de registrar o momento, principalmente a figura do senador para rememorar posteriormente o vivido com o grupo. Também percebemos que todos parecem estar à vontade na presença do senador, de trajes simples, num dia de calor, algumas crianças se apresentam apenas de short e descalças. Todos desejam estar ao redor dele, pois estão encantados com sua presença, afinal é um dos líderes políticos mais importantes do país que pode contribuir com suas lutas.

No entanto, é preciso mencionar que essa imagem fotográfica revela apenas um dos vários momentos vividos nos acampamentos. Nesse caso, deixa transparecer a ideia de um momento tranquilo, harmonioso, no qual a visita/presença de uma liderança política, engajada com sua luta, pode, por meio de palavras de apoio, trazer expectativas em relação às suas lutas. Em contrapartida, essa imagem fotográfica, e mais precisamente a vinda de Suplicy, ultrapassa um simples momento/ato comemorativo. “Por trás da imagem” descobre-se uma representação significativa na história/memória das mulheres, homens e crianças que um dia estiveram acampados ali, à beira da entrada da antiga fazenda, pois está relacionada às reivindicações desses/as trabalhadores/as pelo direito à terra, às experiências vividas no contexto dos acampamentos, que só podem ser evidenciadas e expressadas pelas narrativas daqueles/as que as vivenciaram, como relata Paulo César Faria:

O que aconteceu nessa foto. A filha do seu Napoleão que era o dono dessa área era vizinha do Eduardo e da Marta, eles eram vizinhos lá em São Paulo e a filha deles fazia academia com a Marta e devido a essa relação, o irmão da Dona Ordália que era o dono da fazenda, ele é deputado federal até hoje [...] então a filha que pediu pro Suplicy intervir no conflito que existia na época aqui, que na verdade não tinha conflito, né, eles não queria era perde a terra, eles não queriam perde essa batalha com nós na época e devido a essa disputa eles recorreram ao Eduardo Suplicy por ele se do PT, por ele te uma história assim com os movimentos sociais do campo, eles recorreram a ele pra ele intervir junto a nós na tentativa de apaziguá e na verdade não era só apaziguá, era tenta convence nós a sair daqui, só que ele não entrou nessa. Ele foi duma elegância assim tamanha [...] e em momento algum ele pediu isso pra nós, só pediu muita calma, evitasse sangue, que a luta nossa era justa, além de ser justa era correta, que nós tínhamos que continuar lutando, porém que tinha que não adota algumas medidas radicais e tal, aí o camarada que veio com ele que era o deputado [...] falo que essas fazendas foi batalhada, foi sofrida, porque o que a gente estava fazendo não era justo, porque a propriedade era produtiva e que nós não podia faze isso, aí nós falamos que não queríamos tomar nada de ninguém né, o INCRA que falou que a propriedade era improdutiva [...] nós só estava exigindo que o INCRA cumprisse a lei, então foi nessa linha. Foi logo depois que ele veio que saiu o decreto de desapropriação. (FARIA, Paulo César. Entrevista concedida no dia 20/06/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

Paulo César rememora esse dia da visita do senador Suplicy, que ao contrário do que lhe foi pedido, acabou por incentivar os/as acampados/as, apoiando-os/as e reconhecendo a

luta, como justa. As imagens fotográficas, nesse sentido, são mais do que simples descrição daquilo que o nosso olhar nos revela, pois elas traduzem na concepção de Mauad (2002), valores, ideias, tradições e comportamentos dos diferentes grupos sociais em diversas épocas históricas. Diante disso, é preciso que pesquisadores e pesquisadoras atentem para o uso de fotografias em seus trabalhos, como uma forma de enriquecê-los, não com simples imagens postas, auto-explicativas, mas procurando decodificar a mensagem que está por detrás das imagens, como aponta Ciavatta (2002):

[...] trata-se de fazer a arqueologia da imagem, a crítica interna das ideologias de legitimação da realidade ou das formas de apresentação da realidade pelas fotografias [...] O que significa fazer a decodificação das mensagens subjacentes, o desvelamento de seus elementos e a busca das relações ocultas ou menos aparentes. Significa buscar ir além da fragmentação da realidade e da perda de sentido das partes, dos elementos e dos aspectos, operadas pela imagem. (CIAVATTA, 2002, p. 18).

Compartilhando do pensamento de Ciavatta, é preciso fazer a “arqueologia das imagens”, estudando-as, investigando-as, decodificando suas mensagens, estabelecendo críticas a fim de chegar a “totalidade” implícita, oculta que está por detrás das imagens. Partindo das reflexões de Ciavatta, evocamos neste trabalho também os estudos de Kossoy (2003) quando diz que as imagens fotográficas devem ser investigadas em seu conjunto, através dos métodos: iconográfico (descritivo) e iconológico (interpretativo)<sup>44</sup>. Somente assim, a fotografia pode nos trazer desafios para a compreensão das relações sociais, informações sobre a vida de um grupo ou povo em um determinado espaço e tempo.

Podemos dizer que as fotografias, assim como as fontes orais, vêm se tornando, cada vez mais instrumentos indispensáveis para o registro e análise dos fenômenos sociais, uma vez que elas podem nos auxiliar a descobrir informações sobre a vida/cotidiano dos sujeitos, suas relações sociais e suas visões de mundo.

Partindo dessas considerações é que fazemos uso das imagens fotográficas neste trabalho. Pelas fotografias de número 2 e 3 apreendemos informações sobre a vida nos acampamentos rurais e o motivo pelo qual essas pessoas se sujeitam a viver de forma precária nestes espaços. Essas imagens retratam Aparecido Dorce (esposo de Leila - atualmente presidente da COOPERFAMILIAR) em seu barraco de lona, no Acampamento Guanabara,

---

<sup>44</sup> Para Kossoy (2003, p. 95), a análise iconográfica consiste na busca do significado do conteúdo, da descrição dos elementos constitutivos da imagem fotográfica, no entanto, não é suficiente para o entendimento da imagem em sua totalidade. O outro caminho proposto por Kossoy é a análise iconológica, a busca do significado interior do conteúdo, ou seja, a interpretação dos fatos não visíveis.

após uma pescaria. Aparecido morava no barraco enquanto Leila permanecia na cidade de Mundo Novo/MS, trabalhando de costureira para manter a família. Nas imagens, podemos ver o barraco de Aparecido (conhecido por amigos e companheiros pelos apelidos de Cido e Pezão) com dois peixes pendurados: um dourado e um pintado, peixes típicos da região sul-matogrossense. A esquerda do barraco uma mesa improvisada contendo materiais de cozinha: panelas, copos, potes, balde e vasilha com água.



FOTO 02: Aparecido Dorce no Acampamento Guanabara em 2000 (após pescaria)  
Acervo particular



FOTO 03: Barraco de Aparecido Dorce com peixes pendurados no Acampamento Guanabara  
Acervo particular

A imagem denuncia a precariedade de vida nos acampamentos, geralmente fixados em “locais impróprios”, sem a mínima infra-estrutura e distantes das cidades. Nesse caso, os acampamentos estavam instalados nas proximidades das fazendas em estudo para desapropriação. Apesar de tais condições homens, mulheres e crianças acabam por se fixar nesses lugares por tempo indeterminado, morando em barracos de lona. Como podemos observar na imagem, vivem nos barracos sem nenhum luxo, no chão de terra. Os barracos constituem uma habitação provisória, pois o sonho de obter uma casa pertence ao futuro juntamente com a aquisição da terra própria. Vivem em tais condições, em “agrupamentos de espera” na beira de rodovias e/ou estradas, por acreditarem que a luta pela terra vale a pena (TURATTI, 2005). Assim, na concepção de Farias, o espaço do acampamento:

[...] é perpassado por um sentimento meio cósmico e mágico; é o lugar de transição para uma realidade que se espera ser melhor; o encontro do sossego [...] após a vida de privações, miséria e sofrimento [...] vislumbram a terra como a última alternativa [...]. (FARIAS, 2002, p. 104)

Motivadas pelo desejo de uma vida melhor, as pessoas enfrentam as dificuldades presentes no dia-a-dia dos acampamentos: as péssimas condições de moradia, a falta de água, saneamento, carência de remédios, transporte, alimentação, entre outros. Soma-se a isso a dificuldade de obtenção de emprego, pois nos relatos dos entrevistados, eles nos contaram que os proprietários das fazendas vizinhas nem sempre estavam dispostos a lhes fornecer trabalho, devido “ao medo”, insegurança que pairava sobre a imagem de “sem-terra”. No caso, de Aparecido, acrescenta-se ainda a distância do aconchego do lar, da família, da esposa, dos filhos e amigos que ficaram para trás.

Sobre a pescaria de “Cido”, ainda podemos dizer que se trata de um ato de lazer (facilitado por estar acampado a beira do rio), mas que não deixa de estar vinculado a busca por alimento, o peixe, pois sabemos das dificuldades de alimentação de mulheres e homens durante a fase dos acampamentos. A cesta de alimentos que recebiam do governo continha produtos básicos, como arroz, feijão, óleo, isto é, alimentos não perecíveis. Carne, frutas e verduras eram levadas pelos familiares (aqueles que tinham melhores condições) que estavam na cidade. No caso de “Cido”, sua esposa Leila era quem levava esses alimentos até o local do acampamento. Vejamos a chegada das cestas no acampamento:



FOTO 04: Cesta de alimentos fornecida pelo Programa de Segurança Alimentar (2001)  
Acampamento Dorcelina Folador – Acervo particular

Esta imagem mostra a chegada das cestas de alimentos fornecidas pelo governo através do Programa de Segurança Alimentar. Segundo os entrevistados, as cestas chegavam ao Acampamento Dorcelina Folador entre os dias 10 e 20 de cada mês, quando não atrasavam. As cestas eram descarregadas pelo caminhão da prefeitura no barraco onde as reuniões eram realizadas. De acordo com a divisão de tarefas neste acampamento, havia uma pessoa (acampado) encarregada de fazer a distribuição das cestas. A distribuição era feita conforme cadastro/lista das famílias que estavam acampadas, aqueles que não permaneciam no acampamento, não tinham direito de retirar a cesta.

O período de vivência/permanência nos acampamentos durou cerca de um a dois anos<sup>45</sup>, e não foram nada fáceis, dada as várias dificuldades que as famílias tiveram que enfrentar. Segundo a pesquisadora Farias, o período de acampamento deixa marcas de sofrimento na memória dos sujeitos sociais envolvidos por se constituir em um “espaço-tempo”, onde os caminhos são ocultos: “[...] um princípio sem fim definido. Ninguém sabe qual será seu resultado: há muita esperança alimentando a ação, mas ninguém pode afirmar se tudo ocorrerá como o previsto e o desejado [...]” (FARIAS, 2002, p. 117). Nesta caminhada, as famílias convivem com o perigo, o inusitado, as perdas, as indecisões, o medo, o sofrimento e a miséria. Algumas famílias desistem no meio do trajeto por não suportarem tal situação enquanto outras permanecem firmes chegando a morar por anos “embaixo da lona”<sup>46</sup>. Entretanto, seguindo as reflexões de Farias são escolhas que os sujeitos necessitam fazer na tentativa de concretizar o sonho da terra própria, de viver com dignidade.

Nessa caminhada, homens e mulheres se apegam ao sagrado, isto é, a religiosidade. Suas lutas passam por crenças, simbologias e questões místicas<sup>47</sup>, tendo na Igreja Católica e nos Movimentos Sociais (MST, CPT, CUT, FETAGRI) seus verdadeiros mestres e guias, responsáveis por conduzi-los, seja pela fé e/ou práticas motivadoras, a terra de trabalho que tanto anseiam. Assim, nos locais de acampamentos participam de celebrações e missas. Uma prática religiosa que dá sustentabilidade e legitimidade a luta, pois é utilizada para incentivar

---

<sup>45</sup> No caso, dos assentamentos estudados, a maioria das famílias: “[...] ficaram mais de um ano, apenas no acampamento que originou a ocupação dos dois Projetos de Assentamento, sendo que grande parte era oriunda, enquanto remanescentes, de outros acampamentos espalhados pelo estado de MS, estando vivendo embaixo da lona há tempo considerável.” (FACHIN, 2002, p. 55)

<sup>46</sup> Expressão comumente utilizada pelos homens e mulheres dos assentamentos para se referir ao período que estiveram acampados.

<sup>47</sup> Na interpretação de Turatti (2005, p. 105), a mística funciona como “cimento ideológico” revestida de várias formas simbólicas (hinos, cantos, símbolos, dança, celebrações, etc.) que tem a função de gerar convencimento, de fortalecer a luta e alimentar a esperança dos sem-terra na conquista da terra, fazendo-os sentirem-se integrantes de um sujeito coletivo.

as famílias a não desistirem da luta e a suportarem o medo, a insegurança, as situações difíceis. É uma forma de renovar as forças dos sem-terra, mantendo a chama da esperança acesa.



FOTO 05: Primeira Missa celebrada no Acampamento Dorcelina Folador (2001) – Acervo particular

Nesse contexto, a referida imagem fotográfica diz respeito a Primeira Missa celebrada no Acampamento Dorcelina Folador, que contou com a presença do padre do município de Juti. A missa foi realizada no barraco onde eram feitas as reuniões dos acampados. Observamos que homens, mulheres e crianças participam atentamente da missa, ouvindo a pregação do padre, “agarrando-se a Deus”, ao poder divino que lhes protege e dá força para levarem a luta adiante. Como aponta Menegat (2009), a religiosidade está presente na vida desses homens e mulheres tanto no momento da luta (fase do acampamento) quando se apegam a crença em uma ordem divina que irá auxiliá-los na árdua caminhada quanto no pós-assentamento, fornecendo esperança por dias melhores. Assim: “Fazem da esperança o elo para a permanência. A religião é o meio que os fortalece, configurado na esperança”. (MENEGAT, 2009, p. 01). Um sentimento de expectativa e de crença os envolve em torno do sonho da “Terra Prometida”.

Contudo, apesar das dificuldades vividas na época dos acampamentos, suas narrativas demonstraram que a luta valeu a pena, pois a terra é um bem que não acaba: “[...] não trocaria

o lote pela cidade, o dinheiro acaba e a terra é um bem que não acaba.” (NETO, José Sodré. Entrevista concedida no ano de 2005. Assentamento Guanabara).

As atuações das mulheres foram fundamentais no processo de formação e organização dos assentamentos de nosso estudo e, por isso, analisaremos a seguir tais participações com o objetivo de conhecer como participaram e participam da formação/organização de novos espaços sociais, os acampamentos e assentamentos, na intenção de mostrar como estes lugares contribuíram e estão contribuindo na construção de novos sujeitos, ou seja, de mulheres mais autônomas.

### **1.5. A participação das mulheres na organização dos acampamentos**

A participação das mulheres nos acampamentos segue a lógica apresentada pelas pesquisadoras Rua e Abramovay (2000), quando dizem que as mulheres atuam em várias funções nos acampamentos, incluindo a construção de “barracos”, a coordenação e direção dos acampamentos, funções não restritas apenas ao espaço doméstico.

Na história de formação e organização dos acampamentos, alguns nomes femininos se sobressaíram, entre eles: Vera Lúcia, Dona Maria, Jandira e Claudete. Mulheres que tiveram seus nomes mencionados durante a realização de nossas entrevistas, pelo desempenho nas funções que executaram durante a fase dos acampamentos: “Olha, quem trabalhou o acampamento mesmo foi a Vera. A Vera era coordenadora do acampamento juntamente com a Dona Maria”. (FARIA, Maria Eliane de Souza. Entrevista concedida no dia 01/11/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz).

Vera Lúcia foi uma das coordenadoras do Acampamento Dorcelina Folador e Dona Maria, tesoureira e Claudete foi tesoureira do Acampamento Guanabara. Essas mulheres viveram o cotidiano dos acampamentos assumindo diversas funções desde a organização doméstica, o “cuidado” com as crianças, principalmente em relação ao horário de escola até a coordenação, participando como líderes de comissões.



FOTO 06 - Dona Maria e Vera Lúcia no barraco do Acampamento Dorcelina Folador.  
Fotografia retirada no ano de 2000 – Acervo particular

Das mulheres citadas acima<sup>48</sup>, tomamos contato apenas com Vera Lúcia que nos concedeu algumas entrevistas, além de nos acolher em sua casa. Ex-migrante, nascida na Bahia, hoje assentada no lote nº 49 do Sebastião Rosa da Paz e presidente da Associação de Moradores deste assentamento, nos fala de suas ocupações no período de acampamento, como integrante/participante da comissão coordenadora.

Aqui nós falava de grupo, o acampamento nós fazíamos como se fosse uma casa de família, eu nunca gostei de dizer líder, eu acho que tinha uma comissão, eu fazia parte dessa comissão, eu e a Dona Maria que mora em Juti, que não foi assentada, nós fizemos parte desse acampamento por um ano, fomos até em Brasília. A Dona Maria era tesoureira do acampamento, na época ela não foi assentada porque tinha uma firma no nome dela. As mulheres faziam o grupo das mulheres, nós dividia as tarefas, uma cuidava das crianças pra i pra escola, os homens saíam pra trabalhar que não tinha como vive aqui dentro debaixo do barraco de lona, todo mundo desempregado, fazia uma diarinha aí nas fazendas, algumas fazendas vizinhas pegavam os acampados pra trabalhar, outros já não pegavam porque tinham medo achava que a gente também ia invadi a terra deles. Então era difícil, era bem difícil [...] e foi assim, lidando com essa situação até consegui todo mundo ser assentado. (SOUZA, Vera Lúcia de. Entrevista concedida no dia 23/10/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

De acordo com Vera Lúcia havia uma comissão no acampamento, da qual ela fazia parte, encarregada da organização e coordenação. Percebemos durante as entrevistas que em nenhum momento ela identificou-se como líder, pois na sua visão o acampamento consistia

---

<sup>48</sup> Apenas Vera Lúcia e Claudete estão hoje nos assentamentos foco deste estudo. Segundo entrevistas, Dona Maria não foi assentada porque possuía firma em seu nome e Jandira foi transferida para outro assentamento.

em uma casa de família, onde havia união e companheirismo entre as pessoas, uma vez que todas estavam ali em busca de um único objetivo: a conquista da terra. Vera descreve um pouco do cotidiano do acampamento relatando como era seu funcionamento bem como a divisão de tarefas, as mulheres permaneciam no acampamento em suas atribuições enquanto os homens trabalhavam de diaristas nas fazendas vizinhas, quando eram contratados, pois havia discriminação por parte dos proprietários das fazendas em contratá-los devido ao receio de “invasões”.<sup>49</sup>

Sem dúvida, Vera Lúcia foi um dos grandes nomes da época do acampamento. Além da organização interna do acampamento, ela participava de reuniões, passeatas, encontros fora do acampamento. Conta-nos que foi para Rondonópolis/MT “fechar rodovia” junto com acampados de outros municípios reivindicando terra e também em Brasília na tentativa de negociar a área da fazenda onde estavam acampados. As fotografias a seguir mostram sua visita a Brasília.

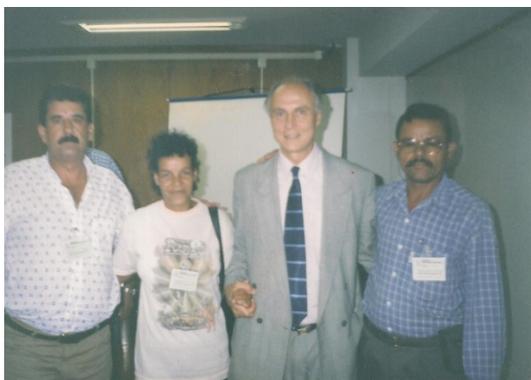


FOTO 07 – Luizão, Vera Lúcia, Eduardo Suplicy e Zé Tavares - reunião em Brasília ano de 2000  
Acervo particular

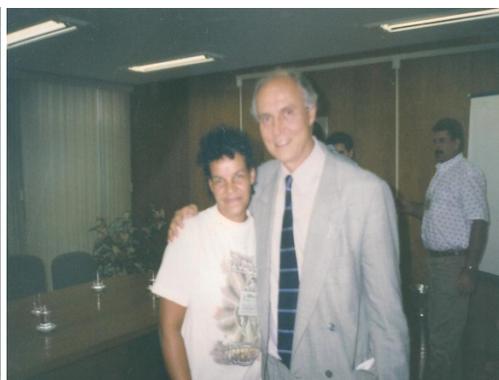


FOTO 08 – Vera Lúcia e o senador Eduardo Suplicy – reunião em Brasília ano de 2000  
Acervo particular

Como vimos na fotografia número um, as negociações da área da fazenda tiveram início com a vinda de uma equipe de Brasília, na qual estava o senador Suplicy, ao Acampamento Dorcelina Folador, no mês de outubro de 2000. Posteriormente foi preciso que a comissão do acampamento, da qual Vera fazia parte, fosse até Brasília para explicar algumas denúncias que foram feitas sobre os/as acampados/as. De acordo com Vera, essas denúncias prejudicaram as negociações, ao ponto de incorrer no risco de perderem a área onde estavam acampados.

---

<sup>49</sup> Segundo Silva, os meios de comunicação de massa, como a televisão veiculam imagens negativas acerca dos “sem-terra”, pois são vistos como invasores de terras alheias, perigosos, marginais, depredadores, etc. Visão que corrobora para propagar o “medo” entre as pessoas. (SILVA, 2004, p. 09-10)

Nesse contexto, verificamos a presença feminina no período de acampamento. Apreende-se que a participação das mulheres é de fundamental importância no processo de luta pela terra, não só pelos incentivos que elas dão à luta, mas por suas atuações, seja no apoio da organização doméstica, estrutura e funcionamento dos acampamentos ou frente a mobilizações, reivindicações e negociações.

Como veremos nos próximos dois capítulos, as mulheres não estiveram presentes apenas nos acampamentos, sua presença estendeu-se aos assentamentos. Averiguamos que as participações nos espaços de assentamentos (Grupo de Mulheres, da Farinheira e da Cooperativa) as conduziram a esfera pública, tornando-as mulheres mais autônomas.

### **1.6. A vida de homens e mulheres nos assentamentos: a luta pela permanência na terra<sup>50</sup>**

Muitos trabalhadores/as relembram o momento da chegada aos assentamentos. Em suas narrativas nada parece fugir da memória, como relata o assentado Ademar. Segundo ele, esse dia foi difícil, frente às adversidades, mas, ao mesmo tempo especial, por saber que ele e sua família agora possuem um lugar para morar/viver. Eram moradores de assentamento em Sidrolândia, obtiveram a oportunidade de adquirir terra no Sebastião Rosa da Paz (município de Amambai, terra de origem). Vejamos as palavras de Ademar:

Nós estava em Sidrolândia e de lá nós saímos, saímos de lá a tarde com chuva né, muita chuva com a mudança, a Zoraide tava pra Dourados tinha vindo assinar o documento do lote tava só eu em casa no barraco, daí carreguei a mudança pusemo em Campo Grande. Daí no outro dia viemo com muita chuva e frio pra cá eu cheguei quase preto de tanto toma vento de moto porque não cabia na carreta eu né, então cheguemo aqui 4 horas da tarde, das 4 horas da tarde descarreguemo a mudança, descarreguemo a mudança e muito frio, daí pusemo lá na sede. No outro dia cedo [...] branco de geada por cima da nossa mudança, fomo desmonta aquelas mudança, aquelas coisa, viemo pra cá que o lote tava errado quando viemo pra cá, daí ficamos aqui debaixo de lona dia 27 foi numa quinta-feira daí na outra quarta-feira nós já tinha o barraco feito [...] nós fizemos nosso barraco nesse local e estamos aí até hoje. Viemos com toda a mudança, filhos, móveis, tudo, tudo, coisa de doído. (SILVA, Ademar Martins da. Entrevista concedida no dia 20/06/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz).

A narrativa de Ademar revela um dos momentos mais esperados pelas famílias, o dia da chegada na terra, que é retratado na fotografia a seguir:

---

<sup>50</sup> É preciso mencionar que a maior parte das informações apresentadas neste tópico são provenientes do primeiro projeto de iniciação científica realizado pela pesquisadora nos dois assentamentos nos anos de 2005 a 2006. É um texto mais descritivo porque nesse período trabalhamos mais com aplicação de questionários do que com entrevistas.



FOTO 09: Chegada do casal Ademar e Zoraide ao Assentamento Sebastião Rosa da Paz em 27/07/2001 – Acervo particular

A fotografia registrada pelo assentado Ademar mostra o momento do desembarque dos seus pertences. Na imagem, observamos o ambiente rural da antiga Fazenda São João, no chão, alguns móveis e utensílios domésticos já descarregados aparecem entre a vegetação. Em meio a um ambiente que era quase “deserto”, tem-se a presença do novo. Espaço, que num primeiro instante já parece se encontrar em perfeita sincronia com as pessoas e os móveis. Notamos que a família possui uma quantidade considerável de móveis: cama, guarda-roupa, balcão, cadeiras, mesa, armário, etc., ao contrário de outras pessoas, que chegavam ao assentamento sem muitos pertences. Em cima do caminhão no meio dos móveis, encontram-se Ramão, usando chapéu, e sentado está Paulo César (liderança do Coletivo na época). No chão, encontram-se, da esquerda para a direita, João Lourenço, Francisco Carlos (ex-presidente da Cooperativa), Fernando Espíndola e a nova proprietária do lote, Zoraide, bem à direita. Todos foram participantes do sistema coletivo do Assentamento Sebastião Rosa da Paz, que durou cerca de três anos e desde a chegada os moradores ajudavam-se mutuamente como retrata a imagem. Ao chegar ao Assentamento Sebastião Rosa da Paz, Ademar e Zoraide ficaram instalados na sede deste assentamento, até a construção de seu “barraco”.

Como podemos observar na foto a seguir, após o processo de legalização e divisão das áreas dos assentamentos, as famílias puderam então ocupar seus lotes e organizar suas vidas, procurando desmatar o espaço onde iniciariam o cultivo e a limpeza do local para a

construção de suas moradias. Acompanhando a trajetória de Ademar e Zoraide, depois da chegada ao assentamento, o próximo passo foi a construção de sua moradia.



FOTO 10: Construção do barraco de Zoraide e Ademar no Assentamento Sebastião Rosa da Paz em 31/07/2001 – Acervo particular

Na referida fotografia, fornecida pelo casal Ademar e Zoraide, verificamos os trabalhos realizados pelos assentados como: limpeza e demarcação do local para a construção do “barraco-moradia” da família de Ademar. A cena mostra em detalhes Ademar, seu filho e companheiros trabalhando em conjunto para erguer o barraco. Observamos ao chão, cordas e pedaços de lona, materiais indispensáveis para a construção do barraco. Por essas imagens, podemos dizer que nos assentamentos, principalmente em sua fase inicial, foi comum a adoção de trabalhos de ajuda mútua, como o mutirão, empregado na construção das casas e também na época de plantio.

As várias atividades da lavoura e da indústria doméstica constituem oportunidades de mutirão, que soluciona o problema da mão-de-obra nos grupos de vizinhança [...] Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. (CANDIDO, 1979, p. 67-68)

Como aponta Antônio Candido (1979), o mutirão é uma estratégia adotada para solucionar o problema de mão-de-obra para “aqueles” que não disponibilizam de recursos financeiros, principalmente os/as camponeses/as, pois não há remuneração entre seus membros, apenas cooperação. Nesse caso, a pessoa que recebeu ajuda fica no compromisso, movido pela sociabilidade, de quando chamada pelos outros prestar auxílio.

A vida nos assentamentos como temos observado é marcada por desafios, lutas que fazem com que homens e mulheres teçam ampla rede de relações, ora ligando-se uns aos outros, formando grupos de vizinhança, de trabalho que instituem formas de solidariedade, outrora, afastando-se uns dos outros, desfazendo grupos.

Todavia, apesar de todas as dificuldades e contradições vividas nesses espaços sociais, os relatos indicam que a maioria está contente por finalmente ter conquistado seu lote. Antônio relata alegremente esse momento: “É o que eu queria [...] Saiu o sorteio e eu fiquei por último, eu peguei o papel, lote 69, o melhor lote daqui, eu acho que é o meu.” (NETO, Antônio Sodré. Entrevista concedida no ano de 2005. Assentamento Guanabara)<sup>51</sup>

A narrativa de Antônio, pai de oito filhos, destes seis já casados, evidencia o desejo e a felicidade de estar na terra, mas não em uma terra qualquer, e sim no “seu pedaço de terra”, pois durante toda sua vida trabalhou em fazendas, sendo assalariado, realizando diversos trabalhos na lavoura.

Sobre os lotes dos assentamentos foram divididos em aproximadamente 20 hectares por família. A manutenção do lote geralmente é feita pela própria família composta por pai, mãe e filhos/as. Há, também, os lotes dirigidos apenas pelos homens, viúvos ou solteiros, e os lotes conduzidos pelas mulheres, normalmente viúvas. Nos lotes, na época de plantio e/ou colheita, pode-se ou não empregar mão-de-obra, dependendo das condições financeiras de cada família. O trabalho está estruturado em relações hierárquicas entre os membros da família e ao pai, chefe da família, cabe a direção do trabalho. Os filhos homens menores, quando não estão na escola, estão trabalhando nos serviços do lote juntamente com o pai. As mulheres são encarregadas das atividades do espaço doméstico, mas também realizam diversas tarefas fora do espaço da casa, como, por exemplo, ordenhar vacas, alimentar animais, plantar, capinar, entre outras. No meio rural, essas atividades são vistas como extensão do espaço da casa e, por isso, não se caracterizam como trabalho, e sim como “ajuda”, tema a ser debatido no próximo capítulo.

As famílias, nos lotes, se dedicam a produzir para o sustento e para a comercialização. Na agricultura, destacam-se o cultivo dos seguintes produtos: mandioca<sup>52</sup>, milho, feijão e soja destinados à comercialização, objetivando a entrada de recursos monetários para a compra de

---

<sup>51</sup> Como já foi mencionado anteriormente, as entrevistas dos anos de 2005 a 2007, referem-se a outros trabalhos antes do mestrado, ou seja, a trabalhos de iniciação científica. Essas entrevistas estão sendo utilizadas, devido apresentar os mesmos sujeitos sociais envolvidos.

<sup>52</sup> Segundo conversas com as famílias assentadas, a mandioca é o principal produto cultivado por não exigir recursos para investir no solo.

gêneros que não são produzidos em seus lotes e também para tentar cobrir os financiamentos adquiridos. As famílias cultivam hortaliças e frutas para consumo. Também possuem criação de animais de pequeno porte como: porcos, galinhas, patos que são destinados ao consumo familiar. No entanto, poucas são as famílias que investem na agricultura, ela é praticada em menor escala devido algumas razões, entre elas: os assentados consideram o espaço da área do lote pequeno para ampliarem a produção; o solo para a prática agrícola necessita de correções (calcário e fertilizante), o que implica um custo elevado; ausência de um sistema de irrigação, o que compromete a lavoura. A maioria das famílias não possui máquinas e equipamentos, principalmente trator para utilizarem na lavoura e, muitas vezes, o preço pago pela produção é baixo, não compensando o gasto. Somado a esses problemas tem-se aquele mercado pela própria natureza – “a seca”, que fez com que muitos assentados perdessem suas lavouras. Durante a época de estiagem (de dezembro a fevereiro) a chuva é escassa nessa região, e afeta não somente a lavoura como também a produção de leite, que constitui a principal fonte de renda das famílias, pois nessa época a produção diminui, em consequência a renda das famílias é afetada já que grande parte delas depende dessa renda para sobreviver.<sup>53</sup> A estiagem ainda compromete o abastecimento de água, uma vez que a maioria das famílias possui poços em suas residências.

Embora, situados às margens do Rio Amambai, os dois assentamentos apresentam três tipos de solos distintos para o plantio. Na área próxima ao rio, verifica-se a presença de terras de alta fertilidade, no restante das áreas predominam solos de média e baixa fertilidade, onde só é possível produzir mediante o uso adequado de corretivos (principalmente calcário) devido à acidez do solo que impede a diversidade do cultivo e o aumento da produção.

Nesse contexto, muitas famílias se desmotivaram com as atividades agrícolas e passaram a se dedicar mais a criação de gado leiteiro, por esta não lhes causar grandes prejuízos. Para a comercialização da produção de leite foram instalados resfriadores nos assentamentos, sendo a coleta diária realizada pelas empresas responsáveis. Sobre a comercialização da produção de leite, verificamos que as famílias não conseguiram chegar a um consenso a respeito da venda para uma única empresa, devido ao preço oferecido e, por isso, existem três ou quatro empresas que recolhem o leite dos dois assentamentos.

---

<sup>53</sup> Informações retiradas do banco de dados da pesquisadora, referente ao projeto de iniciação científica denominado: “Interação entre Assentamentos e Município: a reciprocidade no processo de desenvolvimento econômico”, desenvolvido entre os anos de 2005/2006.

Evidenciamos que a conquista da terra não foi suficiente para garantir a sobrevivência da maioria dessas famílias, o que implicou em novas lutas, dessa vez pela permanência na terra. Além das dificuldades mencionadas, há aquelas ligadas à obtenção de financiamentos, os problemas com assistência técnica e infra-estrutura (saúde, educação, estrada e transporte precários), condições que dificultam a vida dessas pessoas nos assentamentos.

A assistência técnica desde a instalação dos assentamentos constitui um agravante e tem preocupado as famílias, pela dificuldade das instituições responsáveis em acompanhar as atividades explorativas dos lotes, principalmente a lavoura. Processo que tem comprometido e dificultado a sobrevivência das famílias nos lotes, já que não dispõem de recursos financeiros para investirem em suas atividades.

Em relação às linhas de créditos, a maioria dos/as assentados/as possui pelo menos dois financiamentos: o PRONAF A<sup>54</sup> (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar) e o PRONAF AC<sup>55</sup>. Este último crédito foi investido no cultivo da mandioca. Entretanto, a demora para aquisição desses créditos é sempre mencionada. No que se refere à morosidade desse processo, verificamos que é um problema que envolve Governo Federal, Banco do Brasil (responsáveis pela demora dos repasses) e os responsáveis pela assistência técnica, que deixam muitas vezes de entregar os projetos dos/as assentados/as nos prazos estipulados. Essa situação gera outra, desfavorável para as famílias, como a perda do ciclo da plantação de determinados produtos.

A infra-estrutura é outra questão que deixa muito a desejar nos assentamentos. Até o presente momento, os assentamentos não possuem escolas a partir da 5ª série. Atualmente, funcionam nos dois assentamentos extensões da Escola Municipal Pólo João Rodrigues, de Amambai, que atende pelo regime multisseriado, com apenas duas professoras em cada escola para atender as séries iniciais do Ensino Fundamental. As crianças que cursam as séries finais do Ensino Fundamental e os jovens que estão no Ensino Médio têm de se deslocar até a Escola Estadual 31 de Março, em Juti, para dar continuidade aos seus estudos. A partir do ano letivo de 2006<sup>56</sup>, para poderem estudar, os/as alunos/as do Guanabara percorrem, por dia, uma distância de aproximadamente 58 km, e os do Sebastião Rosa da Paz, 30 km.

---

<sup>54</sup> Primeiro crédito para os assentados da Reforma Agrária e participantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário é um recurso para investimento destinado à estruturação das unidades produtivas.

<sup>55</sup> Crédito de custeio que varia de 500,00 até 3.000,00 com juros de 2% ao ano, o prazo para pagamento é de até um ano, podendo chegar a dois anos para culturas de ciclo longo.

<sup>56</sup> Devido a Abertura da Estrada da Integração que interligou os assentamentos, diminuindo a distância percorrida até Juti.

A assistência médica é precária, existe apenas um posto de saúde instalado no Guanabara, para atender as famílias dos dois assentamentos, com a presença do médico responsável uma vez na semana, o que prejudica o andamento das consultas. Em relação à escolaridade das famílias pesquisadas, notamos que a maioria não concluiu o ensino fundamental. Esse grupo é essencialmente formado por pessoas de idade entre 40 e 70 anos. O baixo nível de escolaridade dos homens e mulheres nos assentamentos pode ser explicado pela sua condição humilde, pela necessidade de sobrevivência que impõe o trabalho em primeira instância. Assim, desde criança, por volta dos 7 anos de idade, os meninos iniciam os trabalhos na roça, junto com o pai e a partir dos 12 anos muitos deixam os estudos para ajudar no sustento da família. As meninas, quando não ficam no sítio com os pais trabalhando nas tarefas da casa, são empregadas nas fazendas vizinhas.<sup>57</sup> Observamos que alguns jovens deixam os assentamentos para estudar e/ou trabalhar na cidade.

No que tange às moradias, atualmente, são todas construídas de alvenaria e passando por reformas. Muitas casas estão sendo ampliadas, com recursos da Caixa Econômica Federal. No entanto, percebemos que alguns moradores/as deixaram nos lotes a primeira residência, construída de madeira, e que hoje é utilizada como cozinha, onde há um fogão a lenha e prateleiras com panelas e louças ou serve como galpão, onde guardam os materiais da lavoura como enxada, foice e alimentos para os animais, podendo também servir de garagem, como mostra a fotografia abaixo:

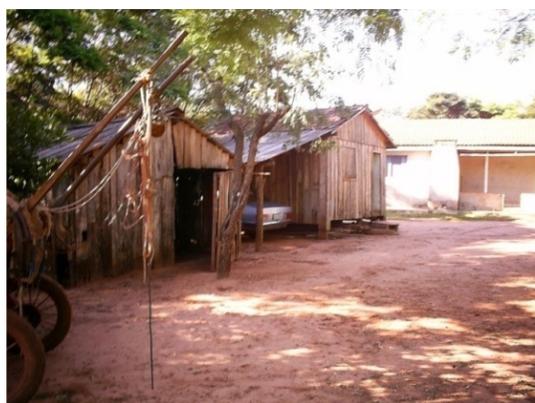


FOTO 11 – Sítio de Clarice, Assentamento Guanabara (antiga moradia) Fotografia retirada pela pesquisadora em 20/06/2009  
Acervo da pesquisadora



FOTO 12 – Residência atual de Clarice em reforma – Fotografia retirada pela pesquisadora em 20/06/2009  
Acervo da pesquisadora

<sup>57</sup> Informações mencionadas pelos/as assentados/as nos questionários aplicados durante o Projeto de Iniciação Científica denominado: “Lideranças Femininas no Assentamento Guanabara” (agosto/2006 a julho/2007).

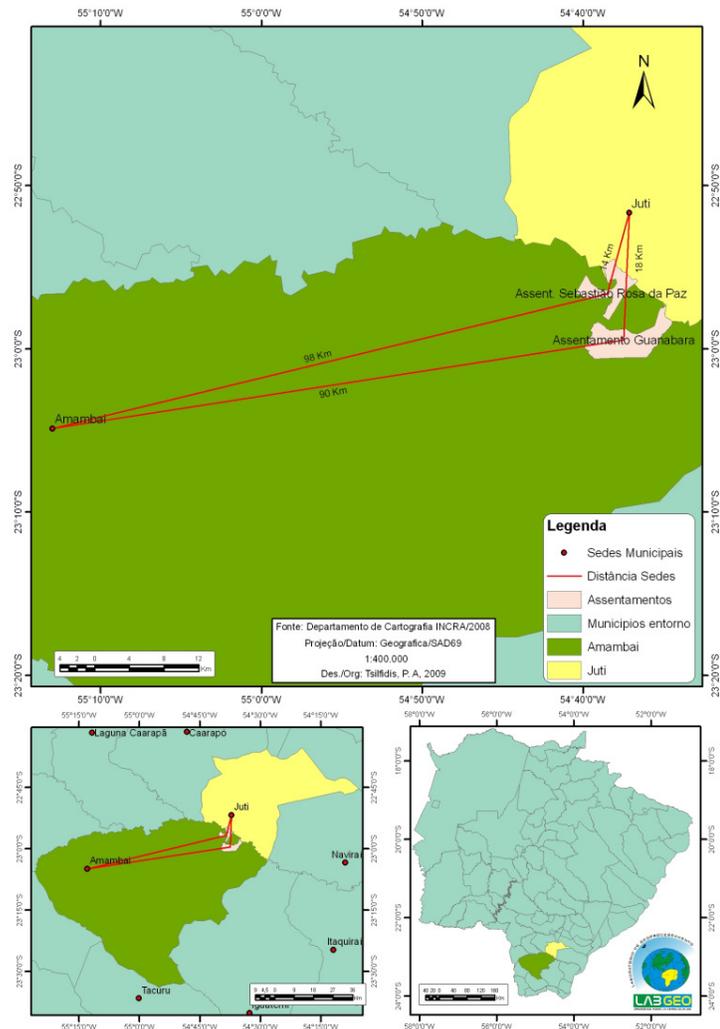
As imagens fotográficas retiradas do sítio de Clarice mostram que mesmo sua casa sendo ampliada e reformada, a antiga casa permanece, agora utilizada como paiol para guardar materiais da lavoura e ração para os animais. A antiga casa também é uma lembrança viva do período em que Clarice morou ali com seus filhos pequenos e hoje são adolescentes. A imagem da primeira casa, de madeira, rústica, simples, sem pintura sobre chão batido e com um pequeno galpão contrasta com a segunda, de alvenaria, com mais espaço, com pintura e uma enorme varanda.

Nesse contexto, as visitas aos assentamentos nos permitiram observar que houve uma melhoria na vida das famílias, como no caso de Clarice, se compararmos sua primeira moradia com a que possui atualmente, apesar de todas as dificuldades enfrentadas para permanecer na terra. Sobre esse assunto, os estudos de Menegat (2009) nos dizem que é preciso considerar a maneira como essas famílias viviam antes de se tornarem assentadas, para que possamos encontrar mudanças positivas em suas vidas, não medidas somente pelo viés econômico, mas pela melhoria na qualidade de suas vidas: “[...] estabelecendo mediações entre o que são hoje, depois de alguns anos de assentamento, com o que foram e o que eram no momento da chegada ao assentamento” (2009, p. 103).

Em relação ao transporte dos assentamentos para a sede do município, esse é um dos problemas enfrentados pelas famílias, pois não há transporte coletivo, e as condições das estradas internas são precárias. Grande parte das famílias não possui veículo próprio para a saída dos assentamentos, ficando na dependência de “carona” de amigos, parentes, vizinhos e conhecidos. A falta de transporte também dificulta a realização das transações de compra e venda dos produtos dos/as assentados/as, haja vista que estão situados distantes dos municípios onde realizam o processo de comercialização. Essa situação traz prejuízos, devido ao alto custo cobrado pelo transporte dos produtos e/ou obrigando a comercialização para terceiros.

É preciso mencionar ainda a questão da distância geográfica dos assentamentos de seu município sede, Amambai, 90 km por estrada de chão, ou aproximadamente 130 Km por estrada asfaltada. Como pensar então a relação/interação de seus novos moradores dada essa distância? Essa é outra contradição da política de reforma agrária, que torna o *modus vivendis* dessas pessoas cada vez mais difícil, impondo novos desafios, como podemos observar através da figura de número dois, que mostra a distância dos assentamentos de seu município sede (Amambai) e de Juti, município mais próximo.

Mapa 4: Distância dos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz das sedes municipais de Amambai e Juti



Fonte: Dados do Departamento de Cartografia INCRA/2008  
 Des./Org: Tsilfidis, P. A., 2009

A distância, evidenciada no mapa, separa os assentamentos de seu município sede e os aproxima cada vez mais de Juti, levando os/as assentados/as a manterem uma relação de convivência com este segundo município. Sobre o assunto, Leila, moradora do Guanabara nos fala:

Olha, eu vou ser sincera, eu muitas vezes eu esqueço que eu moro em Amambai... porque os filhos estudam em Juti, você acaba fazendo compras em Juti ou em Dourados, você acaba passando por Juti, eu faço parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Juti, faço parte do território da Grande Dourados por Juti, busco recursos pra Juti, então é difícil se mais... é a situação [...].” (DORCE, Leila Cristini Selini. Entrevista concedida no dia 20/06/2009. Assentamento Guanabara)

A narrativa de Leila, uma das participantes do Grupo de Mulheres e atualmente presidente da COOPERFAMILIAR, demonstra que a proximidade com o município de Juti é um dos elementos que mais favorece as relações/interações entre ambos, uma vez que é esse município que os acolhe em termos de saúde, educação e mercado de trabalho. Observamos que a maioria das mulheres e homens assentados, assim como Leila mantêm relações com Juti, sejam estas profissionais (de trabalho, pois algumas pessoas trabalham neste município), comerciais (no caso a maioria faz uso desse comércio, principalmente supermercado), de educação e saúde pública (os/as assentados/as matriculam seus filhos/as nas escolas de Juti e utilizam também o hospital).

Em entrevista com o ex-prefeito de Juti, Neri Compagnoni, ele apontou as dificuldades dos assentamentos pertencerem a Amambai e encontrarem-se situados mais próximos de Juti:

Às vezes dificulta, porque para o IBGE o que vale é onde o indivíduo está morando, e os recursos vêm de acordo com o número de habitantes do município, daí há um congestionamento na nossa saúde, na educação... Mas graças a Deus, temos conseguido adaptar isso daí e atender satisfatoriamente a todos. (COMPAGNONI, Neri. Entrevista concedida no dia 16/07/2006. Juti/MS).

O serviço público de Juti não está preparado para atender 148 famílias que passaram a utilizar seus serviços de saúde e educação, por ser um município de pequeno porte. Além do mais, os recursos destinados às prefeituras, conforme relato acima, se baseiam no número de habitantes de cada município e quem recebe recursos para atender às pessoas dos dois assentamentos é Amambai, no entanto, quem as atende/acolhe são os serviços de Juti.

Nesse caso, verificamos o dilema vivido pelos/as assentados/as: estarem situados geograficamente no município de Amambai e terem que conviver com outro, pela proximidade. Entendemos que tal situação consiste em mais um dos paradoxos do projeto de reforma agrária brasileiro: a não preocupação com os locais de instalação dos assentamentos rurais. Como pudemos observar, os mais prejudicados com essa situação são os/as assentados/as que “dependem da boa vontade” do município vizinho para atendê-los.<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> Esse assunto, a meu ver, merece atenção dos/as pesquisadores/as, uma vez que o tema envolve questões complexas (geográficas, econômicas e sócio-culturais), como por exemplo: relação/interação entre cidade e campo; ideia de pertencimento; criação de laços de identificação; identidade, etc. Todavia, não foi possível aprofundar aqui esse tema.

Vários são os problemas que assolam as famílias assentadas. Em virtude dessa “avalanche” de situações, algumas delas, embora um percentual baixo desistiu<sup>59</sup> do sonho de ter um pedaço de terra própria e dela poder prover o seu sustento. Contudo, grande parte das famílias apresenta uma forte persistência na crença de que dias melhores virão.

Na tentativa de melhorar suas condições de vida, homens e mulheres lutam por alternativas com a finalidade de complementar a renda familiar<sup>60</sup>. Os homens prestam serviços tanto dentro quanto fora dos assentamentos, geralmente, por meio de trabalhos temporários. Os trabalhos ligados à produção agropecuária ocorrem, quase sempre, fora dos assentamentos, na prestação de serviços para fazendeiros vizinhos. A renda proveniente desses serviços constitui um forte peso no sustento das famílias.

Os serviços de diarista aparecem de forma diversificada: no trabalho com a lavoura, na construção de cercas, mangueiras, galpões, na lida com o gado. Essa prática também ocorre nos assentamentos, onde alguns assentados prestam serviços a outros. Parte dos assentados também exerce ocupações de pedreiro, eletricista e mecânico tanto interna ou externamente aos assentamentos. Existe também o grupo de assalariados/as, em que se destacam as mulheres que trabalham mediante contrato, atuando nas seguintes atividades: como professoras da rede municipal, dentro ou fora do assentamento; como merendeira ou em cargos administrativos nas escolas do município de Juti. Outras atividades como a fabricação de melado, doces, bolos, artesanato e a fabricação de farinha são realizadas, na maioria das vezes, pelas mulheres, especialmente, aquelas que são integrantes da Cooperativa. Todos esses produtos são comercializados interna ou externamente. Outra atividade que vem surgindo no Assentamento Guanabara, enquanto alternativa de produção viável é a sericicultura (criação do bicho-da-seda). Existem 17 famílias envolvidas neste projeto, segundo os/as assentados/as é uma atividade que requer muitos cuidados. Embora exista uma empresa responsável pela compra do material, o serviço de transporte fica por conta dos assentados envolvidos no projeto. Até o momento, segundo relatos, tal atividade vem compensando.

---

<sup>59</sup> Segundo entrevista realizada com o vice-presidente da FETAGRI/MS, Valdinir Nobre de Oliveira, o índice de evasão no Assentamento Guanabara foi baixo em torno de 10%. Entrevista concedida no dia 23/04/2009. Campo Grande/MS.

<sup>60</sup> No Assentamento Guanabara, verificamos a existência de uma carvoaria, como complementação de renda de um dos assentados, que possuía autorização do IBAMA para a realização desse trabalho. A carvoaria possuía 10 fornos e empregava seis funcionários do município de Juti, vendia aproximadamente 130m<sup>3</sup> mensais de carvão para o estado de Minas Gerais e alguns sacos para o comércio de Juti, mas com o falecimento de seu proprietário em 2007, a carvoaria foi fechada.

Assim, dentre as diversas fontes de renda, por ordem de importância, estão a comercialização do leite, seguida dos serviços e atividades que complementam a renda familiar e, por último, a venda dos produtos agrícolas.<sup>61</sup>

Conforme relato do assentado Adolfo Henrique, o período de maior dificuldade no Assentamento Guanabara ocorreu nos primeiros anos de sua instalação, devido às dificuldades econômicas ligadas à produção, a falta de equipamentos para empregar na lavoura, principalmente, trator, problemas na obtenção de créditos financeiros, etc. Situações que chegaram a provocar mudanças na estrutura familiar. Muitos jovens, na época, como seu filho, não suportaram a difícil situação e foram para a cidade.

Aqui fico dum jeito... os jovens que tem aqui hoje eram crianças na época, quem era jovem na época foi embora. Porque a dureza só quem tem cora duro que guenta [bate duas vezes no próprio braço], o jovem não aguenta não. O meu filho tinha 18 anos, 17, foi embora pra Dourados. Quase todo mundo tinha jovem aí, partiu, foi pra cidade. Por quê? Não vou dizer que eles tão errado, eles não nasceram pra sofre. E o negócio foi difícil. (ALVES, Adolfo Henrique. Entrevista concedida no dia 07/03/2009. Assentamento Guanabara)

A narrativa de Adolfo Henrique mostra um dos episódios vividos na fase inicial do Assentamento Guanabara, que deixou marcas de tristeza em sua vida, o momento da separação com o filho. Até hoje, guarda lembranças de um tempo difícil de ser vivido e ao bater duas vezes no próprio braço, ele tenta expressar seus sentimentos de revolta ou de impotência frente à situação de não ter tido condições de impedir a ida do filho para a cidade<sup>62</sup>. Assim, concebe-se à memória, na perspectiva de Maurice Halbwachs (2006), como um “trabalho de relembrar”, no qual o/a entrevistado/a compartilha com o/a entrevistador/a momentos de seu passado. Partindo dessa interpretação, os sujeitos são constituídos por duas memórias: a individual e a coletiva. A memória individual consiste num ato de rememorar próprio de cada homem ou mulher expressado por meio da linguagem, gestos e/ou expressões. Mas, a memória individual apóia-se na coletiva, pois de acordo com Halbwachs “nossas lembranças permanecem coletivas”.

Para Halbwachs (2006), a memória individual somente existe a partir de uma memória coletiva, pois entende que todas as lembranças são constituídas no interior de um determinado grupo social. Dessa forma, apreendemos que a memória individual e coletiva estão entrelaçadas. Nesse caso, nossos sujeitos ao rememorarem aspectos de suas trajetórias de

<sup>61</sup> Tais informações partiram das entrevistas realizadas com os/as assentados/as.

<sup>62</sup> Observamos que muitos jovens ainda hoje continuam a deixar os assentamentos pela falta de oportunidades, vão para a cidade em busca de estudo e trabalho.

vida, como as experiências vividas na época dos acampamentos e/ou assentamentos deixam fluir as experiências que foram compartilhadas na vivência com esses grupos.

Nesse contexto, relatamos aqui algumas de suas experiências individuais e coletivas com vistas a tomarmos conhecimento da difícil caminhada das famílias na luta/sobrevivência/permanência na terra. Observamos as várias dificuldades enfrentadas pelas famílias no pós-assentamento, no entanto, também percebemos a criação de novas estratégias na busca por melhoria/qualidade de vida. A partir do ano de 2005 passaram a pensar em uma nova alternativa para suas vidas com o objetivo de tornar viável a comercialização de sua produção. A forma encontrada foi a criação de uma Cooperativa – COOPERFAMILIAR – fundada em 10 de fevereiro de 2005<sup>63</sup>, e além dos assentamentos estudados envolve a participação de outros/as assentados/as, como do Padre Adriano Van de Vem, indígenas da Aldeia Jarará e pequenos/as agricultores/as do município de Juti, tendo por finalidade a comercialização dos produtos oriundos desses locais como: farinha de mandioca, feijão, milho, mel, melado, rapaduras, doces, bolos, pães, soja orgânica, artesanato, entre outros.

A COOPERFAMILIAR possui vinte associados, sendo treze os ocupantes de cargos, os quais estão distribuídos entre os três assentamentos, a aldeia e os/as agricultores/as de Juti. Entre os dois assentamentos, foco deste estudo, há a presença de seis mulheres que se destacam nos trabalhos dessa Cooperativa: 1) num primeiro momento, por terem sido elas as responsáveis pela ideia de sua formação e 2) por estarem engajadas em suas atividades. Partindo dessa perspectiva, a participação dessas mulheres na Cooperativa constitui as principais reflexões/análises desse trabalho que serão vistas no capítulo a seguir.

---

<sup>63</sup> Conforme Ata de Assembleia Geral de constituição da COOPERFAMILIAR, realizada no dia 02 de julho de 2005, no Salão Paroquial de Juti (Anexo F).

## CAPÍTULO II

### MULHERES ASSENTADAS: NOVAS PRÁTICAS EM BUSCA DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS



Mulheres cooperadas na 5ª Feira Estadual de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos (05/07/2009)  
Juti/MS

“... nós é mulher, mas nós somos guerreira.”<sup>64</sup>

<sup>64</sup> Trecho retirado da entrevista de Maria das Graças em 13 de dezembro de 2009, no Assentamento Guanabara.

## CAPÍTULO II

### MULHERES ASSENTADAS: NOVAS PRÁTICAS EM BUSCA DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Neste capítulo, lançamos um olhar sobre a participação/presença das mulheres no espaço público dos assentamentos, a partir da perspectiva de gênero. Procuramos entender as diversas atuações das mulheres no interior dos assentamentos que estudamos por meio de análises acerca das seguintes orientações: os papéis desempenhados por mulheres e homens na agricultura familiar; os cargos ocupados na Cooperativa dos assentamentos, que por vezes engendram relações sociais desiguais entre o masculino e o feminino, e, ao mesmo tempo, as mulheres utilizam deste espaço para criarem condições de “empoderamento” pessoal e político, com vistas a ampliar suas atuações na tomada de decisões nas organizações das quais participam, como o Grupo de Mulheres e a Cooperativa; os discursos e as representações a respeito das mulheres assentadas.

Ressaltamos que esse tema reveste-se de fundamental importância, tanto teórica quanto prática, pois tem possibilitado descortinar as atuações das mulheres proporcionando reflexões sobre sua própria autoestima e do lugar que ocupam, e podem vir a ocupar nos assentamentos. Nessa perspectiva, o presente trabalho visa contribuir no debate sobre as relações sociais de gênero, na tentativa de desconstruir discursos e representações acerca das mulheres ao longo da história, além de vislumbrar a equidade de gênero entre o feminino e o masculino.

#### **2.1. Relações de gênero na agricultura familiar: história, trabalho e políticas de reforma agrária**

Levantamos aqui algumas reflexões acerca das relações sociais, de gênero e de trabalho vividas por mulheres e homens no contexto da agricultura familiar, com base nas observações de campo. Isso porque a agricultura familiar envolve a participação de todos os familiares nas atividades “produtivas”: crianças, mulheres e pessoas mais velhas. No entanto, também é nela que percebemos mais facilmente as desigualdades de gênero, muitas vezes enquanto herança do sistema patriarcal, no qual o homem – “chefe de família” – é o seu

principal representante, com poderes de decidir, administrar e distribuir tarefas a todos os membros.

As relações sociais e de trabalho nos assentamentos que estudamos são hierárquicas na agricultura familiar, o homem ocupa posição privilegiada, o que comprova a desigualdade de gênero no âmbito da produção, uma vez que as atividades baseiam-se na “divisão sexual do trabalho”. Nelas, as mulheres são encarregadas das tarefas do espaço doméstico, como por exemplo: cozinhar, lavar louça e roupas, cuidar dos filhos, e ao mesmo tempo executam outras atividades ligadas à produção como: ordenhar vacas, alimentar animais, plantar, capinar. Vejamos a imagem fotográfica abaixo, a qual evidencia uma das ocupações das mulheres nas casas.



FOTO 13: Leila e filha, no Assentamento Guanabara durante o momento em que faziam a limpeza de um frango caipira para prepará-lo como alimento a ser servido no almoço – Fotografia produzida pela pesquisadora em 20/06/2009  
Acervo da pesquisadora

As mulheres vão repassando às filhas (próxima geração) as responsabilidades com os serviços domésticos, especialmente aquelas inerentes as atividades domésticas, como a limpeza da casa, lavagem de roupas e preparo das refeições, como mostrado na imagem acima, que evidencia o momento em que a mãe ensina para a filha as técnicas com o manuseio da carne de frango. Na agricultura familiar, o que se nota ainda é uma expressiva desigualdade nas relações de trabalho entre o masculino e o feminino, o que reduz, segundo Silva e Portella (2006), as possibilidades de autonomia para as mulheres. Os homens tendem a

permanecer num outro espaço, como responsáveis pela lavoura, criação de animais, comercialização da produção, e, principalmente na tomada de decisões nos negócios.

Na agricultura familiar dos assentamentos em estudo, a seleção de tarefas entre homens e mulheres também envolve o critério da força física: “o trabalho leve” pertence às mulheres e “o trabalho pesado” aos homens. Em relação ao caráter de “pesado” ou “leve” do trabalho, segundo Brumer (2004, p. 211), é relativo e culturalmente determinado, uma vez que as mulheres em suas atividades executam tanto os “leves” como os “pesados”.

Para Paulilo (2004, p. 245), o trabalho atribuído as mulheres é “leve”, não por suas características, mas pela posição hierárquica que ocupam na família, que é de subordinação em relação aos outros membros que executam atividades de destaque, que são as produtivas e por isso mesmo assume caráter de “trabalho”.

Assim, na agricultura familiar o trabalho feminino não é reconhecido porque é considerado um trabalho leve e de reprodução. As atividades que realizam na pequena propriedade, no caso aqui estudado, nos lotes, são vistas como uma extensão do espaço doméstico, como “ajuda”, “como um não-trabalho (invisível), de valor nulo, porque ‘improdutivo’ (lógica capitalista), não monetarizado (obrigação, virtude), e, portanto, desvalorizado” (FARIAS, 1983 apud MENEGAT, 2009, p. 167-168). No entanto, as agricultoras familiares que entrevistamos mostram que conjugam os trabalhos da casa, do lote e demais atividades, especialmente aquelas que participam da Cooperativa, como se verá adiante, o que lhes impõe uma jornada contínua de trabalho: “são as primeiras a despertar e as últimas a dormir”.

[...] o espaço de trabalho envolve simultaneamente a casa, o seu entorno e as áreas de cultivo ou criação propriamente ditas, que às vezes, são contínuas ao terreno do domicílio. Isso significa que o trabalho doméstico se desenvolve de maneira coextensiva às demais atividades [...] Dada essa sobrecarga de trabalho, as mulheres realizam uma jornada contínua, praticamente ininterrupta, com atividades que variam entre as de manutenção da família e as de beneficiamento de produtos para comercialização, feitas no interior ou entorno das residências, e aquelas ligadas diretamente à roça ou à criação de animais. (SILVA; PORTELLA, 2006, p. 142).

Conforme apontam as autoras acima, as mulheres realizam os trabalhos da roça, criação de animais e de transformação dos produtos para a prática comercial concomitantemente com os trabalhos da casa. Apesar de Woortmann (1984) salientar a importância do trabalho das mulheres e do grupo doméstico como um todo na reprodução familiar, enfatiza que a mulher “é mãe, nunca é inteiramente liberada dos ‘afazeres

domésticos' [...] Por isso, a maioria das mulheres casadas trabalha 'para fora', mais do que fora" (1984, p. 74). A assertiva de Woortmann é evidenciada, neste estudo, pois verificamos que as agricultoras familiares combinam ambos os trabalhos, o doméstico e o da produção, trabalhando para 'fora', mais do que 'fora'.

Essas duas esferas de trabalho foram classificadas pelo sistema capitalista pelo viés econômico e em consequência, ocorreu a nítida separação entre trabalho produtivo (atividades ligadas à produção, como: compra e venda de produtos; contatos com bancos, cooperativas, etc.) e não produtivo também denominado de reprodutivo (atividades ligadas ao âmbito da casa), o que corroborou para a segregação dos espaços privado (casa) e público (fora da casa), desvalorizando e invisibilizando o trabalho feminino.

Perrot (2005), ao estudar a sociedade francesa do século XIX, observou uma valorização do trabalho "produtivo" em detrimento do não produtivo. O trabalho das camponesas e donas de casa já naquele período era visto como "auxiliar":

[...] A valorização, abusiva mas significativa, do trabalho 'produtivo' no século 19, erigiu como únicas 'trabalhadoras' as assalariadas e relegou à sombra de auxiliares conjugais as lojistas e as camponesas, chamadas mais tarde de 'auxiliares de família' [...] A separação crescente entre local de 'trabalho' e domicílio privado [...] fez do trabalho doméstico uma especialidade, economicamente desvalorizada porque não quantificável [...]. (PERROT, 2005, p. 241)

Partindo das colocações de Perrot, podemos dizer que essas construções sobre trabalho "produtivo" e "reprodutivo", de separação de esferas privada e pública ainda orientam a vida diária de homens e mulheres no meio rural, mesmo que algumas mulheres intentem romper tais barreiras. O trabalho das mulheres, no espaço rural, apresenta-se como um ciclo contínuo entre trabalho ligado a produção e reprodução da unidade familiar.

Carmen Silva e Ana Paula Portella (2006), num estudo sobre a divisão sexual do trabalho no nordeste rural brasileiro, enfatizam que é preciso considerar as distintas esferas de manifestação das desigualdades expressas na agricultura familiar por meio das categorias: gênero, classe, geração, raça/etnia, região que ultrapassam a dimensão econômica.

Nesse contexto, o olhar da presente pesquisa está voltado para as análises de gênero, classe, geração e região, uma vez que estudamos as mulheres e homens da classe rural trabalhadora, inseridos em seus espaços sociais: os assentamentos do município de Amambai. Partindo de suas narrativas é que estabelecemos um diálogo com mulheres e, assim, tentamos escrever "uma pequena parte" de suas histórias, asseguradas por suas falas, as quais nos

permitiram adentrar em seus “universos”, deixando que compartilhássemos e conhecêssemos suas experiências, como por exemplo, nas questões que envolvem as relações de trabalho.

Quando perguntávamos sobre as tarefas que executam nos lotes, muitas foram as respostas que deixaram entrever as expressões “ajuda” e “auxílio” para nomear suas atividades. Basta observarmos falas como esta: “De tudo faço um pouco, ajudo na roça [...] ajudo a trata da criação, tomo conta da casa, se for preciso plantar eu vou, carpi, vou junto com ele [...]” (ALVES, Oliveti Jorge. 55 anos. Entrevista concedida no dia 29/10/2006. Assentamento Guanabara).

Assim, mesmo trabalhando lado a lado com os companheiros nas diversas atividades dos lotes, a maioria das assentadas continua a se referir ao trabalho que desempenham como “ajuda” e dessa forma, o trabalho produtivo que elas executam acaba por assumir um papel complementar em relação ao do homem. Essa situação ocorre porque no meio rural, e mesmo no geral da sociedade brasileira, ainda existe a manutenção de relações do patriarcado, como eixos estruturadores das relações sociais familiares, e as quais provocam reais desigualdades entre homens e mulheres.

Segundo Saffioti (2004), o patriarcado é um sistema de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres, que se mantém na sociedade por séculos, alicerçado no poder, na força física, no controle e no medo que eles exercem sobre as mulheres.

Farias (2003), demonstra que tais relações apresentam maiores e/ou menores graus de intensidade, de acordo com a cultura e o período histórico de cada grupo. Nos assentamentos estudados, vê-se evidenciado certo grau de desigualdade no trabalho entre os sexos masculino e feminino. Nesse sentido, procuramos explorar a respeito da participação dos homens nas tarefas domésticas em dois momentos: quando a mulher está participando de atividades fora do espaço da casa e/ou está no trabalho e quando está no espaço doméstico<sup>65</sup>.

No processo de pesquisa, foram feitas nesse item, as seguintes perguntas: Quais as atividades que o homem normalmente realiza na casa? Se os homens deveriam dividir igualmente as tarefas domésticas? Observamos, nas respostas relacionadas à primeira questão, que as principais tarefas realizadas pelos homens nas casas estão envoltas a cozinhar e lavar

---

<sup>65</sup> É necessário mencionar que a pesquisa referente à participação dos homens nas tarefas domésticas foi feita em dois momentos: primeiro em um projeto de iniciação científica, realizado entre os anos de 2006 e 2007, quando entrevistamos as mulheres; num segundo momento, durante pesquisa para o trabalho de mestrado, desta feita com os companheiros delas, daquelas que fazem parte do Grupo de Mulheres e da Cooperativa nos assentamentos. As respostas do primeiro momento tenderam a se confirmar no segundo, com pequenas variações, no âmbito da negociação e organização do espaço da casa.

louça. No que se refere à segunda pergunta, a maioria dos entrevistados concordou em dividir igualmente as tarefas. No entanto, grande parte deles afirmou *ajudar*<sup>66</sup> a esposa nas tarefas domésticas quando esta trabalha fora do lar, ou necessita sair do assentamento, ou em caso de enfermidade.

A pouca participação dos homens nas atividades da casa pode ser entendida como herança do modelo patriarcal, mantida no convívio familiar, já que a maioria dos homens recebeu ensinamentos que não contemplavam a realização de tarefas domésticas. Hoje, entre alguns casais nos assentamentos parece haver um consenso, que se configura mais em uma negociação para que ambos participem de todas as atividades.

A titularidade e o acesso a terra é outro item que merece atenção ao estudarmos as desigualdades de gênero nos assentamentos, levantando um questionamento simples, mas importante: Por que os homens ainda permanecem como os maiores “proprietários” de terra?

Deere e León, num estudo sobre direitos a terra e a propriedade na América Latina, nos fornecem algumas respostas acerca de tal questionamento ao constatarem que a propriedade e o acesso a terra é o principal fator de sobrevivência no meio rural. Entretanto, nesse processo, Deere e León perceberam a exclusão das mulheres dos direitos de propriedade:

Demonstramos que a desigualdade de gênero na posse da terra é devida à preferência masculina na herança e no casamento, a preconceitos masculinos em programas estatais de distribuição de terras, onde a mulher tem menos probabilidade de ser compradora do que o homem [...] os direitos à terra preferencialmente atribuídos a homens chefes de família. (DEERE; LÉON, 2002, p. 29)

Deere e León mostram que na herança, os filhos têm mais probabilidade de receberem terras do que as filhas, pois se espera que eles continuem com as atividades do campo, enquanto elas ficam com as tarefas da casa, ou seja, a permanência dos papéis de gênero. Neles as mulheres aparecem como auxiliares. No que tange às políticas de reforma agrária brasileira, observamos que foram excludentes em relação às mulheres, principalmente no momento anterior a reforma constitucional de 1988:

[...] O Estatuto da Terra de 1964, a legislação sobre a reforma agrária vigente até 1985, deu prioridade a chefes de famílias maiores que quisessem dedicar-se às atividades agrícolas. Esses critérios discriminavam as mulheres, uma vez que, segundo as normas culturais, se um homem reside na casa, ele é sempre considerado seu chefe, uma norma apoiada no Código Civil de 1916 até que também foi

---

<sup>66</sup> Notamos que os assentados também fazem uso da expressão “ajuda” quando se referem às atividades domésticas, pois são consideradas “ajuda” por não pertencerem ao espaço masculino.

modificada pela reforma constitucional de 1988. O critério do tamanho da família foi desfavorável à mulher chefe de família, uma vez que, por definição, são menores do que as famílias chefiadas por homens, dada a ausência de um adulto homem na primeira. Além disso, na seleção de beneficiários, o INCRA aplicou um sistema de pontuação através do qual homens de idade entre 18 e 60 eram premiados com um ponto, ao passo que as mulheres desse grupo de idade eram premiadas com somente 0,75 pontos, sendo a discriminação pelo sexo mantida para os filhos [...] Os critérios em relação à quantidade de experiência no trabalho agrícola também discriminavam todas as mulheres, uma vez que o trabalho agrícola das mulheres [...] tem sido bastante invisível e desvalorizado [...]. (DEERE; LÉON, 2004, p. 184)

Para Deere e Léon, as políticas de reforma agrária não são neutras em relação ao gênero. O primeiro passo para a promoção da equidade de gênero aconteceu na Constituição de 1988, especialmente no artigo 189, onde consta que o título de propriedade pode ser conferido ao homem, a mulher ou a ambos – titulação conjunta de terra da reforma agrária –, independente do estado civil.

A titulação conjunta, *a priori*, não teve um caráter de obrigatoriedade no Brasil, o que dificultou a seguridade de direitos das mulheres à propriedade da terra tornando sua implementação mais difícil. Medidas que ao serem respeitadas, segundo as autoras, poderiam provocar mudanças nas relações de gênero, contribuindo para o “empoderamento” das mulheres.

Na América Latina [...] os direitos independentes à terra [...] estão associados a um crescimento no poder de barganha da mulher dentro da família e da comunidade e à autonomia econômica da mulher, fatores que contribuem para o seu empoderamento e promovem o seu bem-estar e o de seus filhos. (DEERE; LÉON, 2002, p. 36)

O termo “empoderamento”, utilizado pelas autoras, está vinculado a vários outros fatores, que ultrapassam a aquisição da propriedade da terra, e que estão assentados também na autoestima das mulheres, envolta ao respeito pelo próprio ser, a valorização e consciência do lugar que ocupam na sociedade. Elementos fundamentais para que as mulheres possam atingir a igualdade real entre homens e mulheres na sociedade.

Os mecanismos adotados pelo Estado com relação à distribuição de terras, os aspectos relacionados ao trabalho, à família, à educação, aos direitos, às oportunidades, entre outros, denotam discrepâncias entre igualdade formal e igualdade real entre homens e mulheres na sociedade, criando dificuldades para que o empoderamento seja efetivado. Todavia, conforme aponta Menegat (2009), participar apenas da titulação não significa empoderamento efetivo das mulheres, podendo se configurar em empoderamento ilusório e/ou provisório, uma vez que a administração da propriedade pode continuar unicamente sob a decisão do homem.

Assim, a participação das mulheres no que se refere a titulação deve vir acompanhada de suas participações em outros processos decisórios, só assim poderemos iniciar o empoderamento, o qual teve início, com o “processo de inclusão” das mulheres na reforma agrária, quando de suas próprias lutas nos movimentos sociais.

A mobilização das mulheres rurais emergiu na década de 1970, quando passaram a lutar pelo acesso a terra e pelos benefícios sociais incluindo: aposentadoria e licença-maternidade. Naquele momento houve uma intensificação dos movimentos sociais por meio de diversos encontros em todo o país e graças à luta das mulheres obtiveram importantes conquistas na Constituição de 1988, que garantiram a aposentadoria por idade, aos 55 anos, e a licença-maternidade remunerada. Entretanto, para o acesso das mulheres à aposentadoria era preciso antes a comprovação da condição de trabalhadoras rurais, feita “através de uma porcentagem da produção comercializada [...] as mulheres precisam ter seu nome incluído nas notas de venda dos produtos comercializados” (BRUMER, 2004, p. 223). A inclusão do nome na nota produtora representou uma enorme conquista, pois, finalmente, podiam ser reconhecidas como trabalhadoras rurais, além dos benefícios econômicos que a aposentadoria lhes proporcionaria.

Com a Constituição de 1988, as mulheres passaram a ser representadas pelo Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR, fundado em 1989) composto por mulheres com experiência de outros movimentos, tendo por objetivos: questões referentes à saúde da mulher, à regularização dos direitos da aposentadoria garantidos pela Constituição, participação da mulher rural nos sindicatos e cooperativas.<sup>67</sup>

Na década de 1990, continuaram a realizar encontros, reivindicações e marchas pelo país, sendo a mais conhecida a “Marcha das Margaridas”, em prol dos direitos a terra e de participação na reforma agrária. Em 1993, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) adotou o sistema de cotas de 30% para a eleição de líderes mulheres em todos os níveis: nacional, estadual e regional.

Assim, na visão de Deere (2004), os avanços dos direitos da mulher a terra se deram a partir da segunda metade da década de 1990, momento em que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) iniciava a internalização das questões de gênero. Em 2000, as mulheres, através de seus movimentos e organizações, reivindicaram políticas públicas de

---

<sup>67</sup> Conforme artigo de: BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In: *Revista de Estudos Feministas*. UFSC. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. V. 12, n. 1, 2004.

reforma agrária e a titulação conjunta da propriedade e/ou que o título fosse expedido no nome da mulher quando esta fosse solteira. Em 2001, o Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) criou o crédito PRONAF M (Programa Nacional de Agricultura Familiar) destinado às mulheres.

No ano de 2002, o Código Civil sofreu alteração por meio do estabelecimento da chefia compartilhada e por meio da nova legislação, as mulheres passaram a ter o direito de se cadastrarem na Reforma Agrária e de serem reconhecidas também como chefes de família e provedoras do lar. Em 2003, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tornou obrigatória a titulação de terra em nome tanto da mulher, quanto do homem nos casos de casamento e união estável, e/ou à mulher na ausência do companheiro, ou ao homem na ausência da companheira.

A criação do Pronaf Mulher, a chefia compartilhada e o acesso a outros direitos direcionados à propriedade da terra são concebidos por Deere e León (2002) como mecanismos de empoderamento das mulheres rurais:

[...] Para as mulheres rurais, a posse da terra é a melhor garantia de que elas serão capazes de suprir, pelo menos em parte, as necessidades alimentares de sua família. Além disso, a posse é frequentemente um requisito para aumentar a produtividade das mulheres, já que age como mediadora para seu acesso ao crédito e a outros serviços. A posse da terra também melhora a posição de retaguarda das mulheres no casamento e lhes dá maiores opções matrimoniais. Ao aumentar o poder de barganha das mulheres, a posse de terra está também associada ao papel de maior importância das mulheres na tomada de decisões quanto à família e à propriedade. Não há quase dúvida de que um aumento no poder de barganha das mulheres seria necessário para empoderá-las, para mudar as relações de gênero e alcançar a verdadeira igualdade entre homens e mulheres. (DEERE; LEÓN, 2002, p. 411-12)

As reflexões acima citadas fazem emergir as experiências das mulheres assentadas em relação ao crédito Pronaf Mulher<sup>68</sup>. Dessa forma, procuramos explorar informações a respeito de quantas mulheres assentadas tiveram acesso a esse crédito e quais as dificuldades em adquiri-lo. Leila, moradora do Guanabara, por meio de entrevista, nos forneceu alguns dados:

[...] o Pronaf ele existe bonitinho no papel, mas aqui ninguém conseguiu pega, nós fomos no banco, a assistência técnica até fez o projeto e tudo, mas chega lá ele barra numa coisa que chama o teto da dívida, por exemplo, cada sítio aqui tem uma lei do INCRA com o banco [...] que reza que cada parcela só pode deve até 21 mil, então, no caso se você conta os 13 mil do financiamento primeiro [...] mais os outros

---

<sup>68</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, crédito oferecido para as atividades econômicas desenvolvidas por mulheres.

financiamentos que se pego, a maioria deles devem 20; 19 aí se for pega mais os 3.500 pra mulher eles colocam na mesma dívida do homem junto com a dívida da mulher, aí estóra os 21 mil aí eles veta o projeto [...] só que no caso o Pronaf Mulher ele alega que não é pra se vincula com a dívida do marido à dívida do lote, só que o banco não respeita, o banco limita aí, então no caso ele funciona no papel [...]. (DORCE, Leila. 40 anos. Entrevista concedida no dia 11/02/2007. Assentamento Guanabara)

Nos assentamentos deste estudo, parece não haver nenhuma assentada que tenha se beneficiado dessa linha de crédito. Como explicou Leila, o motivo pode estar na vinculação do crédito destinado à mulher com as dívidas do marido. Por outro lado, conforme relato exposto, por meio de uma conversa, por uma funcionária do Banco do Brasil de Caarapó, responsável pelo repasse dos financiamentos aos/as assentados/as, o/a solicitante não pode apresentar nenhum débito com a instituição, para requerer este crédito. Segundo a funcionária, também o/a proprietário/a/ do lote não pode ultrapassar um determinado valor de dívida estabelecida pelo banco. Outro problema refere-se à aquisição dos recursos, pois eles são provenientes do Tesouro Nacional, BNDS e do FCO (Fundo Constitucional do Centro-oeste), sendo assim, muitas vezes, não tem verba para repassar aos assentamentos.

Como demonstram os estudos de Deere e León (2002), a aquisição do Pronaf Mulher contribui para uma maior autonomia das mulheres, pois com o recurso financeiro, podem investir em seus projetos que são constantemente mencionados nas entrevistas, como, por exemplo, o de criar galinhas semicaipira, e/ou o de aumentar as instalações da farinha e a compra de equipamentos e máquinas para a confecção da farinha. Processo que também desencadearia a autoestima das mulheres rurais, a compreensão de si e de sua própria vida, pois se encontram motivadas em torno de um “ideário”.

É preciso considerar que o “empoderamento” demanda um conjunto de processos e, assim, não pode ser definido somente pelo viés das linhas de crédito, pois, segundo Cordeiro (2006), envolve outros processos como: confiança, respeito, ideias, opiniões, aprendizado, conquistas, liberdade de ir e vir, vínculos interpessoais, lutas por direitos, entre outros, temas que serão aprofundados e discutidos no Capítulo III.

Nesse contexto, partindo dos resultados e das análises expostas destacamos que o modelo patriarcal e seus mecanismos excludentes, como a “divisão sexual do trabalho”, são fatores que contribuem para as desigualdades de gênero, principalmente por estabelecerem papéis distintos a homens e mulheres. Dessa forma, constrói-se uma barreira entre dois

mundos: o público e o privado. Barreira que apesar de transponível até hoje não foi possível romper totalmente com suas estruturas.

Contudo, é preciso mencionar que as mulheres não foram apenas vítimas indefesas do patriarcado, em vários momentos teceram suas resistências. “O fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a ele as mulheres não oponham resistência [...] sempre que há relações de dominação-exploração há resistência, há luta [...]” (SAFFIOTI, 2004, p. 130). A participação das mulheres nos movimentos sociais, acampamentos e nas organizações sociais nos assentamentos, é entendida, neste trabalho, como formas de resistências.

É importante destacar que os fatores, aqui analisados, como a divisão sexual do trabalho, a ordem patriarcal não são os únicos responsáveis pela desigualdade de gênero. É relevante conhecermos as especificidades de cada região, de cada assentamento, de cada cultura. Por isso nos estudos de gênero, procura-se compreender outros elementos como: as relações de poder, os sistemas culturais, que servem para identificar as normas, os códigos de valores dos sujeitos. Compreender gênero apenas pelas relações de trabalho é demasiado simplista, dada a complexidade de sua definição e aplicação.

No entanto, as relações de trabalho no campo ou na cidade nos fornecem informações acerca dos papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade. Dessa forma, é possível percebermos as permanências e as rupturas nas questões de gênero. O campo das mentalidades inscreve-se em um terreno valioso para esses estudos. Nos assentamentos analisados, as permanências se fazem presentes, mas vemos muitas mudanças, como no caso das novas atuações das mulheres em espaços tradicionalmente ocupados por homens, como o exemplo de cargos de destaque na Cooperativa. Assim, observamos que as mudanças acontecem, mesmo que de forma lenta e muitas vezes quase imperceptíveis. Nesse caso, a técnica da observação é importante para que a pesquisadora ou pesquisador não deixe de percebê-las em seus mínimos detalhes, para não incorrer no risco de afirmações falsas de que elas não aconteceram ou não acontecem.

Partindo dessas análises, ressaltamos que a presente pesquisa se concentrou em mostrar a participação das mulheres em ocupações no espaço público dos assentamentos, como o da Cooperativa, promovendo reflexões acerca das relações de gênero. No próximo item, abordar-se-ão a formação do Grupo de Mulheres e seu processo de inserção na

Cooperativa, atuações que tem contribuído para uma maior autonomia das mulheres assentadas.

## 2.2. Do mundo privado a organização da COOPERFAMILIAR

*Pra mim a história da COOPERFAMILIAR começou com um grupo de mulheres camponesas do qual eu participo, do grupo aqui do assentamento. Eu sou uma coordenadora né? Coordeno o grupo de movimento de mulheres. Aí começou a surgir idéias sobre sair uma feira em Juti, aquela feira vai daqui, vai dali, nós faz reunião aqui hoje, faz amanhã ali, da qual agora surgiu a COOPERFAMILIAR. Nós fazia reunião aqui na minha casa, na casa da Clarice, na comunidade Nossa Senhora Aparecida ali [...] nós continua trabalhando ali com o grupo ainda e nisso aí surgiu a idéia e estamos levando a frente essa idéia da Cooperfamiliar.*

*Olivet Jorge Alves<sup>69</sup>*

O principal objetivo deste item é mostrar como ocorreu o processo de inserção das mulheres no espaço público dos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz. Para cumprir esse propósito, precisamos nos reportar antes a constituição do Grupo de Mulheres nos assentamentos, pois foi a partir da formação do grupo que elas iniciaram a participar e desempenhar funções na Cooperativa de agricultura familiar. Funções essas que dizem respeito à tomada de decisões sobre a organização e comercialização da produção dos assentamentos.

É importante mencionar que analisamos as duas gestões da COOPERFAMILIAR. Na primeira gestão, de 2005 ao final de 2009, a maioria das mulheres envolvidas não ocupava cargos de expressão, tendo uma participação invisível nos processos de tomada de decisão em relação à organização e comercialização da produção dos assentamentos, mesmo que não deixassem de apresentar compromisso e engajamento com suas funções (tema debatido neste tópico). Por outro lado, a partir da nova gestão, com início no final do ano de 2009, as mulheres passaram a ocupar os postos mais altos da COOPERFAMILIAR, efetivando assim, maior participação nas tomadas de decisões (o início da nova gestão e a participação das mulheres será analisado no Terceiro Capítulo).

Assim, para entendermos a participação das mulheres é central nos apoiarmos na categoria gênero, uma vez que a mesma permite fazer análises das relações homem/mulher

---

<sup>69</sup> Moradora do Assentamento Guanabara. Integrante e coordenadora do Grupo de Mulheres, ex-integrante da primeira gestão da COOPERFAMILIAR, na qual ocupou o cargo de fiscal. Entrevista concedida no dia 26/10/2006.

nos assentamentos em estudo. Conforme Scott (1990), o gênero é elemento constitutivo das relações sociais fundamentadas nas diferenças percebidas entre os sexos; é também um campo primário de relações, em que o poder é articulado. Nessa concepção, o gênero perpassa as simples explicações acerca das diferenças biológicas entre o masculino e o feminino, ao propor historicizar e questionar como as diferenças são construídas e instituídas social e culturalmente nas sociedades.

O presente trabalho desenvolve-se na perspectiva de construir discussões referentes às relações de gênero, na intenção de estimular os debates sobre as atividades desempenhadas pelas mulheres na família e, especialmente, no espaço público com vistas a dar visibilidade as suas experiências. Nesse sentido, é preciso pensar e definir o que são espaços público e privado<sup>70</sup>. A filósofa Okin (2008), ao analisar as categorias público e privado, destacou a ambiguidade do uso desses termos, como tem apontando os/as estudiosos/as feministas:

‘Público/privado’ é usado tanto para referir-se à distinção entre Estado e sociedade (como em propriedade pública e privada), quanto para referir-se à distinção entre vida não-doméstica e vida doméstica. Nessas duas dicotomias, o Estado é (paradigmaticamente) público, e a família e a vida íntima e doméstica são (também paradigmaticamente) privadas. A diferença crucial entre os dois é que o domínio socioeconômico intermediário (o que Hegel chamou de ‘sociedade civil’) é na primeira dicotomia incluído na categoria de ‘privado’, mas na segunda dicotomia é incluído na de ‘público’. (OKIN, 2008, p.306-307)

Okin argumenta a falta de discussões por parte dos teóricos políticos, a respeito da ambiguidade dos conceitos público e privado, pois a dicotomia desses termos apresenta, segundo a autora, mais de um sentido, podendo ser utilizado e interpretado de diferentes maneiras. Entretanto, o mais agravante para Okin é que, na maioria das vezes, espaços público e privado são pensados e estudados de forma separada principalmente na segunda dicotomia: espaço público (vida não-doméstica) e espaço privado (vida doméstica). Assim, para Okin, não se pode interpretar a família como não política, pois é nela que também ocorrem as relações hierárquicas e de poder, especialmente na divisão do trabalho. Nesse contexto, o slogan criado pelas feministas “o pessoal é político”, assume o significado de que os espaços público e privado estão imbricados, pois: “[...] queremos dizer que nem o domínio

---

<sup>70</sup> Os conceitos de esfera pública e privada têm sido centrais no pensamento político do Ocidente desde o século XVII. Para maiores esclarecimentos sobre o assunto é importante ver as seguintes obras: ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008; PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro” (OKIN, 2008, p. 314).

Assim, a adoção dos conceitos público e privado no presente trabalho é pensada na perspectiva de Okin com o objetivo de compreendermos o processo de inserção das mulheres nas atividades públicas à luz das desigualdades de gênero, resultantes de práticas provenientes do sistema patriarcal (análises da família), que trazem consequências para a vida das mulheres nos assentamentos rurais. Em contrapartida, as mulheres buscam construir novos caminhos, através da participação em organizações sociais, como se verá a seguir com as análises sobre o Grupo de Mulheres e a COOPERFAMILIAR.

### **2.2.1. Grupo de Mulheres**

O Grupo de Mulheres<sup>71</sup>, também nomeado por algumas de suas integrantes de “movimento de mulheres”, teve sua origem nos anos de 2001/2002, época de acampamento. Sua formação deve-se ao trabalho realizado pela irmã Lucinda Moretti, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no município de Juti, que ao visitar os acampamentos estabeleceu os primeiros contatos, por meio de conversas e troca de ideias. Conforme nos relatou irmã Lucinda, o objetivo de seu trabalho com as mulheres esteve relacionado à saúde preventiva, como por exemplo, proporcionar conhecimentos práticos sobre remédios caseiros com a finalidade de ajudá-las a fabricar pomadas, xaropes e multi-mistura<sup>72</sup>, em grande parte destinadas às crianças. Durante a entrevista ela nos falou dos trabalhos que vem realizando junto às pessoas dos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz, bem como de outros, como o Assentamento Padre Adriano Van de Vem e à comunidade da Aldeia Jarará, localizados nas proximidades de Juti:

Então, o nosso trabalho com as mulheres aqui em Juti começou no seguinte, eu pessoalmente vim da Rondônia pra cá e fui visitá, já era acampamento, quase assentamento no Sebastião Rosa da Paz, tava na terra, mas todo mundo acampado

---

<sup>71</sup> Nas entrevistas averiguamos que apenas duas das integrantes do Grupo de Mulheres não se referiam a denominação “grupo”, mas a expressão “movimento” de mulheres. Como a maioria utilizava a denominação de Grupo de Mulheres, ao invés de movimento de mulheres, optamos também por essa denominação e também por entender que se trata de um pequeno agrupamento de mulheres, no qual desenvolvem ações (como estudos e alternativas de viabilidade econômica e social) relacionadas ao ambiente social onde vivem (os assentamentos), na tentativa de melhoria de vida.

<sup>72</sup> É uma alimentação alternativa baseada em farelo de arroz, farinha de mandioca, folha de mandioca em pó, casca de ovo e sementes de abóbora ou girassol, utilizada pela Pastoral da Criança para o enfrentamento de problemas nutricionais de determinados grupos populacionais. Conforme site: <<http://www.rgnutri.com.br/sap/tr-cientificos/ersi.php>>. Acesso em 07 de jul. 2009 às 20 horas e 30 minutos.

ainda, aí a gente começo a conversar, trocar idéias, a se encontrar como grupo, pequeno grupo. Teve o grupo do Guanabara que era acampado na época, eu lembro que a primeira reuniãozinha lá no Guanabara foi embaixo daquele pé de bambu que tem ainda hoje ali na esquina, tava todo mundo acampado na beira da estrada e a gente começo a trocar idéias. O objetivo de trabalhar com as mulheres nasceu pela necessidade de saúde preventiva, remédios caseiros, todo esse processo e *depois começo, assim, elas quererem se organizar*, então nós estávamos ali tentando mostra o valor da mulher camponesa hoje, a mulher da roça, porque se a gente for vê ela não tem o valor que deveria ter. Então, nós pensamos assim, tentando mostrar que ela é capaz, que ela tem condições de crescer, de desenvolve e assim fomos continuando esse trabalho nos três assentamentos [...] e estou tentando fazer um pequeno trabalho com as mulheres índias também pra elas começarem a sentir os seus valores, mas o básico que nós trabalhamos é o valor da mulher, remédios caseiros: pomadas, xarope, multi-mistura pra trabalhar com as crianças e a própria mãe também e incentivando a agricultura orgânica, horta orgânica, que a gente não quer que entre veneno, então ali a gente vai, faz, volta, umas acreditam outras não acreditam. (MORETTI, Lucinda. Entrevista concedida no dia 03/04/2007. Juti/MS.)<sup>73</sup>

A narrativa da irmã Lucinda, num ato de rememorar, evoca da memória as lembranças dos primeiros contatos que manteve com as mulheres e homens dos assentamentos, na época ainda no acampamento. No processo de relembrar, fala do local e dos elementos contidos nele, como o pé de bambu e da estrada onde as pessoas do Guanabara estavam acampadas. Suas narrativas nos remetem à reflexão de Le Goff (2003, p. 419), quando discorre sobre a memória, argumentando que com ela são conservadas certas informações que se referem a um conjunto de funções psíquicas que permitem aos sujeitos atualizarem impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas. Nesse contexto, a memória é um fenômeno individual e psicológico que está ligada à vida social.

Com base nas lembranças de Lucinda, podemos conhecer alguns aspectos acerca da origem do Grupo de Mulheres nos assentamentos, assim como o tipo de trabalho que vem realizando na CPT, que é um dos primeiros movimentos de organização do coletivo de famílias sem-terra, pós década de 1960. Segundo Farias (2006), a CPT surgiu no cenário das lutas sociais em Mato Grosso do Sul, no ano de 1978, na cidade de Dourados, para mais tarde formar equipes diocesanas em outras cidades. Até o final da década de 1980, a CPT manteve-se ativa no campo da luta pela terra, por meio da organização e apoio aos trabalhadores/as sem-terra. A partir de então:

Ocorre, conseqüentemente, um distanciamento da luta pela terra, principalmente em casos de ocupação de terra e acampamentos, e esse espaço é assumido pelo MST. A

---

<sup>73</sup> É preciso ressaltar que as entrevistas de 2005 a 2007 são do banco de dados da pesquisadora, proveniente de trabalhos de iniciação científica. Entrevista retirada do banco de dados da pesquisadora proveniente do Projeto de iniciação científica PIBIC/UEMS/CNPq denominado: "Lideranças Femininas no Assentamento Guanabara."

CPT mantém, ainda outras atividades constantes e definidas como prioritárias, dentre elas: saúde comunitária, organização das CEBs, cartilhas políticas, círculos bíblicos, fundação e/ou acompanhamento de sindicatos, reuniões, encontros e elaboração de material para reflexão. (FARIAS, 2006, p. 85).

Isso não quer dizer que a CPT deixou de atuar com os/as trabalhadores/as nas ocupações de terra<sup>74</sup>, mas houve um redimensionamento de sua metodologia de trabalho, em direção a práticas de apoio e organização nos assentamentos já instalados, como aponta Farias. Isso pode ser observado na fala da irmã quando apresenta as atividades que a CPT desempenha junto às famílias, voltadas às questões sociais, vivenciadas no cotidiano dos assentamentos.

Segundo o coordenador da CPT de Dourados<sup>75</sup>, a irmã Lucinda é agente comunitária da CPT, fazendo parte de um projeto maior em que é disponibilizado recursos financeiros para transporte com o objetivo de realizar trabalhos com a juventude rural, com as mulheres e com os agricultores em geral. Irmã Lucinda relata o tipo de trabalho que vem realizando via CPT: “[...] eu trabalho como voluntária na CPT [...] com o M.M.C [...] com o pessoal da FAF [...] eu sinto assim que a CPT é uma pastoral que tenta ajuda o pequeno agricultor [...]” (MORETTI, Lucinda. Entrevista concedida no dia 03/04/2007. Juti/MS).

Dessa forma, constatamos a importância do trabalho da CPT nos assentamentos, a preocupação com os/as agricultores/as familiares, o que se evidencia no trabalho com o Grupo de Mulheres, pois o primeiro passo foi dado pela irmã Lucinda e a partir dele as mulheres começaram a participar das reuniões, ora ministradas pela irmã, ora pelas coordenadoras do grupo. Ainda nos dias de hoje, a irmã se responsabiliza pelo apoio e fornecimento de materiais como apostilas, cartilhas para a realização das reuniões, palestras e cursos que são oferecidos. As reuniões são realizadas no Assentamento Guanabara, normalmente na Igreja Católica e/ou na casa de alguma das participantes do Grupo de Mulheres e nelas as mulheres estudam e conversam sobre vários temas, como nos fala Leila e Clarice, integrantes do grupo:

Essas reuniões do grupo de mulheres, era pra educa as mulheres, pra elas ficarem mais fortalecida: a questão da violência, até mesmo do tratamento dos filhos, a

---

<sup>74</sup> Atualmente, a CPT tem se dedicado mais em fornecer auxílio dentro dos assentamentos, nesse sentido, podemos dizer que houve uma minimização dos trabalhos ligados a luta pela terra no estado de Mato Grosso do Sul. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) encarregou-se de realizar as ocupações de terras. Para mais informações sobre a CPT e sua história ver: MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: O Impossível Diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

<sup>75</sup> Entrevista realizada com Vanilton Camacho da Costa, no dia 01 de junho de 2009, no escritório da CPT, em Dourados/MS.

questão da mulher [...]. (DORCE, Leila. 40 anos. Entrevista concedida no dia 11/02/2007. Assentamento Guanabara)

Olha, é dois grupos, um nós reúne aqui na Igreja e o outro é ali embaixo [...] Nós do movimento sabe que que nós estuda? é coisa da terra, entendeu, nós estudamo assim como nós podemos fazer pra te assim uma vida melhor [...] pra nós pode salvar o pão nosso de cada dia, *ajuda* o nosso marido [...] a coisa que nós estamos trabalhando aqui no grupo é esclarecendo as mulheres aqui do assentamento. (AMARAL, Clarice Gonçalves do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 10/09/2006. Assentamento Guanabara)

Com base nas falas de Leila e Clarice, esta última ex-vice-presidente da Cooperativa, observamos que os assuntos debatidos no grupo partem de suas vivências nos assentamentos, ou seja, dos problemas ligados às condições econômicas, à família, à educação dos filhos/as, a terra, à saúde, e a outras questões que envolvem a mulher.

Na narrativa de Clarice, notamos primeiramente sua explicação sobre a questão da divisão do Grupo de Mulheres no interior do Assentamento Guanabara, que vem se reunindo em dois subgrupos, isso apenas para a realização das reuniões, que acontecem separadamente e em locais diferentes, para com essa forma diminuir as distâncias que separam as moradias de todas as participantes do grupo, criando condições de assegurar a presença de todas nas reuniões. Em sua fase inicial, o grupo era constituído por 16 mulheres, atualmente possui em torno de 10 participantes, índice que demonstra pequena participação das mulheres nas organizações coletivas nos assentamentos, se comparada com o número total de famílias assentadas. Situação que na visão de Menegat (2009), denota um “empoderamento provisório” das mulheres, não sendo portanto definitivo, com momentos em que apresentam avanços e recuos. Observamos que a não participação das mulheres ocorre, conforme informações colhidas nas entrevistas com mulheres e homens assentados, devido à discriminação e ao machismo<sup>76</sup> ainda presentes nestes espaços. Outras barreiras que também impedem a participação das mulheres nas organizações são os afazeres domésticos, pois as reuniões acontecem pela manhã ou à tarde, horários em que as mesmas estão com ocupações voltadas aos serviços com a casa e o lote.

Nas narrativas com as mulheres do grupo, observamos como elas se movimentam e um aspecto que nos chamou a atenção, especialmente na entrevista com Clarice, foi a

---

<sup>76</sup> De acordo com os estudos de Saffioti (1987; 2004), o termo machismo não pode ser dissociado do sistema patriarcal, pois é deste sistema que surge a dominação e opressão contra as mulheres, onde os homens exercem seu poder sobre as mulheres e sobre os filhos e filhas.

repetição da palavra “ajuda”, que também é presente e de forma constante, em outras falas das mulheres que entrevistamos, empregadas para descreverem os serviços realizados no lote e/ou para proporem novas formas de participação no processo produtivo. A força da palavra ajuda evidencia que as mulheres vivem nos assentamentos uma situação contraditória e conflituosa, principalmente nas relações de trabalho, ou seja: num primeiro momento, elas demonstram que estão avançando quanto a participarem de novas práticas em busca de mudanças; por outro lado, permanece a ideia de “ajuda”, mesmo naquelas que estão em cargos de liderança, mesmo quando percebem sua atuação enquanto provedoras. Por isso, corroboramos com o pensamento de Farias, quando diz que a ajuda ocorre porque as mulheres já internalizaram: “[...] as definições dos diferentes papéis e responsabilidades para o homem e para a mulher, surgidos de construções socioculturais” (2002, p. 308).

Embora vivendo tais situações, observamos que as mulheres assentadas desejam ampliar seu espaço de participação social. Uma das medidas tomadas pode ser vista em suas atuações na Cooperativa de agricultura familiar dos assentamentos, onde realizam várias atividades, entre elas: palestras, feiras, cursos diversos, viagens para outros municípios e estados a fim de participarem de cursos e encontros.

Na narrativa de Clarice está demonstrado o propósito do Grupo de Mulheres, tendo como base a transmissão de conhecimentos, numa partilha dos estudos promovidos no e pelo grupo, os quais visam melhorias nas condições econômicas e sociais, especialmente para motivá-las a enfrentarem os obstáculos que se apresentam cotidianamente nos lotes. Nesse sentido, elas vêm criando novas formas de viver, entendidas aqui, como “estratégias”<sup>77</sup> na busca por uma vida digna, como explanam Clarice e Oliveti:

Eu acho assim que pra mim foi assim de grande importância eu participa, vamos dizer assim, do grupo de mulheres né, com a irmã Lucinda que tava aí na batalha e a irmã Gertrudes com nós que a gente aprende muito, aprende muito, você aprende a se relaciona com as pessoas [...] Então, os estudos também que as irmãs trouxeram através da CPT sobre os direitos nosso de mulheres, em relação a benefícios do INSS, como a gente i atrás, então foi tudo essas coisas assim e muito mais que nós aprendemos nesse grupo de mulheres e como assim também eu já era coordenadora da igreja a gente aprende muito, muito [...] eu gosto muito de participa [...]. (AMARAL, Clarice do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 20/06/2009. Assentamento Guanabara)

---

<sup>77</sup> O termo estratégia é entendido aqui como a fixação de ações planejadas; esforço do grupo em assumir o papel de agente de mudanças; serve também como uma marca que define a organização e é um elemento que provê consistência e aumenta a coerência das ações e intervenções. Conforme site: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Estrat%C3%A9gia#Diversas\\_defini%C3%A7%C3%B5es\\_do\\_termo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Estrat%C3%A9gia#Diversas_defini%C3%A7%C3%B5es_do_termo)>. Acesso em 15 de jun. 2009 às 20 horas e 30 minutos.

Hi, pra mim se eu não for numa reunião do movimento, pra mim não tem nada. (ALVES, Oliveti Jorge. 55 anos. Entrevista concedida no dia 07/03/2009. Assentamento Guanabara)

As falas de Clarice e Oliveti demonstram a importância em ser parte de um grupo que tem contribuído com suas vidas, e que por meio dele ocorre a introdução de “novos saberes”, com apoio das irmãs. Clarice enfatiza os aspectos ligados ao conhecimento, a esclarecimentos de questões que dizem respeito à sua própria realidade. Oliveti descreve o significado do que é participar de um grupo, de um movimento, numa fala carregada de sentido: significa “tudo”. O tudo, expressa o partilhar que elas estabelecem no grupo, dos dilemas e das esperanças que são comuns a todas, servindo de acalento e até visualizando uma tentativa de encaminhamentos que objetivam uma vida melhor. Por isso, entendemos que o Grupo de Mulheres figura como um espaço de socialização, de troca de experiências, de conhecimento, em que elas atuam politicamente, adquirem consciência política, planejam ações que possam melhorar suas vidas e de suas famílias. Assim, observamos que o resultado desse grupo foi o que deu sustentação para a criação da COOPERFAMILIAR.

### **2.2.2. A participação das mulheres na formação da COOPERFAMILIAR**

A COOPERFAMILIAR, Cooperativa de Agricultura Familiar de Juti, foi fundada em 10 de fevereiro de 2005, em parceria com secretarias do município de Juti, envolvendo a participação de alguns homens e mulheres do Assentamento Guanabara, do Assentamento Sebastião Rosa da Paz, do Assentamento Padre Adriano Van de Vem, a Aldeia Jarará e outros agricultores e agricultoras de Juti.<sup>78</sup>

As observações empíricas revelaram que as mulheres assentadas são as que mais se empenham nas atividades ligadas à Cooperativa, e dentre elas, destacamos as atuações de Clarice Gonçalves do Amaral, Leila Dorce, Oliveti Jorge Alves, Zoraide Brandão, Maria das Graças e Maria Eliane Faria. A essas acrescentamos o envolvimento da irmã Lucinda, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do município de Juti, que tem sido mediadora e organizadora para o Grupo das Mulheres. Além delas, encontramos o representante da Federação da Agricultura Familiar do Mato Grosso do Sul, morador do Assentamento Sebastião Rosa da Paz, que tem fornecido apoio aos eventos que envolvem a Cooperativa. Em

---

<sup>78</sup> Conforme informações retiradas da Ata de Constituição da COOPERFAMILIAR.

virtude de suas atuações, gostaríamos de fazer um breve comentário da posição/encaminhamentos produzidos pelas mulheres: iniciemos pela Clarice do Amaral que foi vice-presidente da COOPERFAMILIAR, na primeira gestão (de 2005 a 2009), e é também integrante do Grupo de Mulheres e coordenadora da Igreja Católica do Assentamento Guanabara. Leila Dorce é outra integrante, sócia da Cooperativa, e líder do CMDR (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural) do município de Juti. Trata-se de uma mulher batalhadora que contribui significativamente nas reuniões do Grupo de Mulheres. Oliveti Jorge Alves é mais uma das líderes do Grupo de Mulheres, responsável pela realização e coordenação de reuniões com o grupo, e foi fiscal da Cooperativa. Maria Eliane Faria é outra integrante do Grupo de Mulheres, ex-diretora vogal da Cooperativa, atualmente trabalha no SINTRAF (Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), em Juti, e tem experiência com órgãos sindicais, moradora do Assentamento Sebastião Rosa da Paz.

Ao analisar a composição da Cooperativa, que nasceu da organização das mulheres – “nasceu das mulheres”, como elas dizem, sendo elas as que mais demonstram envolvimento com as atividades inerentes a seu funcionamento, um primeiro pensamento que nos vem é em relação ao nome da Cooperativa: Por que não COOPERMULHER ao invés de COOPERFAMILIAR? Isso ocorreu, segundo as informações coletadas por diversos motivos: primeiro, pela influência da CPT enquanto mediadora no processo de organização dos assentamentos e entidade religiosa que agregou, para este espaço, concepções ideológicas e morais. A CPT valoriza e dá ênfase a família, embora tenha demonstrado preocupação e interesse com o *modus vivendis* das mulheres nos assentamentos. Outro motivo está no fato de que não podemos desconsiderar o pensamento feminino que também coloca a família em primeiro lugar, como aponta Farias, já que são as mulheres que incorporaram: “[...] o sentimento de se eximir dos anseios, das necessidades, das vontades próprias, em favor de um outro, seja ele o filho ou o marido [...]” (2002, p. 301). Há, ainda, outro fator que favoreceu a denominação COOPERFAMILIAR, e que diz respeito ao projeto que a fez surgir, com base em atender homens e mulheres de três assentamentos, englobando ainda a aldeia e os/as agricultores/as familiares do município de Juti.

Conforme Estatuto da Cooperativa<sup>79</sup>, em seu Capítulo I, sua sede administrativa é no município de Juti, na BR 163<sup>80</sup>, e sua área de ação para admissão de sócios inclui os

---

<sup>79</sup> Anexo G – Estatuto Social da COOPERFAMILIAR aprovado em Assembleia Geral, no dia 02 de julho de 2005.

municípios de Caarapó e Amambai. Assim, os objetivos da Cooperativa, assinalados no Capítulo II, de seu Estatuto, é o de congregar agricultores familiares de sua área de ação, para prestação de serviços aos mesmos e realizar seus interesses econômicos através de algumas atividades como:

1) receber, transportar, classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar e comercializar, nos mercados, interno e externo, a produção de seus sócios;

2) adquirir e repassar aos sócios bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades;

3) fazer, quando possível, adiantamento em dinheiro sobre o valor dos produtos recebidos dos sócios ou que ainda estejam em fase de produção;

4) obter recursos para financiamento de custeio de lavouras e investimentos dos sócios;

5) promover, com recursos próprios ou convênios, a capacitação cooperativista e profissional do quadro social, funcional, técnico, executivo e diretivo da Cooperativa.

Assim, homens e mulheres vêm tentando alternativas que atendam suas necessidades de comercialização e ao mesmo tempo os/as insira no mercado econômico, além de lhes fornecer condições de sobrevivência. Nas conversas, pudemos perceber que a Cooperativa tem um significado especial na vida das pessoas e por isso é relevante falar, mesmo que brevemente da constituição da COOPERFAMILIAR, desde a primeira gestão, de 2005 ao final de 2009 e, da segunda gestão (início no final de 2009, que será abordada no terceiro capítulo), para assim compreendermos os encaminhamentos que vem sendo organizados para o funcionamento da Cooperativa, especialmente no que se refere às atuações das mulheres.

A Cooperativa é constituída em seus cargos diretivos por homens e mulheres dos três assentamentos já mencionados, congregando também agricultores/as de Juti e indígenas da Aldeia Jarará. Ao todo são vinte associados, sendo treze deles/as ocupantes de cargos e destes, oito são ocupados por mulheres e cinco por homens, na primeira gestão. Os cargos que as mulheres ocuparam neste período, variam entre a vice-presidência e a suplência, sendo que neste último posto há uma maior quantidade de mulheres. Observamos que as funções de maior prestígio como a presidência, o cargo de tesoureiro e diretor foram ocupados por

---

<sup>80</sup> Sobre a sede da Cooperativa é importante mencionar que até o momento o prédio não foi construído, nesse local existe apenas o terreno.

homens. No entanto, na segunda gestão da Cooperativa averiguamos uma situação inversa: a “ascensão” das mulheres nos cargos de maior destaque, entre eles a presidência.

Na COOPERFAMILIAR, além das atuações das mulheres e homens assentados há também o envolvimento de representantes de movimentos sociais, que apesar de não atuarem em seus postos de direção, fornecem apoio, como a FAF, na pessoa de Paulo César, que atua na busca de recursos técnicos e financeiros para a construção do prédio da COOPERFAMILIAR, em Juti. Há, ainda, a participação da CPT, através dos trabalhos de Vanilton, coordenador em Dourados, e irmã Lucinda que têm colaborado com a promoção de cursos e palestras aos assentados/as.

Quando de sua implantação, em 2005, até o momento, a COOPERFAMILIAR tem “funcionado” de forma lenta devido a vários problemas, como aponta Francisco Carlos, presidente da primeira gestão:

Olha ela vem funcionando bem lentamente mesmo, bem lenta, porque a gente não conseguiu ainda fazer assim uma comercialização sobre ela, porque o fundamento dela é abrir uma fonte de comércio pra agricultura familiar né. A gente não conseguiu por quê? Por causa da fiscalização que são muita. Hoje pra você abater um frango, você tem que passar pela vigilância muito rígida né, que a gente não ta conseguindo. É, pra você ter um produto lá hoje na cidade pra comercializa é muito difícil por causa da burocracia muita, tem muita coisa né, muita papelada [...]Tem algumas coisas que ela ta auxiliando assim pra faze uma compra. Essas coisa assim de sal, esses produto, a gente faz, dá pra faze pela cooperativa né. Que você já pega mais em conta, porque você pega direto do revendedor. Você não tem atravessador. Hoje ela ta funcionando assim, mais só auxiliando na compra de alguns produto como ração, sal mineral, esses produto assim pra parte do gado. (FELIPPSEN, Francisco Carlos. Entrevista concedida no dia 15/02/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz).

Notamos que a parte referente à comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, que é o objetivo central da Cooperativa, encontra-se “parada”, como narrou o presidente da Cooperativa. Situação atribuída às dificuldades em adquirir o selo para colocar os produtos no mercado, conforme a certificação exigida pela vigilância sanitária, processo que envolve recursos financeiros de que hoje a Cooperativa não dispõe. Dessa forma, a atuação da Cooperativa está mais voltada aos auxílios com compras de produtos para o gado, em que os sócios conseguem um custo menor já que compram em maior quantidade e diretamente do revendedor. Sua atuação também se faz presente nos momentos de feiras, com destaque para a Feira de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos, que acontece anualmente no município de Juti e que envolve pequenos produtores da região e mesmo do Estado.

Mesmo apresentando problemas de infra-estrutura, a Cooperativa é vista pelos/as associados/as como uma alternativa viável de crescimento econômico. Em todas as entrevistas realizadas, verificamos que se mantêm persistentes em levar a Cooperativa adiante: “[...] mas nós ainda temos sonho que ainda vai dar certo, que vamos chega lá né, um dia.” (AMARAL, Clarice do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 15/11/2008. Assentamento Guanabara).

Nesse sentido, a solidariedade que foi criada a partir do Grupo de Mulheres, para a Cooperativa foi estendido e hoje é um elemento que estrutura as atuações e encaminhamentos visando à comercialização dos produtos da agricultura familiar em busca de melhores condições de renda. As narrativas de Oliveti contam o início dessa parceria, que resultou na COOPERFAMILIAR:

O que mais me tocou na Cooper foi por causa do movimento de mulheres, que nós comecemos com umas pequenas coisinha aqui, pequenas reunião, pequenas coisinhas, aí dessas pequenas coisinhas, dessas reuniões, desses encontrosinhos, que nós fazia entre o grupozinho de mulheres começou a saí e hoje ela ta lá, saiu uma firma: a *Cooperfamiliar*. (ALVES, Oliveti Jorge. 55 anos. Entrevista concedida no dia 29/10/2006. Assentamento Guanabara)<sup>81</sup>

[...] Nós em reunião em grupo, nós começamo a discutir sobre como nós ia vende nossos produto, aonde que nós ia coloca nossos produto, nós tinha idéia de cria a galinha caipira, semi-caipira, o porco semi-caipira, faze vários produtos assim que nem o pão, essas coisas pra vende, pra nós te nossa renda, aí começo a fala aonde que nós vamo coloca? Pra nós leva pra Amambai fica distante, não tem como, pra nós leva pra Caarapó também não tem, pra Dourados não tem, aí a irmã falou: vamos fazer uma feira em Juti, uma feira das mulheres, vamo. Aí nós começou a pesquisa, trabalha, luta, ve o que nós fazia, aí começo a reuni o pessoal do Sebastião Rosa da Paz: Eliane, a Zoraide, o PC, pra reuni e conversa, o seu Gediel, a mulher dele, o Wagner, comecemos a reuni, a discuti isso aí, aí surgiu a Cooperfamiliar. (ALVES, Oliveti Jorge. 55 anos. Entrevista concedida em 29/10/2006. Assentamento Guanabara)

Com base nas falas de Oliveti, percebemos o sentimento de orgulho em relação ao surgimento da COOPERFAMILIAR, especialmente pela mesma ser fruto de reuniões, encontros realizados no Grupo de Mulheres, como ela mesma diz: “dessas pequenas coisinhas”, ou seja, das conversas, das palestras, dos debates, dos estudos, dos cursos, das ações que num primeiro instante pareciam ser “pequenas”, brotou algo maior: a Cooperativa. Assim, a ideia de montar a Cooperativa, partiu das experiências acumuladas e também de dificuldades vivenciadas no cotidiano dos assentamentos que as levaram a discutir no grupo

---

<sup>81</sup> Entrevista extraída do banco de dados da pesquisadora referente ao segundo projeto de iniciação científica PIBIC/UEMS/CNPq denominado: “Lideranças Femininas no Assentamento Guanabara”, realizado durante os anos de 2006 e 2007.

como “vender seus produtos”. As mulheres nutriam expectativas de encaminhamento de vários projetos na perspectiva de obterem maior renda. No entanto, à medida que debatiam sobre o assunto, pensavam também nos obstáculos, principalmente aqueles relacionados à distância existente entre os assentamentos e a sede dos municípios onde poderiam efetuar a venda dos produtos como: Dourados, Amambai e Caarapó. A ideia então foi de organizar uma feira em Juti, o município mais próximo, a qual contou com participação apenas de mulheres. Assim, o Grupo de Mulheres, apoiado pela irmã Lucinda, em 2005, passou a estudar e a pesquisar as condições para a efetivação da feira e para isso reuniram-se com os/as assentados/as do Sebastião Rosa da Paz e Padre Adriano. Na oportunidade, optaram por fazer uma Cooperativa ao invés de uma feira, porque a Cooperativa atenderia para além das mulheres, incluiria todos os agricultores e agricultoras familiares. Assim, surgiu a COOPERFAMILIAR.<sup>82</sup>

A implantação da Cooperativa nos assentamentos veio como um projeto complementar de desenvolvimento econômico, baseado no fortalecimento da agricultura familiar. Essa forma de organização constituiu uma estratégia de efetivação nos lotes adotada pelos/as trabalhadores/as, em que as atividades desenvolvidas visam fornecer melhores condições de vida e trabalho para as pessoas assentadas, como demonstra Fabrini.

A organização da produção em cooperativa se constitui numa estratégia de existência dos camponeses na sociedade capitalista fora do limite da miserabilidade. As cooperativas agrícolas podem significar também êxito econômico, pois garantem o auto-abastecimento e qualidade de vida por meio de atividades desenvolvidas por agricultores familiares. Portanto, elas desenvolvem ações que buscam a ampliação da renda dos trabalhadores associados, rompendo com as condições de pobreza e desigualdade social. (FABRINI, 1996, p. 93)

Para Fabrini (1996) as cooperativas são entendidas como estratégias utilizadas pelos/as assentados/as no combate à pobreza e à desigualdade social, pois é uma prática desenvolvida dentro do sistema capitalista, mas que segue princípios diferenciados e até contrários a esse sistema, tendo como base a cooperação, igualdade e solidariedade. O sistema cooperativista também apresenta vantagens para os/as trabalhadores/as, entre elas, citam-se: diversificação e aumento da produção, aquisição de créditos, auto-abastecimento, solidariedade entre os sócios, maior participação nas tomadas de decisões, ao mesmo tempo em que elimina a ação

---

<sup>82</sup> Podemos dizer que a decisão tomada de criar uma Cooperativa, a priori, retirou as mulheres da “cena principal”, uma vez que foram elas que iniciaram o debate sobre “onde comercializar os produtos oriundos da terra”. No entanto, aos poucos, elas foram conquistando seu espaço na Cooperativa, assumindo o lugar que mereciam, como veremos no Capítulo III.

dos intermediários e possibilita uma maior ampliação de renda para esses/as trabalhadores/as. Embora a Cooperativa não esteja funcionando da maneira esperada, em virtude do pouco tempo de sua implantação, ainda com necessidades de organização da infra-estrutura, especialmente em relação à construção de sua sede, bem como na inexperiência da diretoria em acessar recursos financeiros, especialmente de secretarias estaduais e federais, mesmo assim notamos nos assentamentos algumas práticas do cooperativismo como: investimento no cultivo de produtos diferenciados, entre eles, amendoim, pimenta, pepino e urucum (para fabricação do colorau); eliminação dos intermediários, nos momentos que conseguem comercializar seus produtos (destacamos o espaço das feiras); lucratividade no momento da compra de insumos e produtos para o gado, como sal, adquirindo um custo menor por comprar em maior quantidade e diretamente do revendedor.

Assim, destacamos nas iniciativas dessa alternativa de produção/comercialização a presença das mulheres assentadas, e não como auxiliares, mas como sujeitos que lideram nos diversos momentos de efetivação. Ao se falar da participação e “liderança” delas na COOPERFAMILIAR, liderança mais presente não em termos de cargos ocupados, mas de envolvimento/engajamento com a Cooperativa (primeira gestão), buscamos compreender a presença feminina nesse espaço de produção, a partir das relações sociais de gênero. Vislumbramos conhecer os papéis desempenhados por elas na execução das atividades ligadas à unidade de produção familiar e a Cooperativa. Para isso, dialogamos com outros sujeitos que apóiam o grupo, dentre eles representantes de movimentos sociais, na procura de informações sobre a relação do Grupo de Mulheres com a Cooperativa, observando quais as atuações e contribuições de suas atividades com o desenvolvimento dos assentamentos, como vemos na fala do representante da FAF:

Primeiro, historicamente essa relação da organização das mulheres fez com que a organização da agricultura familiar aqui em Juti né, nos assentamentos unissem. Primeiro fato é esse: fez com que Padre Adriano, Guanabara e Sebastião e também algumas famílias, principalmente mulheres da aldeia aqui, Bororó, aqui no município fizesse com que unisse a ação [...] Acho que isso foi bom. O outro passo, que fez com que a ação da agricultura familiar elas unificasse por exemplo, é, no conselho de desenvolvimento rural sustentável aqui do município de Juti minimamente se discute hoje a ação lá dentro. Os, alguns resfriadores é, ação em relação a infra-estrutura desses assentamentos, algumas ações estratégicas foram construídas, articuladas e tudo no princípio lá de traz, no princípio que começou com o grupo de mulheres. Desse grupo de mulheres fez com que o todo do debate do conjunto desses assentamentos passem por aí entendeu [...] Eu acho que uma semente foi plantada a partir desse debate e acho que a semente principal é a cooperativa. A cooperativa nasceu assim com bastante entusiasmo, com bastante é vontade de fazer o novo, de fazer o diferente. E esse fazer diferente fez com que nós

trouxéssemos pra cá a feira da agricultura familiar né. Acho que é um marco histórico aqui no Mato Grosso do Sul. Que mais tarde de feira da agricultura familiar se tornou semana da agricultura familiar onde tem a feira de produtos da agricultura familiar, tem a transferência de tecnologia da EMBRAPA. Tudo nasceu daí. Olha pra você ve, como uma experiência local se torna uma experiência municipal e acaba sendo uma referência estadual [...] A gente tem discutido a feira desse ano e na feira desse ano a gente vem contando a história né. E quando a gente vai contá a história: que tudo nasceu de um grupo de mulheres, de um debate pequeninho que virou feira municipal, de feira municipal se tornou feira estadual, que da feira estadual se tornou o maior evento da agricultura familiar do estado. Então você ve como é importante organização e a articulação. (FARIA, Paulo César. Entrevista concedida no dia 15/02/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

Observamos na narrativa a importância das ações das mulheres nos assentamentos e, especialmente, as ações do Grupo de Mulheres na COOPERFAMILIAR, uma vez que as participantes do grupo são as integrantes da Cooperativa. Conforme Paulo César, a organização das mulheres desencadeou um processo sucessivo de ações positivas voltadas não apenas para o desenvolvimento dos espaços sociais onde vivem, mas acabou por abranger e beneficiar os “vizinhos locais”, como as pessoas do Assentamento Padre Adriano, da Aldeia Jarará e agricultores/as familiares de Juti. O “pequeno” projeto da feira forneceu as bases para a constituição da Cooperativa, além de contribuir para uma nova experiência que vem se concretizando com a Feira Estadual de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos, considerada hoje um dos eventos mais importantes da agricultura familiar do município de Juti, e que reúne pequenos produtores de todo o estado, tendo como mentoras as mulheres assentadas, que buscavam alternativas em “o que fazerem com seus produtos”.

A atuação da irmã Lucinda foi decisória, mas aos poucos, como ela própria narra, “depois começo, assim, elas foram querendo se organizar.” As mulheres foram tomando gosto por “aprender coisas novas”<sup>83</sup>, e passaram a refletir sobre suas vidas, seus cotidianos nos assentamentos. Essa iniciativa proporcionou maior integração entre as pessoas dos assentamentos, bem como com a comunidade da aldeia indígena, numa busca em produzir e comercializar produtos que tragam rendimentos satisfatórios e com tecnologias de baixo custo para as comunidades. Isso demonstra que os pressupostos da CPT estão sendo alcançados pelos/as associados/as da COOPERFAMILIAR, tendo como base a preocupação que os pequenos agricultores precisam efetuar uma: “[...] mudança de modelo tecnológico, saindo da agricultura química e entrando na agricultura ecológica, também na produção para o mercado [...] voltar a produzir as próprias sementes, tanto básicas (as variedades) como híbridas [...]”

---

<sup>83</sup> Expressão utilizada pela assentada Leila em uma de suas falas.

(CPT, s/d, p. 4-5). Observamos que foi a soma desse desejo, nutrido pelo Grupo de Mulheres, partilhado pela CPT e com apoio da FAF, que nasceu a Feira Estadual de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos, realizada no município de Juti, atualmente, uma referência na região.

A primeira feira ocorreu no ano de 2005 e, a partir dali a COOPERFAMILIAR vem participando de todas as feiras e nelas as mulheres integrantes da Cooperativa encarregam-se de produzir alguns produtos como: a farinha de mandioca, bolos, doces, entre outros para serem vendidos na feira. Conforme as entrevistas, a feira é um lugar do qual participam também pessoas produtoras que não são sócias da Cooperativa, sendo que para isso pagam uma pequena taxa. Durante os dias da feira é concedido, pela vigilância sanitária do município de Juti, o direito a Cooperativa de comercializar os produtos sem a necessidade do selo, como fala Francisco Carlos, presidente da COOPERFAMILIAR, no período de 2005 a 2009:

[...] a veterinária do IAGRO, ela dá o aval. [...] Hoje é a Cristina, ela dá o aval e a vigilância sanitária de Juti também, ela dá um aval para aquele comércio. Vamos dizer assim uns três dias. (FELIPPSEN, Francisco Carlos. Entrevista concedida no dia 15/02/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz).

A feira é realizada uma vez no ano, nos meses de junho ou julho, no município de Juti, nela se fazem presentes pessoas de destaque, como na última feira quando estiveram o presidente da AGRAER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural), coordenador da CPT/Dourados, deputados estaduais, prefeitos de Juti e Caarapó, coordenador da FAF do MS, entre outras. Destacamos a seguir duas reportagens do Jornal “O Progresso”, referentes à 4ª Feira de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos, realizadas no ano de 2008, envolvendo a participação da COOPERFAMILIAR.



# Juti sedia no domingo a 4ª Feira de Sementes Crioulas

**J**UTI - Neste domingo, 29 de junho, vai acontecer a 4ª Feira de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos, na cidade de Juti. A mesma terá caráter regional e vêm sendo organizada pela Cooperfamiliar, Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS), Federação da Agricultura Familiar (FAF-MS), Sindicato da Agricultura Familiar, Escolas Famílias Agrícolas (EFAS-MS), Prefeitura de Juti, Escola Estadual 31 de Março e a Comissão Pastoral da Terra (CPT-MS).

A feira tem apoio da Embrapa, da Agencia de Desenvolvimento Territorial da Grande Dourados (ADT-GD) e da Agencia de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer).

O evento tem como objetivo principal resgatar e valorizar a agricultura familiar, a cultura camponesa e a cultura

da solidariedade entre os trabalhadores/as camponeses.

A agricultura familiar ainda recebe pouco apoio em relação aos incentivos dados á outros segmentos da produção agrícola, dos governos estadual e federal. Segundo especialistas no tema, até o ano passado a agricultura familiar foi responsável em colocar 70% dos produtos da cesta básica na mesa dos brasileiros.

Como vem aumentando a migração do pequeno produtor para a monocultura, especialmente da cana, há uma diminuição da oferta de alimentos. Os organizadores da feira concordam em que é uma questão estratégica de sobrevivência lutar pelo fortalecimento da agricultura familiar, pela diversificação, pela geração de renda a partir da pequena propriedade rural.

É fundamental a produção de alimentos orgânicos como milho, arroz, feijão, mandi-

ca, ovos, batata, leite, queijo, doces, além dos produtos hortifrutigranjeiros e os mais variados tipos de plantas e animais.

Na atual conjuntura em que os preços dos alimentos aumentaram e a sombra da inflação ameaça, a 4ª Feira de Juti vai privilegiar a troca de sementes e de experiências entre os pequenos produtores rurais, e vai ser também, um importante espaço para defender a cultura da qualidade de vida, do trabalho familiar, da defesa da terra e da água e da solidariedade, como símbolos de um modelo de agricultura que precisa ser defendido.

Durante a realização da feira serão realizadas quatro oficinas com os temas seguintes: Balde Cheio (sistema de produção de leite em pequenas áreas; Adubação verde; recuperação de solo e produção de hortaliças no sistema de horta chamado "mandala".

# Dourados debate a agricultura familiar

Mais de 1.500 pessoas ligadas ao campo vão se reunir em Dourados de 24 a 27 deste mês para discutir novas estratégias.

**D**OURADOS - A 2ª Semana da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul, que será realizada em Dourados de 24 a 27 deste mês, deve reunir mais de 1.500 pequenos produtores rurais para o debate sobre vários assuntos ligados às suas atividades, entre os quais as políticas públicas e o Plano Safra, lançado recentemente pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. Organizado pela Federação da Agricultura Familiar do MS (FAF), a semana também contará com a 2ª Mostra de Tecnologias para a Agricultura Familiar e a 4ª Feira de Sementes Crioulas e de Alimentos da Agricultura Familiar e acontece em diversos espaços em Dourados.

Antecedendo a abertura oficial do evento, os organizadores da 2ª Semana de Agricultura Familiar do MS realizam amanhã, dia 24, uma caminhada com partida às 14h do pátio do Estádio Douradão até a Praça Antônio João, no centro da cidade, como forma de divulgar o evento e convidar a população para participar e prestigiar as mostras.

Considerado o maior evento da agricultura familiar no Mato Grosso do Sul, a semana terá sua abertura oficial no dia 24, às 19h, no Pavilhão de Eventos Dom Teodardo Leitz, onde também acontecem os painéis e a mesa-redonda e instalada a secretaria



Produtos da agricultura familiar serão expostos e comercializados durante o evento.

Sesi, Detran, Sebrae e da Prefeitura de Dourados, no Centro Administrativo Municipal (CAM), onde os agricultores familiares vão trocar experiências e adquirir novas tecnologias e conhecimentos sobre suas atividades.

A feira de sementes crioulas e exposição de produtos da agricultura familiar, abertas à visita pública, acontecem de 25

para os participantes do evento.

Os painéis terão como temas o contexto da reforma agrária no Estado, a cadeia produtiva do leite, a discussão do Plano Safra Mais alimentos e as oficinas temáticas discutirão assuntos do dia-a-dia dos agricultores familiares. Segundo a organização, durante a exposição e feira, serão comercializados os produzidos das

do.

A Semana da Agricultura Familiar conta com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Sebrae, Universidade Estadual do MS (Uems) Unigran; Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Banco do Brasil; Rede de Agroecologia Apoms e CPT 30 Anos

Também são parceiras na realização da Semana da Agricultura Familiar a Prefeitura de Dourados com atuação da Se-

**Encontro de Agricultura Familiar vai mobilizar os produtores do interior**

Fonte: Jornal O Progresso do dia 22 de julho de 2008

A primeira reportagem faz uma descrição do evento, mencionando seus organizadores, entre eles: a COOPERFAMILIAR, FAF/MS e CPT e os órgãos e agências de apoio como a EMBRAPA. Destaca que o objetivo do evento é “[...] resgatar e valorizar a agricultura familiar, a cultura camponesa e a cultura da solidariedade entre os trabalhadores/as camponeses”. Na reportagem, observamos uma discussão da importância da agricultura familiar para o país e dos poucos incentivos que os pequenos produtores recebem do governo. Há toda uma ênfase para uma agricultura familiar promissora por meio da diversificação da

produção. A segunda reportagem está relacionada à primeira, já que na 2ª Semana da Agricultura Familiar, um dos maiores eventos da agricultura familiar de Mato Grosso do Sul, realizada em Dourados, um mês após a feira em Juti, houve a presença da 4ª Feira de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos, o que significou os produtos da COOPERFAMILIAR, expostos e colocados à venda durante o evento, como podemos observar na reportagem.

O propósito das feiras realizadas em Juti é construir uma nova perspectiva de trabalho para os agricultores e agricultoras familiares, priorizando a agroecologia “sem venenos, sem tecnologias sofisticadas, sem produtos químicos”. Assim, durante a realização dos eventos, promovem palestras, mini-cursos e várias oficinas com vistas a conscientizar os/as assentados/as da Reforma Agrária e os pequenos produtores da região. A imagem fotográfica, abaixo, retrata um dos momentos da feira, o da comercialização dos produtos oriundos dos três assentamentos.



FOTO 14: Produtos da COOPERFAMILIAR na 1ª Feira Estadual de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos/2005 – Arquivo CPT/Dourados

A fotografia mostra os produtos da Cooperativa sendo vendidos na 1ª Feira Estadual de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos em Juti, no ano de 2005. Na imagem, observamos vários produtos dispostos sobre a mesa: rapaduras, mel, melado, milho, amendoim, cenoura. No chão há, ainda, variedade de sementes em garrafas plásticas e também caixas, sacolas e sacos com outros produtos. Na mesa um cartaz fornecendo informações sobre o local de

origem dos produtos, produzidos nos assentamentos Guanabara, Padre Adriano e Sebastião Rosa da Paz, no município de Juti<sup>84</sup>, numa ênfase a produção que os assentamentos vêm realizando. Ao lado esquerdo da imagem, Geraldina, do Assentamento Sebastião Rosa da Paz, responsável pela venda dos produtos.

A feira representa um momento importante na vida das mulheres assentadas, não somente no sentido econômico, como gerador de fonte de renda, mas também como um espaço de socialização, de encontros, de união, de descontração, de conversas, de trocas, de aprendizado.

O espaço da feira oportuniza os aspectos já apresentados por Menegat (2009), de momentos para as mulheres conversarem com as companheiras, amigas dos outros assentamentos que pela distância entre os lotes, muitas vezes ficam tempos sem se visitarem, e assim aproveitam o encontro para troca de ideias, experiência, considerações sobre os cursos dos quais participaram. É um espaço também de oportunidades para avanços com relação às transações comerciais, uma vez que podem receber convites para participarem de outras feiras e/ou receberem encomendas de outras instituições.

Menegat (2009), ao estudar o trabalho das mulheres do Taquaral na feira, constatou que:

[...] é no espaço da feira onde se realiza uma maior socialização entre as famílias que dela participam. Lá encontram os vizinhos do período de acampamento, que com o assentamento separaram-se [...] lá os assentados discutem a situação de dificuldades na produção [...] É também o lugar da visibilidade, do dar-se a conhecer, tornando-se pessoas reconhecidas no contexto social urbano como trabalhadoras e, portanto, merecedoras de confiança [...] É preciso considerar que a feira não envolve somente o trabalho da mulher, uma vez que para preparar os produtos que são comercializados, existe a necessidade do seu preparo com antecedência, sendo parte dele arrumado no dia anterior, atividade que envolve todos os membros da família. (MENEGAT, 2009, p. 171)

A assertiva de Menegat demonstra que o trabalhar na feira traz visibilidade e reconhecimento para as mulheres assentadas, no que diz respeito à condição de produtoras e trabalhadoras, situação que contribui para estreitar os laços com o comércio local.

Na Feira de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos, em Juti, notamos que de acordo com o andamento da feira, dos produtos vendidos, as mulheres passam a planejar a próxima. Durante os dias do evento fazem escalas de horários de venda e assim conseguem

---

<sup>84</sup> Embora os assentamentos pertençam geograficamente a Amambai, notamos que a identificação, a referência que fazem é sempre ao município de Juti. Vale lembrar que apenas nove famílias do Assentamento Sebastião Rosa da Paz pertencem a Juti. Mencionamos o assunto, para fim de conhecimento, esclarecimentos.

comercializar seus produtos e também participar das oficinas e palestras oferecidas durante a realização da feira, trocando conhecimentos. Mostramos, a seguir, algumas imagens da 5ª Feira Estadual de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos, realizada no dia 5 de julho de 2009, no município de Juti.



FOTO 15: Grupo de Mulheres na 5ª Feira Estadual de Sementes Crioulas em Juti/MS. Fotografia produzida pela pesquisadora em 05/07/2009 – Acervo da pesquisadora



FOTO 16: Zoraide, irmã Lucinda e Leila na 5ª Feira Estadual de Sementes Crioulas em Juti/MS. Fotografia produzida pela pesquisadora em 05/07/2009 – Acervo da pesquisadora

As mulheres integrantes do Grupo de Mulheres e da Cooperativa participaram da 5ª Feira Estadual, como já vem ocorrendo há cinco anos. Na fotografia de número quinze, da esquerda para a direita está Zoraide, Maria Eliane, Leila e Clarice. Na fotografia de número dezesseis, tem-se a presença da irmã Lucinda (CPT)<sup>85</sup>, que tem fornecido apoio ao grupo. A 5ª Feira aconteceu na Escola Municipal Doraci de Freitas Fernandes, em Juti, e, conforme se vê na fotografia número 17, fizeram parte dela o representante da EMBRAPA, presidente da Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS), prefeito e vereadora de Juti, professora da UFGD, coordenador da Federação de Agricultura Familiar (FAF/MS e coordenador da CPT/Dourados).

<sup>85</sup> A coordenadora da feira de 2009 foi a irmã Lucinda, que fez um breve discurso sobre a importância de se produzir alimentos orgânicos, pois essa é uma forma dos agricultores e agricultoras valorizar os recursos naturais, o meio ambiente.



FOTO 17: Zoraide no momento de fala aos/as agricultores/as familiares na 5ª Feira Estadual de Sementes crioulas em Juti 05/07/2009 - Fotografia retirada pela pesquisadora no mesmo dia – Acervo da pesquisadora

Esta imagem revela a participação/inserção das mulheres na esfera pública. Suas falas, como da Irmã Lucinda e de Zoraide (suplente da Cooperativa), foram em relação à importância da produção de alimentos orgânicos.

Ao analisarmos a conquista do novo espaço pelas mulheres, é preciso que iniciemos pela fala das mulheres, no fato de se colocarem, como apontado por Boni (2004), quando diz que a ocupação desse espaço legitima a tomada de decisões e de poder na vida pública, que antes era reservado somente aos homens. Verificamos, assim, que as barreiras para a participação das mulheres no espaço público, especialmente para aquelas que compõem o grupo da Cooperativa, têm sido minimizadas. Hoje, já não demonstram “receio em falar em público”, o constrangimento, a insegurança vem sendo superados. Isso evidencia o início de um processo de autonomia, como indicado nas pesquisas de gênero, que enfatiza o fato da discriminação, do constrangimento e da suposta incapacidade para exercer atividades públicas como elementos que desmotivam as mulheres a participarem de qualquer tipo de organização nos espaços de maior visibilidade.

No exemplo da Feira de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos, em Juti, vários são os produtos que as mulheres comercializam, como: mel, melado, rapaduras, geléias, pães doces caseiros, manteiga de garrafa, biscoito de polvilho, bolo de mandioca, licor de figo,

polvilho doce, farinha de mandioca, vinagre aromático, etc. A cada ano elas investem em novidades, em produtos novos para a comercialização, como o apresentado em 2009, no destaque ao vinagre aromático e a farinha biju.

Além dessa feira, que é anual, as mulheres representando a COOPERFAMILIAR participam de outras, como por exemplo, a Feira da Economia Solidária (FESD) que se realiza no município de Dourados. Vejamos a reportagem do Jornal O Progresso, do dia 6/11/2009, a qual mostra a participação das mulheres cooperadas na feira:



Observamos a preocupação das mulheres em participarem de diferentes feiras, como a da imagem acima. Nesse sentido, procuramos entender o espaço da feira como um meio de oportunidades para as mulheres, uma vez que viabiliza a comercialização de sua produção e, também se apresenta como proposta para marcarem suas presenças no espaço da comercialização/administração. Isso imprime visibilidade para suas atuações, certificando-as como mulheres produtoras, administradoras de um grupo e da Cooperativa, na busca pela comercialização, garantido melhores preços aos produtos, pois realizam uma venda direta, sem a presença de “atravessadores”. Nessa empreitada, contam com a participação dos homens, mesmo que em menor número, e que são em sua maioria os próprios companheiros,

atitude essencial para que sejam produzidas mudanças efetivas nas relações entre homens e mulheres.

Nesse contexto, o preparo dos produtos para a feira não envolve apenas o trabalho da mulher, embora ela seja a principal responsável de todo o processo, mas também de outros membros da família, como dos companheiros e dos/as filhos/as: “[...] açúcar mascavo, que o meu marido fez, nós fizemos: quer ve o açúcar mascavo que o meu marido fez? Nós já fizemos açúcar mascavo, já fizemos melado, [...] a gente já fez e já vendeu [...]” (AMARAL, Clarice do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 15/11/2008. Assentamento Guanabara)

É preciso mencionar que não basta que as mudanças estejam colocadas na esfera pública, em ocuparem cargos na Cooperativa, lugar em que elas se assumem como lideranças, mas que sejam efetivadas transformações nas relações entre homens e mulheres que devem se estender a todos os espaços, especialmente ao mundo privado, lugar que mantém camuflado relações de desigualdades.

O trabalho realizado pelas mulheres com as feiras remete aquele demonstrado por Menegat (2009), quando a autora evidencia as atuações das mulheres em diversos espaços, como dos lotes nos assentamentos, e em várias outras atividades. Esse movimento também foi percebido nos assentamentos de nossa pesquisa, visto observarmos que as mulheres cooperadas atuam nos trabalhos com a casa, a lavoura, a criação de animais de pequeno porte. Além dessas atividades, diretamente ligadas à unidade produtiva, participam das reuniões do Grupo de Mulheres, de cursos oferecidos pela CPT nos assentamentos, em Juti e outros municípios, e, especialmente, ocupam cargos na Cooperativa.

A fotografia número 18, mostra o curso de derivados de leite que aconteceu no Assentamento Sebastião Rosa da Paz, envolvendo a participação de mulheres e homens dos três assentamentos.



FOTO 18: Curso de derivados de leite em 2005 na casa de Maria Eliane – Assentamento Sebastião Rosa da Paz – Acervo particular

A imagem fornecida pela assentada Zoraide, que também participou deste curso, revela a presença das mulheres do Grupo de Mulheres e da Cooperativa, entre elas: Geraldina, Maria Eliane, Oliveti, Clarice, irmã Lucinda. Somente dois homens, o primeiro a direita é Zenóbio, que ocupava o cargo de fiscal da Cooperativa e o outro, ao fundo da imagem, Adriano, um assentado. Temos aqui outra situação que denota as desigualdades de gênero nos assentamentos, a pequena participação masculina em cursos de processamento de alimentos, o que revela a permanência dos papéis de gênero, sendo este espaço historicamente pertencente as mulheres e não aos homens. Fazer curso de derivados de leite parece não ser “área deles”, pois não envolve força física e tomada de decisões, poder sobre os outros membros da família, não faz parte do domínio dos homens. Assim, essas atividades foram sendo atribuídas as mulheres, justificado pelas “qualidades inatas” e pelo “jeito feminino” que traria melhores resultados. Por isso, a predominância delas, e que hoje potencializam seus trabalhos na Cooperativa, já que desejam “sucesso” nesse empreendimento.

Os cursos são vistos como momentos em que podem adquirir capacitação inovadora das atividades na Cooperativa e neles os homens, como vimos, aparecem pouco, marcando presença quando de reuniões, projetos, negociações, espaços de poder em que podem demonstrar suas habilidades, seu “jeito masculino” inerente ao comando.

Sobre o curso, o mesmo foi organizado pelas mulheres, com apoio da irmã Lucinda (CPT), contando com duas professoras do município de Dourados, realizado na casa de Maria

Eliane, lote nº 41, do Assentamento Sebastião Rosa da Paz. Pela imagem, verificamos que todos/as os/as participantes estão com roupas brancas, adequadas (jaleco) para manuseio do leite.

Conforme entrevistas com as mulheres e homens da Cooperativa, constatamos que seguidamente são promovidos diversos cursos, mas relacionados ao aproveitamento de produtos, os quais são parte do próprio estatuto da Cooperativa, previstos no item cinco do Capítulo II, e que intentam “promover a capacitação cooperativista e profissional do quadro social, funcional, técnico, executivo e diretivo da Cooperativa.” Francisco Carlos, presidente da COOPERFAMILIAR (na primeira gestão), nos fala desses cursos:

Têm vários [...] foi feito pela cooperativa: sobre queijo, doce... temos muitas pessoas que já tem o certificado de formação que foi feito, já pronto pra atua. Só falta como disse antes, o que falta? Falta um local né. Porque é aonde entra a parte difícil. Que é quando você pra esse lado aí, aí você tem que ter um, vamos dizer, que nem a mulher fez um, se formo, fez um curso pra fabricação de queijo, mussarela, essas coisas. Só que aí você tem que ter uma casa super organizada com tudo de inox, na lei pra poder atua. É onde tá difícil né, porque pra você construir, pra você ter uma marca sobre aquilo ali, tem que se fazer tudo nas regras [...] pra poder ter um rótulo... Só falta condições de trabalho. (FELIPPSEN, Francisco Carlos. Entrevista concedida no dia 15/02/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz).

Atualmente, as mulheres e os homens cooperados encontram-se criando formas de viabilizar a construção da sede da COOPERFAMILIAR, no município de Juti. Contudo, suas falas nos dizem que apesar de todos os contratempos pretendem prosseguir com o projeto da Cooperativa, pois esse é um dos maiores sonhos, especialmente nutridos pelas mulheres que têm se empenhado em participar desse espaço, que não deixa de ser permeado por relações desiguais, basta olharmos para o quadro de formação da COOPERFAMILIAR em sua primeira gestão (de 2005 ao final de 2009), para se ver a organização de hierarquias de poder nos cargos desempenhados pelas mulheres e homens, reservando a eles os cargos de maior expressão. Vejamos a composição da Cooperativa.

#### QUADRO 1 – CONSTITUIÇÃO DA COOPERFAMILIAR NA PRIMEIRA GESTÃO

NOMES	CARGOS	LOCAL
Francisco Carlos Felippssen	<i>Presidente</i>	A. Sebastião Rosa da Paz
Clarice G. Amaral	vice-presidente	A. Guanabara
Jadiel André de Lima	<i>Tesoureiro</i>	Juti
Maria das Graças F.Santos	Secretária	A. Guanabara

Wagner José da Rosa	diretor vogal	A. Padre Adriano Van de Vem
Maria Eliane S. Faria	diretora vogal	A. Sebastião Rosa da Paz
Aparecido Dorce	Fiscal	A. Guanabara
Zenóbio V. de Assumpção	Fiscal	A. Sebastião Rosa da Paz
Dominga da Silva	Fiscal	Aldeia Jarará
Olivet Jorge Alves	Fiscal	A. Guanabara
Maria de Fátima Oliveira	Suplente	Juti
Carmem A. Cristóvão	Suplente	A. Padre Adriano Van de Vem
Zoraide Brandão da Silva	Suplente	A. Sebastião Rosa da Paz

Fonte: Ata de Assembleia Geral de Constituição da COOPERFAMILIAR : 02/07/2005.

O quadro de composição da COOPERFAMILIAR demonstra que é constituído em sua maioria por mulheres. Por um lado, isso evidencia certa ruptura em relação ao “papel” desempenhado historicamente por elas socialmente. Assim, dá-se uma ruptura no que diz respeito às atribuições ligadas ao espaço privado, com atribuições predominantes de esposa, mãe, e donas de casa, passando a se constituir em um novo sujeito, que passa a se inserir no espaço público, em funções antes reservadas apenas aos homens.

No entanto, é importante observarmos os cargos exercidos na Cooperativa, sendo que na presidência e tesouraria, mais importantes em termos de visibilidade por envolverem poder e decisão, são ocupados por homens (processo distinto do que ocorre na segunda gestão, em que as mulheres passam a ocupar os postos mais altos de comando da Cooperativa, análise que será feita no capítulo a seguir). Já as mulheres ocupam cargos de vice-presidente, secretária e de suplência. Essa composição levanta algumas indagações a respeito de gênero, especialmente no questionamento de porque na presidência está um homem, já que foram as mulheres que deram o “pontapé” inicial na formação da COOPERFAMILIAR, e que são elas quem tem atuado efetivamente no encaminhamento dos trabalhos?

É preciso pensar porque eleger um homem na direção central, se elas são as que mais atuam para que essa organização tenha sucesso? Será que elas não se sentem seguras para ocupar cargos de destaque? Será que não se sentem preparadas para assumir tal função, por receio de responsabilidades? Por que o cargo de secretária é geralmente exercido por mulheres e o de tesoureiro por homens? Por que o restante das mulheres tem cargos de suplência?

Em entrevista com o presidente da COOPERFAMILIAR, que esteve na administração no período de 2005 a 2009, o mesmo nos disse que foi eleito para o cargo de presidente devido a: “[...] ideia de buscar recursos né [...] então eu acho que as pessoas julga o esforço da gente, foi aonde eles escolheram *a gente* pra essa função [...] porque ninguém tá sendo remunerado ainda. Então eu acho que o mais é isso”. (FELIPPSEN, Francisco Carlos. Entrevista concedida no dia 15/02/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz.). Sua fala demonstra o desejo da comunidade em elegê-lo para o cargo de presidente por acreditarem que o mesmo possuía condições para a função, especialmente conhecimento dos caminhos para trazer fomentos financeiros para a Cooperativa, e assim consolidar sua infra-estrutura. Nota-se que quando utiliza a expressão “a gente”, se refere à escolha também do cargo de tesoureiro, ocupado por um agricultor do município de Juti. Nesta óptica, cabem os seguintes questionamentos: a função de presidência ocupada por um homem está no fato de acreditarem que neles está a competência? Ou, ainda, será que são eles que assumem tais atividades porque seguem um modelo histórico que os legitima? Qual foi a parcela de participação das mulheres para que os homens fossem os escolhidos, especialmente por eles terem atuado na busca de recursos?

Na fala de Clarice, vice-presidente da COOPERFAMILIAR, no período de 2005 a 2009, verifica-se, desde os primeiros anos de constituição da Cooperativa sua participação, seu engajamento nas “atividades públicas” vinculadas a Cooperativa:

[...] *nós* estamos lutando por essa cooperativa, mas tá uma questão difícil porque às vezes você depende do prefeito né pra uma coisa, pra outra e às vezes aquela demora [...] Já conseguimos o terreno com o prefeito né ali em Juti [...] *nós* já conseguiu comprar um carro, duas motos, a gente conseguiu algumas coisas [...]. (AMARAL, Clarice do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 10/09/2006. Assentamento Guanabara.).

A palavra “nós”, utilizada por Clarice, evidencia tanto sua participação quanto a dos demais companheiros/as no envolvimento das atividades ligadas à Cooperativa. Uma hipótese pode ser levantada: na época, as mulheres tinham receio de assumir postos de comando elevados. Com eles novas responsabilidades, “cobranças” que surgiriam, aliadas a dúvidas que tinham em relação aos seus desempenhos.

Assim, intentando compreender a estrutura de poder da COOPERFAMILIAR em sua primeira gestão, recorreremos aos estudos de Michelle Perrot (2005), quando apresenta as chamadas “profissões de mulheres” (secretária, enfermeira, professora, etc.), que, para a

autora, estão diretamente relacionadas ao sexo. A secretária tem por função organizar reuniões, transcrever atas, redigir cartas enquanto o tesoureiro tem por finalidade administrar as finanças. Trata-se, então, de espaços de visibilidade e invisibilidade social, de poder decisório no que diz respeito ao econômico e que a partir dele se estende a outros poderes da vida.

Nesse referencial de desigualdades históricas que foram sendo solidificadas entre homens e mulheres e que ainda se fazem presentes nos dias de hoje, entendemos que as mulheres não se sentiram seguras para assumirem a liderança da Cooperativa, mesmo participando de todos os momentos de sua implantação. Aliado a isso, está o fato de serem elas as que mais planejam inovações de produtos para serem comercializados, sendo as responsáveis pela produção, o que faz com que tenham menos tempo disponível, se comparado aos homens, para participarem dos momentos de representações que exige um cargo de “presidenta” de cooperativa. Dessa forma, elas próprias acabam por validarem a representação na figura dos homens, porque vivem desigualdades na divisão das tarefas produtivas.

Perrot (2005) entende a categoria gênero com base nas diferenças percebidas entre os sexos, construídas historicamente e permeadas por relações de poder. Assim, descreve Perrot:

[...] O poder não tem sua sede apenas no centro, no Estado: existe todo um sistema de micropoderes, de relações e de revezamento. Por outro lado, o exercício do poder não passa somente pela repressão, mas – sobretudo nas sociedades democráticas – pela regulamentação do ínfimo, pela organização dos espaços, pela mediação, pela persuasão, pela sedução, pelo consentimento. Além disso, o exercício do (ou dos) poder (es) não se resume ao constrangimento e à tomada de decisão; ele consiste mais ainda na produção dos pensamentos, dos seres e das coisas por todo um conjunto de estratégias e de táticas em que a educação, a disciplina, as formas de representação revestem-se de uma importância maior. O poder é uma maquinaria cujas fontes de energia, cujos motores e as engrenagens variam ao longo do tempo. (PERROT, 2005, p. 263)

Conforme destaca Perrot (2005) e também Foucault (2007), o poder, os poderes ou os micropoderes estão em toda a parte: na família, na escola, no trabalho, no Estado e passam a reger especialmente a vida das mulheres. Partindo dessa óptica, esta autora argumenta que dependendo da época histórica, do tipo de sociedade, ocorrem diferenças nas relações de poder, pois elas ultrapassam o plano material e se enraízam no simbólico, por meio da instituição de um conjunto de práticas, entre elas, a educação e a disciplina. Tais práticas

contribuem para alicerçar as desigualdades de gênero, a hierarquia entre o masculino e o feminino.

Margareth Rago (2004) apresenta o fato das mulheres ocuparem o espaço público, mas na maior parte das vezes, não em postos de comando. Assim, para tentar entender essa hierarquia e distribuição desigual de poder entre as mulheres e homens que compõem o quadro de composição da Cooperativa, basta um simples retorno ao passado para lembrar a condição de vida das mulheres do campo: não tinham direito ao espaço público, aos cargos políticos, aos negócios, a cultura, a educação, a saírem de suas casas sozinhas para lazer e ainda não tinham direito sobre seu próprio corpo. Consideradas incapazes para exercer atividades públicas, deveriam submeter-se à autoridade masculina, do pai ou do esposo. “[...] Dessa forma, a vida das mulheres passaram a ser definidas mais em termos de gravidez e cuidado de crianças. Era o cenário do novo e penetrante patriarcalismo.” (STEARNS, 2007, p. 32).

No entanto, aos poucos as mulheres brancas, negras, índias, pobres, ricas, de classe média foram quebrando as barreiras, as fronteiras entre espaço público e privado, desconstruindo na prática discursos<sup>86</sup>, teorias<sup>87</sup> e representações que surgiram sobre seus *corpus*. Hoje é revelador o número de mulheres que atuam no espaço público, praticamente em todos os setores, mas as pesquisas demonstram, de forma generalizada, que os homens ainda ocupam os mais altos postos de comando e de salários:

[...] as mulheres já são maioria entre os que ocupam cargos de chefia (52,7%), como coordenadoras e supervisoras. No entanto, o predomínio dos homens se mantém no mais alto escalão. Mais da metade dos presidentes, diretores e gerentes gerais são do sexo masculino.<sup>88</sup>

O rendimento de trabalho das mulheres, estimado em R\$ 1.097,93, continua inferior ao dos homens (R\$ 1.518,31). Em 2009, comparando a média anual de rendimentos dos homens e das mulheres, verificou-se que as mulheres ganham em torno de

---

<sup>86</sup> Conforme SILVA (2005, 101), entendemos por discurso uma prática de linguagem, uma narrativa construída a partir de condições históricas e sociais específicas. Todo discurso possui uma ideologia e é através da fala que os indivíduos compreendem e assimilam tal ideologia.

<sup>87</sup> A definição de teoria nesse caso diz respeito aos estudos médicos feitos nos séculos XVIII e XIX, nos quais formulavam teorias de acordo com as características do sexo feminino: frágil, dócil, reprodutora. Essas teorias acentuaram as diferenças entre os sexos e reforçaram os papéis de cada um na sociedade. As mulheres foram excluídas de seus direitos de cidadania.

<sup>88</sup> Conforme dados do site: <<http://www.revistaencontro.com.br/edicao/105/o-sexo-dominante>>. Acesso em 09 de jun. 2010 às 10 horas e 15 minutos.

72,3% do rendimento recebido pelos homens. Em 2003, esse percentual era de 70,8%.<sup>89</sup>

No entanto, de acordo com as pesquisas, ao longo dos anos as mulheres vêm conquistando cada vez mais espaço no mercado de trabalho, embora não ocupando os cargos de maior visibilidade e recebendo menores salários que o dos homens. Um dos pontos que desfavorece suas atuações em diretorias e gerências está vinculado às discriminações de gênero, pois alguns setores (como o industrial e financeiro) tendem a dar preferência ao sexo masculino na hora da contratação.

Se analisarmos as desigualdades de gênero na sociedade urbana veremos que envolvem questões complexas, tentar compreendê-las nos espaços rurais também não é um processo simples, dado a ambiguidade que caracteriza as relações vividas entre homens e mulheres. O meio rural, foco deste estudo, por um lado, apresenta a reprodução de relações do sistema patriarcal e, por outro, iniciativas das mulheres assentadas, como observado no Grupo de Mulheres que participam da COOPERFAMILIAR, ações que podem melhorar suas vidas e contribuir para a construção de relações mais igualitárias nestes espaços.

Conforme os resultados obtidos na pesquisa, podemos dizer que os assentamentos apresentam, ao mesmo tempo, uma mescla de permanências e mudanças<sup>90</sup> em relação ao gênero. As permanências são evidenciadas na organização familiar e na distinção de “papéis”, atribuídos aos homens e mulheres nestes espaços. É nas relações familiares sob o modelo patriarcal no qual as mulheres apresentam menor poder e participação, principalmente na gestão financeira, nas relações de trabalho, na participação política dos assentamentos que se evidenciam as permanências. Nesse contexto, a diferença entre os sexos é utilizada para naturalizar e segregar os espaços de atuação: público e privado. Em contrapartida, as descontinuidades encarregam-se de promover formas de resistência, de rompimento com os “velhos hábitos”: as mulheres assentadas por meio de sua saída do lar, participando de grupos coletivos, integrando novos saberes, estão abertas para o “aprender coisas novas”, como destaca Leila, ao falar de sua participação na Cooperativa: “[...] você sai, aprende coisas novas, você sai daquela rotina, você aprende muitas coisas [...] que às vezes tá longe do

---

<sup>89</sup> De acordo com o site: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1567&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1567&id_pagina=1). Acesso em 09 de jun. 2010 às 10 horas e 30 minutos.

<sup>90</sup> Entre as permanências e mudanças, observamos nas relações familiares, as negociações, principalmente na vida das mulheres cooperadas que passaram a se utilizar dessa prática para melhor desenvolver suas atividades fora do espaço da casa.

conhecimento daqui do campo [...]” (DORCE, Leila. 40 anos. Entrevista concedida no dia 11/02/2007. Assentamento Guanabara).

A narrativa de Leila mostra que as mulheres assentadas cooperadas estão abertas a novas experiências, procurando adquirir outros conhecimentos/saberes que estão além dos conhecimentos do campo. A partir do momento que saem da rotina têm a possibilidade de refletir sobre suas vidas, construir autonomia, desenvolver práticas que beneficiem a si, suas companheiras e companheiros, além de construírem-se como sujeitos sociais.

### **2.3. Os discursos e as representações sobre as mulheres assentadas**

Vários discursos foram construídos sobre as mulheres ao longo da história da humanidade, como demonstra Perrot (2007, p. 22), e que passaram a fazer parte das práticas sociais, regendo a vida das mulheres. Cada período histórico construiu e reconstruiu discursos e representações sobre as mulheres pautados em concepções naturalistas, religiosas e políticas, com vistas a legitimar sua subordinação.

Diante de tais reflexões, procuramos neste item, apresentar os discursos e as representações que foram construídos acerca das mulheres assentadas, visando sua desconstrução. Para isso, é necessário, primeiro conhecer as atividades realizadas pelas mulheres nos assentamentos. Nesse contexto, partilhamos do pensamento de Lefebvre (1976), quando diz que os espaços sociais não são neutros, são concebidos como espaços de poder. A assertiva de Lefebvre nos leva a entender os assentamentos, como espaços permeados por relações de poder, onde mulheres, homens e/ou grupos deixam emergir suas subjetividades<sup>91</sup>, seja no espaço da família ou fora dela. Ao mesmo tempo, os assentamentos são também espaços em construção. Partindo dessa premissa, compreendemos que as mulheres têm atuação na construção e organização desses novos espaços sociais, por meio de suas múltiplas funções, ora no espaço privado, ora no público, com o objetivo de viver e permanecer na terra.

---

<sup>91</sup> Entendida na concepção de Guattari: “A *subjetividade* está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é *essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares*. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização”. (GUATTARI, 1996, p. 33)

Ressaltamos que a utilização dos termos público e privado referem-se, neste caso, à distinção entre vida não doméstica e vida doméstica. Essa distinção é importante porque estabelece a divisão sexual do trabalho, através da qual os homens são vistos “[...], sobretudo, ligados às ocupações da esfera da vida econômica e política e responsáveis por elas, enquanto as mulheres seriam responsáveis pelas ocupações da esfera privada da domesticidade e reprodução [...]” (OKIN, 2008, p. 308-309). Devido à construção dessa visão de inadequação das mulheres à esfera pública, dependentes dos homens e da família é que passamos a questionar os discursos e as práticas sociais que tendem a reproduzir as diferenciações de gênero, pautadas na delimitação/segregação de espaços para ambos os sexos.

A historiadora Michelle Perrot (2005), ao analisar a sociedade francesa do século XIX, demonstrou como os conceitos de espaço público e privado operaram impondo, para aquela época “os homens estão do lado da razão e da inteligência que fundam a cultura; a eles cabe a decisão “[...] a esfera pública. As mulheres se enraízam na Natureza; elas têm o coração, a sensibilidade [...] A sombra da casa lhes pertence [...].” (PERROT, 2005, p. 268-269)

Observamos a construção de um discurso naturalista que passou a imperar no século XIX, delimitando os espaços de atuação para o masculino e o feminino. Nesse sentido, as mulheres tiveram poucas escolhas na sociedade, entre elas o confinamento no espaço doméstico ou o trabalho mal-remunerado. Tais discursos atravessaram séculos e gerações, deixando marcas na sociedade em que vivemos, sendo visíveis nas discriminações de gênero, nas desigualdades sociais, na violência (física e simbólica) contra as mulheres.

As observações empíricas com mulheres da COOPERFAMILIAR permitiram conhecer as atividades desenvolvidas por elas no espaço privado e no público, sendo que a participação delas está no Grupo de Mulheres e na Cooperativa de agricultura familiar, como principais atuações até o presente momento. Todavia é pequena a participação das mulheres no espaço público, principalmente, ao examinarmos a quantidade de famílias dos dois assentamentos, em número de 148 famílias, para um grupo de aproximadamente dez mulheres que, atualmente, participam do Grupo de Mulheres e seis da COOPERFAMILIAR. Assim, nossa tarefa aqui é também questionar o porquê da pequena participação feminina nos assentamentos rurais. Embora tenhamos mencionado esse assunto anteriormente, é importante abordar outro viés, contido na fala de Maria das Graças, moradora do lote 98 do Assentamento Guanabara, quando se refere à pequena participação feminina em atividades públicas:

É complicado né, são muitas [mulheres], algumas têm um objetivo grande, mas a maioria, elas não sonham. Eu vejo assim, que às vezes lá dentro nós somos barradas por mulheres. Tachadas, não é barrada, é tachada, você entende? Porque às vezes eu corro atrás disso, atrás daquilo. Lá minha vizinha fica de olho, fala assim: Oh! Essas mulher vagabunda aí, não faz nada da vida. Isso é o que nós mais ganha. Mas só que por essa parte eu não ligo. (SANTOS, Maria das Graças França dos. Entrevista concedida no dia 05/07/2009. Salão Paroquial de Juti-MS)

Partindo da narrativa de Maria das Graças, tem-se uma noção de algumas das dificuldades encontradas pelas mulheres para o ingresso em atividades que as projetem e concedem visibilidade no espaço público. Maria inicia mostrando a falta de perspectivas de muitas mulheres que “não sonham”, não possuem “um objetivo grande”. Mas como possuir um objetivo grande se vivem relações de desigualdade e que são históricas? No entanto, no decorrer de sua fala, verificamos que esse não é o único obstáculo apontado por Maria, o maior refere-se ao contexto social, que guarda a dimensão patriarcal, presente nas práticas de violência simbólica que Maria encontra no discurso de outras mulheres, as quais descrevem aquelas que atuam na dimensão pública como “vagabunda” que “não faz nada da vida”. Assim, conforme Menegat (2009), não se trata das mulheres nutrirem sonhos tímidos, mas a timidez de seus sonhos se deve a forma como foram sendo organizadas socialmente, restritas a espaços pouco visíveis, que nas tentativas de algumas mulheres olharem para além do que lhes foi permitido, passa a ser criticado até por outras mulheres.

Essa forma de violência é encontrada na estrutura do patriarcado e, de acordo com Saffiotti (2004), não há a necessidade da presença da figura masculina para que ele se mantenha e se reproduza, pois “[...] essa máquina funciona até mesmo acionada por mulheres [...]” (2004, p. 102). Muitas mulheres colaboram para essa reprodução de várias formas, seja através da educação diferenciada para filhos e filhas, seja pelo discurso ofensivo contra mulheres que apresentam práticas diferenciadas, como neste caso específico.

Maria das Graças destacou em sua fala suas atuações, primeiro no Salão Paroquial de Juti, local em que atuava na venda de bebidas, como um serviço voluntário durante a 5ª Feira de Sementes Crioulas, mas poucos minutos antes estava na Escola Municipal Doraci de Freitas Fernandes<sup>92</sup>, trabalhando com Leila Dorce, na exposição e venda de seus produtos. Esse “corre-corre” parece fazer parte do cotidiano das mulheres do grupo e da Cooperativa, o

---

<sup>92</sup>A Feira Estadual de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos é um evento realizado anualmente desde 2005, e onde os pequenos proprietários comercializam seus produtos. Também ocorre a participação de diversos órgãos ligados a agricultura familiar. A 5ª Feira de Sementes Crioulas de Juti teve como sede a Escola Municipal Doraci de Freitas Fernandes onde foram expostos os produtos dos/as agricultores/as familiares e realização de palestras, no entanto, o local destinado ao almoço foi no Salão Paroquial acerca de três quadras dessa escola.

que lhe imprime duplas jornadas de trabalho.<sup>93</sup> Nelas as mulheres necessitam ainda, lidar com as visões dos companheiros, como expressado por Maria das Graças, que apesar de mencionar a aceitação do marido com relação às atividades que ela realiza fora do lar, relata reclamações da família: “[...] é todo o dia, você vai pra isso, vai pra aquilo [...]. Aí a gente tem que se desdobrar: é esposa, é... tudo né, é trabalhadora, é mãe, então é difícil, mas a gente tá aí na luta.” (SANTOS, Maria das Graças França dos. Entrevista concedida no dia 05/07/2009. Salão Paroquial de Juti-MS)

É justamente partindo das múltiplas atividades exercidas pelas mulheres no interior dos assentamentos e das inquietações sobre as desigualdades de gênero, que pretendemos estabelecer algumas reflexões a respeito dos discursos e das representações<sup>94</sup> que foram sendo atribuídas às mulheres ao longo da história. O historiador, Roger Chartier, considera que só pode haver condições de existência das representações quando resultam em práticas sociais, porque, para ele, “[...] Mesmo as representações coletivas mais elevadas não têm existência, não são realmente tais senão na medida em que comandam atos” (2002, p. 72). Observamos, assim, nas falas dos assentados e assentadas essas práticas, com discursos permeados por representações que passaram historicamente a integrar a vida desses sujeitos sociais e que são analisados aqui pelo viés de gênero<sup>95</sup>.

Para Scott (1990), gênero implica no estudo de ambos os sexos, homens e mulheres, pois o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens e vice-versa, é também uma categoria de análise histórico-social e cultural. Neste sentido, o uso desse conceito parece indispensável para a compreensão das relações sociais de gênero nos assentamentos em questão (relacionamentos intra e interfamiliares), além de possibilitar o conhecimento acerca das permanências e rupturas que envolvem as relações homens/mulheres.

Na narrativa de Adolfo Henrique, morador do lote nº 22, do Assentamento Guanabara, percebemos a relação de negação das mulheres, no seguinte comentário: “O que eu acho que precisa melhorar em relação à mulher, é a discriminação, né? Ninguém vive no mundo sem a mulher, nem as próprias mulheres vive sem a mulher, todos nascem da mulher, até a salvação

---

<sup>93</sup> É importante mencionar que devido a esse “corre-corre”, as mulheres cooperadas aprenderam a barganhar, ou seja, a negociar os afazeres domésticos com os integrantes da família: esposo e filhos/as para o exercício de suas atividades fora do lar, como melhor veremos no terceiro capítulo.

<sup>94</sup> Usa-se representação a partir de Roger Chartier por considerar este instrumento capaz de mascarar um conhecimento ou objeto “ao invés de designar adequadamente o seu referente”. Dessa forma, a relação da representação é turvada, fazendo com que se tome por verdade uma imagem/discurso inverossímil, “[...] que considera os sinais visíveis como indícios seguros de uma realidade que não existe”. (CHARTIER, 2002, p. 75)

<sup>95</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Vol.16, n.2, Porto Alegre, 1990, p. 5-22.

do mundo veio pela mulher [...].”(ALVES, Adolfo Henrique. Entrevista concedida no dia 07/03/2009. Assentamento Guanabara).

Nesta narrativa é possível observarmos dois pontos fundamentais, no primeiro é encontrado um ponto de ruptura no qual Adolfo menciona a necessidade de se pôr um fim na discriminação contra as mulheres. Entretanto, o fazer história também possui seu viés de permanências e aqui é claramente percebido na segunda parte da narrativa, ‘todos nascem da mulher’ e ‘a salvação do mundo veio pela mulher’. São duas representações do feminino construídas historicamente. A primeira relacionada às características biológicas, à maternidade, vista como parte da ‘natureza feminina’<sup>96</sup>. O problema não é a maternidade em si, e sim o discurso naturalista que atribui às mulheres um papel social destinado unicamente à maternidade e à reprodução. A construção desse imaginário<sup>97</sup> na sociedade ocidental está relacionada à valorização da família moderna<sup>98</sup>. Nela o ser mãe recebe maior importância e suas responsabilidades passam a ser ampliadas. Novos papéis são demarcados a partir de então, caracterizados como femininos, dentre eles, a maternidade, principal função de toda mulher. Tais representações foram sendo reproduzidas através dos discursos e para as mulheres foi acrescida outra função: a educação.

A construção das características, especificamente femininas, que englobam a relação de afeto com o filho, o amor inato, o sentimento materno que unem todas as mulheres em torno dessa função, passam a assumir um significado social central e prioritário no espaço privado do lar. Perpassadas discursivamente, de geração para geração, essas representações, influenciam e constroem identidades. Kathryn Woodward, ao discutir a importância do

---

<sup>96</sup> Questão muito bem apresentada e discutida em: PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

<sup>97</sup> O termo imaginário significa o conjunto de imagens guardadas no inconsciente coletivo de uma sociedade ou de um grupo social, abarca todas as representações de uma sociedade, toda a experiência humana, coletiva ou individual, como por exemplo, ideias sobre o corpo, as mulheres, a maternidade, etc. O imaginário é parte do mundo real, do cotidiano, não é algo independente, diz respeito às formas de viver e pensar de uma sociedade. São imagens mentais que representam as coisas que temos no nosso dia-a-dia. As imagens são construídas na memória coletiva a partir da forma como os indivíduos e/ou grupos entendem o cotidiano ao seu redor, ou seja, da noção de representação. Assim, o conceito de representação está interligado com o de imaginário e diz respeito à forma pela qual um indivíduo ou um grupo vê determinada imagem, determinado elemento de sua cultura ou sociedade. (SILVA, 2005, p. 213-214)

<sup>98</sup> Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1994), observa esse ideal de maternidade desenvolvido no século XVIII, um período em que a criança adquire uma importância central para os novos Estados em formação. Esse ideal é reforçado através das teorias científicas do século XIX.

conceito de identidade, menciona que muitos fatores, como, por exemplo, o corpo e a maternidade, servem de fundamento para definir o que somos.<sup>99</sup>

As representações mentais, por sua vez, definem várias práticas sociais que em muitas situações “[...] são governadas por mecanismo de dependências desconhecidas pelos próprios sujeitos [...]” (CHARTIER, 2002, p. 94). São práticas percebidas através dos discursos que estão relacionadas a estruturas de longa duração.

Quando Adolfo Henrique menciona que “a salvação do mundo veio pela mulher”, é possível perceber um discurso da natureza feminina, relacionado ao celibato proveniente da Virgem Maria. Logo, marcado por concepções judaico-cristãs, que segundo Tedeschi, são construções intimamente ligadas ao

[...] discurso da Igreja, gestado há séculos, ainda no período clássico, cria certezas, concepções e imagens sobre as mulheres de uma forma absoluta, impondo um estatuto de celibato e castidade. Falar da identidade feminina dentro da Igreja é falar e demonstrar estruturas e concepções ainda presentes no imaginário feminino atual. Tais representações impuseram às mulheres um vasto corpo de modelos de comportamento religioso e doméstico, exortando à prática das ‘virtudes’ da obediência, do silêncio, da imobilidade em nome de uma ética católica muito parcial. (TEDESCHI, 2008, p. 12-13)

Ao analisarmos esse discurso que relaciona diretamente a figura da Virgem Maria a um modelo ideal de mulher, é preciso observar como essa representação foi construída. Isso remete à origem do cristianismo, na qual apresenta dois modelos antagônicos de mulher: Eva, responsável pela queda da humanidade por sua desobediência, e Maria, responsável pela salvação, através de sua obediência. A obediência de Maria na concepção cristã restaurou os males da desobediência de Eva. Esse modelo de mulher obediente, centrado na figura de Maria, passou a incorporar à mentalidade cristã e a justificar a dominação masculina (TEDESCHI, 2008).

A partir da narrativa de Adolfo Henrique foi possível identificar uma representação do feminino moldada através da moral católica, ligada à Virgem Maria e à sua obediência. A análise dessa representação dá o tom de como a mulher continua a ser percebida, pois isso ainda é “[...] o resultado de um *continuum histórico*, em que as concepções tradicionais do

---

<sup>99</sup> Discussão encontrada em WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In – SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000, p. 15.

feminino continuam a ter influência capital para a mulher da sociedade contemporânea [...]” (TEDESCHI, 2008, p. 62).

Não é necessário apenas reafirmar que a identidade feminina não é natural ou numa perspectiva cultural “a mulher não nasce mulher, ela torna-se mulher”<sup>100</sup>. É importante também entender os mecanismos que fazem com que esses sujeitos sociais – homens e mulheres –, incorporem tais construções. Neste caso, é preciso apreender a identidade como construção discursiva e as representações do sexo como resultado da constante reprodução dessa prática discursiva. A esse respeito, Rocha-Coutinho identifica que parte desta continuidade é fruto das características de nossa sociedade patriarcal, que mantém um discurso ideológico que permeia todos os aspectos de nossa cultura, na qual:

[...] se fazia presente e enformava (*sic*) os sermões e ensinamentos das mães que, até a pouco atrás, transmitiam para suas filhas lições de recato e hipocrisia com vistas a atrair e reter um homem. [...] nos textos escolares, onde invariavelmente o pai sai para o trabalho enquanto a mãe cuida dos filhos. [...] na indústria de brinquedos que fabrica bolas e carrinhos para os meninos e bonecas e casinhas para as meninas. [...] está também presente em toda a produção cultural: na literatura, no teatro, no cinema, através de heroínas românticas indecisas e dependentes, cujo objetivo último na vida era tão-somente encontrar e prender um homem; na poesia, com suas ‘receitas de mulher’; na música popular, através da figura das tão decantadas ‘Amélias’; nos modernos meios de comunicação que continuam a opor a ‘boazuda’, que destila sensualidade, e a ‘boazinha’, que faz tudo em casa para merecer a aprovação da família. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 52)

Essa diferenciação é bem nítida no plano do discurso social que acaba construindo identidades bem definidas e diferenciadas para homens e mulheres, e entre as próprias mulheres<sup>101</sup>. Na divisão social dos espaços, para os homens o público, para as mulheres o privado. Nessa relação, mesmo “[...] quando as mulheres aparecem no espaço público, os observadores ficam desconcertados; eles as vêem [...] quase sempre [...] manifestando-se na qualidade de mães, de donas de casa, de guardiãs dos víveres etc. [...]” (PERROT, 2007, p. 21).

Notamos, assim, que as falas de homens e mulheres são carregadas de velhos hábitos de pensar, com aspectos ainda presentes em nossos dias, os quais apresentam a mulher através de várias representações, muitas delas alimentadas por desigualdades de gênero, que impõem identidades fixas. Vários são os exemplos que podem ser analisados no espaço social dos

---

<sup>100</sup> Uma afirmação que imortalizou Simone de Beauvoir no seu Clássico: BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1980.

<sup>101</sup> Ao longo da história, as mulheres foram extremamente diferenciadas passando por diversas representações que podem ser: mães, prostitutas, santas, deusas, fadas, bruxas, amantes, criminosas.

assentamentos. Leila Dorce, moradora do Assentamento Guanabara, uma das mulheres com efetiva participação na esfera pública deste assentamento, em uma de suas entrevistas narrou como entendia os comentários masculinos acerca das atividades desenvolvidas pelas mulheres do grupo:

[...] muitas vezes eles comentavam assim: há essas mulheres enxada, não pára em casa, fica batendo canela. Você escuta umas coisas assim: mulher é pra ficar no tanque, no fogão. Sabe? acha que o que as mulheres vai fazer não presta. (DORSE, Leila. 40 anos. Entrevista concedida no dia 11/02/2007. Assentamento Guanabara)

Essa forma de violência simbólica<sup>102</sup>, expressa no discurso de alguns homens e mulheres e percebida na narrativa de Leila, leva a concluir que em muitos casos, o pensamento masculino traduz elementos restritivos em relação à autonomia feminina. Nesse sentido, concordamos com Michel Foucault ao definir o poder como uma relação, uma prática social que atinge: “[...] a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder” (FOUCAULT, 2007, p. 12).

O poder, os poderes ou os micro-poderes, segundo Foucault, estão em todo corpo social: Família, Hospital, Escola, Estado, Igreja e demais instituições, mas exercem formas específicas e níveis distintos em suas práticas, inclusive nas discriminações de gênero. Sendo o poder uma relação, uma prática social, ele se encontra em vários locais específicos do corpo social.

Definido o poder, é então pertinente acrescentar que na estrutura social, as relações de poder são fundamentadas através de domínio de um grupo sobre outro, então é com base nessas construções identitárias que o poder é distribuído de forma desigual. Isso porque “[...] a diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, freqüentemente na forma de oposições [...]” (WOODWARD, 2000, p. 41). Os comentários verbalizados por Leila Dorce dão visibilidade a essa diferença, muitas vezes, construída de forma negativa<sup>103</sup>, no sentido de excluir ou marginalizar o outro – no caso a mulher – de um espaço que “naturalmente” pertenceria ao homem.

---

<sup>102</sup> Segundo Bourdieu, essa violência simbólica é fruto de uma ordem social que tende a utilizar “[...] uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos [...]”. (BOURDIEU, 1999, p. 18)

<sup>103</sup> Segundo Kathryn Woodward, a diferença além de ser construída negativamente por meio de exclusão e marginalização, pode também “[...] ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo [...]”. (WOODWARD, 2000, p. 50)

Nos assentamentos em estudo, partindo das falas masculinas e femininas, notamos a disputa de poder, em que os confrontos sociais são viabilizados por representações, como as mencionadas por Leila, utilizadas como armas<sup>104</sup>, que numa sociedade patriarcal ganham “naturalidade”, configurando assim, uma forma de violência, não física, mas simbólica.

A hierarquia e a restrição das práticas femininas, através do discurso, configuram essa violência simbólica encontrada nos meios sociais marcados ainda pelo sistema patriarcal. Mesmo que a violência não se resuma a agressão física, proveniente da discriminação e submissão feminina,

[...] as mulheres são tratadas não como sujeito mas como uma coisa, buscando-se impedir a sua fala e a sua atividade. [...]. Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal. (SOIHET, 1997, p. 10-11)

Numa sociedade rural patriarcal, as práticas sociais são bastante influenciadas por atitudes de dominação e submissão, na qual tanto homens quanto mulheres articulam suas posições sociais de gênero, ou seja, masculina ou feminina, de acordo com a divisão do trabalho. Essa percepção é apresentada por Pierre Bourdieu (1999), quando afirma que homens e mulheres incorporam representações e constroem suas práticas dentro de uma lógica social<sup>105</sup>. Assim, construídas segundo princípios do sistema patriarcal, essas representações são fluídas por desigualdades de gênero.

Na busca das fontes, extraindo delas seus significados nas inúmeras conversas, entrevistas, observações e imagens coletadas nos assentamentos ao longo desta pesquisa, uma conversa em especial nos chamou atenção. Foi em junho de 2006, durante a 2ª Feira Estadual de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos com uma das integrantes da COOPERFAMILIAR, Clarice, na época vice-presidente desta Cooperativa. Durante a conversa, procuramos informações a respeito do cargo de presidência da Cooperativa e Clarice nos informou que era ocupado por Francisco Carlos Felippssen, morador do Assentamento Sebastião Rosa da Paz.

---

<sup>104</sup> Roger Chartier, ao analisar o recuo da violência na Sociedade Ocidental Moderna, quando comparada com a Idade Média, percebe que os confrontos sociais antes diretos e sangrentos, tornaram-se gradativamente operacionalizados tendo por armas e fundamentados as representações. (CHARTIER, 2002, p. 94-95)

<sup>105</sup> Esta análise é muito bem discutida em BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

Alguns meses depois, inquieta com aquela informação, investiguei o motivo de Clarice ocupar o cargo de vice-presidente, sendo que possui efetiva participação nos trabalhos que envolvem a Cooperativa e, especialmente, porque no dia da eleição a maioria de votantes eram mulheres?<sup>106</sup> Sobre o assunto, Clarice pensou por uns instantes e respondeu: ‘porque homem tem mais condições’.

Aqui estão respostas aos questionamentos que fizemos anteriormente – o porquê as mulheres não assumiam cargos mais expressivos? As respostas estão no fato de que é necessário apreender que a aceitação ou a rejeição de determinadas situações se referem a relações simbólicas de força. E parte da responsabilidade pela eficácia de uma relação de sujeição, recai sobre o sujeitoado/sujeitada, que aceita reconhecer como legítima essa relação. Neste sentido, boa parte do que se configura como identidade feminina, foi enraizado “[...] na interiorização, pelas mulheres, de normas enunciadas pelos discursos masculinos” (CHARTIER, 2002, p. 96). Assim, é preciso entender os dispositivos que fazem com que as mulheres consintam com essas representações caracterizadas por diferenças de sexos que as levam a um patamar de desigualdade em relação aos homens.

Através de um processo de incansável repetição, tais representações do feminino, carregadas por desigualdades, acabam por se interiorizar nos pensamentos de homens e mulheres, que por sua vez continuam a reproduzir tais discursos. Dessa forma, falas como a de Clarice acabam colocando o homem num patamar de superioridade e quando é pensado em atividades relacionadas ao espaço público, acaba soando como “natural” que este espaço seja referendado ao masculino.

Práticas como essas não raras vezes são encontradas nas falas de mulheres e homens dos assentamentos rurais e refletem uma sociedade configurada por fortes traços de patriarcado que vêm de longa duração. Nesses espaços sociais, são construídas representações naturalísticas sobre os homens e as mulheres, moldadas sob desigualdade de gênero. Na prática, é possível encontrar, no discurso/fala de Clarice, elementos que teoricamente Joan Scott analisa em seus estudos, quando afirma que “[...] o poder das mulheres tende a ser percebido como manipulador, como disruptor das relações sociais, como ilegítimo, como fora do lugar e como pouco importante, no sentido de inferiorizar sua atuação no conjunto da sociedade [...]”. (SCOTT, 1990 apud TEDESCHI, 2008, p. 22).

---

<sup>106</sup> Informação extraída da Ata da Assembleia Geral de constituição da Cooperativa de Agricultura Familiar (COOPERFAMILIAR) de 02/07/2005.

No entanto, não devemos pensar que a incorporação da dominação seja irrestrita e incondicional. Ocorrem sim, formas de resistência. Em outra oportunidade, Clarice parece perceber que as desigualdades de gênero encontram-se na própria educação familiar. Ela menciona que a família e a escola estão constantemente contribuindo na construção de uma identidade ‘feminina’ ou ‘masculina’. Segundo ela, práticas simples ajudariam a atenuar esta situação, por exemplo, a mãe deveria ensinar aos filhos e filhas que os afazeres domésticos devem ser realizados tanto pelas meninas quanto pelos meninos.

Na fala de Clarice e também de outras mulheres assentadas, observamos pontos de rupturas e permanências em relação ao gênero. Isso implica dizer que o cotidiano dessas mulheres é marcado por situações conflituosas e contraditórias, onde por um lado elas reproduzem pensamentos e práticas de um discurso naturalista e outrora executam práticas de resistência na tentativa de reconstruir um novo modo de vida. Assim, veremos ao longo do texto que em alguns momentos, elas percebem as desigualdades de gênero e questionam as formas de poder. Com base nas informações coletadas podemos afirmar que suas participações na igreja, no movimento de luta pela terra, nas organizações coletivas dentro dos assentamentos, nos encontros do Movimento de Mulheres Camponesas corroboraram para esse “novo olhar” sobre as desigualdades de gênero.

Logo, para que ocorram pontos de fissura, é necessário reconhecer e frisar novamente os mecanismos que constroem essas desigualdades. Neste contexto, é bom observar que a educação, que começa na instituição familiar, é reforçada na escola. Diante disso, homens e mulheres são, desde tenra idade, educados de maneira diferente e de acordo com esse tipo de educação passam a pensar e agir de forma diferente, assim como enfrentar problemas de diferentes formas.

Para Rachel Soihet (1997), a educação é um elemento que tanto pode condicionar à vida subalterna da mulher como proporcionar o contrário, a consciência de sua igualdade perante o “outro sexo”. Ao final da entrevista, Clarice afirma que vem mantendo uma prática no sentido de igualdade para seus filhos e filhas na divisão dos afazeres domésticos. Mas, para a construção de relações de gênero mais igualitárias, é preciso considerar um conjunto de medidas e/ou práticas que partam não apenas da escola, mas de várias outras instituições, como do Estado, da Igreja, dos movimentos sociais, das organizações coletivas e da própria sociedade como um todo.

O que percebemos nos assentamentos com o Grupo de Mulheres são disputas de poder permeadas por discriminações de gênero. Evidenciamos tais situações não somente no cotidiano doméstico das mulheres assentadas, mas também com relação as suas iniciativas fora do lar, como nas atuações no Grupo de Mulheres e na Cooperativa, principalmente nos primeiros anos de constituição desses grupos coletivos formados em sua maioria por mulheres. Vejamos duas narrativas que corroboram com a situação mencionada:

[...] às vezes a gente como grupo de mulheres né, a gente como mulheres já enfrenta problema, ainda mais quem faz assim... tem muita gente que não entende, mulher não pode fazer nada, tem quem fica em casa [...] então a gente já enfrenta esses preconceitos [...]. (AMARAL, Clarice Gonçalves do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 10/09/2006. Assentamento Guanabara)

Olha, há uma polêmica muito grande aqui [...] eu sou o líder do assentamento [...] esse movimento das mulheres aí... essa cooperativa deles [...] até hoje nunca apareceu nada via cooperativa, só barulho desde o início, só sempre conflito com a associação [...]. (SILVA, Celso Alves da. Entrevista concedida no dia 01/04/2007. Assentamento Guanabara)

É perceptível na narrativa de Clarice as dificuldades que as mulheres enfrentaram logo no início de suas atividades. Conforme expõe, havia no assentamento uma resistência, principalmente masculina, em aceitar suas propostas, que em seu entendimento ocorria pelo fato de pertencerem ao sexo oposto. Nesse sentido, avaliamos que tal reação não é surpreendente, uma vez que as mulheres estão inseridas em uma sociedade de modelo tradicional, na qual a maior parte dos homens se incube de decidir o que é mais viável, seja para si, para a família e/ou para a comunidade.

Na segunda fala, do ex-presidente da Associação de Moradores do Assentamento Guanabara, verificamos além da discriminação, uma disputa de poder, de espaço entre o Grupo de Mulheres (que fazem parte da Cooperativa) e a Associação. Nesse contexto, apreendemos que a associação foi o primeiro grupo que se formou dentro do assentamento, (consistindo num dos únicos apoios aos assentados, pela busca por melhorias) assim detinha hegemonia nas decisões. No entanto, quando surgiu outro grupo, uma organização constituída de mulheres que também passou a buscar benefícios em prol da comunidade assentada, o poder passou a ser questionado. A liderança teve que ser compartilhada. Quando o ex-presidente da associação diz: “... até hoje nunca apareceu nada via cooperativa, só barulho desde o início...”, está se referindo as ações, aos benefícios trazidos pelo grupo da Cooperativa aos homens e mulheres assentadas. Deixa transparecer “uma ideia de

concorrência” entre as duas organizações, a disputa por quem traz mais benefícios para dentro do assentamento e, fundamentalmente, desacredita que mulheres possam organizar-se coletivamente e construir caminhos que fomentem melhorias para os assentamentos. Por isso, ele as concebe apenas como mulheres que “só fazem barulho”, numa referência de que por não terem poder de visibilidade, procuram falar alto para assim se projetarem socialmente. Nesse sentido, analisamos que tais divergências internas se constituem em obstáculos para o desenvolvimento econômico-social do assentamento, sendo que a união dos dois poderes facilitaria o aumento de ações em benefício dessa comunidade.<sup>107</sup>

Apesar dessas situações, as mulheres elaboraram “contrapoderes” por meio de diferentes estratégias, ora assumindo formas de negociação, ora de resistência, mas não necessariamente revolucionária, porque, segundo Roger Chartier (2002): “Nem todas as fissuras que fendem a dominação masculina assumem a forma de um discurso de recusa e rebelião. Elas nascem freqüentemente dentro do próprio consentimento, reutilizando a linguagem da dominação para fortalecer a insubmissão” (2002, p. 96). Podemos verificar tal situação na prática de Clarice ao visualizar as desigualdades de gênero na família e na escola e tentar minimizá-las, no que tange à distribuição das tarefas domésticas para os filhos e filhas:

[...] pra frente nós muda um pouco a mentalidade dos nossos filhos homens em casa [...] que nem o meu marido, ele também não é muito assim..., mas foi a mentalidade que ele foi criado, homem não faz isso, mulher não pode fazer isso porque é serviço de homem [...] é uma cultura que foi implantada na cabeça dele [...] Nós agora é que somos responsáveis de ponha na cabeça dos nossos filhos: não, isso aqui é serviço teu também, não é só serviço de mulher [...]. (AMARAL, Clarice Gonçalves do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 10/09/2006. Assentamento Guanabara)

A percepção de Clarice acerca dessas desigualdades só foi possível por ela se encontrar em contato constante com as relações de poder que permeiam o ambiente doméstico, tendo condições de rearticular suas práticas, ou seja, de propor práticas mais igualitárias na criação/educação dos filhos e filhas.

Não é apenas na atitude de Clarice, em relação à educação dos filhos que se observam pontos de ruptura neste mar de permanência. Há que se destacar que mesmo em um ambiente em que é notória a presença de desigualdade de gênero, tais personagens – mulheres assentadas – mantêm atividades que as conduzem ora ao espaço privado/doméstico, ora ao

---

<sup>107</sup> Contudo, é preciso ressaltar que tais situações foram vivenciadas pelas mulheres nos primeiros anos de suas atividades. Atualmente, temos outras situações de gênero, as quais serão vistas no capítulo a seguir.

espaço público. Por isso, as ações das mulheres, especialmente das integrantes do Grupo de Mulheres, são entendidas aqui como formas de resistências porque são vistas como meios de rompimento com antigos hábitos que estão alicerçados ao patriarcado. Tais ações podem ser evidenciadas por meio de suas múltiplas atuações. Nesse sentido, destacamos a atuação de Oliveti Jorge Alves, que nas entrevistas nos contou sobre sua participação em eventos promovidos pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). O último de que participou foi em fevereiro de 2009, em Rio Brilhante/MS, e dele ela trouxe o material escrito e os tópicos discutidos nos encontros para serem debatidos no Grupo de Mulheres. Ela narrou que foram discutidos temas sobre a violência, agressões contra as mulheres e também contra os homens.

Os materiais utilizados nas reuniões do Grupo de Mulheres são fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) através da irmã Lucinda, do município de Juti, que presta apoio ao grupo por meio de palestras e cursos. As mulheres integrantes do grupo, juntamente com a Pastoral da Saúde e da Criança, fabricam xarope, que são usados pela população assentada.

O caso de Clarice, também coordenadora do Grupo de Mulheres e da Igreja Católica, não difere de suas companheiras que estão engajadas “em fazer algo” para a melhoria de suas famílias e da comunidade assentada. Clarice juntamente com mais três companheiras montaram uma pequena farinheira, um projeto antigo que passou a funcionar, embora de forma artesanal. Em sua narrativa, podemos ter uma noção do funcionamento da farinheira instalada no quintal de sua casa.

Eu e mais três companheiras: a Oliveti, a Maria das Graças e a Leila né, nós que fazemos a farinha, só nós mulheres mesmo, daí agora aqui tem o enghozinho que nós moemos a cana e aqui o forno aqui embaixo [...] Nós já fizemos açúcar mascavo, já fizemos melado [...] só que nós tamo em fase de iniciando ainda, tamo testando ainda, que nem o melado, a gente já fez e já vendeu, o açúcar mascavo [...]. Tenho a farinha comum e a farinha biju lá dentro, nós fazemos das duas, né. A biju (de mandioca), a gente faz e nós comercializamos e levamos pra feira em Dourados, teve boa saída. (AMARAL, Clarice do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 15/11/2008. Assentamento Guanabara)

As quatro integrantes da farinheira são também participantes do Grupo de Mulheres e da Cooperativa. Na entrevista de 2008, Clarice relata que no início das atividades na farinheira realizavam testes com os produtos, entre eles, o açúcar mascavo e o melado, para ver se poderiam comercializar, a farinha de mandioca já se encontrava em fase de

comercialização. A venda da farinha ocorria, principalmente, nas feiras de agricultura familiar e/ou da economia solidária espalhadas pelo estado.

Conforme mencionado anteriormente esse era um “projeto antigo” das mulheres, desde o ano de 2005, quando tentaram montar a farinha. No entanto, não obtiveram êxito, faltou apoio financeiro, ou seja, verba para a compra dos materiais e equipamentos para a instalação da farinha e também apoio por parte da comunidade assentada, conforme expõe Clarice:

[...] nós tentamos montar lá no Centro Comunitário, não deu certo [...] daí deu até *confusão* [...] daí nós paramos com essa idéia de lá [...] Daí eu peguei um dia: “vamos montar essa farinha”, eu chamei as meninas, as mulheres e fiz a proposta pra elas, eu dou o barracãozinho construído lá em casa pra nós lida lá e daí o que for gasta lá pra monta a farinha, vocês ajudam, é do grupo vamos dize a despesa e daí elas toparam [...] tamo aí ainda trabalhando, sonhando de comprar um triturador, melhorar um pouco mais a estrutura aqui nossa. (AMARAL, Clarice do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 25/11/2009. Assentamento Guanabara)

O sonho da farinha de acordo com Clarice, inicialmente gerou confusão no assentamento, por pleitearem a área do Centro Comunitário para a construção da farinha. As mulheres não conseguiram entrar em acordo com a associação, que por sua vez não liberou a área, mais uma situação que comprova a disputa de poder entre a associação e as mulheres. Todavia, apesar das dificuldades, elas não desistiram e alguns anos mais tarde concretizaram este “pequeno sonho” que vem lhes rendendo frutos.

Dessa maneira, o espaço da farinha tem sua importância econômica para as mulheres por lhes proporcionar uma nova alternativa de renda, no entanto, pode ser considerado também um espaço de socialização, onde as mulheres trocam conversas, saberes, experiências. Durante o processo de realização da farinha, elas falam sobre diversos assuntos: família, saúde, sexo, trabalho e neste “constante fazer” surgem novas ideias, projetos e sonhos que podem vir a transformar suas vidas e o meio social em que vivem. Vejamos as imagens a seguir, as quais demonstram as atividades realizadas pelas mulheres na farinha:



FOTO 19: Leila e Clarice na fabricação da farinha de mandioca no quintal do sítio de Clarice – Fotografia produzida pela pesquisadora no dia 14/11/2009 – Assentamento Guanabara – Acervo da pesquisadora



FOTO 20: Leila no processo de secagem para a fabricação da farinha biju – Fotografia produzida pela pesquisadora no dia 14/11/2009 – Assentamento Guanabara – Acervo da pesquisadora

Das quatro integrantes da farinheira, encontravam-se neste dia, Leila e Clarice no processo de fabricação da farinha para a comercialização numa feira da economia solidária que aconteceria em Campo Grande. Tais práticas, adotadas pelas mulheres nos assentamentos, necessitam ser visibilizadas, uma vez que elas vêm provocando rupturas nos papéis sociais de gênero, conforme veremos no capítulo a seguir. Assim, as mulheres assentadas ocupam outro espaço – o público, antes ocupado pelo masculino e suas atuações lhe conferem novas experiências pautadas na realização pessoal e “certa autonomia” para ver e pensar o mundo que as rodeia.

Em virtude das múltiplas funções que exercem nos assentamentos, no Grupo de Mulheres, na Cooperativa, na farinheira, é importante analisarmos como as mulheres se auto-percebem. Isso porque cada grupo possui estratégias simbólicas próprias que podem ser articuladas nos discursos e “[...] que determinam posições e relações e que constroem [...] um ‘ser-percebido’ constitutivo de sua identidade” (CHARTIER, 2002, p. 73). Neste discurso, é possível observar que, através do grupo, as mulheres vêm a si como sujeitos atuantes, com participação produtiva no meio social em que estão inseridas. Partindo dessas reflexões, podemos chegar a novos debates, dentre eles, o “empoderamento” e dali o questionamento: as mulheres assentadas estão se empoderando?

Para responder ao questionamento acima, analisaremos, no próximo capítulo, as trajetórias de vida das seis mulheres integrantes da Cooperativa e também participantes do Grupo de Mulheres: Clarice do Amaral, Oliveti Jorge Alves, Maria das Graças, Leila Dorce, Maria Eliane e Zoraide Brandão. Entendemos que essas seis mulheres são importantes

expoentes de projeção de novos modos de produzir nos assentamentos, bem como de exemplos de avanços (e mesmos recuos) na vida de mulheres assentadas.

O principal objetivo de trabalhar com as trajetórias de vida, de corte temático, relatando as experiências vivenciadas pelas mulheres, focalizando o período vivido anterior e nos assentamentos, se refere à busca, a partir do conhecer de suas trajetórias, de elementos que permitam compreender a contribuição dos grupos: coletivos, de mulheres e o da farinha na vida dessas mulheres e da comunidade dos assentamentos. Nesse caso, é importante mencionarmos a contribuição do método da História Oral, por meio da utilização de entrevistas e do “trabalho da memória”, metodologia que tem enriquecido o presente trabalho por permitir o conhecimento de experiências e modos de vidas de diferentes pessoas e grupos sociais, como das mulheres e homens assentados, o que denominamos, de acordo com Verena Alberti (2005, p. 155), de acesso a “histórias dentro da História”.

### CAPÍTULO III

## TRAJETÓRIAS DE VIDA: EXPERIÊNCIAS, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DAS MULHERES COOPERADAS



### CAPÍTULO III

#### TRAJETÓRIAS DE VIDA: EXPERIÊNCIAS, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DAS MULHERES COOPERADAS

*[...] Trajetórias de Vida podem ser consideradas como partes de uma História de Vida e de uma Biografia, um determinado percurso, itinerário ou ciclo que desperta interesse do pesquisador.*

*Teresa Kleba Lisboa*

Trabalhar com trajetórias de vida é apreender dos/as entrevistados/as partes de suas histórias de vida, que aqui denominamos de Trajetórias de Vida, ao invés de Histórias de Vida. Assim o fazemos pela dificuldade de abarcar uma “história total” das mulheres cooperadas que estamos estudando e, especialmente, por se restringir a percursos, etapas da vida: infância, adolescência, vida adulta relacionadas a um tema específico que é a inserção das mulheres no espaço público dos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz. Dessa forma, neste trabalho, o sentido é descobrir e reconstruir fragmentos das vivências que os sujeitos experimentaram no decorrer de suas vidas e no interior de grupos sociais dos quais participaram. Por meio das narrativas das mulheres cooperadas, pudemos “transitar por suas lembranças” e vislumbrar suas mobilidades em determinado tempo e espaço. Com isso, fomos percebendo como foram participando e/ou construindo espaços associativo/cooperativo e se esses propiciaram condições para sua inserção no projeto que hoje assumem com o trabalho na Cooperativa de agricultura familiar de ambos os assentamentos.

Partindo dessa perspectiva, neste Capítulo, priorizamos as experiências<sup>108</sup>, a história e a memória das mulheres ao longo do percurso trilhado no processo de luta pela terra e na conquista do espaço público. Entendemos a categoria experiência conforme definida por Scott, no texto “A invisibilidade da experiência”, quando traz importantes reflexões para se repensar a importância do uso dessa categoria. Partindo de suas reflexões, procuramos entender experiência neste trabalho, mais do que simples vivências ou lições adquiridas no passado, mas atentamos para o fato de como essas vivências se processaram em um

---

<sup>108</sup> Dada a ubiquidade do termo, segundo Scott o uso dessa categoria tem sido empregada por historiadores e pesquisadores de diferentes maneiras como, por exemplo, nos estudos de Raymond Williams (1985), Collingwood (1946) e Eduardo P. Thompson (1987).

determinado tempo e espaço, analisando as influências internas (da família) e externas (dos grupos e instituições dos quais as mulheres fizeram e fazem parte). Para isso, levamos em consideração a história desses sujeitos e suas atuações, tanto individuais como grupais, numa perspectiva problematizadora. Nesse sentido, a experiência serve para falarmos dos acontecimentos vividos, das relações entre os sujeitos, das diferenças, dos conflitos, das lutas, das resistências, das inclusões e exclusões.

Scott, ao falar da categoria experiência aponta o fato de que “[...] Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência.” (1998, p. 304). Dessa forma, as experiências são percebidas enquanto relações que se desenvolvem no cotidiano dos sujeitos (sejam nas relações afetivas, de trabalho, políticas). Em síntese, o uso dessa categoria serviu para visualizar as mudanças e permanências ocorridas na vida das mulheres cooperadas (sujeitos desta pesquisa), através da apreensão de conflitos, de relações sociais tecidas no cotidiano, de ações desenvolvidas nos espaços dos assentamentos.

Considerando o itinerário das experiências vivenciadas pelas mulheres em suas trajetórias de vida observamos os vínculos desde a fase da infância até a chegada nos assentamentos, com destaque para a vida no interior desses novos espaços sociais. Neste caso, optamos por abordar alguns fragmentos de suas histórias de vida, como: ascendência familiar; local de nascimento; vida familiar; estratégias de sobrevivência; motivos da migração; participação na Igreja Católica; ingresso no movimento de luta pela terra; experiências nos assentamentos; formação de grupos coletivos; participações na Cooperativa e o processo de empoderamento.

Uma vez que a inquietação da pesquisadora girou em torno de uma pergunta central: O que há de comum em suas vivências que proporcionou a união nos assentamentos, através do Grupo de Mulheres, da organização cooperativista e do Grupo da Farinheira? Conhecer tais trajetórias, antes de tornarem-se “mulheres assentadas cooperadas”, nos fornece a possibilidade de vislumbrar experiências comuns que teriam contribuído para a futura formação e organização de grupos coletivos nos assentamentos.

Com o objetivo de responder esse questionamento, ouviram-se atentamente as narrativas das mulheres na tentativa de apreender o que estava explícito e implícito em suas falas, seguindo o que nos recomenda Dias em sua obra *Quotidiano e Poder*: “Trata-se de reunir dados muito dispersos e de esmiuçar o implícito” (1995, p. 14).

Nesse contexto, procedemos com as análises das trajetórias de vida de seis mulheres cooperadas: Clarice, Maria Eliane, Zoraide, Oliveti, Maria das Graças e Leila. São mulheres que seguiram diferentes/iguais caminhos até chegarem aos assentamentos. Ao ouvir suas narrativas vislumbramos histórias que se entrelaçam em diferentes momentos e espaços sociais, o que nos levou a juntar fragmentos de mulheres em suas situações vividas, sem separar experiências individuais, mas ordenando-as por temas norteadores que nos permitissem acompanhar suas trajetórias, como apresentaremos a seguir.

### **3.1. Experiências vividas: da infância ao acampamento**

*Nossa memória não se apóia na história aprendida, mas na história vivida. Por história devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros [...]. (Halbwachs, 2006, p. 78-79)*

Durante a vida, as pessoas passam por várias etapas que compreendem a infância, adolescência, vida adulta e a velhice. Os acontecimentos que ocorrem em cada uma dessas etapas são experiências únicas, pertencentes a cada indivíduo e ao grupo que pertence. No ato de rememorar as pessoas reavivam, de formas distintas lembranças referentes a cada uma dessas fases. A memória, como diz Halbwachs (2006) “apóia-se na história vivida”: nas experiências individuais. Em seus estudos, Halbwachs assevera que os sujeitos possuem dois tipos de memória: a individual e a coletiva, sendo que a memória individual apóia-se na coletiva: a memória individual “[...] não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras [...]” (2006, p. 72). Em sua visão os sujeitos não se lembram por si mesmos, eles necessitam da memória coletiva, ou seja, das experiências grupais, aquelas que foram construídas coletivamente, seja na família, na escola, nos movimentos sociais, entre outros.

Com base na teoria de Halbwachs sobre a memória, abordam-se, neste tópico, as trajetórias de vida das mulheres cooperadas referentes ao período da infância até a chegada nos acampamentos. Lembranças que estão articuladas as experiências vividas na família, na igreja e no movimento de luta pela terra. Assim, destacamos as vivências no contexto familiar, as experiências durante o processo migratório e o ingresso no movimento de luta pela terra.

No decorrer da pesquisa observamos que no ato de relembrar as mulheres deixaram emergir suas emoções, através de risos, vozes embargadas, olhos ludibriados, semblantes

entristecidos. Memórias carregadas de significados que diziam respeito ao processo de rememorar, trazer de volta experiências vividas na família, na comunidade onde viveram e dos grupos que participaram.

Ao narrarem as histórias vividas no período “da infância ao acampamento”, cada uma delas, a sua maneira, compartilhou com a pesquisadora os momentos que marcaram suas vidas. Algumas deram preferência à infância, ainda que de forma sumária, outras as idas e vindas, ou seja, as constantes trocas de lugares em busca de melhores condições de vida, as participações/atuções na Igreja Católica e ao ingresso nos acampamentos.

Em geral, suas memórias estiveram voltadas para os acontecimentos do presente, as narrativas enfatizaram os projetos atuais: as novas experiências, aquelas que vieram a partir do viver nos assentamentos. A infância foi de certa forma silenciada, os acontecimentos ocorridos naquele período foram contados com brevidade, estão distantes, sobre eles outras vivências foram sendo construídas.

As conversas com as mulheres assentadas, mais uma vez nos remeteram as reflexões de Halbwachs (2006), ao abordar a memória como uma relação que envolve passado-presente, na qual os acontecimentos passados passam por um processo de reconstrução e transformação de acordo com as perspectivas do tempo presente. Assim, cada sujeito relembra os fatos de sua vida de forma diferente, alguns acontecimentos se sobrepõem a outros. Seguindo essa linha de pensamento, Farias (2006) explica que: “Há fatos marcados na memória de cada pessoa de forma diferente: alguns fatos são mais importantes, envolvendo o passado-presente de cada uma; há um entrelaçamento entre o vivido, a experiência construída e o momento presente” (2006, p. 43).

Um processo seletivo se impõe no ato de rememorar, esquecimentos, omissões, “falhas” da memória se fazem presentes. Todavia, como assevera a pesquisadora Alice Beatriz Gordo Lang (1996), em seu artigo sobre História Oral, interessa ao/a pesquisador/a investigar o porquê dos silêncios que podem ou não serem intencionais.

Evidenciamos o não-dito, na entrevista realizada com Maria das Graças quando discorreu sobre a infância: “Pra dizer a verdade eu nem me lembro muito, eu tenho a cabeça meio ruim pra guardar essas coisas, mas acredito que minha infância foi boa porque não me faltava nada, nunca faltou comida.” (SANTOS, Maria das Graças França dos. Entrevista concedida no dia 13/12/2009. Assentamento Guanabara)

Ela atribui o esquecimento da infância a “falha” de sua memória. Quando diz: “... eu tenho a cabeça meio ruim prá guardar essas coisas”, e assim admite os lapsos de sua memória, pois lembrar para ela significa “guardar” lembranças que com o passar do tempo ficam para trás e distantes do contexto de sua realidade. Tem uma noção de infância boa, visto que no passado não “passou fome”. Proveniente de uma família de nove irmãos relatou que “a vida não era fácil”, ter comida era sinal de fartura e que indica que tudo estava bem, pois a sobrevivência é uma questão prioritária na vida de família da origem camponesa.

Em outro relato sobre as dificuldades vividas nos períodos da infância e adolescência, Maria das Graças deixou transparecer informações que nos revelaram o porquê do silêncio sobre essa fase da vida.

[...] Com 8 anos eu comecei ajuda meu pai na serraria. Com 10, 12 anos eu percebi que meu pai bebia demais e a minha mãe sofria demais com aquilo, né? [...] Aos dezoito anos eu resolvi que daquele jeito não dá. Um dia tivemos uma discussão muito feia, meu pai agrediu minha mãe, meus irmãos... ou acabava esse sofrimento..., aí meu pai se arrependeu daquelas coisas, que a briga foi feia e decidiu para de beber. A partir daí a gente começou a viver uma vidinha mais confortável. (SANTOS, Maria das Graças França dos. Entrevista concedida no dia 13/12/2009. Assentamento Guanabara)

Nesta narrativa, verificamos uma situação de dificuldades vividas por toda família, devido o envolvimento do pai de Maria com o vício da bebida, situação que gerava na vida íntima da família discussões e às vezes até violência física, conforme relata. A violência do pai deixou marcas de tristeza na vida de Maria das Graças, o que nos leva a compreender o silêncio perante essa fase de sua vida. Na interpretação de Pollak (1989): “O sofrimento apaga a memória”. No entanto, Pollak afirma que o silêncio não pode ser entendido como esquecimento, pois ele tem um significado: o da resistência dos sujeitos. As lembranças desse período não foram esquecidas, elas estavam adormecidas na memória. O sofrimento apenas tornou os acontecimentos difíceis de serem lembrados.

Diferente de Maria das Graças, a narrativa de Leila aflorou ao falar da infância:

Eu tive uma infância muito tranquila, meu pai, minha mãe uma estabilidade boa, não financeiramente porque na época trabalhava na roça, meu pai comprando uma chácara, pagando, sempre apurado de dinheiro e tal, mas a gente tinha uma estabilidade, não tinha briga na minha casa, sempre foi assim, meu pai, minha mãe são muito unidos [...] trabalhava muito porque além de eu ser a mais velha, tinha os pequenos, então minha mãe ia pra roça e o serviço da casa acabava sobrando mais pra mim, eu trabalhava muito, sempre trabalhei muito desde os 10 anos [...] e trabalhando na roça às vezes. (DORCE, Leila. 40 anos. Entrevista concedida no dia 14/11/2009. Assentamento Guanabara)

Leila nos fala de uma infância tranquila, apesar das dificuldades financeiras do pai em saldar as prestações do sítio. Lembra da harmonia dos pais, vivendo em união e dos trabalhos realizados em casa quando criança, momento em que tomava conta dos irmãos menores, dos serviços domésticos e ainda trabalhava na roça. São lembranças que giram em torno da família e do trabalho. Filha de agricultor, desde cedo aprendeu a importância do trabalho, pois na moral das famílias camponesas, e especialmente de famílias pobres, “[...] família se mantém através do trabalho de todos os seus membros, independente da idade” (MARTINS, 2009, p. 110).

Notamos na fala de Leila, o emprego da palavra “trabalhar”, o que não é muito comum nas narrativas das mulheres rurais, pois na maioria das vezes utilizam a expressão “ajuda”. O uso da expressão “trabalhar” evidencia o início de uma ruptura com os papéis sociais de gênero demarcados no meio rural, uma vez que as atividades realizadas pelas mulheres na agricultura foram “invisibilizadas pelos outros”, conforme apontam as pesquisadoras Silva e Portella:

Diretamente identificado às atribuições domésticas ou percebido como ‘ajuda’ do que propriamente como trabalho, as atividades realizadas pelas mulheres na agricultura familiar são partes de um sistema mais amplo de valores e representações sociais que expressam as desigualdades de gênero. Com base na complementaridade e na reciprocidade entre os indivíduos, esse sistema aloca claramente o que é atributo de mulheres e de homens, marcando distintamente os mundos feminino e masculino. (SILVA; PORTELLA, 2006, p. 134)

A priori, parece uma simples troca de palavra, mas que no âmbito das relações sociais no campo incorpora um novo sentido e significado na vida das mulheres, expresso no reconhecimento enquanto sujeitos ativos do processo de produção, o que nos leva a perceber que tais relações não são imutáveis, podendo vir a ser modificadas pelas práticas dos indivíduos que a compõem.

Na infância dessas mulheres, o trabalho aparece como um denominador comum, a participação no trabalho familiar surge desde cedo. É a presença do trabalho na infância, como menciona Martins “[...] o tempo disponível para o lúdico foi amplamente sacrificado pelas carências cotidianas [...]” (2009, p. 127). O tempo para brincadeiras era escasso, “brincar só nos finais de semana”.

Leila, por sua vez, encontrava tempo para brincar nos finais de semana e também durante a execução de algumas atividades, como afirma:

Eu brincava de casinha, de boneca, às vezes **minha irmã era minha boneca** porque quando ela nasceu eu tinha sete anos, era bem na época que eu tava brincando de boneca, aí minha mãe arrumava ela e colocava ali num caixote, que naquela época nem tinha carrinho e eu brincava ali do lado, com os brinquedos e cuidando dela [...] Meu pai sempre foi muito arteiro, ele gostava de fazer arte, brincadeira assim... nós tinha um capão de mato, ele ia e cortava galho de cipó e fazia balango de cipó, fazia represa pra nós, fazia balango, aqueles balango muito grande, gostoso. Às vezes juntava... que a gente morava na Colônia, tinha bastante sítio perto, aí sempre tinha bastante vizinho e meninas que vinha no sábado e no domingo, durante a semana não brincava muito porque tinha o serviço. (DORCE, Leila. 40 anos. Entrevista concedida no dia 14/11/2009. Assentamento Guanabara)

Esse momento da infância é bem lembrado por Leila e nele a presença do trabalho como um elemento de diferentes dimensões na brincadeira de criança, já que os cuidados com a irmã figuravam como a uma situação na qual acreditava “brincar de boneca” e assim, ressignifica a categoria trabalho, transformando-o em lazer. Na cena rememorada, Leila apresenta objetos, pessoas, lugares e situações, componentes que marcam a memória dos sujeitos. São os pontos de referência que dão suporte as lembranças, os chamados “quadros sociais da memória” de que nos fala Halbwachs (2006), pois concebe a memória como um “fenômeno social”, a partir da interpretação de que os sujeitos não estão isolados, mas em interação uns com os outros em um determinado tempo e espaço. Na memória de Leila está a figura de um pai “artreiro”, brincalhão, criativo. A presença dos vizinhos, das amigas, a descrição do lugar onde morava repleto de mata, onde o pai cortava galhos de árvores para construir brinquedos – o balanço gostoso, só tem sentido porque Leila, ao rememorar o cenário, decifra-o. São experiências que viveu e que refazem seu presente, a partir de tais pontos de referência.

Nas análises das trajetórias de vida das mulheres cooperadas, outro ponto comum chama atenção: a questão da migração. Migração entendida na vida das mulheres como estratégia de sobrevivência, de (re)enraizamento na terra, de conquista por melhores condições de vida, trabalho, saúde e educação. O exemplo da história de migração de Maria das Graças revela o motivo de tantos “vaivens”:

Eu e meu esposo subimos lá pro norte, fomos de mudança, mas a mudança assim..., foi só a trouxa de roupa e as duas filhas que tenho, lá perto de Rondônia [...] mudamos ali pra Rondonópolis (MT), a vida era difícil né, sempre trabalhando em fazenda, aí tivemos que voltar pra Araçatuba, onde eu nasci, ali a gente trabalhou bastante tempo também. Viemos aqui pra região de Maracaju (MS), de Maracaju viemos pra cá [...] aí meu marido começou a administra a fazenda aqui, a Vera Cruz, ficamos quase 15 anos. (SANTOS, Maria das Graças França dos. Entrevista concedida no dia 13/12/2009. Assentamento Guanabara)

A procura de melhores condições de vida e de trabalho moveram Maria das Graças e o esposo a migrarem várias vezes. No momento de migrar, largaram o pouco que possuíam para tentar a vida em outro lugar, “aventurarem-se” em uma terra distante, como ela mesma relata “... foi só a trouxa de roupa e as duas filhas...”.

Ao longo da história brasileira milhares de camponeses e camponesas enfrentaram terras desconhecidas. Alguns permaneceram, outros retornaram para o lugar de origem. Os migrantes tentavam encontrar situações mais favoráveis para o viver, por vezes sem a miséria, o desemprego, a expropriação a que foram historicamente submetidos e também em sonhos de conquistar terras.

A experiência de Clarice no processo migratório não difere muito da história de Maria das Graças. O migrar também esteve relacionado às perspectivas de melhores condições de vida, trabalho, saúde e educação:

[...] vim de uma família pobre [...] era longe da cidade, então minha mãe logo na primeira gravidez [...] começou a sofrer com ataque convulsivo [...] daí sempre meu pai com a vontade de muda pra um lugar mais de recurso né [...] meu pai via aquela condição da minha mãe doente, daquele jeito, longe da cidade, meu pai pensava: - eu vou muda pra um lugar que tenha mais recurso né, mais conforto e daí nós já tinha uns parente que tinha vindo pra Cascavel no Paraná, que era meu tio [...] daí sempre eles iam lá em Minas visita nós e falavam que aqui era bom, que aqui era isso, era aquilo. Daí minha vó veio primeiro do que nós, sempre mandava carta falando pra nós vim também ali pro Paraná [...] um dia meu pai se rebelou chamou outro meu tio lá, o tio Afonso, e falou pra ele:- vamos então pra lá, pro Paraná, daí... (AMARAL, Clarice do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 14/11/2009. Assentamento Guanabara)

A escolha da família de Clarice em migrar estava associada à doença de sua mãe, era necessário um lugar com recursos e conforto. Para Martins: “A cidade não deixa de ser valorizada e desejada, mas não é um lugar de destino, é um lugar de ter certas coisas necessárias [...]” (2003, p. 60). Nesse caso, “as coisas necessárias” eram o tratamento de saúde de sua mãe e a busca por trabalho. Segundo Martins, a falta de perspectivas de futuro no lugar de origem justificaria a migração. No novo lugar (Cascavel/PR) já tinham parentes, tio e avó que figuravam enquanto anteparo, um apoio para iniciar uma nova vida. Esses parentes faziam “propaganda” do novo lugar, relatando que lá era bom. A avó costumava enviar cartas convidando-os para morar no Paraná. De acordo com Lisboa: “As redes parentais são imprescindíveis para as famílias que migram do campo para as cidades [...]” (2003, p. 71). Esse processo ocorreu com a família de Clarice.

Todavia, a ida para a cidade “teve um preço” que foi a venda da terra da família de Clarice. Ao lembrar aquele momento, ela deixa emergir sentimentos de tristeza e revolta:

[...] daí meu pai vendeu lá, deu pra um que tinha bastante dinheiro lá, deu a troco de nada [...] quando eu lembro disso, eu lembro da música do Luíz Gonzaga [...] que conta toda a história que deu a terra a troco de nada..., mas sempre sonhando em volta pra'quele lugar [...]. (AMARAL, Clarice do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 14/11/2009. Assentamento Guanabara)

A família de Clarice sofreu a expropriação no campo, sendo “obrigada” a se desfazer da terra devido às dificuldades para nela sobreviver. O caso de Clarice assemelha-se ao de muitas famílias de origem camponesa no Brasil. A música, a qual Clarice se reporta na narrativa acima, chama-se “A Triste Partida”, numa letra que conta a história de uma família nordestina que ao fugir da seca, é obrigada a vender o pouco que tem a um fazendeiro da região. A ideia era tentar a vida em São Paulo e no futuro retornar para a cidade de origem, o que nem sempre acontece. Nesse sentido, vale a pena ver alguns trechos da música:

*A Triste Partida (Luíz Gonzaga)*

*Sem chuva na terra  
Descamba Janeiro,  
Depois fevereiro  
E o mesmo verão  
Meu Deus, meu Deus*

*Nóis vamo a São Paulo  
Que a coisa tá feia  
Por terras alheia  
Nós vamos vagar  
Meu Deus, meu Deus*

*Entonce o nortista  
Pensando consigo  
Diz: "isso é castigo  
não chove mais não"  
Ai, ai, ai, ai*

*Se o nosso destino  
Não for tão mesquinho  
Ai pro mesmo cantinho  
Nós torna a voltar  
Ai, ai, ai, ai*

*Apela pra Março  
Que é o mês preferido  
Do santo querido  
Sinhô São José  
Meu Deus, meu Deus*

*E vende seu burro  
Jumento e o cavalo  
Inté mesmo o galo  
Venderam também  
Meu Deus, meu Deus*

*Mas nada de chuva  
Tá tudo sem jeito  
Lhe foge do peito  
O resto da fé  
Ai, ai, ai, ai*

*Pois logo aparece  
Feliz fazendeiro  
Por pouco dinheiro  
Lhe compra o que tem  
Ai, ai, ai, ai*

*Agora pensando  
Ele segue outra tria  
Chamando a famia  
Começa a dizer  
Meu Deus, meu Deus*

*Em um caminhão  
Ele joga a famia  
Chegou o triste dia  
Já vai viajar  
Meu Deus, meu Deus*

*Eu vendo meu burro  
Meu jegue e o cavalo  
Nóis vamo a São Paulo  
Viver ou morrer  
Ai, ai, ai, ai*

*A seca terrívi  
Que tudo devora  
Ai, lhe bota pra fora  
Da terra natal  
Ai, ai, ai, ai*

Clarice fez menção à música de Luíz Gonzaga porque se identificou com sua letra, na qual estão contidos os elementos que também fizeram parte de sua trajetória de vida. Nesse caminhar sofreu com os “vaivens”, as idas e vindas a procura de um lugar para viver melhor. Da mesma forma que a família nordestina enfrentou “terras alheias”, deixando sua terra e seus pertences, ela migrou do estado de Minas Gerais para o Paraná e depois Mato Grosso do Sul, onde encontrou a terra tão sonhada e não mais voltou para a terra natal. Na vida dos migrantes, a busca por um lugar que lhes garanta vida digna: “[...] sempre foi referência, o centro de atração de todo esse caminhar” (MENEGAT, 2009, p. 71).

O processo migratório, as condições precárias de sobrevivência, a vida difícil na zona rural foram elementos que interferiram na educação escolar das mulheres cooperadas. A maioria delas não concluiu o ensino fundamental. Nas entrevistas, elas relataram que o acesso à escola era difícil, porque realizavam os serviços da casa, especialmente cuidar dos irmãos menores enquanto a mãe trabalhava na roça.

[...] minha mãe ia pra roça e eu ficava pra... depois que eu parei de estuda, que terminei a 4ª série, que eu tinha 10 anos na época, era mais cuida... porque já tinha o outro pequeno, aí minha mãe ia pra roça e eu ficava com os três menores, aí tinha galinha, porco pra tratá. (DORCE Leila. 40 anos. Entrevista concedida no dia 14/11/2009. Assentamento Guanabara)

Os serviços de “cuidar”, seja de crianças, doentes, são considerados “próprios” das mulheres, de sua “natureza feminina”. Na interpretação de Tedeschi, o uso da natureza: “[...] traz implícita uma diferenciação que está na formação cultural de homens e mulheres [...] está ligada aos afazeres domésticos [...] tarefas que são culturalmente impostas, e atribuídas ao sexo feminino [...]” (2008, p. 25). Processo que faz parte das representações sociais construídas em torno do que “é ser homens e ser mulheres”.

A situação de residirem na área rural também se tornou uma das dificuldades para darem continuidade aos estudos. A fala de Leila reafirma a situação e destaca ainda outro fator:

[...] nós somos em quatro irmãos, eu sou a mais velha dos três [...] estudei só até a quarta série, é na área rural, só tinha até a quarta série e o meu pai não deixava a gente ir de ônibus pra cidade, então o meu irmão que era mais novo chegou a fazer o ginásio na cidade, eu não. (DORCE, Leila. 40 anos. Entrevista concedida no dia 14/11/2009. Assentamento Guanabara)

Notamos a presença de mais um elemento que dificultou Leila de levar adiante os estudos, assentado nas desigualdades de gênero no espaço rural. As oportunidades não eram e ainda não o são iguais entre meninos e meninas. No momento de estudar, eles são privilegiados, elas sofrem com a colocação de obstáculos e não podem sair sozinhas, ir para a cidade, pois “correm riscos”. Contudo, quando migrou para Mundo Novo/MS, Leila deu seguimento aos estudos e conseguiu concluir o ensino fundamental.

Já a experiência de Clarice revelou a dura jornada de trabalho enfrentada pelas mulheres. Com a morte da mãe, dar continuidade aos estudos tornou-se ainda mais difícil.

[...] a gente estudava né, o pouco que pode estudar [...] eu só fui até a sexta série naquele tempo, daí não consegui mais estudar porque eu achava pesado, se dona de casa... porque desde os 10 anos eu trabalhei, quando nossa mãe morreu eu trabalhava, tomava conta da nossa casa, eu que tomava conta de tudo e às vezes ajudava na roça também [...] às vezes trabalhava ainda de empregada doméstica e não achava tempo pra estudar, na hora de estudar eu já tava cansada [...]. (AMARAL, Clarice do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 14/11/2009. Assentamento Guanabara)

Ao assumir o “lugar da mãe” na casa, houve uma sobrecarga de trabalho, uma vez que Clarice executava os serviços do dia-a-dia, “ajudava” na roça e ainda trabalhava fora da unidade, em trabalhos enquanto empregada doméstica. Como ela mesma afirma “na hora de estudar eu já tava cansada”, acabou desistindo dos estudos.

Essa dificuldade das mulheres em terem acesso à educação é uma realidade histórica que deve ser analisada pelas categorias classe/gênero/geração/etnia, uma vez que pensar gênero implica também entender estas outras categorias. A categoria mulher(es) não é homogênea, as diferenças de gênero e classe (mulheres pobres/ricas), de etnia (brancas, negras, índias) existem, fazem parte da vida, das diversas formas de alteridade. Apreender tais categorias nos permite conhecer mais de perto a realidade vivida pelas mulheres, na qual é preciso considerar também as diferenças de oportunidades.

Nas trajetórias de vida das mulheres pesquisadas, informações sobre a fase de adolescência, namoro e casamento foram escassas<sup>109</sup>. Durante as entrevistas fizeram uma breve explanação desses momentos. O que nos levou a reforçar a ideia de que suas lembranças estão mais voltadas para os acontecimentos do presente. Como veremos adiante são das lembranças atuais que preferem falar.

Todavia, sobre a fase de namoro, Zoraide, ao lado do esposo, sentada na área de sua casa, nos revelou como conheceu Ademar e como foi o início do namoro.

É, lá em casa mesmo (fala olhando para o esposo), você não lembra, mas eu lembro. Você foi com seu irmão lá em casa, que a minha madrasta falou assim: - esse vai casar com você (risos). Eu lembro quando chegou os dois, mas eu não queria o outro não (risos). Na época eu não queria nenhum (risos)... Nós fomos ao baile, foi no baile que a gente começou a namorar, lá na Colônia Bom Dia. Eu tinha 17 anos, eu trabalhava com a senhora dona do estabelecimento, a gente ia no baile que tinha [...] mas não pra dança, pra mim ver as pessoas, pra conversar. (SILVA, Zoraide Brandão da. 61 anos. Entrevista concedida no dia 11/10/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz).

Zoraide perdera a mãe quando criança e passou a viver alguns anos com o pai e a madrasta, depois passou a morar com a tia. Viveu sua infância e adolescência na zona rural. No momento de relembrar o local onde conhecera o marido, ela aponta para a “falha” da memória do marido quando disse: “... você não lembra, mas eu lembro...” Para entender essa “falha” da memória do esposo evocamos os estudos de Lisboa, ao analisar as trajetórias de vida de mulheres migrantes sob a óptica das categorias sociais classe, gênero e etnia, a autora constatou diferenças entre homens e mulheres no momento de relatarem suas trajetórias de vida, argumentando que “os homens, ao relatarem suas trajetórias, atêm-se mais à sua trajetória ocupacional individual; as mulheres [...] lembram e enfatizam detalhes de suas vidas, colocam sentimentos em suas narrativas [...]” (LISBOA, 2003, p. 55).

Nesse sentido, evidenciamos hoje, que na casa de Zoraide quem mais fala do passado e do presente, é ela, enfatiza os projetos, as atuações antes de tornar-se assentada (no movimento da Igreja Católica) e no pós-assentamento dando visibilidade as suas ocupações hora na Cooperativa, hora na igreja e também no espaço privado, relatando/relembrando “momentos de alegria e tristeza”, como o nascimento de seu terceiro filho, o qual concebe

---

<sup>109</sup> A brevidade com que falaram desses assuntos pode estar vinculada a maneira como essas mulheres foram educadas, a maioria proveniente de uma moral religiosa, o que dificulta as falas sobre assuntos como: o corpo, sexualidade, namoro, vida íntima. Por outro lado, a pouca atenção que deram a esses assuntos também pode estar associada ao fato de que vivem hoje nos assentamentos, uma situação nova que corrobora para a constituição de mulheres mais autônomas, nesse sentido, preferem dar ênfase ao atual.

como benção divina e a difícil trajetória na luta pela terra. Nesse processo de rememorar, deixa aflorar seus sentimentos por meio de um olhar ludibriado e/ou por sorrisos.

De acordo com a assertiva de Lisboa (2003), durante a realização das entrevistas com mulheres e homens dos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz, percebemos que são elas as que mais contam os detalhes de suas trajetórias de vida. Contudo, nos momentos de narração sobre o período em que ficaram nos acampamentos e os primeiros anos nos assentamentos, onde enfatizaram as dificuldades, alguns homens deixaram emergir sentimentos de tristeza e revolta, mas não abordaram os “detalhes de suas vidas”.

Nas lembranças de Zoraide sobre a fase de namoro, surgiu o baile. Sabemos que na área rural, os bailes são uma das poucas opções de distração dos jovens. Zoraide, com 17 anos, frequentava o baile na companhia da senhora que a empregava. O baile para Zoraide era mais que um lugar de distração, era o lugar de “ver gente e sentar para conversar” – espaço de socialização – que surgia no meio de um ambiente marcado pelas dificuldades de sobrevivência, pela presença do trabalho e pelas relações desiguais entre o feminino e masculino.

Em relação ao casamento, Clarice foi a única a tecer comentários, principalmente a respeito das dificuldades para a realização da festa.

As minhas irmãs mais velhas morando tudo longe de mim, quem tinha que corre atrás de tudo, organização de tudo era eu, bolo pro casamento, porco pra mata. No dia da festa deu uma semana inteirinha de chuva, eu tava mais era preocupada mesmo [...] não foi fácil não, não tinha pai, não tinha mãe pra fala: - não vou te dá apoio, pra corre atrás que aqui geralmente é os pais que organiza, era antigamente pelo menos. (AMARAL, Clarice do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 25/11/2009. Assentamento Guanabara)

Durante a semana de preparativos para o casamento, Clarice sentiu a falta do espírito de solidariedade que é próprio da cultura camponesa, pois os pais não estavam mais presentes em sua vida e encontrava-se distante dos parentes. O “nós” foi trocado pelo “eu”, a organização da festa ficou sob sua responsabilidade, assim teve que “resolver tudo sozinha”.

Na cultura camponesa, geralmente a organização da festa de casamento fica sob a responsabilidade dos pais. O “espírito solidário” costuma tomar conta dos parentes, vizinhos, amigos, compadres e comadres e envolve toda a comunidade que se empenha durante dias nos preparativos. Para os camponeses, o casamento tem um significado: representa a história da reprodução da vida, da continuidade da linhagem. Na fala de Clarice observamos a continuidade desse significado, em suas palavras, o casamento representa: “[...] formar uma

família, viver, ter filhos e esposo.” O casamento é um projeto que fez parte da vida dessas mulheres, assim como a constituição da família. São elementos importantes na vida das mulheres de origem camponesa. É na família que se mantêm tradições e/ou renovam-se as relações sociais (FARIAS, 2002). É também a partir dela que homens e mulheres articulam seus projetos de melhoria de vida. Todavia, ao se abordar o significado do casamento não se pode deixar de lado, a representação dos papéis assumidos por mulheres e homens na instituição família. O casamento é permeado por contradições – reproduz desigualdades de gênero e hierarquias.<sup>110</sup>

Outra característica comum nas trajetórias de vida das mulheres cooperadas é o envolvimento com a Igreja Católica, sendo que das seis mulheres entrevistadas, quatro tomaram contato com o movimento da igreja, antes de tornarem-se assentadas: Maria Eliane, Leila, Zoraide e Oliveti.

Oliveti nos contou que “desde pequenininha” participava da igreja, pois sua família era muito religiosa, então acompanhava a mãe e as tias nas missas e “ajudava na limpeza e organização das festas”, conforme relata: “Nós ajudávamos. Eu ajudava a fazer limpeza na igreja, decorar os altares, lavar as toalhas da igreja, fazer festa”. (ALVES, Oliveti Jorge. 55 anos. Entrevista concedida no dia 01/11/2009. Assentamento Guanabara)

O envolvimento de Oliveti com as pastorais teve início na década de 1990. Em 1980, relatou que recebeu convite para participar da Pastoral da Criança, mas não pode aceitar devido aos filhos ainda estarem pequenos. As mulheres, principalmente casadas e mães, têm mais dificuldades de participar de atividades “fora do lar”, em virtude das responsabilidades que lhes são atribuídas: a casa e os cuidados com os filhos. Muitas mulheres assumem essa obrigação, como visto no caso de Oliveti e renunciam a participação em outros espaços, situação que as coloca em desvantagem diante dos homens, uma das razões que dificulta a inserção/participação no espaço público. No entanto, uma década mais tarde, momento em que os filhos já estavam crescidos, Oliveti inicia as atividades na Pastoral da Criança, como narra: “ingressei, gostei”. Segundo Oliveti, sua participação nos encontros e pastorais da igreja foi muito proveitosa, proporcionando-lhe o começo de uma nova vida pautada na solidariedade, nas relações de ajuda mútua, como em cursos, encontros e reuniões da igreja

---

<sup>110</sup> Para maiores informações ver: STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor do casamento na agricultura familiar. *Revista de Estudos Feministas*. V. 12, n. 1/2004. Florianópolis: UFSC, p. 253-268.

nos quais adquiriu conhecimentos importantes para a vida, especialmente sobre os direitos das mulheres.

Na década de 1970<sup>111</sup>, Zoraide ingressou no movimento da igreja através da catequese.

Eu comecei na chácara (município de Amambai) [...] lá que eu comecei a dar catequese. Veio um povo de Santa Catarina e eles tinham um monte de filhos, daí eles queriam que a gente ajudasse as crianças a fazer a 1ª Eucaristia [...] A gente foi pegando informação e foi trabalhando. Aí depois mais tarde quando viemos pra cidade, daí eu fiquei um pouco parada, depois eles me chamaram de novo. (SILVA, Zoraide Brandão da. 61 anos. Entrevista concedida no dia 11/10/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

Ao ingressar na igreja, Zoraide conta que não tinha formação, mas como precisavam de pessoas para ministrar aulas de catequese na comunidade onde morava, diante do convite o aceitou. Na cidade de Amambai exerceu um papel efetivo, trabalhando nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), participou da fundação da Comunidade São Vicente Pallotti, das Pastorais da Criança e da Juventude, dos cursos de formação e dos encontros intereclesiais. A partir da década de 1980, com a participação em vários cursos promovidos pela igreja, Zoraide obteve melhor formação para trabalhar com a comunidade, apreendendo o trabalho das CEBs e conhecendo a nova “doutrina”, pregada pela igreja pautada no engajamento com os pobres, através da Teologia da Libertação. Vamos conhecer um pouco da história de participação de Zoraide na igreja:

[...] lá em Amambai é que eu trabalhei mesmo, a Comunidade São Vicente Palotti foi nós que ajudamos a fundar. A gente trabalhou muito [...] na década de 1980. Aí é que veio as comunidades eclesiais de base trazida pelo Padre Adriano, pelas irmãs de São José e a gente começou a participar, daí que a gente foi sabe o que que é essa vida nas pastorais, não só aquela igreja de sacramento né, a vida social, a libertação, daí que a gente se formou mais um pouco pra poder trabalhar com o povo. (Entrevista concedida no dia 11/10/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

O ingresso de Zoraide na igreja promoveu um “despertar” para sua vida, num reconhecimento das questões sociais e a formação de uma consciência crítica. Isso ocorreu quando a própria Igreja passava por um processo de renovação, como narrou Zoraide “... não só aquela Igreja de sacramento né, a vida social, a libertação...”.

---

<sup>111</sup> Época da ditadura militar, caracterizada pela falta de democracia, repressão e censura. No entanto, a partir do final da década de 1970, o país passa por um processo de reestruturação. Vários setores da sociedade civil (como a Igreja Católica) “entram em cena”, manifestando-se contrários a ditadura, dando início ao processo de redemocratização.

Segundo Scherer-Warren, foi a partir da década de 1970 que houve uma multiplicação das CEBs não somente no Brasil, mas em toda a América Latina envolvendo a participação de religiosos e leigos. As CEBs possibilitaram a criação de uma nova utopia: a da libertação. O significado de Utopia nesse caso diz respeito à crítica das condições atuais de vida da população, consistindo em um projeto de mudança no qual: “[...] o ponto de partida é a libertação da pessoa humana, a descoberta da sua dignidade, a redefinição do seu status de cidadão, a libertação imediata de diversas formas de opressão (econômica, política, legal, racial, sexual, exploração estrangeira etc.).” (SCHERER-WARREN, 2005, p. 39).

Zoraide participou do movimento de mulheres da Igreja, fez parte de várias reivindicações, como por exemplo, a solicitação de água para os bairros pobres da cidade de Amambai “[...] na comunidade a gente tinha dificuldade de água, então a gente reunia a mulherada [...] tomava chá de banco lá na prefeitura pra falar com o prefeito [...] mas conseguimos que ele nos recebesse [...] a gente ajudou de cara mesmo [...]”. (SILVA, Zoraide Brandão da. 61 anos. Entrevista concedida no dia 11/10/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz). Assim, ela tornou-se uma lutadora, ao lado de suas companheiras, tomando frente de muitas reivindicações, colaborando com ações e projetos em benefício da comunidade. Seu trabalho em Amambai teve boa repercussão, ainda hoje é lembrada pela comunidade com carinho.

A ideologia católica acompanhou a vida de Zoraide. Morando na área rural educou os filhos com base num programa de rádio promovido pela igreja, conforme relata:

[...] eu falo que eu eduquei eles através da igreja mesmo, mas através do rádio [...] eu escutava muito a Rádio Aparecida de São Paulo que tem até hoje. Era um programa que tinha ‘Os Ponteiros apontam para o Infinito’. Era muito bonito [...] ele falava muito sobre família, sobre educação dos filhos, década de 1970. (Entrevista concedida no dia 11/10/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

Naquela época, década de 1970, contexto da ditadura militar, Zoraide morava numa chácara e o rádio era o meio de comunicação mais usado, pois era mais que um difusor de notícias, foi seu “companheiro e mestre”. Ela, todos os dias assistia ao programa “Os Ponteiros apontam para o Infinito”, na tentativa de pôr em prática os ensinamentos dados pelo padre. No entanto, a influência da igreja na vida de Zoraide não se deu somente na educação dos filhos, nos modos de pensar e agir, mas foi mais além, como ela demonstra nesta narrativa: “[...] foi nas Comunidades Eclesiais de Base que eu conheci o PT (Partido dos Trabalhadores)”. Ela filiou-se ao PT e passou a fazer um trabalho complementar com a igreja

e o partido. Mas isso lhe rendeu muitas críticas pelo fato de “misturar fé com política”, entretanto, tais críticas não abalaram o trabalho que realizava na/pela comunidade. Tanto que em 1994, ela saiu candidata a vereadora pelo PT, em Amambai, conforme imagem abaixo:



Panfleto de Zoraide para eleição municipal de 1994  
Fonte: Acervo particular

No panfleto, a frase: “Na luta pela igualdade e os direitos das mulheres”, sugere o tipo de trabalho que realizava o qual tencionava dar continuidade se fosse eleita, numa política voltada para os direitos das mulheres. Recebeu a indicação do partido por ser uma pessoa séria, batalhadora e compromissada com os problemas da comunidade, visto que em suas atividades sempre demonstrou envolvimento e disposição. Contudo, segundo ela, apesar de não ter sido eleita, foi uma experiência nova e significativa. Entretanto, numa de suas narrativas sobre o período da eleição, demonstrou certa resistência em relação a própria candidatura:

[...] novembro de 1994 por aí acho que saí candidata a vereadora em Amambai [...] eu saí só pra ajudar o partido [...] eu não sou pra isso não [...] Quem que vai votar em mim? Mas ali na minha comunidade acho que eu fui um exemplo ali, só ali eu tirei não sei quanto, eu tive votos em todas as seções, até na aldeia. (SILVA, Zoraide Brandão da. 61 anos. Entrevista concedida no dia 11/10/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

A princípio, nota-se uma resistência em candidatar-se e os motivos dessa resistência podem ser encontrados nas “entrelinhas” de suas falas: Trabalhadora rural e com pouca instrução (4ª série incompleta) não se sentia em condições de assumir a função, pois nas entrevistas colocava sempre a importância do estudo e o fato de não ter “despertado” para estudar. Quando diz: “Quem que vai votar em mim?” Toda uma questão social encontra-se por detrás, ligada a sua condição humilde de mulher, pobre e trabalhadora rural, o que fez surgir, naquele momento, sentimentos de descrença, insegurança e inferioridade. Afinal, ainda existe no imaginário social o pensamento que valida as atuações na política como “coisa de homem”. Por outro lado, com o resultado da apuração dos votos, Zoraide passou a ter outra reação, os sentimentos de insegurança e pessimismo que surgiram no início da candidatura cederam lugar aos de entusiasmo e autoconfiança. A votação que recebeu, mesmo não sendo um número suficiente para ser eleita, evidenciou sua importância na comunidade. Enfrentar o desconhecido, a eleição, no caso de Zoraide significou inovar, por em prática novas atitudes voltadas para a conquista/inserção no espaço público.

A trajetória de Maria Eliane também revela o envolvimento com a igreja, o sindicato e os movimentos sociais. Aos 14 anos começou a participar dos grupos de formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ingressando mais tarde na coordenação/direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Caarapó.

[...] Na época nós tinha a CPT na região que trabalhava muito a questão da formação da juventude através da igreja e eu comecei a participar dos grupos de formação da CPT e me interessei pelo movimento sindical [...] fiz acho que uns três cursos de formação e ali a gente começou assim... que tinha caminho pra nós lutar por uma vida mais justa, melhor, porque nisso meu pai que trabalhava para os outros, nós não tinha terra, meu pai cuidava da fazenda para os outros [...] nisso a gente começou a ver que era necessário lutar pela sociedade através daqueles cursos, através da igreja. Aí eu ingressei no Sindicato de Caarapó, me associei e comecei a participar da direção do sindicato e coube pra mim dentro da direção trabalhar a questão do assalariado, como eu vinha de uma origem de assalariado, então ficou pra mim esta parte, no qual eu trabalhei dois anos em Caarapó na época e participando do movimento a nível de CUT, FETAGRI porque nós éramos filiados a FETAGRI, ao sindicato, a CUT. (FARIA, Maria Eliane de Souza. 46 anos. Entrevista concedida no dia 01/11/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

O espaço da igreja foi também o caminho trilhado por Maria Eliane, para encontrar estratégias de construir uma vida mais digna. Proveniente de uma família de sete irmãos percebeu cedo as dificuldades da família, de produzir em terras alheias, migravam de um lugar para outro a procura de melhores condições de vida e trabalho. Como mencionou na narrativa acima, o pai estava sempre “trabalhando para os outros”, situação que a deixava

desconfortável e gerava instabilidade, por isso entre os cursos fornecidos pela igreja e pela CPT optou pelo sindicalismo. Na igreja começou a refletir sobre a origem de sua situação, marcada por desigualdades sociais, exploração e pobreza<sup>112</sup>. Aos poucos, foi adquirindo consciência crítica de sua condição social e passou a participar também de outros movimentos como a CUT<sup>113</sup> e a FETAGRI<sup>114</sup>.

Esses movimentos surgiram na década de 1980 como “porta-vozes” dos/as agricultores/as – reconhecidos como mediadores – no processo de luta pela terra. Na perspectiva de Neves a mediação:

[...] se faz presente num contexto onde a ordem instituída deve ser questionada. Onde o reconhecimento do direito de reivindicar a reordenação social, conforme interesses específicos, deve ser internalizado por aqueles antes encurralados em posições marginalizadas e liminares. Este exercício de mediação viabiliza o questionamento de determinadas formas de dominação econômica, política e simbólica [...]. (NEVES, s.d, p. 4 apud FARIAS, 2002, p. 42).

Destarte, os mediadores exercem um papel fundamental na gestação de lutas pela reforma agrária, sendo responsáveis pela organização da população pobre nas ações de ocupação e regularização da posse da terra. Ademais, como mostra Neves (s/d) o objetivo dos

---

<sup>112</sup> Pobreza é entendida aqui, na concepção de Martins (1997, p.18) como privação: “[...] privação de emprego, privação de meios para participar do mercado de consumo, privação de bem-estar, privação de direitos, privação de liberdade [...]”.

<sup>113</sup> A CUT foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo. No Estado de Mato Grosso do Sul, as atividades de ocupações de terra iniciaram em 1997. Está estruturada em dois níveis: 1) organização horizontal (CUTs estaduais); 2) organização vertical (sindicatos, federações e confederações). Agrega trabalhadores/as rurais e urbanos/as. A política da CUT baseia-se no documento chamado “Carta de Princípios”. Nesse documento estão dispostas orientações que os/as acampados/as devem seguir. Os acampamentos, por sua vez, são estruturados em comissões e/ou grupos de pessoas encarregados de promover reuniões sobre assuntos internos (problemas ocasionados dentro dos acampamentos) e externos (divulgação de notícias de seus interesses) aos acampamentos. No caso do Assentamento Sebastião Rosa da Paz (pertencente a CUT), notou-se a presença de apenas uma comissão e a efetivação de algumas orientações, pois nas entrevistas, homens e mulheres mencionaram que: o acampado deveria morar no acampamento; deveria também manter-se sindicalizado e em dia com o pagamento da taxa de contribuição. A desobediência dessas e de outras regras implicaria na advertência verbal e/ou expulsão do acampamento.

<sup>114</sup> A FETAGRI é uma entidade sindical filiada a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) fundada no ano de 1979, no Mato Grosso do Sul. Congrega trabalhadores/as rurais, agricultores/as familiares, assalariados na agropecuária. Seus objetivos estão voltados para os direitos trabalhistas, isto é, a formação sindical dos/as trabalhadores/as rurais. A política da FETAGRI difere da de outros movimentos sociais por duas razões: 1) não questiona a situação de expropriação dos trabalhadores/as; 2) as famílias inscritas na Federação permanecem em seus trabalhos até o momento da desapropriação das terras. Nas falas dos/as assentados/as do Guanabara (pertencente à FETAGRI) observou-se que algumas famílias não fizeram parte dos acampamentos.

mediadores consiste em conscientizar, potencializar o questionamento em relação às diversas formas de dominação, que provoca marginalização social.<sup>115</sup>

Foi no vaivém de participações nos movimentos sociais (CPT, CUT, FETAGRI) que Maria Eliane conheceu seu futuro esposo, também militante e, atualmente, coordenador da Federação da Agricultura Familiar (FAF/MS). “Foi nesses cursinhos aí com a CPT (risos). Nos encontros da Pastoral da Juventude [...], através da organização sindical em 1991 que conheci o Paulo, ele fazia parte tanto na organização da juventude em Amambai como fazia parte do sindicato”. (FARIA, Maria Eliane de Souza. 46 anos. Entrevista concedida no dia 01/11/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

Conforme entrevistas, Maria Eliane e Paulo viajavam muito, pois participavam dos encontros e cursos promovidos pelos “mediadores”. Situação que, segundo ela, gerou dificuldades para o prosseguimento nos estudos, tendo frequentado a escola até 5ª série. Contudo, a impossibilidade de avanço nos estudos não a impediu de levar adiante seus projetos de vida, que estavam baseados na construção de uma sociedade mais digna e na reivindicação pelo acesso a terra. Imbuída da ideologia pregada pelos movimentos sociais dos quais participava, em nenhum momento hesitou em desistir da luta porque acreditava que: “[...] através da organização nós podíamos chegar até a terra [...] através da terra podemos ter uma vida mais digna”. Reconhece a necessidade dos/as trabalhadores/as rurais se organizarem em prol de seus direitos. Nessa trajetória de atuações e participações, uma figura emerge em suas narrativas: o pai, constantemente lembrado, visto como exemplo e incentivador de seus sonhos.

Olha o meu pai desde quando eu me conheci como gente, ele era filiado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaguapitã, nós mudamos aqui para Mato Grosso do Sul, passado um tempo ele foi lá no Paraná buscar a transferência dele do sindicato. O dia que me chamaram para entrar na direção do sindicato, a primeira pessoa que eu falei foi pra ele, disse: - olha pai, eu fiz aqueles cursos de formação, achei importante, gostei e o pessoal me convidou para entrar na direção. Ele falou: - “eu acho que é caminho, e nós temos que nos organizar para conquistar alguma coisa. Você é nova, mas você tem que entender que é uma coisa muito séria, a organização, o sindicato”. Meu pai até hoje é filiado no sindicato, ele apoiou. Nós morávamos no sítio e eu falava: - pai tem uma reunião tal dia! ele levava na cidade, antes de eu entrar no sindicato, aí nós avisava: pai nós vamos chegar tal hora, podia ser 10 horas da noite, ele estava lá esperando, com a caminhonete, esperando nós para ir embora. Então, ele deu todo apoio para participar [...]. (FARIA, Maria Eliane

---

<sup>115</sup> Não pretendemos discutir os encaminhamentos quanto às orientações de cada movimento rural de Mato Grosso do Sul, nem mesmo as contradições/conflitos inerentes a cada um deles, mas a esse respeito ver: FARIAS, Marisa de Fátima. *Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra*. Araraquara. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2002.

de Souza. 46 anos. Entrevista concedida em 01/11/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

A filiação do pai no sindicato, o jeito de apreender o valor da organização sindical exerceram influências significativas na trajetória profissional de Maria Eliane. São lembranças vivas, presentes em sua memória de um tempo em que o pai não media esforços para apoiá-la e incentivá-la, representando um agente que contribuiu para sua inserção no sindicato (espaço público). No período de 1994 a 2001, quando morava na cidade de Amambai, não só participou do sindicato como esteve na presidência por duas vezes. Quando passou a residir no assentamento não parou com suas atividades, ingressou como coordenadora no Sindicato da Agricultura Familiar de Juti.

Entre as seis mulheres que entrevistamos duas fizeram parte dos quadros de sindicatos e/ou movimentos sociais e quatro delas fizeram parte de movimentos da Igreja Católica. Essas inserções propiciaram o fortalecimento de um “olhar crítico”, levando-as a refletirem sobre a condição de miséria e exploração a que foram submetidas e contribuindo para o seu processo de empoderamento.

### **3.2. Do acampamento ao assentamento**

*[...] eu sempre sonhava... embaixo da sombra, às vezes, tomando um café, olhando a lavoura: ah! a gente falava se conseguisse um pedacinho de terra pra nós, ah! mas é difícil a gente pensava aonde que nós vamos arrumar dinheiro pra comprar uma terra, é tão caro lá em Mundo Novo. Daí a gente sonhava, sonha não era impossível, não era proibido, nós sonhava com nosso pedacinho de terra.*

*Clarice do Amaral*

O ingresso das mulheres no movimento de luta pela terra foi movido pelo projeto do “sonho de conquistar um pedacinho de terra”. Nas entrevistas, narraram que se mantinham “alertas” em relação às ocupações de terras. Juntamente com o companheiro, e por vezes filhos/as, efetuaram inscrição no movimento de luta pela terra, tomando conhecimento dos locais de acampamentos através de amigos, conhecidos e/ou pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais ao qual estavam filiadas. A única das mulheres entrevistadas que se inscreveu nas reivindicações de terra, sem o apoio do esposo, foi Maria das Graças. No relato abaixo, ela nos conta em detalhes como se deu sua história no processo de luta pela terra:

*[...] Seu Zé (líder do acampamento) pergunta a Dona Maria: “Dona Maria, a senhora ajuda tanto nós porque que a senhora não faz sua inscrição aqui com nós, quem sabe*

a senhora ganha um lote”. Dona Maria responde: - mas seu Zé eu tenho medo dessas coisas, nós somos funcionário, somos de confiança, vai fazer quase 15 anos trabalhando com o patrão. Seu Zé: “Mas patrão só quer a gente quando tá novo trabalhando e um dia a senhora vai ficar velha, mais o seu esposo e aí onde vocês vão parar?” Dona Maria responde: - vamos ve, eu vou conversar com meu esposo, depois a gente ve. Eu tinha vontade, mas tinha medo. Esposo de Dona Maria falou: “- ah, não vou mexe com isso não, larga isso pra lá, depois o patrão fica sabendo, manda a gente embora e perde o serviço e aí?” Dona Maria: - a gente começa trabalhando no que é da gente [...] eu sempre com aquela vontade de ter o que é meu [...] Eu passei e o Seu Zé falou assim: “- faz toda a xerox dos seus documentos e traz pra mim.” Dona Maria: E assim eu fiz trouxe os documentos, deixei lá e ainda serviu de briga em casa porque não queria de jeito nenhum. Aí no dia do sorteio chamou todo mundo porque era 98 lotes, aí nada, dancei né? e no último ele (Seu Zé) falou assim: “ - aqui na nossa cumbuca tem uma surpresa, puxou o número, tava o meu nome, o número 98, daí ele foi lá na cozinha, eu tava lavando a louça lá, Dona Maria! a senhora foi sorteada vai se proprietária do lote 98”. Dona Maria: Eu não acredito aquilo me deu uma tremedeira nas pernas, eu não sabia se eu tava feliz, se eu tava com medo, eu não sabia o que ia acontecer agora. Agora é tudo ou nada, de uma maneira ou de outra esse patrão vai ter que sabe, que até aí nós não tinha comentado nada. Aí eu cheguei em casa, toda feliz, faceira, falei pra ele: agora nós temos nosso pedacinho de chão, você vai ou você vai ficar? Aí ele olhou pra mim e falou assim (esposo): “- agora que eu quero ve!”. Dona Maria: eu falei seja “O que Deus quiser!” Eu entrei através do Seu Zé do Amaral, foi ele que me levou pra dentro do assentamento. Eu agradeço a ele hoje porque foi muito bom pra mim, nossa! (SANTOS, Maria das Graças França dos. Entrevista concedida no dia 13/12/2009. Assentamento Guanabara)

Maria e o esposo trabalharam por muitos anos em fazendas, migrando de um lugar para outro, mas no município de Amambai, permaneceram por aproximadamente 15 anos trabalhando na Fazenda Vera Cruz e próximo a fazenda, por volta do ano 2000, instalou-se um acampamento. O primeiro contato de Maria com o pessoal do acampamento se deu através de uma relação de vizinhança, isto é, os/as acampados/as solicitaram a ela e ao esposo, que era administrador da fazenda, autorização para a retirada de água da fazenda. A partir de então, Maria presenciou as necessidades dos acampados e passou a ajudá-los dentro de suas possibilidades. Através desses contatos conheceu o líder do acampamento, na época Zé do Amaral, que reconheceu sua ajuda e lhe convidou para fazer parte do movimento, mas para isso era necessário a realização de sua inscrição no acampamento. Mesmo contra a opinião do marido decidiu inscrever-se, superando as incertezas e o medo que possuía de perder o emprego. O marido, com receio de perder o trabalho, num primeiro momento, não a apoiou. A vontade de Maria de ter “um pedacinho de chão”, naquele momento, prevaleceu. Enfrentou o medo e o marido em busca do sonho de trabalhar “no que é seu”, pois sabia que esse era o caminho, a oportunidade de concretizar o sonho da terra própria. A aquisição da terra, para ela, não significava apenas o direito de obter propriedade, mas o direito de ter um lugar para morar, trabalhar e sobreviver com dignidade – consistia no enraizamento com a terra. A busca

pela terra era o projeto de todas as mulheres que entrevistamos, e para isso elas mantinham-se alertas quanto aos locais de acampamentos. Em sua trajetória, Clarice nos revelou que o esposo já estava desanimado de tanto participar das invasões de terra e de não obter nenhum resultado.

[...] Ficamos sempre de alerta quando tinha acampamento, que meu marido já estava cansado de invasão de terra por aí afora [...] o pessoal falava: vamos invadi! Vamos lá nessa tal fazenda, que às vezes vai dar certo, eles se organizavam e iam pra tenta um pedacinho de terra, chegava lá, a polícia tirava, não dava certo, voltava [...]. Daí depois é que teve essa ideia do povo de Mundo Novo... acho que tinha um homem que sabia onde é que tinha gente acampado e entrou em contato com o seu Zé do Amaral, chefe do acampamento [...] daí a última tentativa que nós vamos fazer de tentar ganhar a terra [...]. (AMARAL, Clarice do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 14/11/2009. Assentamento Guanabara)

No caminho trilhado, Clarice expôs suas dificuldades na “perambulação” do marido de um acampamento a outro, tendo de enfrentar a repressão da polícia<sup>116</sup> que os despejava dos locais de acampamentos.

A trajetória de Oliveti e Adolfo (esposo) no processo de luta pela terra também seguiu a mesma lógica. Adolfo já estava vivendo no acampamento em Itahum, município de Dourados/MS, fazia três anos. Oliveti conta que na época em que saiu a terra no município de Amambai trabalhava de faxineira em Dourados e teve que sair do serviço fugida:

Eu trabalhava de faxineira naquela época. Faxinava na casa de um, na casa de outro, na cidade de Dourados. E ele estava em Itahum, aí a patroa chegou no dia e ela disse que eu não podia sair. Aí quando foi quatro horas da manhã, a hora que ela abriu a porta, eu saí caladinha. Quando ela percebeu, cadê que volta! Foi no dia 24 chegando o dia 25, o dia 26 ficamos em Dourados. Aí dia 27 nós viemos para cá. Aí que nós ganhamos a terra, dia 27 de abril. Aí quando foi 30 de junho nós mudamos definitivo para o assentamento. (ALVES, Oliveti Jorge. 55 anos. Entrevista concedida no dia 01/11/2009. Assentamento Guanabara).

Observamos a “artimanha” de Oliveti diante da autoridade da “patroa”, que não a impediu de prosseguir seu caminho. Lembra com exatidão o procedimento da fuga, desde o horário e o dia em que deixou o emprego, lembranças que marcaram sua memória, pois estavam relacionadas à liberdade, a autonomia de não mais precisar obedecer às ordens da patroa, aliadas a oportunidade de viver novamente no campo, na sua terra.

---

<sup>116</sup> Para Farias (2006, p. 140) o Estado faz uso do aparato legal da violência e repressão por meio da Polícia Militar, constituindo-se em uma estratégia com vistas a desmobilizar os grupos acampados, pois gera medo e pânico nas pessoas.

A relação patrão/a/empregado/a, na concepção de Perrot (2005), deve ser entendida pelas relações de poder/sexo/classe, porque “são mulheres governadas por outras mulheres” (2005, p. 275), o que impõe hierarquias, onde as mulheres da classe alta e média delegam seus poderes sobre outras mulheres, da classe pobre. No entanto, as mulheres da classe pobre, em determinados contextos e situações elaboram práticas de resistência. No caso de Oliveti, a fuga. Por outro lado, como demonstra Matos (2002, p. 171), medo, respeito, harmonia, conflitos, formas de exploração fazem parte das relações patrão/empregado/a. Há, portanto, uma complexidade nas relações de trabalho que dependem do contexto social, dos tipos de patrões e empregados/as. A situação vivida por Maria das Graças, mencionada anteriormente, em que ela e o esposo permaneceram por quase 15 anos trabalhando em uma fazenda mostra também um pouco dessa relação, que envolvia respeito pelo patrão, pautado no medo, mesmo que da instabilidade social que produzia as bases para a subjugação ao patrão. Por isso, *a priori* manifestou-se a resistência por parte do marido de Maria, em aceitar/ingressar no movimento de luta pela terra.

Sobre a época do acampamento verificamos que as mulheres cooperadas não chegaram a acampar<sup>117</sup>. Entretanto, suas narrativas demonstraram que frequentaram os acampamentos nos momentos de reuniões e/ou para darem suporte aos companheiros que lá estavam no que se refere a levarem roupas e alimentos para eles. Clarice expôs que não chegou a acampar devido os filhos pequenos e que precisava ficar na chácara para dar “cobertura” ao marido e a família:

Não, não pude acampar porque eu tinha as crianças pequenas [...] Na época meu marido veio e eu fiquei lá dando a cobertura, porque a chácara era pequena, mas tinha que tirá leite, entregar na rua. Daí quando ele vinha pra cá, era eu que ficava fazendo isso [...] não era só isso que eu fazia, não era só o trabalho do leite, eu tinha que trata dessas vacas, tinha que corta cana [...] um ano e pouquinho que ele ficou ali no acampamento, eu vim acho que umas duas ou três vezes, não fiquei morando, mas vim, não podia vim também pra morar porque eu falava: como que nós vamos pra lá, nós todos da família vive de uma cesta básica só? daí ele ficava aqui, então ele ganhava a cesta e eu ficava lá defendendo o pão-nosso de cada dia, lá em Mundo Novo [...] ainda lavava roupa pra 3 ou 2 soldados e pra minha filha pra ganha um pouquinho mais né, pra mantê. (Entrevista concedida no dia 14/11/2009. Assentamento Guanabara)

---

<sup>117</sup> Diferentemente de outras mulheres, como: Vera Lúcia, Dona Maria, Jandira, entre outras que viveram o cotidiano dos acampamentos. Nos acampamentos, essas mulheres assumiram diversas funções desde a organização doméstica, o cuidado com as crianças, principalmente em relação ao horário de escola até a coordenação, participando como líderes de comissões e da tesouraria.

Elas não participaram no dia-a-dia do movimento dos acampamentos, mas participaram ativamente dos acampamentos porque foram prover o sustento da família fora dele e mesmo para o homem que lá estava. Era preciso cuidar de filhos, prover as necessidades com a educação, alimentos para todos, inclusive do homem que no acampamento estava, como nos mostra Leila, que acrescenta o cuidado, sempre inerente as mulheres, e no caso dela era com o sogro, que na época estava doente, conforme relata:

Eu não fiquei acampada quem ficava era o meu marido [...] eu só vinha para cá quando tinha reunião e nessa época meu sogro tinha sofrido um derrame e era eu que cuidava, pra mim saí era..., eu tinha a Larissa que era bebê de colo, então não era fácil pra mim vim pra cá e trazer eles pequenos e fica em barraco e sem água às vezes. Eu vinha ficava três, quatro dias às vezes e ia embora [...] na época eu era costureira também, então tinha muito serviço, as crianças pequenas e o meu sogro pra cuidar e tinha que ter uma renda também porque ele ficava aqui, pra vim você gastava, gastava pra í, quando vinha pra cá tinha que trazer uma compra, tinha uma cesta [...] as coisas da cesta era só arroz, feijão, essas coisas assim... e quando eu vinha eu trazia muito pão, coisas mais fáceis de fazer por que ele tava sozinho. Então acabava de ter que comprar outras coisas pra trazer pra ele: carne, linguiça e aí tinha as coisas de casa, água, luz, telefone mais umas coisas que tinha que pagar. (DORCE, Leila. 40 anos. Entrevista concedida no dia 26/11/2009. Assentamento Guanabara)

Leila permaneceu na cidade enquanto o marido estava acampado. Ela trabalhava como costureira, sendo a provedora da família. Fornecia assistência ao sogro que estava doente e “cuidava” dos filhos e ainda tinha a preocupação com a alimentação do marido. Então, Leila ia ao acampamento para levar produtos que não continham na cesta básica, principalmente carne. Segundo essas mulheres, foi uma época muito difícil, pois tinham que arcar com o sustento do marido no acampamento e da família, além de cobrir outras despesas como: água, luz e telefone. No entanto, isso não representa dizer que seus maridos viviam às suas custas pelo fato de não executarem determinados tipos de trabalhos, mas enquanto acampados conseguiam empregos de forma esporádica, em atividades sazonais como de diaristas nas fazendas próximas ao local dos acampamentos, o que inviabilizava recursos suficientes e/ou contínuos para prover o sustento. No acampamento não podiam se ausentar dele por longos períodos, o que consistia em uma regra dos movimentos sociais que organizavam o acampamento, devido ao estabelecimento de horários para entrada e saída, assim, os trabalhos tornavam-se escassos e os recursos deles advindo, como assevera Clarice: “quando aparecia alguma diária ele trabalhava”.

Maria Eliane também não chegou a acampar em virtude de seu comprometimento profissional, na época exercia o cargo de presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de

Amambai, deixando aquele cargo no momento em que a terra estava próxima a ser dividida e formalizada a entrega dos lotes para as famílias. Todavia, ela e o esposo, que era líder da CUT na época, não deixaram de participar e promover reuniões no acampamento.

Assim, nas trajetórias das mulheres se percebem processos distintos de participação coletiva e em períodos também distintos: a época dos acampamentos e assentamentos. Elas estiveram presentes nos acampamentos, mesmo estando fisicamente ausentes, presença que se completou quando do assentamento nos lotes, processo que nos leva a refletir e analisar os percursos trilhados por elas no interior dos assentamentos.

### **3.3. Vidas e percursos trilhados nos assentamentos**

A chegada aos assentamentos não significou sossego para as mulheres, pelo contrário, novas adversidades foram surgindo no seu dia-a-dia. Os primeiros anos de moradia nos assentamentos foram marcados pela presença de antigas e novas dificuldades, conforme visto no Capítulo I. A chegada na terra implicou uma nova fase na vida das mulheres: a luta pela permanência/sobrevivência nos lotes conquistados, conforme aponta Maria das Graças:

Difícil. Naquele momento da empolgação eu tava feliz que era meu, o meu cantinho, o meu lugar, ninguém me tirava, ninguém me tomava, mas aí no decorrer da coisa, a coisa foi... eram muito difíceis [...] meu esposo tinha que trabalhar e eu fica aqui cuidando sozinha. Ele saía e ia trabalha de diarista. (Entrevista concedida no dia 13/12/2009. Assentamento Guanabara)

A aquisição do lote, em primeiro lugar, trouxe felicidade para Maria das Graças, pois a terra é concebida como um lugar de moradia e trabalho, “um lugar tido como seu”. Nas reflexões de Menegat: “[...] o lote de terra aparece, para os expropriados do processo agrícola brasileiro, como elemento que possibilita novamente sua ligação com a terra [...]” (2009, p. 74). É a possibilidade de enraizamento na terra, da reconstrução de um novo modo de vida. Por outro lado, viver nos “novos lugares” tornou-se um desafio. As mulheres tiveram que enfrentar situações difíceis, como as péssimas condições de infra-estrutura em que havia falta de água, luz, estradas, transporte, de atendimento a saúde e educação. Somada a essa situação, as dificuldades em produzir no lote a própria subsistência, uma vez que as mulheres, assim como as demais famílias não possuíam recursos financeiros para investir. A “saída” encontrada para superar essas dificuldades foi o trabalho fora do lote. Enquanto os homens permaneciam fora, as mulheres se encarregavam dos serviços da casa e do lote.

Leila expôs em detalhes as dificuldades do primeiro ano de assentamento, ligadas a falta de água, estrada e transporte:

[...] na época não tinha estrada [...] não dava pra trazer nada pra cá porque não tinha como chegar aqui, não tinha acesso [...] teve que trazer um rapaz pra fazer o poço porque não tinha água [...] Na época, nesse grupo aqui, nós fomos os primeiros a fazer o poço, então por muito tempo a gente cedia água pra quase toda a vizinhança aqui. (Entrevista concedida no dia 14/11/2009. Assentamento Guanabara)

Nesta história, lembrada por Leila, percebe-se a continuação dos laços de solidariedade criados no período de acampamento e que se estenderam aos primeiros anos dos assentamentos. Devido a essas dificuldades, Leila revelou que algumas famílias preferiram permanecer por mais tempo nos locais de acampamento em seus barracos, enquanto outras famílias se arriscaram a retirar os barracos do acampamento e levar para o local do sítio, mas segundo ela, sofreram muito, principalmente pela falta de água. Algumas famílias levaram o barraco para o sítio do vizinho, que fazia divisa com o lote conquistado e no qual havia água potável que permitia a família resolver, mesmo que provisoriamente o problema de abastecimento e criar melhores condições de trabalhos nos lotes. Leila relatou que foi uma das últimas a desmanchar o barraco:

[...] desmanchamos o barraco de lá quando tinha água aqui [...] como que você fica num local sem água? Nós fomos os últimos a tirar o barraco de lá [...] também não tinha acesso não dava pra chegar no lote nem de carroça [...] Outras se mudaram para o sítio do vizinho fez barraco no sítio do vizinho que o vizinho tinha água até arruma o dele. (Entrevista concedida no dia 26/11/2009. Assentamento Guanabara)

Notamos a reprodução das relações de vizinhança, uma vez que nesse momento a ajuda mútua tornava-se medida necessária para superar tais adversidades. Nas conversas que tivemos com as mulheres e os homens assentados, obtivemos informações de que nessa primeira fase de instalação dos assentamentos, eles/elas se mantiveram engajados na luta por melhores condições de vida reivindicando das autoridades locais e regionais os direitos a uma infra-estrutura mínima que lhes permitisse viver humanamente. Outras famílias, como vimos, criaram um “modo provisório” de permanecer nos locais de assentamentos instalando o barraco no sítio do vizinho para enfrentar a falta de água. Todavia, tais laços de solidariedade no “futuro” foram sendo dissolvidos, conforme assevera Menegat, quando expõe a realidade do assentamento Taquaral:

No momento do acampamento, a luta é uma só – a conquista da terra –, daí estarem na condição de *iguais*, que é ultrapassada no assentamento definitivo, quando

afloram as diferenças, e a necessidade de os indivíduos trabalharem os lotes, o que faz com que se isolem, cada qual em seu pedaço de terra, abandonando a luta coletiva e a organização que mantinham até então [...] Associado a isso, há todo um processo de mudanças no novo lugar, provocado pelo próprio Estado, quando organiza os assentamentos objetivando respostas econômicas. (MENEGAT, 2009, p. 89).

Partindo desta reflexão é que buscamos apreender os espaços dos assentamentos na perspectiva de Lefebvre (1976), como um espaço vivido em que as relações entre os indivíduos e dos indivíduos com os mediadores são construídas e desconstruídas – o espaço nessa concepção é dinâmico e político – ora engendra a formação/articulação de grupos, ora desconstrói tais relações. Podemos evidenciar esse processo no Assentamento Sebastião Rosa da Paz, na história do grupo coletivo, como apresentado no Capítulo I, uma vez que o Estado e os movimentos sociais promoveram a construção de princípios coletivos e depois os desconstruíram.

Como exemplo de construção de novas relações e de formação de grupos nesses espaços tem-se o Grupo de Mulheres, da Farinheira e da Cooperativa. Nesses grupos sobressai a presença das mulheres, como visto no segundo capítulo, que em sua maioria retomam antigas atuações, cunhadas no interior da Igreja Católica, Sindicatos e Movimentos Sociais, agora, na prática cotidiana dos assentamentos, mediada por um projeto coletivo, que é o de abrir novas e múltiplas frentes de atuação. Novas porque ao ocuparem espaços de atuação na Cooperativa, como dirigentes e/ou cooperadas, reavivam a visibilidade das mulheres em termos de atuação nos assentamentos, tão expressiva no momento de luta pela terra. Novas frentes também porque estão construindo alternativas de organização produtiva e de vida para elas e suas famílias, criando condições outras de enraizamento nos lotes, com atividades que orientam para além daquelas tradicionais da produção nos pequenos lotes, até então organizadas em torno do cultivo da terra e da criação de animais. Com o trabalho em cooperativa as mulheres desempenham várias atividades: desde aquelas voltadas a produção/transformação/comercialização do que produzem, seja na fabricação de produtos diversos, decorrentes da utilização do leite, produzindo derivados, produção de artigos de artesanato e outras atividades, bem como atuam e recebem formação política/cooperada que o trabalho em cooperativas requer, além de participação e viabilização de palestras/treinamentos em saúde, especialmente os referentes às mulheres.

Nos encaminhamentos da Cooperativa, desde a sua formação, é preciso destacar a atuação de representantes da Igreja Católica, como liderança que movimento a mulherada, no

exemplo da Irmã Lucinda que foi e ainda é a grande incentivadora da organização das mulheres cooperadas. Ela foi a mentora da organização do grupo, desde seu início (época ainda do acampamento), e deu continuidade ao seu trabalho no pós-assentamento, principalmente na formação do Grupo de Mulheres, reunindo a mulherada e levando ensinamentos/informações que pudessem ajudá-las em seu cotidiano. Dessa forma, podemos perceber na narrativa da trajetória das mulheres entrevistadas, bem como da presença de representantes da Igreja na organização atual da Cooperativa, que os encaminhamentos para a organização coletiva ocorrem partindo de referências vividas como as apresentadas pelas mulheres desse estudo (participação na Igreja Católica, movimentos sociais e sindicato).<sup>118</sup>

Conforme exposto, as mulheres pesquisadas, assim como a maioria das famílias enfrentaram situações difíceis na primeira fase de instalação dos assentamentos. Inicialmente suas atividades se restringiram ao espaço privado, conforme relatam: “[...] eu cuidava da casa, dos filhos, do gado, da horta, do quintal, aí começamos a plantar [...] criar galinha, porco”. Posteriormente, elas foram se conhecendo, estabelecendo contatos e diálogos mais frequentes, principalmente através do Grupo de Mulheres, espaço que possibilitou a criação e mesmo, como dizemos anteriormente, a recriação de novas formas de viver nos assentamentos, muitas delas mediadas pelas experiências anteriores que as mulheres haviam vivenciado/assumido, quando participavam como agentes de pastorais na Igreja Católica, e/ou com sindicatos e movimentos sociais.

Nesse contexto, vale a pena narrar um pouco sobre a história de como essas mulheres se conheceram. A maioria delas se conheceu no acampamento quando das reuniões e no pós-assentamento quando organizaram reuniões do Grupo de Mulheres<sup>119</sup>. Algumas, como foi o caso de Maria Eliane e Zoraide, encontraram-se em um período bem anterior, nos encontros promovidos pela Igreja Católica. Já Leila e Clarice se conheceram na época do acampamento, na cidade de Mundo Novo/MS, na seguinte situação:

[...] o marido dela ficava aqui no barraco e o meu marido também [...] Daí ela entregava leite e passava às vezes lá em casa pra saber notícias do marido [...] ou era pra manda dinheiro, roupa, foi assim que eu conheci ela. (DORCE, Leila. 40 anos. Entrevista concedida no dia 25/11/2009. Assentamento Guanabara)

---

<sup>118</sup> Com base nos resultados obtidos, sobre as experiências vividas, podemos destacar a do “Coletivo” no Assentamento Sebastião Rosa da Paz que se configura em um elemento importante para se pensar a constituição da Cooperativa, uma vez que o Coletivo se constituía, a princípio em uma organização comunitária, e alguns de seus/as integrantes são também hoje participantes da Cooperativa. Assim, o princípio de coletividade presente no Coletivo pode ter fornecido a base para a formação de um novo grupo, como o da Cooperativa existente hoje nos assentamentos.

<sup>119</sup> No Capítulo II, mostramos como se deu a formação desse grupo.

A fala de Leila indica o início de uma nova relação, pautada na troca de favores, na ajuda mútua, relação estabelecida entre as mulheres nos acampamentos, assentamentos ou fora deles, fato que marcou uma nova fase em suas vidas: repleta de lutas, desafios, sonhos (projetos de vida), esperança, encantamentos e desencantamentos. Vê-se que a participação no Grupo de Mulheres foi o alicerce que propiciou um novo recomeço para elas nos assentamentos, espaço de partilhar dos mesmos problemas, e do iniciar da organização do grupo, numa tentativa de viabilizarem outros rumos as suas vidas, ligados a melhoria da qualidade de vida. Essa articulação/união das mulheres pode ser compreendida sob dois aspectos: 1) como reação frente às dificuldades que estavam vivendo nos “novos espaços”, conforme exposto no Capítulo II; 2) como luta em defesa de um espaço para a vida, que ultrapassasse o âmbito doméstico por meio do exercício de uma práxis (ação/participação) na comunidade onde vivem. Mesmo antes da reunião delas na cooperativa, participavam ativamente da vida nos assentamentos, se envolviam em questões relacionadas às comunidades, como nos exemplos da construção da sede da Igreja Católica e da ampliação das casas de cada família.

A respeito da construção da sede da igreja, Clarice revelou que foi incentivada pela Irmã Lucinda que na época, no ano de 2002, solicitou para que assumisse, juntamente com Oliveti, a coordenação dos trabalhos da edificação que abrigaria a igreja:

[...] daí então ela começou a incentivar [...] a Tigre tinha doado tijolo e pedra para começa a fazer a igreja nossa ali [...] daí a irmã acho que viu um pouco mais de persistência em mim e na Oliveti e falou: é você Clarice! Tenta aí como coordenadora, você e a Oliveti [...]. (AMARAL, Clarice do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 14/11/2009. Assentamento Guanabara)

A construção da sede da igreja era vista pela comunidade católica do assentamento como uma necessidade, já que as celebrações importantes, como missas, batismos e primeira eucaristia aconteciam em um barraco de lona, conforme mostra a fotografia de número 21.



FOTO 21: Primeira Eucaristia de Wilson no “barraco” da igreja (ano de 2002)  
Assentamento Guanabara – Acervo particular

A fotografia mostra a Primeira Eucaristia<sup>120</sup> de Wilson (filho de Oliveti e Adolfo), na qual se vê a presença de Clarice, professora de catequese de Wilson (à esquerda, de vestido preto com detalhe branco), ao seu lado Irmã Gertrudes, Wilson, Padre Roberto do município de Caarapó e Adolfo Henrique (pai de Wilson). A celebração foi realizada em um “barraco”, que servia, nos primeiros anos do assentamento, como sede da Igreja Católica. Era simples, como se pode ver, construído com lona e provavelmente madeira do próprio assentamento. Nele estavam dispostos todos os objetos e imagens que constituem uma igreja, dentre elas: altar, imagens, como a de Nossa Senhora Aparecida e Jesus Cristo crucificado, objetos litúrgicos (para a celebração da missa), como o cibório (recipiente em que estão contidos as hóstias), o cálice usado para o vinho e o livro litúrgico, a cruz pregada, símbolo usado pelas igrejas. A sede era de estrutura simples, que trazia, conforme Clarice, dificuldades para celebrar a missa: “[...] a gente tinha construído um barraquinho com folha de coqueiro pra gente celebra a missa [...] dava aquela ventania cobria de poeira sabe lá [...]”. (AMARAL, Clarice do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 14/11/2009. Assentamento Guanabara).

---

<sup>120</sup> A Primeira Eucaristia ou primeira comunhão é uma celebração, uma cerimônia religiosa da Igreja Católica, onde a criança recebe pela primeira vez o Corpo e Sangue de Cristo, sob a forma de pão e vinho; a hóstia é o elemento principal da cerimônia pois representa Cristo. A Primeira Comunhão também é conhecida como Primeira Eucaristia, e para receber a Primeira Comunhão é necessário que a criança/adolescente aprenda o fundamento da Igreja Católica. Através das catequistas, no Catecismo (Cursinho preparatório para Crianças) a criança/adolescente aprenderá os 10 mandamentos, os 7 sacramentos da Igreja, e também conhecerá a vida de Jesus. É uma cerimônia importante tanto quanto é o batizado. Informações retiradas do site: <<http://www.portalis.co.pt/primeira-comunhao/>>. Acesso em 09/04/2010 às 18h 50min.

Para melhorar as condições do barraco que servia de igreja, as mulheres fizeram algumas adaptações e, assim continham a possível ventania e poeira, como podemos observar na imagem acima do altar, em que a vela para permanecer acesa foi colocada dentro de um recipiente de garrafa pet; da mesma forma a toalha da mesa para não levantar com o vento, foi presa com prendedores de roupas. Assim, houve empenho por parte da comunidade, especialmente das mulheres, que eram as que atendiam mais de perto os momentos religiosos, para que se efetivasse a construção de uma sede da igreja com melhor estrutura. Sobre a religiosidade das mulheres assentadas, Menegat argumenta que:

[...] são as mulheres aquelas que criam condições para que a religiosidade esteja presente, muitas vezes, responsáveis pela organização dos múltiplos aspectos que a consagram nos assentamentos, desde a organização dos lugares de oração, sendo as que mais comparecem as missas/cultos e as que assumem a responsabilidade de cultivá-la no ambiente familiar, repassando-a para os filhos/as. (MENEGAT, 2009, p. 01)

Da mesma forma que nos estudos de Menegat, as mulheres de nossa pesquisa também são as responsáveis pela organização dos lugares de oração. Assim, partindo de referências religiosas se empenharam na construção da igreja. No entanto, a construção da igreja foi um trabalho que exigiu delas (Clarice e Oliveti) dedicação, força de vontade e coragem, pois havia desentendimentos entre os/as assentados/as com relação ao local de sua instalação. Para solucionar este problema, a igreja foi construída no meio do Assentamento Guanabara.

Ver a igreja construída era um sonho partilhado principalmente entre as mulheres. Na fala de Oliveti podemos denotar tal aspecto, ao lembrar essa época, deixa aflorar um sentimento de orgulho, percebido em sua voz, no olhar e nos gestos. Há uma entonação de voz, as mãos não param de gesticular de um lado a outro, o brilho do olhar é intensificado a cada palavra falada, que ao mesmo tempo pareceu sentida, especialmente no momento que pronunciou: “a raiz fomos nós”. Sua fala demonstra a luta que tiveram para construir a igreja, por isso no ato de rememorar ela não consegue esconder seus sentimentos. “Nós montamos a igreja. Aquela igreja fui eu e a Clarice que corremos atrás do material [...] Eu e a Clarice, a raiz fomos nós”. (ALVES, Oliveti Jorge. 55 anos. Entrevista concedida no dia 01/11/2009. Assentamento Guanabara)

Nesse processo de construção da igreja, as mulheres contaram com a ajuda da comunidade católica que se mobilizou através de um mutirão para erguê-la. Após a edificação concluída, as mulheres se preocuparam com o acabamento, mas não havia verba para

concretizar a obra. Então, elas decidiram fazer promoções/eventos, como “galinhada” e almoço com churrasco a fim de arrecadar fundos para o término da obra. A igreja recebeu o nome de Capela Nossa Senhora Aparecida, apresentada nas imagens a seguir:



FOTO 22: Capela Nossa Senhora Aparecida Assentamento Guanabara. Fotografia retirada pela pesquisadora em 11/10/2009 – Acervo da pesquisadora



FOTO 23: Missa realizada na Capela Nossa Senhora Aparecida – Assentamento Guanabara Fotografia retirada pela pesquisadora em 11/10/2009 – Acervo da pesquisadora

Todavia, para concluir a edificação as mulheres deram continuidade às práticas de festividades, como na festa do dia 11 de outubro, para a comemoração do dia de Nossa Senhora Aparecida. Foi feito um almoço com churrasco para arrecadar mais fundos para investirem na igreja, conforme imagens abaixo e lá estavam as mulheres, especialmente no preparo dos alimentos:



FOTO 24: Participação das mulheres cooperadas na Festa de Nossa Senhora Aparecida Assentamento Guanabara – Fotografia retirada pela pesquisadora em 11/10/2009 – Acervo da pesquisadora



FOTO 25: Festa de Nossa Senhora Aparecida Assentamento Guanabara – Fotografia retirada pela pesquisadora em 11/10/2009 – Acervo da pesquisadora

Sempre as mulheres como aquelas que tomam a frente para manterem viva a crença religiosa. Nas fotos aparecem Clarice, Zoraide e Maria das Graças, juntamente com outras assentadas reunidas em meio a uma cozinha improvisada, ao lado da igreja, para o preparo dos alimentos para serem servidos durante os festejos religiosos. Ao lado da cozinha, ao “ar livre”, os homens improvisaram uma churrasqueira de tijolos e utilizaram “espetos de pau” para assar a carne. Nesse momento, como demonstra Menegat (2009), há uma hierarquia de poder na comunidade por meio da divisão de tarefas:

[...] a eles é destinada a responsabilidade da limpeza dos arredores da igreja, do campo de futebol, da cancha de bochas e na providência do gado para abate e venda da carne assada nos dias dos festejos. São responsáveis também pelo armazenamento e venda das bebidas. As mulheres são as responsáveis por outras atividades: cuidar da limpeza do interior da igreja, da fabricação de bolachas, de bolos, de pães, da feitura de saladas, da organização dos cânticos religiosos, do encaminhamento do culto e ou da missa e do auxílio ao padre ou pastor, Podem, ainda, assumir o setor de venda de fichas aos participantes que desejam adquirir comidas e bebidas nos dias dos festejos, porém, não podem servir bebida ou assar a carne porque a crença aponta para o insucesso no tempero. Essas diferenças demonstram que existe trabalho de homem e de mulher nas relações entre as pessoas do assentamento e que são fortalecidas em diversos momentos. (MENEGAT, 2009, p. 05)

Conforme aponta Menegat, na organização das festas religiosas há diferenças na distribuição de tarefas e dos espaços, o que se configura em relações desiguais. Na Festa de Nossa Senhora Aparecida, as mulheres se encarregaram da cozinha e os homens do churrasco, uma vez que assar carne parece uma tarefa tipicamente masculina, aonde eles detêm “o sucesso do tempero”. É a divisão de tarefas que segue uma hierarquia histórica e que é referendada pela Igreja Católica.

Todavia, a Festa de Nossa Senhora Aparecida, além de ser uma festa religiosa, representa momentos de lazer, de trabalho prazeroso, para aqueles/as que se empenham em seu preparo, de orações, de agradecimentos pelas bênçãos recebidas, de alegria e descontração, pois reúne homens, mulheres, jovens e crianças dos dois assentamentos. Assim, como demonstra Menegat (2009), é um espaço de socialização, de convivência social, onde as pessoas aproveitam para conversar, trocar ideias, rir e brincar – ponto de encontro e reunião dos/as assentados/as. Os encontros religiosos trazem diversos sentidos, que ultrapassam a dimensão religiosa porque representam também momentos de lazer, de encontros entre as famílias e oportunidades de partilha de diálogos. Por isso Menegat (2009), define a religiosidade presente nos assentamentos como uma “sociabilidade religiosa”, ou seja, a

sociabilidade tendo como guia a religiosidade. Essa realidade também a percebemos nos assentamentos que estudamos, já que nos festejos religiosos, que reúnem maior número de famílias assentadas, tem-se a presença do padre, das irmãs e, especialmente, de lideranças locais, como os/as representantes das associações de moradores de ambos os assentamentos e dos municípios próximos. Podemos dizer que a religiosidade em nosso estudo, foi e ainda o é, o maior elo de projeção das mulheres para outros espaços, além daquele assumido nos lotes e/ou casas. A inserção em atividades outras que não da casa e do sítio iniciaram pela atuação na igreja e se estenderam a outros espaços, como o da Cooperativa.

Assim, atualmente, a participação das mulheres não se restringe a igreja, mas percebemos que a igreja é o marco inicial para construção de atuações outras que trazem o sentido da visibilidade, como no caso de suas presenças na organização do mutirão destinado a ampliação das residências das famílias assentadas, especialmente no juntar forças para reivindicar liberação de recursos financeiros, na agência bancária da Caixa Econômica Federal. No Assentamento Sebastião Rosa da Paz, a organização do projeto de habitação ficou sob a responsabilidade de Maria Eliane e seu esposo, Paulo César. No Guanabara, Leila e o esposo Aparecido foram os responsáveis por assumirem o trabalho, contando com auxílio de Maria das Graças:

[...] nas questões da casa, quando a gente começou a tocar os projetos de habitação que é eu e o meu marido que coordena aqui, nós tivemos um monte de problema, de dificuldades e eu ligava pra ela: Dona Maria eu preciso disso! aí ela largava as coisas dela e vinha aqui pra casa, ficava aqui, recebia as pessoas aqui, que era muita reunião, todo mundo tava correndo em busca da ampliação das casas, ela me ajudou muito. (DORCE, Leila. 40 anos. Entrevista concedida no dia 14/11/2009. Assentamento Guanabara)

As trocas do que chamam de “ajuda” têm sido característico em ambos os assentamentos, com destaque para os anos iniciais, quando era preciso efetivar a infraestrutura básica. No entanto, a presença das mulheres se mostra mais efetivamente a partir do ano de 2005, quando iniciam os trabalhos na Cooperativa. Suas atuações, seja no Grupo de Mulheres, na Igreja Católica e na Cooperativa, demonstram que elas ultrapassaram o âmbito doméstico, marcando presença em espaços de maior visibilidade, fazendo parte das lideranças dos assentamentos. Apreende-se esse espaço como “conquista” porque foi um processo lento e gradual, no qual as mulheres, aos poucos foram tomando consciência de suas situações enquanto invisíveis e dos problemas das comunidades. Entre tais participações, o presente estudo elencou a atuação na cooperativa como central, entendendo que é nesse novo espaço

que elas estão se “empoderando”, pois “aprenderam” a fazer uso da fala nas reuniões, a “correr atrás” de soluções para os problemas existentes em seu cotidiano e, especialmente, a tomar decisões. No espaço da Cooperativa estão se fortalecendo como mulheres e sujeitos políticos.

Entretanto, estar nesse espaço não as isentou de enfrentarem novas dificuldades que não estão ligadas somente aos problemas de natureza financeira, como a falta de verbas/investimentos para a Cooperativa, mas de problemas pessoais, de saúde como é o caso de Oliveti que devido doença<sup>121</sup> foi obrigada a limitar suas atividades no grupo e também de natureza social, como as discriminações de gênero presentes nos assentamentos. Todavia, é nesse espaço que elas ganharam maior visibilidade.

### **3.4. O processo de empoderamento: atuações na COOPERFAMILIAR**

A participação das mulheres em diversas atividades nos assentamentos como já visto, principalmente no Grupo de Mulheres e no exercício de atuações na Cooperativa provocou um “despertar de consciência”, no qual se identificaram umas com as outras através de interesses comuns. As necessidades financeiras, a busca por melhoria de vida e o desejo de participar do processo produtivo, fez com que elas procurassem novas alternativas de vida.

O envolvimento nessas atividades fora da casa, do sítio, levou-as, a princípio, a perceberem sua realidade e a refletir sobre ela. O próximo passo foi a prática, por meio de ações elaboraram novas maneiras de viver nestes espaços. Assim, podemos dizer que essas mulheres estão conquistando seu empoderamento. No entanto, o processo de empoderamento não ocorreu “da noite para o dia”, se efetivou no dia-a-dia, a partir de necessidades comuns que as possibilitaram organizar-se em grupo na tentativa de solucionar os problemas de natureza econômica e social. A categoria empoderamento usada neste trabalho refere-se a:

[...] uma construção diferente das relações de poder, ou seja, procura potenciar pessoas ou grupos que têm menos poder na nossa sociedade; é um poder que vem de baixo, que reconhece os oprimidos como sujeitos da história. É um conceito importante para entender e dimensionar o fortalecimento de capacidades dos atores – individuais e coletivos – no nível local e global, público e privado, para sua afirmação como sujeitos e para a tomada de decisões. (LISBOA, 2003, p. 24).

---

<sup>121</sup> Oliveti Jorge Alves uma das integrantes do Grupo de Mulheres, da farinha e da Cooperativa encontra-se em tratamento médico, pois está com leucemia.

O empoderamento proposto por Lisboa fornece condições e possibilidades aos “desprovidos de poder”, dentre eles, mulheres, negros, índios, etc., de obter poder sobre suas próprias vidas, o que envolve sua autodeterminação, autoconfiança e consciência do lugar que ocupam na sociedade. No caso das mulheres cooperadas, esse processo de empoderamento ocorre de forma gradual, de acordo com características peculiares ligadas as suas trajetórias de vida e ao contexto vivido nos assentamentos. No entanto, o empoderamento não constitui apenas uma experiência individual, mas ocorre a partir do coletivo, pois nos assentamentos as mulheres começaram a perceber que suas situações eram semelhantes e juntas passaram a elaborar novas estratégias de sobrevivência.

Entretanto, não podemos esquecer a importância do papel dos agentes externos no processo de empoderamento das mulheres, como o trabalho desenvolvido pela irmã Lucinda, na CPT e no Grupo de Mulheres. Por meio da atuação da Irmã, que juntou mulheres, promovendo um engajamento nas lutas comunitárias e sociais. A partir dessa atuação foram se formando as bases para a formação da Cooperativa, conforme apontam suas falas:

Olha, o grupo de mulheres foi muito bom pra mim por causa que abre um pouco as ideias da gente, as irmãs traziam bastante material pra nós estudar como a gente poderia reivindicar os nossos direitos. E através de material que a Leila, a Oliveti ia nesses encontros aí a fora e trazia pra gente, a gente se juntava pra poder estudar sobre aquilo, então vamos dizer assim que é uma coisa que abre a cabeça da gente, faz a gente ter outra visão da vida [...] ter uma nova perspectiva de vida. Na cooperativa nós sempre sonhando em melhorar porque em conjunto a gente tá aprendendo que pode produzir mais e adquirir coisas mais barato pra gente sobreviver, nós podemos comercializar os produtos que produzimos no nosso sítio, nós temos oportunidade de comercializar melhor [...] eu admiro muito a irmã Lucinda. (AMARAL, Clarice do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 25/11/2009. Assentamento Guanabara)

O trabalho realizado pela Irmã desencadeou a dimensão prática, do agir das mulheres em busca de mudanças, favorecendo seu empoderamento e para que este processo fosse iniciado envolveram os companheiros e os/as filhos/as adolescentes, uma vez que para atuarem na Cooperativa, elas se ausentam dos lares por horas e/ou dias, pois participam de reuniões, cursos e encontros dentro e fora dos assentamentos.

No segundo capítulo, vimos que as famílias estiveram e ainda persistem sob lógicas de relações patriarcais, contudo, nos momentos de saída delas para atuações fora dos sítios, conseguem dividir responsabilidades no espaço da casa/sítio. Quando de suas ausências, maridos e filhos/as se organizam na distribuição das tarefas domésticas, entre elas, cozinhar, limpar e arrumar a casa. Assim, podemos dizer que hoje, as mulheres cooperadas

conseguiram estabelecer novas relações com os companheiros e filhos/as, mesmo que, conforme relatos, no início de suas participações encontraram algumas resistências. Aos poucos, as mulheres foram quebrando desigualdades e conquistando o apoio da família e, assim, estão construindo a “democratização” de poderes, fator que lhes vem permitindo sair do espaço privado e ingressar no público. Esta é uma medida necessária para que a mulher tenha oportunidades iguais, como assevera Lisboa: “A divisão de papéis na esfera doméstica, ou seja, a responsabilização dos homens na vida privada é condição necessária para o ingresso das mulheres no espaço público e na política” (2003, p. 127).

O apoio que as mulheres entrevistadas estão recebendo não se restringe a divisão de tarefas no espaço doméstico, mas também ao âmbito psicológico, pois verificamos nas entrevistas a força e o incentivo de seus companheiros. Além dos incentivos, percebemos, por parte dos companheiros, algumas modificações em seus *habitus*<sup>122</sup>, como participar também das reuniões da Cooperativa. Os relatos a seguir exemplificam rupturas no cotidiano dos homens e mulheres dos assentamentos estudados: “[...] o meu marido toda vida eu tive muito apoio e a gente faz as coisas juntos [...]” (DORCE, Leila. 40 anos. Entrevista concedida no dia 25/11/2009. Assentamento Guanabara). “[...] Agora ele tá mais confiante, já foi até duas vezes na reunião, ele tá participando [...]” (AMARAL, Clarice do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 25/11/2009. Assentamento Guanabara)

Na fala de Clarice, presume-se que seu companheiro apresentou inicialmente certa resistência em aceitar participar das reuniões, a frase “ele tá mais confiante” indica que no passado, ele agia com desconfiança em relação ao projeto da Cooperativa<sup>123</sup>. Curioso é que na mesma entrevista Clarice expõe que o marido “não gostava de sair para as reuniões, não gostava de perder tempo, de ficar parado”. Tal situação nos leva a refletir sobre “o homem do campo”, com sua lógica de trabalho pautada nos afazeres do sítio – a centralidade do trabalho – encontra-se no sítio, pois é dele que retira o sustento da família. Desse modo, em sua visão, deixar os serviços do sítio para participar de “outras coisas” significava o mesmo que “perder tempo”, especialmente quando o convite era para partilhar de ideias das mulheres, já que no

---

<sup>122</sup> É preciso nos reportar aqui ao conceito de *habitus* desenvolvido por Bourdieu, ao pensá-lo como um sistema de disposições, modos de pensar, fazer, sentir que levam os indivíduos a agir de determinada maneira em um determinado meio, pois está presente no corpo através de gestos e posturas e na mente pelas formas de ver e classificar dos indivíduos. Para maiores informações sobre o assunto ver: Thiry-Cherques, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, Jan/Fev. 2006. Conforme site: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122006000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003)>. Acesso em 21/04/2010 às 11 horas e 20 min.

<sup>123</sup> A desconfiança/descrência na Cooperativa também está relacionada aos vários problemas de natureza econômica que quase provocaram o seu fim, logo nos primeiros anos de sua constituição.

grupo e na cooperativa estavam e ainda estão maior número delas em cargos administrativos. Contudo, é uma visão que aos poucos está sendo transformada por meio da práxis feminina.

Na análise da trajetória de inserção das mulheres no espaço público, também encontramos algumas mudanças significativas, principalmente no que diz respeito a primeira e segunda gestão da COOPERFAMILIAR. Para falar dessas mudanças é preciso fazer um paralelo da participação delas a partir de 2005, período da primeira gestão, até o início da segunda gestão, final de 2009. No ano de 2005, época de constituição da COOPERFAMILIAR, ainda na primeira gestão, as mulheres em seu quadro de formação constituíam maioria (dos treze cargos, as mulheres ocupavam oito deles). No entanto, ocupavam os cargos de menor expressão, como: secretária, fiscal e suplente. Com exceção de Clarice que ocupava a vice-presidência, mas o termo *vice* indica que participava das decisões, mas a “palavra final” cabia ao presidente. Isso significa dizer que a centralidade do poder estava em mãos masculinas.

Mesmo com ocupações de menor visibilidade, as mulheres cooperadas eram atuantes em suas funções, chamando para si cada vez mais as responsabilidades da Cooperativa. Participavam de cursos sobre cooperativismo, de encontros e eventos procurando adquirir capacitação para melhor assumirem suas atribuições, além da busca por recursos/verbas para a Cooperativa.

A análise da nova eleição, ao final do ano de 2009, no atual quadro de constituição da COOPERFAMILIAR, nos levou a estabelecer algumas reflexões acerca do papel das mulheres na nova gestão, bem como de seu processo de empoderamento, dos novos projetos em relação à Cooperativa e das relações de gênero. Conforme informações retiradas da Ata de Assembleia da COOPERFAMILIAR<sup>124</sup>, a nova eleição ocorreu no dia 31/10/2009, no Salão Paroquial, no município de Juti e dos vinte associados/as estiveram presentes 18, a maioria. Uma das principais pautas da reunião consistia na nova eleição de membros para o Conselho Administrativo e Fiscal. Na eleição para o segundo mandato da COOPERFAMILIAR (foi estabelecido que o período de gestão para os cargos do Conselho Administrativo é de 3 anos e para os do Conselho Fiscal de 1 ano), observamos mudanças em relação a posição de homens e mulheres, especialmente quando comparado ao anterior, uma vez que as mulheres

---

<sup>124</sup> Conforme Anexo H – Ata de Assembleia da COOPERFAMILIAR (referente à segunda gestão) realizada no dia 31 de outubro de 2009.

cooperadas passaram a exercer e ocupar os postos mais altos de comando<sup>125</sup>. Vejamos o quadro com os resultados das eleições:

QUADRO 2 – CONSTITUIÇÃO DA COOPERFAMILIAR NA SEGUNDA GESTÃO

NOMES	CARGOS	LOCAL
Leila Cristini Selini Dorce	Diretora-presidenta	A. Guanabara
Maria das Graças F. dos Santos	Vice-presidenta	A. Guanabara
Maria Eliane de Souza Faria	Tesoureira	A. Sebastião Rosa da Paz
Wagner José da Rosa	Secretário	A. Padre Adriano Van de Vem
Zoraide Brandão da Silva	Primeira diretora vogal	A. Sebastião Rosa da Paz
Francisco Carlos Felippssen	Segundo diretor vogal	A. Sebastião Rosa da Paz
Jadiel André de Lima	Fiscal	Juti
José Antônio da Silva	Fiscal	A. Padre Adriano Van de Vem
Clarice Gonçalves S. Amaral	Fiscal	A. Guanabara
Milton de Sena Oliveira	Suplente	A. Padre Adriano Van de Vem
Dominga da Silva	Suplente	Aldeia Jarará
Adolfo Henrique Alves	Suplente	A. Guanabara

Fonte: Ata de Assembleia da COOPERFAMILIAR (referente à segunda eleição): 31/10/2009.

Traçando um paralelo do momento anterior, na primeira gestão, quando as mulheres eram maioria (oito), mas não ocupavam os cargos mais altos de direção da Cooperativa e, hoje podemos verificar que houve mudanças, basta atentarmos para o quadro de disposição dos cargos acima, o qual denota em termos numéricos uma distribuição equilibrada nas funções, dos doze cargos, seis são ocupados por mulheres e seis por homens. No entanto, a mudança significativa se dá nos cargos de maior visibilidade: presidente, vice-presidente, tesoureiro e diretor, onde as mulheres passaram a assumir tais funções. Isso indica uma ruptura nos “papéis” sociais de gênero nos espaços de assentamentos, referendando atuações delas em postos de comando, o que significa dizer que rompe com concepções “naturalísticas”, com as representações sobre as tradicionais funções do feminino. Na vida dessas mulheres significa a efetivação do projeto de construção de relações mais igualitárias no ambiente rural. Situação visível no próprio dia da eleição para a segunda gestão, quando

<sup>125</sup> Com exceção de Oliveti, que por motivo de doença não se encontra mais no quadro de membros/as da Cooperativa. No entanto, podemos ver o nome de seu esposo, Adolfo Henrique no atual quadro de membros da COOPERFAMILIAR.

foram eleitas por aclamação para os referidos cargos. Através do engajamento nas atividades da Cooperativa (primeira gestão), as mulheres, aos poucos foram conquistando a confiança dos/as cooperados/as.

Conforme informações retiradas da Ata de Assembleia da segunda gestão da COOPERFAMILIAR, no dia da eleição, os/as cooperados/as apontaram os fatores negativos e positivos da gestão anterior. A fala da ex-vice-presidente, Clarice Gonçalves do Amaral expressou não apenas os problemas/erros que tiveram com as questões materiais e financeiras durante essa gestão, mas o amadurecimento enquanto pessoas/grupo frente às adversidades, pois durante esses quatro anos aprenderam a viver e trabalhar de forma comunitária, isto é, em conjunto. Para o ex-diretor vogal, Wagner José da Rosa, nem tudo foi negativo e/ou positivo, o importante é que mulheres e homens cooperados devem lembrar-se das conquistas, como a aquisição do veículo, do terreno e também dos avanços, principalmente com relação à participação nas feiras. Tais avaliações indicam o pensar crítico, o amadurecimento de homens e mulheres nas questões da Cooperativa. Como narrou o ex-diretor vogal e atual secretário da COOPERFAMILIAR, as conquistas e a inserção nas feiras são elementos importantes para o desenvolvimento da Cooperativa. E nestes novos espaços, as mulheres “entram em cena”, por meio das diversas atuações que executam tanto nos encaminhamentos da Cooperativa quanto nos trabalhos do lote (através da fabricação dos produtos para a comercialização nas feiras). Nesse contexto, podemos dizer que seus trabalhos hoje criam possibilidades de ampliação das estratégias de empoderamento e de enraizamento das famílias em lotes/sítios nos assentamentos.

Desse modo, o engajamento das mulheres na Cooperativa está atrelado a maneira como constroem seus projetos de vida, que envolvem presente-futuro, como demonstram em suas narrativas: “[...] a gente tá se organizando [...] é uma opção pra viver melhor [...] a minha participação na cooperativa é com anseio de viver um pouco melhor.” (AMARAL, Clarice do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 25/11/2009. Assentamento Guanabara). “[...] esta parte que a gente tá fazendo na cooperativa que seja para a família, para os filhos da gente depois, os que estão aqui, possam depois levantar essa bandeira [...] Minha esperança é que no futuro eles possam tocar [...] a gente está trabalhando para isso.” (SILVA, Zoraide Brandão da. 61 anos. Entrevista concedida no dia 25/11/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

Em suas falas observamos o entrelaçamento do tempo presente com o futuro. No presente, elas se organizam, lutam, trabalham, criam possibilidades de superação da realidade,

numa tentativa de produzir um melhor viver. Por meio desse projeto almejam assegurar as condições materiais de existência aos filhos, marcado na continuidade na terra.<sup>126</sup>

Em meio a todo esse processo que envolve projetos, relações familiares e comunitárias, ingresso no espaço público, algumas mudanças foram evidenciadas no contexto social dos assentamentos a partir da segunda gestão da Cooperativa. Mas o que mudou? As mulheres estão mais “empoderadas”?

Verificamos que o assumir de postos de destaque pelas mulheres na Cooperativa representa a efetivação do caminhar delas em novas práxis, pois no decorrer de suas trajetórias de vida participaram de organizações, grupos e movimentos populares. Essas participações/atuações colocaram em questão posições de poderes nas relações homens-mulheres, e que no viver dos assentamentos foram transformadas, primeiramente quando construíram novas relações com os companheiros, num partilhar das tarefas domésticas; segundo, os companheiros compreenderam que as atuações delas em outros espaços somente seria possível se primeiro fossem partilhadas as atividades nos sítios, ato necessário para que suas companheiras pudessem ingressar no espaço público.

O engajamento de levar adiante o projeto da Cooperativa deve então, ser visto em duas direções: primeiro, proporcionou o reconhecimento das mulheres enquanto atuação em espaços outros e lhes trouxe visibilidade para suas frentes, já que passaram a assumir cargos de destaque; segundo, elas desencadearam novas situações nas relações familiares e nos assentamentos, partilhando com os companheiros atividades que historicamente estiveram destinadas às mulheres, como cuidar da casa, filhos e arredores. Nesse contexto, a situação das mulheres cooperadas nos leva a concordar com Lisboa, quando assevera que o resultado produz benefícios para toda a família, não apenas para as mulheres “[...] a quebra das rotinas do cotidiano familiar e com certos padrões morais predominante no interior da família e da comunidade” (2003, p. 132).

Embora essas mudanças tenham ocorrido na vida das cooperadas, nos núcleos familiares a que elas pertencem, é preciso levar em conta que não houve uma “ruptura completa” nas relações sociais de gênero no todo da comunidade dos assentamentos. Considera-se que as desigualdades/discriminação de gênero foram “amenizadas” e até em

---

<sup>126</sup> As mulheres cooperadas estão criando oportunidades para que no futuro os/as filhos/as permaneçam nos assentamentos. No entanto, é preciso considerar o que os jovens pensam a esse respeito. Em algumas conversas que tivemos com os/as filhos/as das cooperadas, eles/elas relataram que pretendem estudar para viver e trabalhar na cidade, pois a vida no campo é muito difícil, além de não trazer nenhum tipo de retorno financeiro, como dizem “é trabalho, trabalho e mais trabalho”.

algumas situações camufladas, ou seja, nas narrativas das cooperadas observamos que em determinadas situações, elas permanecem vivas, como mostra Maria das Graças: “[...] mas eles (entende-se homens) criticam muito a gente: ah! Essas mulheres querem fazer coisas que elas nem sabem, pra que eu vou ser cooperado.” (Entrevista concedida no dia 13/12/2009. Assentamento Guanabara). Vê-se, então, que há, ainda, nos assentamentos, pessoas que carregam o pensamento da incapacidade das mulheres nos trabalhos de administração da Cooperativa. Além de desacreditarem quanto a capacidade delas como administradoras, existe a incompreensão dos benefícios que a Cooperativa possa traduzir para as famílias que dela se associarem. Segundo Leila, muitas famílias não entendem o que é uma Cooperativa e pensam que ela “é um meio de tirar dinheiro das pessoas”. Então, de acordo com Leila, é difícil lidar com tais pensamentos, uma vez que para ser cooperado é necessário o pagamento de uma cota-parte, no valor de R\$ 300,00<sup>127</sup>, o que gera mais polêmica entre os/as assentados/as. Por isso, compreendemos os assentamentos como espaços conflituosos, onde se configura um *nó* de relações. Nas argumentações de Farias (2002), ela emprega a ideia do *nó* dos trabalhos de Saffioti, que discute as relações de classe, raça/etnia e de gênero, para tentar compreender o enovelamento conflituoso existente entre os vários grupos (coletivo, semicoletivo e familiar, com ênfase nas relações entre os membros familiares através das relações de gênero) que compõem o Assentamento Sul Bonito, assim para Farias, o *nó*:

[...] auxilia a compreender o espaço do assentamento, este se torna o palco de inúmeras manifestações [...] O *nó*, às vezes, apresenta-se com pontos que destacam as alternativas e possibilidades de mudança, mas também pode se desfazer, quando as rivalidades internas se sobrepõem e o tradicionalismo se manifesta, trazendo à tona as especificidades de cada elemento que o compõe, ou seja, que compõe o conflito, é a ambigüidade da vida se fazendo e refazendo. (FARIAS, 2002, p. 153)

Partindo das considerações acima sobre o *nó*, nos assentamentos deste estudo, observamos um *nó* nas relações sociais de gênero, que ora são marcadas por um processo de descontinuidade e ora pelas permanências. Todavia, apreende-se que são relações e, portanto dialéticas, passíveis de mudanças e dependentes das práticas dos sujeitos que as compõem.

Apesar do *nó*, das permanências, homens e mulheres estão tecendo novas relações que se manifestam tanto na vida familiar como na coletiva. Nesse caso, o que chama a atenção é que são elas que mais lutam para que ocorram mudanças nas relações de gênero,

---

<sup>127</sup> Nesse caso é preciso considerar também que muitas famílias não possuem essa quantia de dinheiro, situação que as impede de participar, de tornarem-se cooperadas.

pois estão de alguma maneira criando estratégias para viver melhor, o que as torna “ousadas”, ao mesmo tempo em que estimula o seu processo de empoderamento.

O fato de hoje elas estarem assumindo os cargos de maior visibilidade na Cooperativa representa o resultado de práticas assumidas ao longo de suas vidas, nas quais foram elaborando práticas com vistas a “traçarem um novo destino”. Destarte, a ocupação desses cargos representa que elas estão cada vez mais conquistando seu empoderamento. No entanto, essa análise sobre o empoderamento não está assentada na ideia de que seja um processo linear, mas ao contrário, um processo que envolve contradições, negociações, avanços e recuos entendidos à luz de contextos sociais específicos, no caso aqui analisado, os assentamentos.<sup>128</sup>

Ressaltamos que o uso da teoria do empoderamento neste trabalho está vinculado às estratégias de ação coletiva, ou seja, as ações do Grupo de Mulheres pertencentes à Cooperativa. No entanto, de acordo com Cordeiro, esse processo implica em mudanças pessoais, pois “[...] os parâmetros do empoderamento são a construção de uma autoimagem e autoconfiança positivas, o desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente, a construção da coesão de um grupo e a promoção da tomada de decisão e da ação.” (CORDEIRO, 2006, p. 151). Notamos essa situação na vida atual das mulheres quando destacam suas participações no Grupo de Mulheres e na Cooperativa: “Esses encontros ajudou a gente a clarear o valor da mulher, a gente começou a despertar [...]”. “[...] a gente já tem aquela rendinha da gente [...] eu acho que a gente se sente mais segura, mais potente porque é um trabalho que você ta realizando [...]”. “[...] o trabalho na comunidade, ele é muito gratificante, a todo momento ele é importante, eu acho que para o nosso momento hoje, o cooperativismo é muito importante”.

A primeira fala revela a importância/contribuição do Grupo de Mulheres em suas vidas, pois foi naqueles momentos que “aprenderam” a dar importância ao que realizavam, e que eram feitos sociais, o que as fez construir questionamentos sobre as situações que viviam, muitas de subjugo; a segunda, demonstra sentimentos de entusiasmo, autoconfiança e autonomia pela obtenção da renda própria, mesmo que ela ainda seja considerada uma “rendinha”, mas alcançada pelo esforço de seu trabalho; a terceira, apresenta um processo de

---

<sup>128</sup> De acordo com as reflexões de Cordeiro sobre o processo de empoderamento. Ver: CORDEIRO, Rosineide de L. M. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (orgs.). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

conscientização/satisfação em relação ao trabalho desenvolvido na comunidade, elencando o cooperativismo como estratégia de viabilização econômica para famílias assentadas. Dessa forma, terra, trabalho e relações de gênero são condições que se entrecruzam e viabilizar melhoria/questionamento em uma delas, significa mover todas elas. Por isso que observamos que além da autoconfiança, do despertar crítico, dos aprendizados pessoais e políticos, da participação nas tomadas de decisões, as mulheres em suas atuações públicas nos diferentes espaços dos assentamentos, também estabeleceram as próprias prioridades e agendas com questões que dizem respeito à vida particular e comunitária. Tais prioridades, muitas vezes, se entrelaçam, configurando-se em “sonhos”, ou melhor, em projetos futuros:

Olha, mãe sonha em educar os filhos, criar da melhor maneira possível, hoje eu tenho uma preocupação de dar uma faculdade, uma educação pros meus filhos, é um sonho, e eu sei que é uma coisa difícil, a gente mora aqui, não tem uma situação financeira em condições de pagar uma faculdade, então digamos que um sonho é esse, que eu acho que uma das coisas que a gente pode deixar pros filhos é educação porque materiais um dia acaba. Na questão da cooperativa, o maior sonho é construir o centro de comercialização porque eu acho que se a gente tiver um centro de comercialização, tem como a pessoa plantar uma outra coisa, deixar lá... oh! tem isso aqui pra vender e tal... Eu acho que as pessoas vão ter condições de comprar melhor, de trabalhar melhor e ter um lucro, porque eu penso assim vive no sítio é bom, só que você tem que ter uma situação financeira, você tem que ter um retorno, você tem que ter uma renda senão é muito difícil. Então, eu acho que a cooperativa, ela tem assim instrumento pra facilitar isso [...] já estrutura, já dá um apoio pras pessoas. (Dorce, Leila. 40 anos. Entrevista concedida no dia 25/11/2009. Assentamento Guanabara)

As perspectivas é de melhorar cada vez mais, então acho que a gente vai tentar outra emenda, a Leila já foi lá fazer um contato com o prefeito, segura o terreno que nós temos lá, que foi ganho da outra administração que nós batalhamos né [...] Então daí a luta da gente, da Leila, da Eliane e do Wagner de tenta segura esse terreno lá pra nós construir uma sede e pra essa sede, acho que vamos tentar uma emenda. (AMARAL, Clarice do. 50 anos. Entrevista concedida no dia 25/11/2009. Assentamento Guanabara)

Na primeira narrativa é perceptível a existência de projetos distintos, mas que estão imbricados, entrecruzados, ligado a vida privada e outro a coletiva, combinando o papel de mãe e de mulher cooperada/trabalhadora. O projeto enquanto mãe, como diz Leila, é poder fornecer uma boa educação para os filhos, vê-los formados e com condições para inserção social, cumprindo as exigências atuais. Para ela, configura-se em um sonho devido à atual condição financeira em que se encontra, além da distância geográfica que as separa entre local de morada e local onde existem as universidades. Esse sonho não é apenas de Leila, mas da

maioria das famílias assentadas, uma vez que grande parte da geração a que pertencem, começou a trabalhar muito cedo no campo, pois ajudavam os pais na roça. Dessa forma, no presente tentam proporcionar aos filhos a realização do que não puderam concretizar no passado. Nas entrevistas, pudemos perceber a preocupação de pais e mães com a educação dos filhos, que na percepção de Leila é a única herança que pode ser deixada a eles/as. Há, portanto, nas famílias uma valorização do estudo por acreditarem que oportunizará mobilidade social aos/as filhos/as, oportunizará melhores condições de vida e de trabalho. O segundo está imbricado com o primeiro, ao passo que evidencia possibilidades de mudanças a nível financeiro, através da construção do centro de comercialização da Cooperativa, almejado desde a sua criação, pois é um meio de viabilizar a produção das famílias e lhes garantir vida melhor. Enfatiza também as perspectivas em relação à Cooperativa, um projeto coletivo, mostrando a luta dos/as cooperados/as em assegurar o terreno ganho para a construção do centro de comercialização no município de Juti.

Elencar prioridades, projetos futuros também faz parte do processo de construção do empoderamento das mulheres, pois estão relacionadas a vida coletiva, a lutas/batalhas pela melhoria de vida na/para a comunidade, agregando outras atuações, especialmente de sujeito político, onde elas atuam das mais variadas formas, desenvolvendo iniciativas em prol de um projeto que é comum – a Cooperativa. Por meio das novas atuações, as mulheres estão mantendo relações com autoridades e instituições governamentais a fim de reivindicar/negociar os recursos, por vezes expressos em emendas parlamentares, que tragam benefícios para a comunidade. Estão galgando espaços de visibilidade para atuações que cotidianamente exerceram na luta pela terra e para nela permanecerem.

Em suas trajetórias de vida as mulheres nos apresentaram situações peculiares, experiências que parecem comuns, já que todas tiveram que lutar pela sobrevivência, numa infância difícil, num constante processo migratório, de mulheres migrantes, pobres e trabalhadoras rurais. Participaram e participam do movimento da igreja, de organizações e grupos comunitários, tendo encontrado nos espaços dos assentamentos um novo projeto de vida que vai além da fixação na terra, pois engendram novas relações ao mesmo tempo em que criam e recriam novas maneiras de viver e permanecer neles. Entendemos que tais situações vividas pelas mulheres, especialmente no pós-assentamento acabaram por gerar iniciativas associativas, como o Grupo de Mulheres, o Grupo da Farinheira e a Cooperativa,

com o propósito de buscar soluções de forma coletiva. São essas atuações que estão dando visibilidade às mulheres e produzindo o início de seu empoderamento.

Assim, averiguamos que o processo de empoderamento das cooperadas, que está em construção e por isso mesmo não está isento de avanços e recuos, desencadeou mudanças significativas nas relações familiares, iniciando relações mais democráticas nos contextos sociais dos assentamentos. E dizemos que o empoderamento está em processo de construção porque percebemos que nos assentamentos em estudo ainda se restringe aos aspectos correlatos a atuações das mulheres em novos espaços, o que promove mudanças nas relações entre homens e mulheres, especialmente quanto ao assumir atividades, prioritariamente as domésticas, que hoje são partilhadas com os companheiros.

No entanto, o empoderamento inicia, conforme Menegat (2009) pelo corpo, e que a partir dessa percepção, de que são donas de si, consigam se construir enquanto sujeitos sociais atuantes. Nesse sentido, nos assentamentos, as vemos mais voltadas as suas famílias, se reconhecendo a partir dela: os projetos que vislumbram são para os filhos, a família, seja quando pensam o sucesso da Cooperativa e a conseqüente melhoria dos sítios, seja em propiciar estudos aos filhos. Dessa forma, entendemos o empoderamento na vida das mulheres cooperadas como que viabilizado na dimensão de que falamos ao longo do presente trabalho, e que congrega múltiplos elementos, desde a importância maior para a família, a estreita relação com a terra, a tentativa de viabilizar a permanência na terra e daí o movimento delas em direção a diversificar a produção, tudo mediado pela fé, que as mantém fortalecidas nas novas atuações que assumem nos assentamentos e na Cooperativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### **Olhares sobre viveres de mulheres assentadas nos projetos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz**

Gostaria de finalizar este trabalho dizendo que a parte mais difícil de sua construção foi às considerações finais. Isso porque estudar os movimentos produzidos pelas mulheres assentadas em seus múltiplos aspectos é corroborar com as considerações de Menegat e Farias (2010, p. 10)<sup>129</sup>, quando asseveram que “às mulheres assentadas estão produzindo um movimento por elas apenas iniciado e que se apresenta em múltiplas facetas, especialmente de avanços, mas que contém recuos, com novas e velhas relações, e que é a partir destas que se tem a construção de novos sujeitos sociais”. Então, para esse momento do trabalho, seguiremos o que é indicado pelas autoras, considerando-os enquanto pensamentos iniciais, ao invés de finais.

Seguimos também pela lógica apresentada pelas mulheres assentadas com as quais mantivemos diálogos, e que neles demonstraram apenas terem iniciado uma nova caminhada, na qual estão a construir caminhos abertos, com momentos em que precisam, como mostram Menegat e Farias (2010, p.10-11) “pegar atalhos, abrirem ‘picadas’, possíveis para continuarem caminhadas. Os atalhos em si não se esgotam, emergem como estratégias para limpar caminhos e caminhadas e assim construírem novos caminhos, com caminhadas emancipadoras e com sujeitos autônomos”. É assim, que entendemos a vida vivida pelas mulheres assentadas no Sebastião Rosa da Paz e no Guanabara, numa vida permeada por novas relações que estão sendo por elas tecidas, e que estão em construção, apenas as iniciaram. Por isso, queremos destacar nesta parte da dissertação, que as conquistas das mulheres assentadas estão inconclusas e são instigantes, que nos encantaram, nos encantam e nos movem já algum tempo, desde o ano de 2004, quando mantivemos nossos primeiros diálogos. Naquele momento (ano de 2004) iniciávamos a graduação em História, e caminhávamos como bolsista em dois projetos de pesquisa, oportunidades em que demos

---

<sup>129</sup> Os pensamentos das autoras fazem parte de uma reflexão *no prelo*, que apresentarão no VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, a realizar-se no Recife em novembro de 2010, e que tem como título “Curso de Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA/UFGD: experiência de empoderamento feminino”.

seqüência no trabalho de conclusão de curso<sup>130</sup> e, por último, com o presente trabalho de dissertação. Ainda assim, percebemos que os diálogos que apresentamos não se esgotaram.

Verificamos que estudar o movimento das mulheres assentadas é adentrar em um enovelamento de relações. Por isso, caminhamos sob a perspectiva de gênero e empoderamento, com a intenção de compreender as atuações das mulheres em diferentes momentos: acampamentos e assentamentos e, em diferentes espaços: público e privado. Procuramos destacar o processo de lutas, participações e organizações das mulheres durante os acampamentos e, principalmente no pós-assentamento.

A opção pelos “sujeitos femininos” surgiu da necessidade de descobrir e registrar suas histórias, que por meio da metodologia de história oral, nos permitiu acompanhar trajetórias de mulheres no processo de construção e organização de seus novos espaços sociais – os assentamentos. Em razão disso, num primeiro momento nos debruçamos sobre as histórias de luta e participação das mulheres nos acampamentos a fim de descortinar suas atuações nesses lugares, observando suas participações no processo de luta e reivindicação pelo acesso a terra. A partir desse entendimento, nos concentramos no momento seguinte, em suas trajetórias nos assentamentos com o objetivo de dar visibilidade as suas novas experiências, especialmente aquelas relativas às atuações em espaços coletivos. Assim, enfatizamos suas experiências no Grupo de Mulheres, da Farinheira e nas ocupações da Cooperativa.

Os dados da pesquisa de campo nos revelaram que foi longa a trajetória trilhada pelas mulheres até a conquista do espaço público. Na análise de suas trajetórias de vida percebemos que viveram experiências similares e distintas, especialmente nas histórias familiares, que apesar das especificidades apresentaram vivências comuns. A maioria das mulheres pesquisadas são filhas de pequenos agricultores/sitiantes, nasceram e viveram algum tempo na zona rural, onde aprenderam desde cedo as “lidas do campo”. Suas infâncias foram marcadas por processos de expropriação, expulsas de suas terras migraram constantemente por diferentes estados brasileiros, entre eles, Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo, enfrentaram dificuldades de sobrevivência a procura de melhores condições de vida e de trabalho. Nessa trajetória construíram sonhos para si e para os seus, de mulheres pobres, trabalhadoras que encontraram nas participações dos movimentos sociais, Igreja Católica, partidos e sindicatos, sentido, motivos e mesmo condições para reconstruir suas vidas: vida de

---

<sup>130</sup> Como trabalho de Monografia de final de curso, defendida em 2007, desenvolvemos uma pesquisa nos assentamentos do presente estudo, momento em que construímos um trabalho intitulado “A construção de um novo olhar sobre as mulheres do Assentamento Guanabara: relações de gênero, práticas e subjetividades”.

mulheres assentadas. Viveram e vivem vivências comuns, compreendidas aqui como elementos que propiciaram a organização de grupos coletivos nos assentamentos. Por isso, o destaque que imprimimos no papel dos mediadores, dentre eles, a irmã Lucinda (CPT) que juntou forças femininas nos assentamentos.

Observamos a importância da Comissão Pastoral da Terra, como agente externo, que tem exercido um papel fundamental nestes lugares, e contribuído no processo de empoderamento das mulheres. Assim, compartilhando situações vividas e possibilidades de transformação de sujeitos e de relações, as mulheres estão criando estratégias de sobrevivência nos lotes de assentamentos e tornando-se elas mesmas novos sujeitos, como indicado por Menegat (2009). Fazem parte dessas estratégias o agrupamento coletivo, num esforço conjunto e que resultou na formação do Grupo da Farinheira e a Cooperativa de agricultura familiar, lugares que as projetaram para o espaço público e estão, ao mesmo tempo, corroborando para o seu processo de empoderamento.

Nessa árdua trajetória, elas enfrentaram e ainda enfrentam as discriminações de gênero, as desigualdades/hierarquias de poder existentes na família e no espaço público dos assentamentos, especialmente nas atuações que dizem respeito à Cooperativa.

Na família evidenciamos uma divisão de responsabilidades por sexo e idade, as quais denotam as desigualdades de gênero no âmbito da produção, uma vez que os trabalhos que desempenham nos lotes, são, em partes, ainda vistos, tanto por elas como por eles enquanto “ajuda”.

Ao analisarmos a participação das mulheres no espaço público dos assentamentos, por meio de funções/atuações que exercem na Cooperativa, verificamos além da inserção e da conquista, a ampliação deste espaço, processo que ocorreu de forma lenta e gradual, porque foi sendo por elas tecido, num embate de disputas num modelo tradicional de família que guarda maiores poderes sociais aos homens. Isso é perceptível nos cargos ocupados na Cooperativa por mulheres e homens, nos quais notamos que aos poucos elas estão ampliando seus poderes de participação por meio da conquista dos postos mais altos de comando, como a presidência, a diretoria e a tesouraria.

A Cooperativa nasceu de suas atuações, um resultado de organizações anteriores, que fizeram emergir outros agrupamentos, como o Grupo da Farinheira, Grupo das Mulheres, culminando com a Cooperativa, agora com mulheres cooperadas. Assim, na primeira gestão da Cooperativa, nos anos de 2005 a 2009, as mulheres deram início as suas participações em

atividades públicas de maior destaque, mesmo num momento em que na estrutura hierárquica da Cooperativa ocupavam cargos de menor visibilidade, como o de secretária e conselheira fiscal, funções tidas historicamente como femininas. Situação que evidenciou a nítida diferenciação de poder existente no interior desse tipo de organização social, mostrando as debilidades da participação feminina na direção da Cooperativa. Mesmo não ocupando cargos de destaque, eram elas que mais atuavam nos encaminhamentos produtivos, fator que, *a posteriori*, corroborou para o reconhecimento delas enquanto mulheres trabalhadoras e administradoras, capazes de atuar em atividades públicas. Isso ficou demonstrado na eleição para a segunda gestão, quando foram eleitas para os cargos de maior visibilidade. Hoje, estão na representação de fato e de direito, ocupando a presidência, vice-presidência, diretoria e a tesouraria.

Contudo, constatamos que para haver equidade de gênero no “equilíbrio de posições entre homens e mulheres”, é necessário que outros espaços sejam ampliados e democratizados, sobretudo o espaço privado/da casa, onde as relações tendem a ainda serem conservadoras. No caso das seis mulheres cooperadas, pudemos observar algumas mudanças, como o poder de barganha na família dos serviços domésticos, que foram partilhados com os companheiros, filhas e filhos, uma vez que o acúmulo de serviços se constitui em um dos fatores que mais impedem as participações das mulheres em atividades públicas.

As participações das mulheres na Cooperativa propiciaram a elas autoconfiança, entusiasmo e especialmente maior autonomia, por serem ocupações que exigem constantes saídas dos lares e favorecem o ingresso no espaço público. Assim, é possível encontrá-las em palestras, comercializando e organizando feiras, promovendo cursos e encontros diversos. Estes parecem representar momentos em que elas se alimentam dos elementos necessários para fortalecê-las enquanto mulheres gestoras e que estão encaminhando para novas relações com os homens e com elas próprias. São momentos que lhes permitem mudanças na rotina, como viajarem para outras localidades, partilharem de cursos, estabelecerem novos contatos e oportunidades para a comercialização de seus produtos e para empoderamentos.

Partindo dessa perspectiva, podemos dizer que o empoderamento das mulheres cooperadas está em processo de construção e que denota avanços e recuos. Avanços com relação aos aspectos da autoestima, do poder da fala (de não terem vergonha de expressar ideias e opiniões, seja na família e/ou nos espaços públicos); do despertar crítico; dos novos aprendizados; da capacidade de realização profissional; da liberdade de ir e vir (viagens em

outras localidades para participarem de cursos, palestras e congressos); do “fazer político” (por meio de negociações com instituições públicas e constantes lutas por direitos); e da crença em ações coletivas como estratégias de reconstruir a vida e transformar as relações sociais. Todos estes “aprendizados” são decorrentes de lutas pessoais e sociais adquiridas especialmente nas ações coletivas.

Os recuos podem ser vistos na concepção que têm de seus trabalhos no lote e no peso que a moral cristã exerce sobre suas vidas, esta como resultado dos encaminhamentos coletivos, que libertam, mas que mantém amarras. As mulheres ainda configuram seus serviços como “ajuda” e não trabalho, o que revela um sentido de complementaridade e não de participação ativa como sujeitos que estão envolvidos com a produção.

No que diz respeito à moral cristã percebemos que as mulheres interiorizaram discursos religiosos nos quais a família é o centro, a referência que parece tê-las movido em busca de alternativas para melhorar a condição de sobrevivência da família. Como num movimento contraditório, esta tem sido elemento de um despertar de sua situação de subjugação e as tem movido em busca também da autonomia pessoal. No entanto, ainda não conseguem se enxergarem plenamente enquanto sujeitos sociais independentes, ou seja, seus sonhos e vontades próprias são construídos num enovelamento de um “nós”, num projeto que é familiar. O que planejam é a partir da família.

Acreditamos que isso ocorre em função também de um imaginário social, embora as mulheres cooperadas tenham alcançado maior poder de participação na família e/ou no espaço público, não estão isentas de sofrerem discriminações referentes às atuações na COOPERFAMILIAR, seja atribuídas pelos homens que vêem seus poderes de liderança diminuídos, bem como de outras mulheres assentadas, que reproduzem relações do patriarcado, ainda em voga na sociedade em geral. Tais circunstâncias nos levaram a perceber que esse é um processo difícil de ser superado, visto ter sido interiorizado e referendado e, que ainda hoje se faz presente nas mulheres de nosso estudo, que não se sentem totalmente livres das ditas responsabilidades femininas, dentre elas: ser mães, donas de casa e esposas, papéis utilizados pelos membros das famílias como “artimanhas” para imporem e limitarem suas participações em seus novos espaços.

Destarte, pelo estudo que realizamos, apreendemos que as mulheres cooperadas estão construindo empoderamentos tanto dentro quanto fora dos espaços dos assentamentos. Isso implica dizer que além das transformações sociais de ordem material e simbólica efetuada

pelas mulheres, averiguamos ainda possibilidades futuras, caminhos promissores para a implementação de outros projetos que fortalecerão ainda mais as atividades delas e contribuirão para o desenvolvimento econômico-social dos assentamentos.

As mulheres cooperadas nos mostraram que é possível organizar, construir e reconstruir os espaços onde vivem por meio de ações coletivas fundadas a partir de novos critérios que envolvem múltiplos papéis, os quais permitem a construção de novas Mulheres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

### Bibliografia

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.

\_\_\_\_\_. O acampamento Sem-Terra e a Espacialização das Relações Sociais: notas a partir da análise da forma conteúdo. In: NETO, Firmino de Oliveira; BATISTA, Luiz Carlos (orgs.). **Espaço e Natureza: a produção do espaço sul-mato-grossense**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009, p. 181-202.

ANDRADE, Manuel Correia. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica: teoria e método**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

AVELINO JÚNIOR, Francisco José. A luta pela terra e na terra no Mato Grosso do Sul. In: NETO, Firmino de Oliveira; BATISTA, Luiz Carlos (orgs.). **Espaço e Natureza: a produção do espaço sul-mato-grossense**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009, p. 129-157.

BACELAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. In – Pinsky, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 23-79.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1980.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

\_\_\_\_\_. FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta; D'Aquino, Terezinha. Assentamentos de trabalhadores rurais em São Paulo: A roda-viva de seu passado/presente. IN: **Ciências Sociais Hoje: Armário de Antropologia, Política e Sociologia**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 253-278.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONI, Valdete. Poder e Igualdade: as relações de gênero entre as sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista de Estudos Feministas**. UFSC. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. V. 12, n. 1, 2004.

BORGES, Maria Stela Lemos. **Terra: ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra**. São Paulo: Editora Anita, 1997, p. 17-31; 107-172.

BORGES, Maria Celma. **De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema-SP**. Doutorado em História. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, 2004, p. 372-420.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Feministas**. UFSC. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. V. 12, n. 1, 2004.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. SP: UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

\_\_\_\_\_. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. **Variedades de História Cultural**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 5 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades Ltda, 1979.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 97-113.

- \_\_\_\_\_. **A História ou a Leitura Do Tempo**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2009.
- \_\_\_\_\_. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 215-218.
- CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. **Questões para a História do Presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Mediações Históricas de Trabalho e Educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60)**. Rio de Janeiro: Lamparina, CNPQ, Faperj, 2009.
- CORDEIRO, Rosineide M. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (orgs.). **Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006, p. 145-171.
- CURADO, Jacy; AUAD, Daniela (orgs.). **Gênero e políticas públicas: a construção de uma experiência de formação**. Campo Grande:UCDB, 2008.
- D'AQUINO, Teresinha. A Casa, os Sítios e as Agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão-SP. In – **XX Encontro da ANPOCS**. Caxambu, 1996, p. 1-38.
- DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista de Estudos Feministas**. Vol. 12. Florianópolis: UFSC, 2004, p. 175-204.
- DEERE, Carmen Diana; LÉON, Magdalena. **O Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Tradução: Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- DELBONI, Claudia. **Mulheres da Terra: História e memória das assentadas de Sumaré II no limiar do século XXI**. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo, 2008, 210 p.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FABRINI, João Edmilson. **A posse da Terra e os Sem-Terra no Sul do Mato Grosso do Sul: o caso de Itaquiraí**. Corumbá: AGB, 1996.

\_\_\_\_\_. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de Almeida (org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande, MS. Editora UFMS, 2008.

\_\_\_\_\_. **Assentamentos de Trabalhadores Sem-Terra: experiências e lutas no Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Laboratório de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2001.

FACHIN, Viviane Scalon. **Relatório Técnico de Projeto de Pesquisa**. Termo de outorga N° 071/03. FUNDECT. Edital: 01/2002.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Acampamento América Rodrigues da Silva: esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra**. Dourados: Fundo de Investimentos Culturais de MS. Dinâmica, 2006.

\_\_\_\_\_. **Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra**. Araraquara. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2002.

\_\_\_\_\_. A Vida-travessia de Mulheres em Assentamentos de Reforma Agrária no sul de Mato Grosso do Sul: impressões de uma trajetória de pesquisa. In: **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 8**. Florianópolis: UFSC, 2008.

\_\_\_\_\_. Relações de Gênero no Assentamento Rural Sul Bonito, Itaquiraí-MS: O que mudou? **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Paraíba, João Pessoa: UFPB, de 27 de julho a 01 de agosto de 2003.

FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta (org.). et all. Assentamentos Rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. In: **Retratos de Assentamentos**. Cadernos de Pesquisa. Ano I, n. 1. NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural). Programa de Pós-graduação em Sociologia. UNESP, Araraquara, 1994, p. 73-134.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente**. Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 103-117.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 4. ed.; Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Os Movimentos Sociais e a Luta pela Terra. In: MACHADO, Maria Clara T; PATRIOTA, Rosangela (orgs.). **Política, Cultura e Movimentos Sociais**. Uberlândia: UFU, 2001, p. 235-255.

\_\_\_\_\_. Reforma Agrária e Movimentos Sociais: Diferentes Alternativas na América Latina. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p. 255-271.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **(Re)Introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996, p. 33-47.

LEFEBVRE, Henri. **El derecho a la cidade: espacio e política**. Barcelona: Ed. Peninsula, 1976.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEITE, Sérgio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. **Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero Classe e Etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. SP: Contexto, 2005, p. 111-153.

LUCENA, Célia Toledo. **Artes de Lembrar e de Inventar: (re)lembranças de migrantes**. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 3ª Ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora Hucitec, 1991, p. 16-17.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Sujeito Oculto: ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária: O Impossível Diálogo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da Fotografia e da Imagem.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho.** Bauru-SP: EDUSC, 2002.

\_\_\_\_\_. **Por uma História da mulher.** Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e História – possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação.** São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Poses e Flagrantes: ensaios sobre História e fotografias.** Niterói: Editora da UFF, 2008.

MEDEIROS, Márcia Maria de (org.). **Ensaio sobre o Feminino.** Passo Fundo-RS: UPF Editora, 2008.

MENEGAT, Alzira Salete. A Religiosidade na Vida das Mulheres Assentadas. In: **Anais do III Simpósio de Religião e Religiosidade.** Dourados, MS: UEMS/UFGD/UFMS, 2008.

\_\_\_\_\_. **No Coração do Pantanal. Assentados na Lama e na Areia. As contradições entre os projetos do Estado e dos Assentados no Assentamento Taquaral – MS.** Dourados, MS: UEMS/UFGD, 2009.

MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antônio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba (orgs.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário.** Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

MURARO, Rose Marie. **A Mulher no Terceiro Milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro.** Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2000.

NETO, Firmino de Oliveira; BATISTA, Luiz Carlos (orgs.). **Espaço e Natureza: a produção do espaço sul-mato-grossense.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista de Estudos Feministas.** 16(2). Maio agosto/2008, p. 305-332.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; STEDILE, João Pedro. **O agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária.** Cartilha da Concrab (Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). SP: Gráfica e Editora Peres Ltda, junho/2004.

PANZUTTI, Nilce da Penha Migueles. **Mulher Rural: eminência oculta**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULILO, Maria Ignez, Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista de Estudos Feministas**. Vol. 12. Florianópolis: UFSC, 2004, p. 229 – 252.

PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os Silêncios da História**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Minha História das Mulheres**. Tradução Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. **Mulheres Públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1982.

\_\_\_\_\_. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**. v. 9. n. 18. São Paulo, ago.89/set.89.

PINHEIRO, Ana Maria. **Assentamentos de Reforma Agrária em Goiás: processos de organização**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O Historiador e suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Revista de Estudos Históricos**. Vol, 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 2-15.

PRIORI, Mary Del; BASSANEZI, Carla (orgs.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a Técnica do Gravador no Registro da Informação Viva**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.

RAGO, Margareth. Ser Mulher no Século XXI ou Carta de Alforria. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVIEIRA, Suely de (ors.). **A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 31-42.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma História do Presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. **Questões para a História do Presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 39-50.

ROCHA COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”? As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: UNESCO, 2000.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva & Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Rede de Movimentos Sociais**. 3. ed. Centro João XXIII. SP: Loyola, 2005.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: – BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. SP: UNESP, 1992, p. 63-95.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. vol.16, n.2, Porto Alegre, 1990, p.5-22.

SEVERO, Mirian Jaqueline Toledo. **A construção de um novo olhar sobre as mulheres do Assentamento Guanabara: relações de gênero, práticas e subjetividades**. Monografia em História. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Amambai, 2007.

\_\_\_\_\_. Interação entre Assentamentos e Município: a reciprocidade no processo de desenvolvimento econômico. **Relatório de Iniciação Científica PIBIC/UEMS/CNPq**. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, agosto de 2005 a julho de 2006.

\_\_\_\_\_. Lideranças Femininas no Assentamento Guanabara. **Relatório de Iniciação Científica PIBIC/UEMS/CNPq**. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, agosto de 2006 a julho de 2007.

SILVA, Carmem; PORTELLA, Ana Paula. Divisão Sexual do Trabalho em Áreas Rurais no Nordeste Brasileiro. In: – SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (orgs.). **Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006, p. 127-144.

SILVA, Cristiani Bereta da. **As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher”:** relações de gênero e subjetividades no devir do MST – 1979-2000. Tese da UFSC, 2003.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos.** São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A Luta pela Terra: experiência e memória.** São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: – CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 275-296.

\_\_\_\_\_. Violência Simbólica: saberes masculinos e representações femininas. In: **Revistas de Estudos Feministas.** Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ. Vol. 5 Nº 1/97, 1997, p. 7-29.

SOUZA, João Carlos de. **Na luta por habitação: a construção de novos valores.** SP: EDUC, 1995.

STEARNS, Peter N. **História das Relações de Gênero.** Tradução Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007, p. 25-40.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor do casamento na agricultura familiar. In: **Revista de Estudos Feministas.** v. 12, n. 1/2004. Florianópolis: UFSC, p. 253-268.

SUNTAG, Susan. **Sobre Fotografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **História das Mulheres e as Representações do Feminino.** Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2008.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral.** Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRENS, João Carlos Sampaio. **Gênero e Associativismo na Agricultura Familiar: mulheres e homens construindo caminhos de igualdade.** Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais. Curitiba: Marginalme, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **Podremos viver juntos?** Argentina, F.C.E, 1997.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Os filhos da lona preta: identidade e cotidiano em acampamentos do MST.** São Paulo: Alameda, 2005.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVIEIRA, Suely de (ors.). **A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

WHITAKER, Dulce C. A. et all. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In: WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, 2002, p. 115-120.

WOODWARD, Kathyn. Idendidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In – SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000, p. 7-72.

WOORTMANN, Klass A. A. W. A Família Trabalhadora. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS, 1984, p. 69-87.

\_\_\_\_\_; WOORTMANN, Ellen F. **O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. BrasíliaÇ UNB, 1997.

ZIMMERMANN, Tânia Regina. História do Gênero: apontamentos teórico-metodológicos. In: DIEHL, Astor Antônio (org.). **Experiências e ensaios de história: cultura, historiografia e gênero**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2006.

\_\_\_\_\_. Relações de Gênero e Violência nas Ondas do Rádio e dos Impressos no Oeste Paranaense. In: MEDEIROS, Márcia Maria de (org.). **Ensaio sobre o Feminino**. Passo Fundo-RS: UPF Editora, 2008, p. 19-57.

#### Fontes Consultadas (Entrevistas)

ALVES, Oliveti Jorge. Entrevista concedida no dia 29/10/2006. Assentamento Guanabara.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 07/03/2009. Assentamento Guanabara.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 1º/11/2009, Assentamento Guanabara, Amambai-MS.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 14/11/2009, Assentamento Guanabara, Amambai-MS.

ALVES, Adolfo Henrique. Entrevista concedida no dia 07/03/2009. Assentamento Guanabara.

AMARAL, Clarice Gonçalves dos Santos. Entrevista concedida no dia 10/09/2006. Assentamento Guanabara.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 15/11/2008. Assentamento Guanabara.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 20/06/2009. Assentamento Guanabara.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 14/11/2009, Assentamento Guanabara, Amambai-MS.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 25/11/2009, Assentamento Guanabara, Amambai-MS.

ÁVILA, Rosangela Corrêa. Entrevista concedida no ano de 2005. Assentamento Sebastião Rosa da Paz.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 13/12/2009, Assentamento Sebastião Rosa da Paz, Amambai-MS.

COMPAGNONI, Neri. Entrevista concedida no dia 16/07/2006. Prefeitura de Juti/MS.

COSTA, Vanilton Camacho da. Entrevista concedida em 01/06/2009. CPT, Dourados/MS.

DORCE, Leila Cristini Selini. Entrevista concedida no dia 11/02/2007. Assentamento Guanabara.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 20/06/2009. Assentamento Guanabara.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 14/11/2009, Assentamento Guanabara, Amambai-MS.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 25/11/2009, Assentamento Guanabara, Amambai-MS. (conj com Clarice lá na farinha)

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 26/11/2009, Assentamento Guanabara, Amambai-MS.

FARIA, Maria Eliane de Souza. Entrevista concedida no dia 1º/11/2009, Assentamento Sebastião Rosa da Paz, Amambai-MS.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 25/11/2009, Assentamento Sebastião Rosa da Paz, Amambai-MS.

FARIA, Paulo César. Entrevista concedida no ano de 2004. Assentamento Sebastião Rosa da Paz.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 15/02/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 20/06/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz.

FELIPPSEN, Francisco Carlos. Entrevista concedida no dia 15/02/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz.

MORETTI, Lucinda. Entrevista concedida no dia 03/04/2007. Juti-MS.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 15/12/2009, Casa das Irmãs, Juti-MS.

NETO, Antônio Sodré. Entrevista concedida em 2005. Assentamento Guanabara.

NETO, José Sodré. Entrevista concedida em 2005. Assentamento Guanabara.

OLIVEIRA, Valdir Nobre de Oliveira. Entrevista concedida no dia 23/04/2009. FETAGRI, Campo Grande/MS.

ROSA, Wagner José da. Entrevista concedida no dia 26/11/2009, Assentamento Padre Adriano, Juti-MS.

SANTOS, Maria das Graças França dos. Entrevista concedida no dia 05/07/2009. Salão Paroquial de Juti-MS.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 13/12/2009. Assentamento Guanabara.

SILVA, Ademar Martins da. Entrevista concedida no dia 20/06/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz.

SILVA, Domingas da Silva. Entrevista concedida no dia 13/12/2009, Aldeia Indígena Jarrará Juti-MS.

SILVA, Zoraide Brandão da. Entrevista concedida no dia 11/10/2009, Assentamento Sebastião Rosa da Paz, Amambai-MS.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 25/11/2009, Assentamento Sebastião Rosa da Paz, Amambai-MS.

SOUZA, Vera Lúcia de. Entrevista concedida no dia 23/10/2009, Assentamento Sebastião Rosa da Paz, Amambai-MS.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida no dia 25/11/2009, Assentamento Sebastião Rosa da Paz, Amambai-MS.

#### Fontes documentais

ACERVO PARTICULAR – Termo de Audiência da Dissolução do Coletivo de 23 de agosto de 2005.

ALVES, Adolfo Henrique. Terra Prometida. Música transcrita no dia 07/03/2009. Assentado do Guanabara. Amambai, MS.

ARQUIVO COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, Dourados, 2009.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR (COOPERFAMILIAR), 02 de jul. 2005.

CARTILHA DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA REGIONAL MATO GROSSO DO SUL. Produção de Subsistência Familiar Agricultura Ecológica, s/d.

ESTATUTO DA COOPERFAMILIAR, aprovado em Assembleia Geral do dia 02 de julho de 2005 em Juti.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Agropecuários de 1995 e 2006, Campo Grande, MS, 2009.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Dourados, Mapas das áreas dos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz, 2008.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Campo Grande. Departamento de Cartografia (mapas de localização dos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz no Estado de Mato Grosso do Sul), 23 de abril de 2009.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Campo Grande. Relação de Projetos de Assentamentos criados no Estado de Mato Grosso do Sul no período de 1984 a 30/12/2009.

JORNAL DIÁRIO/MS. **Invasões indígenas debatidas**. Dourados, MS. 03 jul. 2008.

JORNAL O PROGRESSO. **Juti sedia no domingo a 4ª Feira de Sementes Crioulas**. Dourados, MS. 26 jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **Indígenas programam invasões de fazendas**. Dourados, MS. 11 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. **Dourados debate a agricultura familiar: Mais de 1500 pessoas ligadas ao campo vão se reunir em Dourados de 24 a 27 deste mês para discutir novas estratégias**. Dourados, MS. 22 jul. 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, CULTURA E TURISMO DE MS (SEMACT) - Autorização Ambiental concedida em 30 de julho de 2002 – Instituto de Meio Ambiente Pantanal/IMAP – Gerência de Recursos Florestais.

#### Internet

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Net. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, n. 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em:<[http://www.emtese.ufsc.br/3\\_art5.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf)> Acesso em 23 de jun. 2009 às 19 horas e 20 minutos.

DIAS, Karine Rodrigues; PORTO, César Henrique de Queiróz. Uma História do Tempo Presente? Possibilidades e desafios para o historiador. Disponível em:

WWW.históriaehistória.com.br/materia.cfm?tb acesso em 07 de jun 2010 às 19 horas e 32 minutos.

<[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1998\\_ART070.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1998_ART070.pdf)> Acesso em 04 de jun. 2009 às 9 horas e 30 minutos.

<<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>> Acesso em 11 de jun. 2009 às 17 horas e 20 minutos.

<<http://www.fetagrims.org.br/>> Acesso em 12 de jun. 2009 às 11 horas e 20 minutos.

<<http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/E/essencialismo.htm>> Acesso em 29 de jun. 2009 às 22 horas e 05 minutos.

<<http://www.portalis.co.pt/primeira-comunhao/>> Acesso em 09/04/2010 às 18h 50min.

<<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/outubro/dia-de-nossa-senhora-aparecida.php>> acesso em 09/04/2010 às 22 h e 40 minutos.

<<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1558>> Acesso em 28 de jun. 2009 às 13 horas e 10 minutos.

<<http://www.rgnutri.com.br/sap/tr-cientificos/ersi.php>> Acesso em 07 de jul. 2009 às 20 horas e 30 minutos.

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122006000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003)> Acesso em 21/04/2010 às 11 horas e 20 minutos.

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/brachiaria>> Acesso em 25 de maio 2009 às 18 horas e 08 minutos.

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Estrat%C3%A9gia#Diversas\\_defini.C3.A7.C3.B5es\\_do\\_termo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Estrat%C3%A9gia#Diversas_defini.C3.A7.C3.B5es_do_termo)> Acesso em 15 de jun. 2009 às 20 horas e 30 minutos.

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Galinhada>> Acesso em 09/04/2010 às 22 horas e 28 minutos.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. *Revista do Programa de Pós-Graduação Cásper Líbero*. São Paulo. V. 12, n. 24, dez. de 2009, p. 139-152. (Informações obtidas no site: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewPDFInterstitial/6790/6132>> Acesso em 22/04/2010 às 22 horas e 30 minutos.

## **ANEXOS**

Anexo A – Letra da música de Adolfo Henrique Alves “Terra Prometida”, morador do Assentamento Guanabara

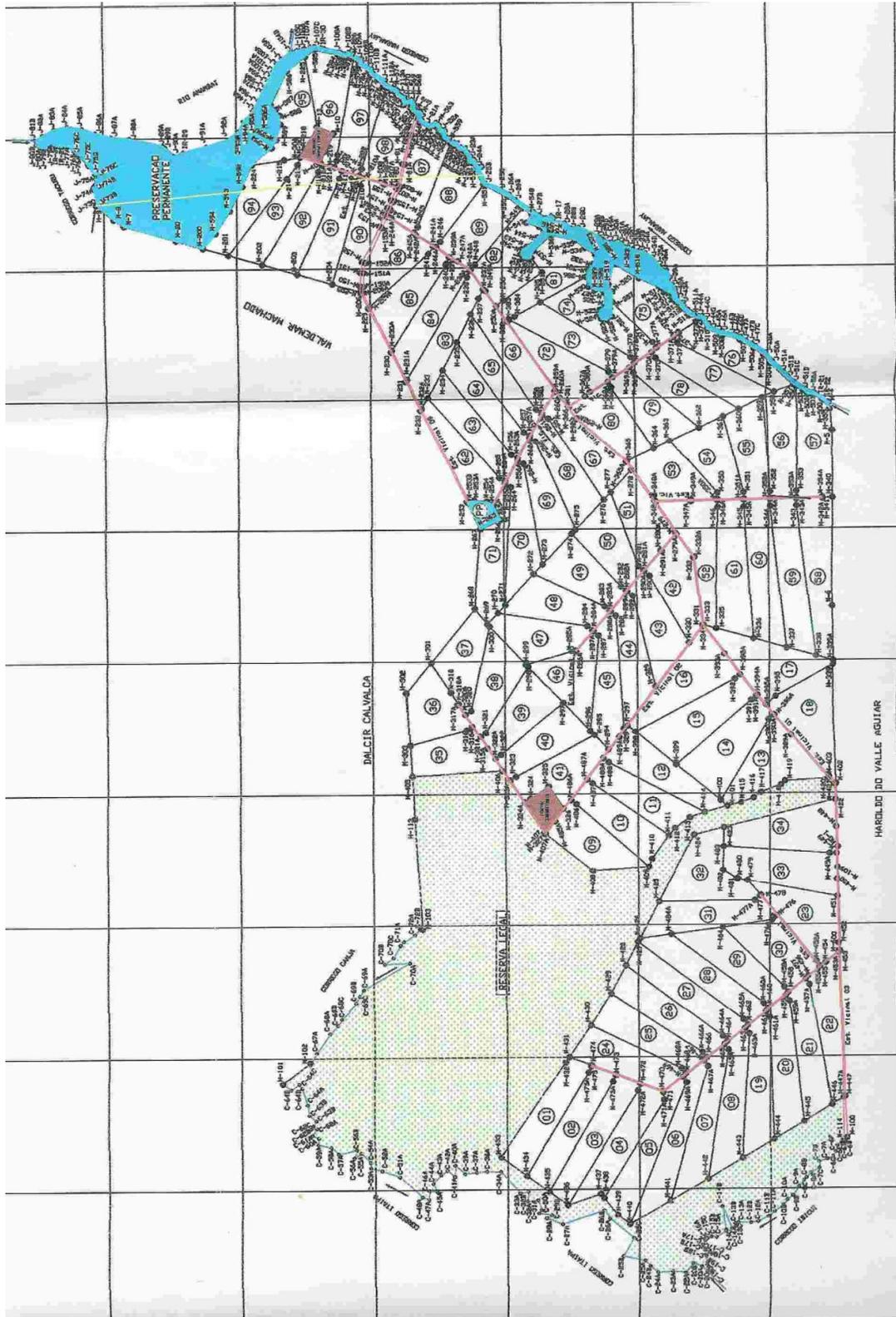
16

TERRA Prometida

EU AGRADEÇO  
A Deus Pelo dom da Vida  
Pelas TERRA Prometida  
Um sonho que se Realizou.  
POR SERMOS DIGNOS.  
De um pedacinho de Chão -  
PARA ANGIARIAR O PÃO -  
FUTO do NOSSO SUOR.  
NOSSA ESPERANCA.  
Aqui Neste ACENTAMENTO  
O AGAZALHO e o SUSTENTO.  
NUNCA A' de NOS FALTAR -  
AGRADECIDOS  
Pelo pouco que Colhemos.  
UMA PARTE NOS QUEREMOS  
COLOCAR NO SEU ALTAR  
Reffão  
Muito Obrigado  
O meu Deus, muito Obrigado  
Sou ACENTADO  
E TENHO um pedaco de Chão  
EU TENHO A TERRA.  
Vindo A CHUVA e o Sol quente  
PRA GERMINAR A SEMENTE  
CRECER e SE TORNAR PÃO  
CREIO que Deus  
E A SANTA MÃE NATUREZA,  
VAI SUPRIR AS NOSSAS MEZAS  
COM AXILIO de SUAS MAOS

NOS NÃO PASSAMOS  
Dizerto e num MAR VER melho  
MAIS fizemos de guelho  
Uma JORNADA dolorida  
Foi longos tempos.  
Debaixo da lona PRETA.  
Sem SALARIO  
E sem gorjeta  
ASVEZES sem comida  
Hoje ACENTADO O meu Deus que MARAVILHA-  
Um A CONCHEGO, PRAS FAMILIAS-  
QUE NÃO TINHA ONDE MORAR  
Com pouco estudo.  
E sem emprego NA CIDADE  
Hoje com dignidade  
Todos tem o seu LUGAR  
Desde CRIANÇA  
Sempre TRABALHEI NA ROÇA.  
EU TENHO A PELE BRANCA.  
E TENHO CALOS NA MÃOS.  
MAIS ACABOU.  
OS PEQUENOS ARRENDAMENTOS.  
LAVOURA SÓ PRO SUSTENTO.  
FOI FICANDO EM EXTINÇÃO  
JÁ FUI SEM TERRA.  
Hoje eu TENHO A MINHA ÁREA.  
GRACAS A REFORMA AGRÁRIA.  
E A DEUS NOSSO CRIADOR.  
QUE NUNCA DEIXE.  
FALTAR NESTE ACENTAMENTO  
A SAUDE E O ALIMENTO  
PRA NEM UM TRABALHADOR

Anexo B – Mapa do Assentamento Guanabara



Anexo C – Relação de Projetos de Assentamentos criados no Estado de MS de 1984 a  
30/12/2009



Serviço Público Federal  
Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul

**PROJETOS DE ASSENTAMENTO CRIADOS E/OU RECONHECIDOS PELO INCRA-MS**

I – INCRA SR-16

Ordem	Denominação do Projeto	Nome do Imóvel	Área (há)	N.º de Famílias	Ato de Criação	Dia/Mês/Ano	Município de Localização	N.º Sítio
01	Tamarineiro	Taquaral e Tamarineiro	3.812,1735	134	Resolução nº 142 Res. nº 52 (Cons.)	03/07/84 02/06/00	Corumbá	MS0007000
	<b>Sub-Total</b>		<b>3.812,1735</b>	<b>134</b>				
02	Retirada da Laguna	Faz. Santa Luzia	2.163,9709	90	Resolução nº 017 Res. nº 04 (Eman.)	13/02/85 23/03/99	Guia Lopes da Laguna	MS0008000
03	Sucuriú	Faz. Mimoso	15.978,3376	239	Resolução nº 048 Res. nº 02 (Eman.)	01/04/85 23/03/99	Chapadão do Sul	MS0009000
04	Nioaque	Faz. Conceição	10.587,4535	371	Resolução nº 060 Port. nº 32 (Cons.)	25/06/85 25/10/00	Nioaque	MS0010000
	<b>Sub-Total</b>		<b>28.729,7620</b>	<b>700</b>				
05	Urucum	Faz. Urucum	1.962,4649	87	Resolução nº 001 Res. nº 52 (Cons.)	08/01/86 02/06/00	Corumbá	MS0011000
06	Guaiurus	Faz. Marabá	2.772,3164	129	Resolução nº 002	08/01/86	Bonito	MS0012000
07	Novo Horizonte	Faz. Horizonte e Escondido	16.580,3788	757	Resolução nº 065 Res. nº 52 (Cons.)	10/04/86 02/06/00	Novo Horizonte do Sul	MS0013000
08	Nova Esperança	Faz. São João do Guimf	2.757,0121	113	Portaria nº 569 Res. nº 52 (Cons.)	28/08/86 02/06/00	Jateí	MS0014000
	<b>Sub-Total</b>		<b>24.072,1722</b>	<b>1.086</b>				
09	Itá	Parte Faz. Barra do Itá	1.503,9075	47	Portaria nº 473 Res. nº 03 (Eman.)	04/06/87 23/03/99	Bela Vista	MS0016000
10	São José do Jatobá	Partes da Faz. São José e Faz. Jatobá	2.530,9075	136	Portaria nº 532 Res. nº 52 (Cons.)	23/06/87 02/06/00	Parninhos	MS0017000
11	Mirons Freire	Faz. Santo Isidoro	5.269,9403	187	Portaria nº 549 Res. nº 10 (Cons.)	09/07/87 21/11/01	Dois Irmãos do Buriti / Anastácio	MS0020000
12	Campo Verde	Faz. Nova Querência	1.918,5467	60	Portaria nº 574 Port. nº 36 (Cons.)	13/07/87 30/11/00	Terenos	MS0019000
13	Mato Grande	Posse Mato Grande	1.264,3543	50	Portaria nº 576 Res. nº 52 (Cons.)	13/07/87 02/06/00	Corumbá	MS0018000
14	Colônia Nova	Faz. Colônia Nova	1.314,1489	88	Portaria nº 315 Res. nº 52 (Cons.)	03/12/87 02/06/00	Nioaque	MS0021000
15	Casa Verde	Faz. Curitibaano Faz. Girola	29.859,9880	471	Portaria nº 393 Port. nº 37 (Cons.)	22/12/87 30/11/00	Nova Andradina	MS0022000
	<b>Sub-Total</b>		<b>43.661,7941</b>	<b>1.030</b>				

1

16	Pedreira	Chácara Pedreira	87,9214	10	Portaria nº 902 Port. nº 31 (Cons.)	28/06/88 25/10/00	Ribas do Rio Pardo	MS0023000
17	Monjolinho	Faz. Monjolinho	9.525,2207	285	Portaria nº 1613	02/12/88	Anastácio	MS0024000
	<b>Sub-Total</b>		<b>9.613,1421</b>	<b>295</b>				
18	Capão Bonito	Faz. Capão Bonito	2.585,3984	133	Resolução nº 042 Port. nº 40 (Cons.)	20/10/89 15/12/00	Sidrolândia	MS0027000
19	Indaí	Parte da Faz. Itasul	7.340,6719	633	Resolução nº 043 Port. nº 38 (Cons.)	20/10/89 30/11/00	Itaquiraí	MS0026000
20	Taquaral	Faz. Taquaral	10.013,9698	394	Resolução nº 044	20/10/89	Corumbá	MS0025000
	<b>Sub-Total</b>		<b>19.940,0401</b>	<b>1.160</b>				
21	Sumatra	Faz. Sumatra Faz. Peixe Frito	4.719,8113	149	Resolução nº 039	11/07/91	Bodoquena	MS0028000
	<b>Sub-Total</b>		<b>4.719,8113</b>	<b>149</b>				
22	São Manoel	Faz. São Manoel	4.321,0281	147	Resolução nº 057	18/05/92	Anastácio	MS0029000
	<b>Sub-Total</b>		<b>4.321,0281</b>	<b>147</b>				
23	São Luiz	São Luiz	1.599,6128	114	Portaria nº 437 Res. nº 05 (Cons.)	22/07/94 21/11/01	Bataporá	MS0030000
	<b>Sub-Total</b>		<b>1.599,6128</b>	<b>114</b>				
24	Tamarineiro II	Faz. Tamarineiro II	10.621,0775	319	Portaria nº 117	15/12/95	Corumbá	MS0031000
	<b>Sub-Total</b>		<b>10.621,0775</b>	<b>319</b>				
25	Paiozinho	Faz. Tamarineiro	1.196,7523	70	Portaria nº 009	11/03/96	Corumbá	MS0034000
26	São João	Agropecuária São João	856,1606	58	Portaria nº 010 Res. nº 08 (Cons.)	11/03/96 21/11/01	Bataporá	MS0033000
27	Mutum	Faz. Mutum	15.831,6943	340	Portaria nº 025	17/05/96	Ribas do Rio Pardo/S. Rita do Pardo/Brasilândia	MS0035000
28	Mercedina	Faz. Agropecuária Mercedina	803,2433	56	Portaria nº 039	10/07/96	Bataporá	MS0037000
29	Andalucia	Faz. Andalucia Faz. Madalena	4.815,1088	166	Portaria nº 057	24/09/96	Nioaque	MS0015000
30	Sul Bonito	Faz. Sul Bonito	6.375,9385	421	Portaria nº 060 Res. nº 011 (Cons.)	09/10/96 27/11/01	Itaquiraí	MS0038000
31	Tupancreretan	Faz. Tupancreretan	2.546,4421	82	Portaria nº 064	27/12/96	Bela Vista	MS0039000
	<b>Sub-Total</b>		<b>32.425,3399</b>	<b>1.193</b>				
32	Patagônia	Faz. Fundão	3.502,8887	128	Portaria nº 016 Port. nº 39 (Cons.)	13/03/97 15/12/00	Terenos	MS0041000
33	Nova Alvorada	Faz. Pam	3.000,8266	86	Portaria nº 045	12/05/97	Nova Alvorada do Sul	MS0040000
34	Corona	Faz. Corona	1.095,8569	58	Portaria nº 030 Res. nº 09 (Cons.)	03/06/97 27/11/01	Ponta Porá	MS0042000
35	Campina	Faz. Campina	2.408,8339	76	Portaria nº 037	13/08/97	Bodoquena	MS0043000
36	Capão Bonito II	Faz. Capão Bonito	8.231,4968	308	Portaria nº 049	14/10/97	Sidrolândia	MS0045000
37	Floresta Branca	Faz. Floresta Branca	4.980,9931	185	Portaria nº 051	30/10/97	Eldorado	MS0047000
38	Lagoa Grande	Faz. Recreio – Parte Nova Lagoa Grande	4.071,4428	151	Portaria nº 052	06/11/97	Dourados	MS0049000
39	Primavera	Faz. Primavera	2.535,1451	71	Portaria nº 055	19/11/97	Jaraguari	MS0054000
40	Campanário	Faz. Campanário	2.851,7489	132	Portaria nº 056 Port. nº 42 (Cons.)	25/11/97 15/12/00	São Gabriel D'Oeste	MS0048000
41	Nova Querência	Parte da Faz. Nova Querência	3.864,6132	158	Portaria nº 057 Port. nº 43 (Cons.)	26/11/97 15/12/00	Terenos	MS0051000

2

42	Santa Clara	Parte da Faz. Santa Clara	4.353,3284	156	Portaria nº 066	04/12/97	Bataguassu	MS0057000
43	Serra	Planalto da Velhacaria	2.986,1066	116	Portaria nº 067	11/12/97	Paranaíba	MS0059000
44	Triângulo	Faz. Triângulo	927,1312	50	Portaria nº 069 Res. nº 006 (Cons.)	22/12/97 21/11/01	Rio Brilhante	MS0046000
45	Santa Guilhermina	Faz. Santa Guilhermina da Quinta	7.994,7290	224	Portaria nº 070	22/12/97	Maracaju/Nioaque	MS0055000
46	Amparo	Faz. Amparo	1.126,8933	67	Portaria nº 071 Res. nº 07 (Cons.)	22/12/97 21/11/01	Dourados	MS0052000
47	Paraíso	Faz. Paraíso, Gleba-A e parte da Gleba-B	3.308,4025	98	Portaria nº 072	29/12/97	Terenos	MS0053000
48	Rancho Tupambaé	Faz. Rancho Tupambaé	1.869,6828	130	Portaria nº 074	29/12/97	Miranda	MS0056000
49	Guaçu	Parte da Faz. Zé Mano	2.678,9794	134	Portaria nº 075	29/12/97	Itaquiraí	MS0065000
50	Santa Rosa	Faz. Jatobá	4.048,1606	200	Portaria nº 077	29/12/97	Itaquiraí	MS0060000
<b>Sub-Total</b>			<b>65.837,2598</b>	<b>2.528</b>				
51	Palmeira	Faz. Palmeira	4.172,7154	112	Portaria nº 020	23/03/98	Nioaque	MS0050000
52	Córrego Dourado	Faz. Santa Rita II	1.399,9700	49	Portaria nº 063	07/07/98	Santa Rita do Pardo	MS0068000
53	Montana	Faz. Montana	1.567,7738	70	Portaria nº 067	08/07/98	Bataguassú	MS0066000
54	Taquara	Faz. Taquara I e Taquara II	1.550,2765	67	Portaria nº 076	10/08/98	Rio Brilhante	MS0071000
55	Caracol	Faz. Caracol	6.326,5804	152	Portaria nº 077	11/08/98	Bela vista	MS0067000
56	Fortuna	Faz. Fortuna I e II	2.383,1961	108	Portaria nº 078	11/08/98	Rio Brilhante	MS0070000
57	Aldeia	Faz. Confusão Gleba A Faz. Confusão Gleba B Faz. Aldeia Faz. São José da Alegria Gleba A Faz. São José da Alegria Gleba B Faz. Santa Luzia Faz. Cinco Irmãos	10.718,2345	217	Portaria nº 079	03/09/98	Bataguassu	MS0069000
58	Santa Amélia	Faz. Santo Antonio do Anastácio	2.029,8895	74	Portaria nº 080	16/09/98	Dois Irmãos do Buriti	MS0058000
59	Rio Feio	Faz. Santo Antonio e Faz. Santa Maria	2.344,7747	72	Portaria nº 082	30/09/98	Guia Lopes da Laguna	MS0072000
60	São Judas	Faz. Capão Redondo Faz. Carrapicho Faz. São Judas Tadeu Faz. Salada	4.155,3658	187	Portaria nº 083	09/10/98	Rio Brilhante	MS0073000
61	72	Faz. 72	2.343,4143	85	Portaria nº 084	14/10/98	Ladário	MS0061000
62	Santa Paula (1)	Área da Prefeitura Municipal de Bataguassú	590,0000	89	Portaria nº 089	26/11/98	Bataguassu	MS0088000
63	Santa Catarina	Faz. Santa Catarina	1.958,6037	78	Portaria nº 093	04/12/98	Aral Moreira	MS0083000
64	Tamakivi	Faz. Tamakivi	3.383,5670	120	Portaria nº 094	04/12/98	Itaquiraí	MS0076000
65	Santa Lúcia	Faz. Santa Lúcia	1.026,7440	36	Portaria nº 095	11/12/98	Bonito	MS0078000
66	Bandeirante	Faz. Bandeirante do Agachi	2.033,4466	63	Portaria nº 097	21/12/98	Miranda	MS0079000
67	Pam	Faz. PAM II	5.029,9237	115	Portaria nº 098	23/12/98	Nova Alvorada do Sul	MS0080000
68	Savana	Faz. Indiana Faz. Savana II	5.674,7702	212	Portaria nº 099	23/12/98	Japorá	MS0062000
69	Boa Sorte	Faz. São Judas Tadeu	1.498,0306	65	Portaria nº 100	23/12/98	Itaquiraí	MS0085000
70	Boa Esperança	Faz. Santa Marta Faz. Santa Mônica Boa Esperança	3.945,5065	126	Portaria nº 101	23/12/98	Nioaque	MS0089000

71	Uirapuru	Faz. Uirapuru Faz. São João Faz. São Pedro Faz. Santo Antonio	7.067,8847	285	Portaria nº 102	23/12/98	Nioaque	MS0075000
72	São Pedro	Faz. São Pedro Faz. Esperancinha Faz. Cachoeira	8.592,2341	295	Portaria nº 103	23/12/98	Sidrolândia	MS0087000
73	Nossa Senhora Auxiliadora	Faz. Guaiçú Faz. Rancho Verdura II Faz. Terezinha Faz. N. Srª. Aparecida Faz. N. Srª. Auxiliadora Faz. Guajuvira Faz. Rancho Guaiçú	8.707,5818	252	Portaria nº 104	23/12/98	Iguatemi	MS0082000
74	São Sebastião	Faz. São Sebastião	2.967,6652	100	Portaria nº 105	23/12/98	Ivinhema	MS0081000
<b>Sub-Total</b>			<b>91.468,1491</b>	<b>3.029</b>				
75	São Cristóvão	Faz. São Jorge	941,8198	34	Portaria nº 010	30/03/99	Paranhos	MS0091000
76	Conquista	Faz. Conquista	1.557,9073	67	Portaria nº 046	25/08/99	Campo Grande	MS0090000
77	Bonsucesso	Faz. Bonsucesso Faz. Jatubazinho Faz. Passatempo	664,7972	27	Portaria nº 051	27/10/99	Rio Brilhante	MS0074000
78	Fortaleza	Faz. Bonsucesso Faz. Fortaleza Faz. Passatempo	384,9028	14	Portaria nº 052	27/10/99	Rio Brilhante	MS0084000
79	Vista Alegre	Faz. Vista Alegre	1.030,8248	50	Portaria nº 053	10/11/99	Sidrolândia	MS0086000
<b>Sub-Total</b>			<b>4.580,2519</b>	<b>192</b>				
80	Boa Vista	Faz. Boa Vista	2.050,3703	70	Portaria nº 01	07/02/00	Ponta Porã	MS0095000
81	Vacaria	Faz. Vacaria	1.049,1482	48	Portaria nº 02	27/03/00	Sidrolândia	MS0094000
82	Santa Irene	Faz. Santa Irene do Quebracho	2.473,2570	72	Portaria nº 03	27/03/00	Anaurilândia	MS0093000
83	Santa Renata	Faz. Santa Renata	1.117,4161	35	Portaria nº 09	27/03/00	Tacuru	MS0096000
84	Gibóia	Faz. Capão Bonito	7.218,7043	238	Portaria nº 22	11/07/00	Sidrolândia	MS0104000
85	Cantagalo	Faz. Indaiá	1.256,6073	50	Portaria nº 24	22/09/00	Maracaju	MS0100000
86	Guardinha	Faz. Nossa Senhora Auxiliadora	989,4907	30	Portaria nº 25	22/09/00	Jardim	MS0097000
87	Indianópolis	Faz. Indianópolis	1.758,4500	55	Portaria nº 27	26/09/00	Japorá	MS0101000
88	Pedro Ramalho (2)	Faz. Mambaré	1.948,6004	83	Portaria nº 28	26/09/00	Mundo Novo	MS0106000
89	Nova Era	Faz. Nova Era	2.848,1074	97	Portaria nº 33	06/11/00	Ponta Porã	MS0099000
90	Nossa Senhora do Carmo	Faz. Nossa Senhora do Carmo	1.192,9967	41	Portaria nº 34	06/11/00	Caarapó	MS0098000
91	Dorcelina Folador	Faz. Entre Rios Faz. Noroete Faz. Rabão Faz. Sericema Faz. Ita Faz. Tucano	8.118,3095	270	Portaria nº 35	27/11/00	Ponta Porã	MS0077000
92	Capão Bonito III	Faz. Santa Lúcia	600,0000	23	Portaria nº 44	27/12/00	Sidrolândia	MS0102000
93	Sebastião Rosa da Paz	Faz. São João	1.427,7818	51	Portaria nº 45	29/12/00	Amambai	MS0114000
94	Aroeira	Faz. Santo Antonio do Indaiá Grande	1.855,6096	59	Portaria nº 47	29/12/00	Chapadão do Sul	MS0111000
95	Aliança	Faz. Aliança	1.101,6902	38	Portaria nº 48	29/12/00	Itaquiraí	MS0146000
96	Margarida Alves	Faz. Beco do Sossego	3.429,1890	120	Portaria nº 49	29/12/00	Rio Brilhante	MS0092000

97	Itamarati	Faz. Itamarati	25.508,0000	1.145	Portaria nº 50	29/12/00	Ponta Porá	MS0123000
98	Geraldo Garcia	Faz. Estância Belém – Quinhão 01 e Quinhão 02	5.775,2132	182	Portaria nº 51	29/12/00	Sidrolândia	MS0105000
99	Pontal do Faia	Faz. Pontal ou Faia IV	1.485,0000	45	Portaria nº 52	29/12/00	Três Lagoas	MS0117000
	<b>Sub-Total</b>		<b>73.203,9417</b>	<b>2.752</b>				
100	Lua Branca	Faz. Paraíso	2.425,3962	124	Portaria nº 07	03/04/2001	Itaquiraí	MS0103000
101	Santa Terezinha	Faz. Santa Terezinha	1.537,9131	64	Portaria nº 15	13/08/2001	Sidrolândia	MS0109000
102	Rancho Loma	Faz. Rancho Loma	2.512,3789	107	Portaria nº 16	31/08/2001	Iguatemi	MS0107000
103	Juncal	Faz. Juncal	2.605,8889	113	Portaria nº 17	31/08/2001	Naviraí	MS0112000
104	Vicente de Paula Silva (2)	Faz. Santa Rita II	1.129,1287	40	Portaria nº 19	04/09/2001	Paranhos	MS0113000
105	Silvio Rodrigues	Faz. Engenho Novo	3.182,3314	120	Portaria nº 20	14/09/2001	Rio Brillante	MS0115000
106	Guaibara	Faz. Guaibara	2.660,2299	98	Portaria nº 24	31/10/2001	Amambai	MS0116000
107	Valinhos	Faz. Valinhos	2.033,8089	86	Portaria nº 29	21/12/2001	Maracaju	MS0119000
108	Ressaca (2)	São Sebastião do Jatobá/ Ressaca	1.549,8185	28	Portaria nº 30	26/12/2001	Bela Vista	MS0120000
	<b>Sub Total</b>		<b>19.636,8945</b>	<b>780</b>				
109	Recanto do Rio Miranda (3)	Faz. Santana	998,3921	80	Portaria nº 22	09/07/02	Jardim	MS0121000
110	Tejijn	Faz. Tejijn	28.497,8194	1.126	Portaria nº 23	26/07/02	Nova Andradina	MS0122000
	<b>Sub-Total</b>		<b>29.496,2115</b>	<b>1.206</b>				
111	São João	Faz. São João	4.011,9000	180	Portaria nº 11	23/04/04	Nova Andradina	MS0132000
112	Bebedouro (4)	Faz. Bebedouro	1.429,3318	103	Portaria nº 12	23/04/04	Nova Alvorada do Sul	MS0126000
113	Santa Olga (4)	Faz. Santa Olga	1.488,3000	170	Portaria nº 21	28/06/04	Nova Andradina	MS0148000
114	Colorado (4)	Faz. Colorado	1.349,1320	76	Portaria nº 22	28/06/04	Iguatemi	MS0128000
115	Esperança	Faz. Esperança	4.074,5600	270	Portaria nº 26	12/07/04	Anaurilândia	MS0150000
116	Itamarati II (4)	Faz. Itamarati II	24.619,9130	1.692	Portaria nº 33	30/09/04	Ponta Porá	MS0153000
117	Novo Panambizinho (4)	Faz. Terra do Boi	1.681,8214	52	Portaria nº 37	16/11/04	Juti	MS0155000
118	Padre Adriano Van de Vem (4)	Faz. Terra do Boi	1.241,6284	80	Portaria nº 43	16/11/04	Juti	MS0154000
119	Nery Ramos Volpato (4)	Faz. Santa Marina	2.348,4576	160	Portaria nº 39	24/11/04	Bela Vista	MS0149000
	<b>Sub-Total</b>		<b>42.245,0442</b>	<b>2.783</b>				
120	Eldorado	Parte da Faz. Eldorado	9.968,2200	620	Portaria nº 20	02/08/05	Sidrolândia	MS0156000
121	Três Corações (Morro Bonito)	Faz. Morro Bonito	2.257,2254	163	Portaria nº 19	02/08/05	Campo Grande	MS0157000
122	Mateira	Faz. Mateira	4.110,0270	151	Portaria nº 08	03/08/05	Chapadão do Sul	MS0129000
123	Ranildo da Silva (Mutum I)	Faz. Mutum	2.842,1468	176	Portaria nº 22	10/08/05	Nova Alvorada do Sul	MS0158000
124	São Gabriel	Faz. São Gabriel	4.724,1471	292	Portaria nº 35	04/11/05	Corumbá	MS0160000
125	Bela Manhã	Faz. Bela Manhã	1.862,3636	80	Portaria nº 38	11/11/05	Taquarussú	MS0159000
126	Santa Mônica	Faz. Santa Mônica	7.960,2476	715	Portaria nº 37	07/12/05	Terenos	MS0130000
127	Angélica	Faz. Santa Rosa	1.824,0000	150	Portaria nº 36	07/12/05	Angélica	MS0201000
128	Altemir Tortelli (Estrela)	Faz. Estrela	1.489,9991	115	Portaria nº 40	27/12/05	Sidrolândia	MS0212000
129	Barra Nova	Faz. Barra Nova	3.940,4299	306	Portaria nº 41	27/12/05	Sidrolândia	MS0135000
130	Alambari	Parte da Faz. Eldorado	8.206,7000	558	Portaria nº 42	27/12/05	Sidrolândia	MS0198000
131	Aváré	Faz. Avaré	7.001,3339	419	Portaria nº 43	27/12/05	Ribas do Rio Pardo/Santa Rita do Pardo	MS0210000
132	Lagoa Azul	Faz. Lagoa Azul	1.507,0744	123	Portaria nº 44	27/12/05	Rio Brillante	MS0136000
133	Eldorado II	Parte da Faz. Eldorado	9.608,6008	786	Portaria nº 45	27/12/05	Sidrolândia	MS0197000
	<b>Sub-Total</b>		<b>67.302,5156</b>	<b>4.654</b>				
134	Serra Alegre	Faz. Serra Alegre	1.751,2575	130	Portaria nº 23	10.10.06	Bodoquena	MS0213000

5

135	Barreiro	Faz. Barreiro	3.570,7100	280	Portaria nº 25	23.10.06	Anaurilândia	MS0214000
136	Água Viva	Faz. Água Viva	3.441,2730	268	Portaria nº 30	27.11.06	Tacuru	MS0209000
137	Alcirim	Faz. Alcirim	1.530,0594	126	Portaria nº 31	07.12.06	Selvíria	MS0139000
138	Tacuru da Fronteira	Faz. São José	2.734,6779	220	Portaria nº 43	27.12.06	Tacuru	MS0215000
139	Aimoré	Faz. Aimoré	441,0775	45	Portaria nº 44	27.12.06	Glória de Dourados	MS0216000
	<b>Sub-Total</b>		<b>13.469,0553</b>	<b>1.069</b>				
140	Santa Lucia	Faz. Santa Lucia	1.322,9062	100	Portaria nº 03	09.03.07	Sidrolândia	MS0134000
141	Santo Antonio	Faz. Santo Antonio	9.527,0244	813	Portaria nº 13	17.07.07	Itaquiraí	MS0202000
142	Itaquiraí	Faz. Caburey Parte I	3.029,5851	258	Portaria nº 14	17.07.07	Itaquiraí	MS0206000
143	Caburey	Faz. Caburey Parte III	1.799,9596	163	Portaria nº 15	17.07.07	Itaquiraí	MS0208000
144	Foz do Rio Amambai	Faz. Caburey Parte II	2.394,6092	216	Portaria nº 16	17.07.07	Itaquiraí	MS0207000
145	Sucesso	Fazenda Sucesso	968,9356	90	Portaria nº 33	20.11.07	Nova Alvorada do Sul	MS0137000
146	Santa Luzia	Fazenda Santa Luzia	1.168,7425	90	Portaria nº 34	20.11.07	Nova Alvorada do Sul	MS0139000
147	Volta Redonda CUT	Fazenda Volta Redonda/Parte	1.573,2500	120	Portaria nº 35	20/11/07	Nova Alvorada do Sul	MS0140000
148	Aba da Serra	Fazendas Aba da Serra II	1.072,5000	75	Portaria nº 40	07.12.07	Ponta Porá	MS0141000
149	Areias	Fazenda Ponteio/Areias	1.600,0000	95	Portaria nº 41	07.12.07	Nioaque	MS0142000
150	Eldorado Parte	Fazenda Eldorado Parte	818,7501	68	Portaria nº 42	07.12.07	Sidrolândia	MS0147000
151	Estrela Campo Grande	Fazenda Estrela/Parte	672,0000	42	Portaria nº 43	07.12.07	Jaraguari	MS0144000
152	Estrela Jaraguari	Fazenda Estrela/Parte	2.009,0000	204	Portaria nº 44	07.12.07	Jaraguari	MS0138000
153	Piuvá V	Fazenda Piuvá	1.419,2760	109	Portaria nº 45	07.12.07	Dois Irmãos do Buriti	MS0151000
154	Cabeceira do Rio Iguatemi	Fazenda Beira Rio/Parte	1.640,1295	86	Portaria nº 56	24.12.07	Paranhos	MS0203000
155	Reassentamento Beira Rio	Fazenda Beira Rio/Parte	988,6629	45	Portaria nº 57	24.12.07	Paranhos	MS0143000
156	Volta Redonda FAF	Fazenda Volta Redonda/Parte	393,3000	30	Portaria nº 58	31.12.07	Nova Alvorada do Sul	MS0140001
157	Corguinho	Fazenda Vista Alegre	3.633,6039	220	Portaria nº 62	31.12.07	Corguinho	MS0218000
158	Jacob Carlos Franciozi	Fazenda Princesa do Sul	4.485,0000	307	Portaria nº 63	31.12.07	Japorá	MS0219000
revogado	Capão Bonito	Fazenda Capão Bonito	542,0000	38	Portaria nº 64/revogada	31.12.07	Ponta Porá	MS0220000
159	Canoas	Fazenda Canoas I e III	5.149,0000	330	Portaria nº 65	31.12.07	Selvíria	MS0221000
160	Indaí I – CUT	Fazenda Indaí I	1.605,6307	100	Portaria nº 66	31.12.07	Aquidauana	MS0222000
161	Indaí II – FAF	Fazenda Indaí II	1.605,6308	100	Portaria nº 67	31.12.07	Aquidauana	MS0223000
162	Indaí III– FETAGRI	Fazenda Indaí III	1.605,6307	100	Portaria nº 68	31.12.07	Aquidauana	MS0224000
163	Indaí IV– MST	Fazenda Indaí IV	1.605,6308	100	Portaria nº 69	31.12.07	Aquidauana	MS0225000
	<b>Sub-Total</b>		<b>52.088,7674</b>	<b>3.861</b>				
164	São Joaquim	Fazenda São Joaquim	2.641,3754	141	Portaria nº 48	15.10.08	Selvíria	MS0227000
165	Proj. de Reassentamento Pop. Rural Piaba	Fazenda Piaba	764,5820	18	Portaria nº 54	30.10.08	Três Lagoas	MS0063000
166	Proj. de Reassentamento Pop. Rural Aruanda	Fazenda Aruanda	3.857,6468	67	Portaria nº 55	30.10.08	Bataguassu	MS0018000
167	Proj. de Reassentamento Pop. Rural Pedra Bonita	Fazenda Pedra Bonita	3.344,1344	85	Portaria nº 56	30.10.08	Brasilândia	MS0064000
168	Proj. de Reassentamento Pop. Rural Santa Ana	Fazenda Santa Ana	2.894,7676	72	Portaria nº 57	30.10.08	Anaurilândia	MS0110000
169	Arapuá	Fazenda Arapuá	1.456,9601	69	Portaria nº 67	26.12.08	Três Lagoas	MS0228000
170	Torre de Pedra	Fazenda Torre de Pedra	761,8925	39	Portaria nº 68	26.12.08	Corguinho	MS0165000
171	Rancho Alegre	Fazenda Rancho Alegre	518,8077	25	Portaria nº 69	01.01.09	Corguinho	MS0164000

6

	<b>Sub-Total</b>		<b>16.240,1665</b>	<b>552</b>				
172	Liberdade Camponesa	Fazenda Três Prúvas	909,4359	50	Portaria nº 40	22.12.09	Corguinho	MS0226000
173	Magno Oliveira	Fazenda Piquenique	896,7554	65	Portaria nº 68	04.11.09	Amambai	MS0230000
174	Sete de Setembro	Fazenda Fujita	2.874,6622	174	Portaria nº 74	04/12/09	Terenos	MS0171000
	<b>Sub-Total</b>		<b>1.806,1913</b>	<b>289</b>				
	<b>Total I</b>		<b>660.890,4024</b>	<b>30.031</b>				

(1) Projeto Casulo – Área pertencente ao Poder Público Municipal.

(2) Famílias assentadas em 2003 + 2 (duas) do PA Conquista

(3) Famílias assentadas em 2004

(4) Famílias assentadas em 2005

Cons. - Projetos Consolidados

Eman. – Projetos Emancipados

PA's Extintos

- ✓ Itararé – Ato de criação revogado através da portaria nº 42, de 16/07/96
- ✓ Água Santa – Ato de criação revogado através da portaria nº , de / /97
- ✓ Zé Mano – Ato de criação revogado através da portaria nº 54, de 10/06/98
- ✓ Braúna – Ato de criação revogado através da portaria nº 10, de 21/03/02
- ✓ Laguna do Eldorado – Ato de criação revogado através da portaria nº 13, de 01/04/02
- ✓ Capão Bonito – Ato de criação revogado/Portaria nº 01/08 de 01/02/08

## II – GOVERNO DO ESTADO – IDATERRA

Ordem	Denominação do Projeto	Área (ha)	N.º de Famílias	Ato de Criação	Dia/Mês/Ano	Município de Localização	N.º Sipra
01	Padroeira do Brasil	2.500,0000	243	Dec.8539 Port.26	03/04/96 17/05/96	Nioaque	MS0036000
02	Carlos Roberto Soares de Melo	6.253,1888	226	Dec.8752 Port. 35	05/02/97 15/07/97	Sonora	MS0044000
03	São Thomé	2.870,4530	110	Dec.10120 Port. 25	14/11/01 10/11/00	Santa Rita do Pardo	MS0118000
04	São Francisco	140,0000	07	Dec.10.743 Port.19/03	23/04/02 04/06/03	Maracajú	MS0127000
05	Terra Solidária	360,0218	11	Dec. 11.369 Port. 37	12/09/03 28/11/03	Sidrolândia	MS0124000
06	Paulo Freire	1.525,3456	61	ECV 230430 Port. 08/04	15/02/00 25/03/04	Dois Irmãos do Buriti	MS0125000

7

07	Terra Solidária II	607,0000 e 4.458m²	20	Dec. 11.315 Port. Nº 28	24/07/03 19/10/04	Sidrolândia	MS0152000
08	Colônia Agroecológica Aspargo	144,3500	16	Dec. 11.610 Port. Nº 24	18/05/04 17.10.06	Jaraguari	MS0200000
	<b>Sub-Total</b>	<b>14.400,3592</b>	<b>694</b>				
	<b>Total II</b>	<b>14.400,3592</b>	<b>694</b>				

\* Projetos não reconhecidos pelo INCRA

PROJETOS DE ASSENTAMENTO/REASSENTAMENTO	QUANT.	Nº DE FAMÍLIA	ÁREA
CRIADOS PELO INCRA	174	29.849	660.890,4024
CRIADOS PELO ESTADO	08	694	14.400,3592
<b>TOTAL GERAL= Total I e Total II</b>			

Obs: Atualizado em 30/12/09/Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos/SIPRA/Maristela

8

Anexo D – Autorização Ambiental concedida em 30/07/2002 ao Assentamento Guanabara pelo Governo do Estado de MS – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo/SEMACT

30/07/2002 13:11 FROM:3186000

SEMACT/MS

PAGE:01



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE CULTURA E TURISMO/SEMACT  
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE PANTANAL-IMAP  
GERÊNCIA DE RECURSOS FLORESTAIS-GRF

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com vistoria realizada em 24/04/2002, no Assentamento Guanabara, município de Amambai/MS, fica **Autorizada a Realização de Desmatamento** das áreas das Agrovilas correspondentes aos lotes 01 a 08 e 19 a 34, perfazendo aproximadamente 2 (dois) hectares, devido a essas áreas não atingirem mananciais hídricos e preservação permanente. A supressão da vegetação verifica-se face à necessidade da construção das casas nos referidos lotes, pois os assentados/parceleiros estão residindo em condições precárias de higiene, sob barracos de lona, comprometendo a saúde das crianças e adultos. As áreas em questão serão incluídas no pedido de desmatamento global dos referidos lotes, que será feito mediante projeto técnico que cada parceleiro apresentará individualmente.

Campo Grande-MS, 30 de julho de 2002.

Osvaldo A. Riedlinger dos Santos  
Gerente de Recursos Florestais/GRF/IMA-Pantanal/MS  
Eng. Florestal CREA 22614/D

CONFERE COM O ORIGINAL

EM 30 07 2002

Gerente de Recursos Florestais/GRF/IMA-Pantanal/MS

- Assinatura -

## Anexo E – Termo de audiência da dissolução do Coletivo



Estado de Mato Grosso do Sul  
Poder Judiciário  
Amambai  
2ª Vara

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Autos nº 004.04.000773-5

Ação: Reconhecimento E Dissolução De Sociedade De Fato

Requerente: Fernando Espindola e outros

Requerido: Paulo Cesar Farias e outros

Data: 23 de agosto de 2005

Local: Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Amambai-MS.

#### PRESENCAS:

Juiz de Direito: *Thiago Nagasawa Tanaka*

Promotor de Justiça: Ricardo Rotunno

Advogada dos Autores: Ieda Mara Leite

Advogado dos Requeridos: Aquiles Paulus

Autores: Fernando Espindola, Joaquim Pinto de Oliveira, Antônio João Brito Machado

Requeridos: Paulo Cesar Faria, Ramão Salvador Moreira Maciel, Ademar Martins da Silva, Elias Dias da Silva, Francisco Carlos Felippen, José Carlos Paredes Arguelho e Pedro Artedes Batista de Souza

Aos 23 de agosto de 2005, às 16:00 horas, na sala de audiências do Forum da Comarca de Amambai/MS. Aberta audiência, proposta a conciliação entre as partes esta restou frutífera nos seguintes termos: **a)** As partes de comum acordo reconhecem a existência da sociedade de fato alegada na exordial, bem como a sua dissolução que estará sendo realizada nesta oportunidade; **b)** Quanto à partilha dos bens, as partes resolvem o seguinte:

- Os Autores ficarão com posse e propriedade plena dos seguintes semoventes e bens:
  - 1) os animais que já se encontram em sua posse por conta da liminar concedida a fls. 64/65;
  - 2) um touro reprodutor da raça girolanda à escolha dos Autores;
  - 3) um barracão de concreto com cobertura de fibro-cimento de 90m2;
  - 4) cerca convencional em 100 ha, de lascas de itaúba, com os esticadores e demais acessórios;
  - 5) cercas elétricas em 24 ha, de lascas de itaúba, com os esticadores e demais acessórios;
- Os Requeridos ficarão com os demais bens mencionados a fls. 05 dos autos que não estão incluídos no item acima;
- e) que as cercas e o barracão poderão ser utilizados pelos Requeridos até o dia 30 de setembro de 2.005, quando então poderão os Autores exercer a posse e propriedade plena sobre estes bens; **d)** que a rede de distribuição de água será usufruída em condomínio por ambas as partes, sendo que a manutenção da roda ficará com os Autores e a manutenção do ralo ficará com os Requeridos; **e)** que a dívida do custeio A-C do plantio da mandioca junto ao Banco do Brasil S/A será assumida pelos Requeridos. Em seguida, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: "**Vistos etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo celebrado entre as partes que se regerá pelas**

Mod. 59626 - Endereço: Av. Pedro Manoel, nº 327, 067 481 1763, Centro - CEP 79.990-000, Amambai-MS -  
E-mail: amb-2v@tj.ms.gov.br

*Ademar B. ...*  
*Jose Carlos P. Arguelho*  
*Amambai*  
*Francisco Carlos Felippen*  
*Elias Dias da Silva*  
*Ademar Martins da Silva*



Estado de Mato Grosso do Sul  
 Poder Judiciário  
 Amambai  
 2ª Vara

cláusulas acima estipuladas. Por conseqüência, julgo extinto o processo, com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, III do CPC. Sem custas. Dou esta por publicada em audiência e as partes por intimadas. Certifique-se o trânsito em julgado. Oportunamente archive-se". Os presentes saem intimados. Nada mais. Eu, \_\_\_\_\_, Carlos Alberto Marques Martins, Estagiário, o digitei.

*[Handwritten signature]*

Juiz de Direito

Advogada dos Autores

*[Handwritten signature]*

Advogado dos Requeridos

*[Handwritten signature]*

Autores

*[Handwritten signature]* Antônio João B. Machado.  
*[Handwritten signature]* Joaquim Leite de Oliveira

Requeridos

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]* Francisco Carlos Felippetti

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]* Adina G. da Silva  
*[Handwritten signature]* José Carlos P. Cruz



ATAS - 50 FLS  
205 X 300 MM

1

Ata de assembleia geral de constituição da Cooperativa de Agricultura familiar de Juti - Cooperfamiliar - Aos dois dias do mês de Julho do ano de 2005, às 13:00 horas, no Salão Paroquial sito na Avenida Antônio Inácio Freire s/nº - Centro, em Juti, Estado do Mato Grosso do Sul, reuniram-se com o propósito de constituírem uma sociedade cooperativa, nos termos da legislação vigente, as seguintes pessoas: 1 - FRANCISCO CARLOS FELIPPSEN, brasileiro, natural de Fátima do Sul - MS, data de nascimento, 09 de junho de 1959, casado sob o regime de comunhão Universal de Bens, agricultor, CI. RG: 648730 SSP/MS, CPF (MF) 148.501.251-15, residente e domiciliado no lote 40 PA Sebastião Rosa da Paz - CEP 79950-000 - Amambai - MS, que nesta subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 2 - Cláudia Gonçalves dos Santos Amarel, brasileira, natural de Turmalina - MG, data de nascimento, 30 de março de 1960, casada sob o regime de comunhão parcial de Bens, agricultora, CI. RG: 386.291 SSP/MS, CPF (MF) 994.061.871-31, residente e domiciliado no assentamento Guaranabara, lote 13 - CEP 79950-000 - Amambai - MS, que nesta data subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 3 - Jádriel André de Lima, brasileiro, natural de Solgueiro - PE, data de nascimento, 23 de junho de 1948, casado sob o regime de comunhão de Bens, agricultor, CI. RG: 11.131.771 SSP/SP, CPF (MF) 519.336.408-04, residente e domiciliado à Rua Sérgio Manoel, nº 565 - CEP 79955-000 - Juti - MS, que nesta data subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 4 - Maria das Graças França dos Santos, brasileira, natural de Araçatuba - SP, data de nascimento, 20 de janeiro de 1960, casada sob regime de comunhão parcial de Bens, agricultora, CI. RG: 11.97265 SSP/MS, CPF (MF) 095.507.008-28, residente e domiciliado no Assentamento PA Guaranabara - CEP 79950-000 - Amambai - MS, que nesta data subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 5 - WAGNER JOSÉ DA ROSA, brasileiro, natural de Ooressp - MS, data do nas-

cimento, 10 de janeiro de 1983, solteiro, agricultor, CI.RG: 1068632 SSP/MS, CPF(MF) 909143091-53, residente e domiciliado no PA (Projeto de Assentamento) Te. Adriano Vain de Vem - CEP 79955-000 - Juti-MS, que nesta data subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 6 - MARIA ELIENE DE SOUZA FÁBIA, brasileira, natural de Jaguapitã - PR, data de nascimento, 19 de novembro de 1963, casada sob o regime de comunhão parcial de Bens, agricultora, CI.RG: 1192620 SSP/MS, CPF(MF) 763.818.621-43, residente e domiciliada no Lote 48 - Assentamento Sebastião Rosa da Paz - CEP 79950-000 - Amambai-MS, que nesta data subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 7 - Aparecido Dorci, brasileiro, natural de Moriloz - PR, data de nascimento, 28 de novembro de 1967, casado sob o regime de comunhão parcial de Bens, agricultor CI.RG: 1012902 SSP/MS, CPF(MF) 368.574.671-53, residente e domiciliado no Lote 41 - Assentamento Guanhobras - CEP 79990-000 - Amambai-MS, que nesta data subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 8 - Zenóbio VALÉRIO ASSUMPTÃO, brasileiro, natural de Dourados - MS, data de nascimento, 02 de julho de 1957, casado sob o regime de comunhão Universal de Bens, agricultor, CI.RG: 142.632 SSP/MS, CPF(MF) 285.391.921-87, residente e domiciliado no Assentamento Sebastião Rosa da Paz - CEP 79950-000 - Amambai-MS, que nesta data subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 9 - Dominga da Silva, brasileira, etnia CAIUA, natural de Juti-MS, data de nascimento, 15 de dezembro de 1968, amasiada, agricultora, RG 004.360 FNI/mj/MS, CPF(MF) 915.337.951-49, residente e domiciliada na Aldeia indígena JORARA, CASA Nº 44 - CEP 79955-000 - Juti-MS, que nesta data subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 10 - MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA, brasileira, natural de Lageado - PR, data do nascimento, 08 de novembro de 1965, casada sob o regime de comunhão parcial de Bens, agricultora, CI.RG 475.786 SSP/

MS, CPF(MF) 456.885.081 - 91, residente e domiciliada A RUA TIRADENTES, nº 216 - CEP 79955-000 - Juti - MS, que nesta data subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 11 - CARMEM ANGELA VERISSIMO CRISTOVÃO, brasileira, natural de Pedra Branca - CE, data de nascimento, 21 de Setembro de 1967, solteira, agricultora, CI.RG: 764.168 SSP/MS, CPF(MF) 006.356.991 - 41, residente e domiciliada no Projeto de Assentamento Pe. Abílio ANO VAN DE VEM, Lote 14 do grupo Nº 01 - CEP 79955-000 - Juti - MS, que nesta data subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 12 - ZORAIDE BRANDÃO DA SILVA, brasileira, natural de Amambai - MS, data do nascimento 25 de novembro de 1948, casada sob o regime de Comunhão Universal de Bens, agricultora, CI.RG 141.326 SSP/MT, CPF(MF) 408.150.721-04, residente e domiciliada no assentamento Alto Pizapo, s/n, lote 34 - CEP 79955-000 - Juti - MS, que nesta data subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 13 - Rogério Dias da Silva, brasileiro, natural de Limera - SP, data do nascimento, 02 de dezembro de 1979, solteiro, agricultor, CI.RG: 1193320 SSP/MS, CPF(MF) 910.641.631 - 49, residente e domiciliado à Avenida Sérgio Inimaciel s/n - CEP 79955-000 - Juti - MS, que nesta data subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 14 - Alice Araujo do Nascimento, brasileira, natural de Nazimbuá - SP, data do nascimento, 04 de março de 1952, casada sob o regime de comunhão Universal de Bens, agricultora, CI.RG: 230.086 SSP/MS, CPF(MF) 600.631.221-20, residente e domiciliada à Rua Pedro Álvares Cabral, nº 200 - CEP 79.955-000 - Juti - MS, que nesta data subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 15 - Leila Cristini e Selini DORGE, brasileira, natural de Mondaguari - PR, data do nascimento, 21 de fevereiro de 1970, casada sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, agricultora CI.RG: 1012003 SSP/MS, CPF(MF) 543.0503.011-09 residente e domiciliada no assentamento Quanaá, lote 41, - CEP 79950-000 - Amambai - MS, que nesta data subscreve

VE 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 16 - Angelina Barbosa Silva, brasileira, natural de Monte Sião - MG, data do nascimento, 25 de julho de 1956, casada sob o regime de Comunhão Universal de Bens, agricultora, CI. RG: 1269524 SSP/MS, CPF(MF) 888.057.601-10, residente e domiciliada no P.A. (Projeto de Assentamento) Pe. Adriano Van de Vem, no lote nº 49, do grupo nº 03 - CEP 79955-000 - Juti - MS, que nesta data subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 17 - Paulo César Faria, brasileiro, natural de Sete Quedas - MS, data do nascimento, 12 de março de 1974, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, agricultor, CI. RG: 1403.022 SSP/MS, CPF(MF) 692.268.811-20, residente e domiciliado no lote 48 - Assentamento Alto Pirapo - CEP 79955-000 - Juti - MS, que nesta data subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 18 - Joel de Lima Araújo, brasileiro, natural de Itaporã - MS, data do nascimento, 12 de novembro de 1960, solteiro, agricultor, CI. RG: 458.350 SSP/MS, CPF(MF) 345.348.901-25, residente e domiciliado no P.A. (Projeto de Assentamento) Pe. Adriano Van de Vem, no lote nº 14, do grupo nº 1 - CEP 79955-000 - Juti - MS, que nesta data subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 19 - Carlos José de Barros, brasileiro, natural de Vicentina - MS, data do nascimento, 07 de novembro de 1971, casado sob o regime de comunhão Universal de Bens, agricultor, CI. RG: 722052 SSP/MS, CPF(MF) 618.618.731-43, residente e domiciliado à Avenida Sérgio Masciel, nº 565, - CEP 79955-000 - Juti - MS, que nesta data subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). 20 - Geraldina Assumpção, brasileira, natural de Juti - MS, data do nascimento, 28 de maio de 1965, casada sob o regime de comunhão Universal de Bens, agricultora, CI. RG: 880.433 SSP/MS, CPF(MF) 760.996.951-68, residente e domiciliada no P.A. Sebastião Rosa da Paz - CEP 79930-000 - Amambai - MS, que nesta data subscreve 1 (uma) quota-parte do Capital Social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) 21 - Ivete

25 ROSA de Lima, brasileira, natural de Adolfo-SP, data do nascimento, 28  
 01 de dezembro de 1952, casada sob o regime de comunhão universal  
 de bens, agricultora, CI. RG: 17.956.362 SSP/SP, CPF (MF) 256.  
 : 567.498-86, residente e domiciliada à Rua Sérgio Muciel, 565  
 Lj - CEP-79955-000 - Juli - MS, que nesta data subscreve 1 (uma)  
 01 de quota-parte do Capital social no valor de R\$ 300,00 (tre-  
 02 de zentas reais). Foi aclamado para coordenar os trabalhos o Senhor  
 03 Wagner José da Rosa, que convidou a mim Maria das Graças Fran-  
 04 ça dos Santos, para LER a presente ATA, tendo participado  
 05 o ainda da MESA AS seguintes pessoas: Senhores, Paulo César Faria,  
 06 3. Irmã Luinda Moretti, Francisco Carlos Felippson e Luiz Carlos  
 07 no Denevelli. Assumindo os, digo, a direção dos trabalhos, o coordenador  
 08 solicitou fosse lido, explicitado e debatido o projeto de estatuto da  
 09 sociedade, anteriormente elaborado, o que foi feito artigo por arti-  
 10 na-go. Colocado em votação foi aprovado pelo voto dos cooperantes fun-  
 11 do, dados, cujos nomes estão devidamente consignados nesta ATA, pas-  
 12 18. sendo a ser parte integrante da mesma. A seguir, o Senhor coor-  
 13 de nador determinou que se procedesse à eleição dos membros dos  
 14 01-órgãos sociais, conforme dispõe o estatuto recém-aprovado. Proce-  
 15 02- a dita a votação, foram eleitos para comporem o Conselho de Admi-  
 16 03- nistração, os seguintes cooperantes: Diretor Presidente: Francisco  
 17 04- Carlos Felippson, Diretora Vice Presidente: Clarice Gonçalves  
 18 05- Irmã dos Santos Amoral, Diretor Tesoureiro: Jádriel André de Lima,  
 19 06- Diretora secretária: Maria das Graças França dos Santos, Direto-  
 20 07- res Jovens: Wagner José da Rosa e Maria Eliane de Souza  
 21 08- Faria. Para membros do Conselho Fiscal as Senhoras cooperantes,  
 22 09- Aparecido Dorcel, Zenóbio Valério de Assunção e Domingas da  
 23 10- Silva, para seus suplentes, os cooperantes Maria de Fátima Oliveira  
 24 11- da Ra, Carmem Ângela Veríssimo Cristóvão e Zoraida Brandão da  
 25 12- Silva, todos já devidamente qualificados nesta Ata. Prosseguindo,  
 26 13- todos foram empossados nos seus cargos declarando sob as penas  
 27 14- da Lei não estarem incurso, ou condenados em algum delito, ne-  
 28 15- e nenhum dos crimes previstos em Lei, que os impeçam de exercer

atividade mercantil. O Presidente do Conselho de Administração, assumindo a direção dos trabalhos, nesta condição, agradeceu a colaboração de todos os companheiros e declarou definitivamente constituída, desta data para o futuro, a Cooperativa de Agricultura Familiar de Juti - COOPERFAMILIAR - com sede em Juti, à Avenida Sérgio Inácio s/nº - CEP 79.955-000, Estado de Mato Grosso do Sul que tem como objetivo o estatuído no artigo 2º e incisos do Estatuto Social a seguir transcritos "Art. 2º - A Cooperativa objetiva congregar agricultores familiares de sua área de ação, para prestação de serviços aos mesmos e realizar seus interesses econômicos através da economia de escala, através das seguintes atividades: I - receber, transportar, classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar e comercializar, nos mercados internos e externos, a produção de seus cooperantes, registrando-se nas marcas se for o caso; II - adquirir e repassar aos cooperantes, bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades; III - prestar assistência tecnológica ao quadro social, em estreita colaboração com os órgãos públicos atuantes no setor; IV - fazer, quando possível, adiantamento em dinheiro sobre o valor dos produtos recebidos dos cooperantes ou que ainda estejam em fase de produção; V - obter recursos para financiamento de custos de lavouras e investimentos dos cooperantes; VI - promover com recursos próprios ou convênios, a capacitação cooperativista e profissional do quadro social, funcional, técnico, executivo e diretivo da cooperativa; VII - prestar outros serviços relacionados com a atividade econômica da cooperativa". O Senhor Diretor Presidente, concluiu o plenário a prestar singela homenagem a Irmã Lucinda Moretti uma das idealizadoras da cooperativa que hoje pôde colher os frutos de seu dedicado trabalho, para quem pediu uma salva de palmas, o que foi feito de pé pelos presentes. Franqueando a palavra, como ninguém dela fizesse uso e assim como nada mais houvesse a ser tratado, o Senhor Presidente da sociedade deu por encerrados os trabalhos.

- Unos e eu, MARIA DAS GRAÇAS FRANÇA DOS SANTOS que serui de SECRETARIA, LAUREI A presente Ata que, lida e achada conforme, contém AS ASSINATURAS de todos os COOPERANTES FUNDADORES, como prova a livre vontade de cada um de ORGANIZAR A COOPERATIVA.

Juti (MS) 02 de Julho de 2005

- MARIA das Graças França dos Santos  
Diretora Secretária
- Mário das Graças França dos Santos <sup>dos Santos</sup> ~~dos Santos~~ <sup>Wagner</sup> ~~Wagner~~  
Francisco Carlos Felippsen  
Diretor Presidente
- Wagner José da Rosa  
WAGNER JOSÉ DA ROSA
- Francisco Carlos Felippsen  
Clarice Gonçalves dos Santos Amoral  
GLARICE Gonçalves dos Santos Amoral
- Aparecido Dorice  
Aparecido Dorice
- Jadriel André de Lima ~~de Lima~~  
Jadriel André de Lima
- Maria Eliane de Souza Faria  
MARIA ELIANE DE SOUZA FARIA
- Dominga da Silva  
Dominga da Silva
- Zenóbio Valério ASSUMPTIO  
ZENÓBIO VALÉRIO DE ASSUMPTIO
- Maria de Fátima Oliveira  
Márcia de Fátima Oliveira
- Zenilde Brandão da Silva  
ZENILDE BRANDÃO DA SILVA
- Carmem Angela Veríssimo Cristóvão  
CARMEM ANGELO VERÍSSIMO CRISTÓVÃO
- ROGERIO DIAS DA SILVA  
ROGERIO DIAS DA SILVA
- Geralcina Assumpção  
GERALCINA ASSUMPTIO

Carlos José de Barros  
CARLOS JOSÉ DE BARROS

Leila Cristina Selin Dorce  
LEILA CRISTINA SELIN DORCE

Alice Araújo do Nascimento  
ALICE ARAÚJO DO NASCIMENTO

Angelina B Dillen  
ANGELINA BARBOSA DA SILVA

Joel Lima de Araújo  
JOEL DE LIMA ARAÚJO

~~Paulo César Faria~~  
PAULO CÉSAR FÁRIA

Ivete Ross de Lima  
IVETE ROSS DE LIMA

## Anexo G - Estatuto Social da COOPERFAMILIAR

Estatuto social da COOPERFAMILIAR – Cooperativa de agricultura Familiar de Juti, aprovado em Assembléia de Constituição, realizada em ...

### **CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO, ÁREA DE AÇÃO E ANO SOCIAL.**

Art. 1º - A COOPERFAMILIAR - COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR DE JUTI rege-se pelo presente Estatuto e pela Lei Federal nº 5.764/71, Lei Estadual nº 2.830/04 e demais disposições legais vigentes, tendo:

I – Sede administrativa em Juti/MS na BR-163 s/n – CEP xx.xxx-xxx, foro jurídico na Comarca de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul;

II – Área de ação, para fins de admissão de cooperantes, abrangendo os municípios de Juti (sede), Caarapó e Amambai no Estado de Mato Grosso do Sul;

III - Prazo de duração indeterminado e ano social compreendido no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

### **CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS**

Art. 2º - A cooperativa objetiva congregar agricultores familiares de sua área de ação, para prestação de serviços aos mesmos e realizar seus interesses econômicos através da economia de escala, através das seguintes atividades:

I-receber, transportar, classificar, padronizar, armazenar beneficiar, industrializar e comercializar, nos mercados interno e externo, a produção de seus cooperantes, registrando suas marcas se for o caso;

II - adquirir e repassar aos cooperantes, bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades;

III-prestar assistência tecnológica ao quadro social, em estreita colaboração com órgãos públicos atuantes no setor;

IV-fazer, quando possível, adiantamento em dinheiro sobre o valor dos produtos recebidos dos cooperantes ou que ainda estejam em fase de produção;

V -obter recursos para financiamento de custeio de lavouras e investimentos dos cooperantes;

VI-promover com recursos próprios ou convênios, a capacitação cooperativista e profissional do quadro social, funcional, técnico, executivo e diretivo da cooperativa;

VII-prestar outros serviços relacionados com a atividade econômica da cooperativa.

§ 1º - A cooperativa poderá participar de empresas não cooperativas para desenvolver atividades complementares de interesse do quadro social.

§ 2º - A cooperativa poderá, quando houver capacidade ociosa, operar com terceiros até o limite de 30% (trinta por cento), ou 100% (cem por cento) do maior montante das transações realizadas nos 3 (três) últimos exercícios.

§ 3º - A cooperativa poderá filiar-se a outras cooperativas congêneres, quando for do interesse do quadro social

§ 4º - A cooperativa realizará suas atividades sem discriminação política, religiosa, racial e social.

§ 5º - É obrigatória a filiação da cooperativa à OCB/MS.

### **CAPITULO III DOS COOPERANTES**

Art. 3º - Poderão associar-se à cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, agricultores familiares que se dediquem à atividade objeto da entidade por conta própria, em imóvel de sua propriedade ou ocupado por processo legítimo, dentro da área de ação da cooperativa, podendo dispor livremente de si e de seus bens, sem prejudicar os interesses e objetivos da cooperativa, nem colidir com os mesmos.

Parágrafo único - O número de cooperantes não terá limite quanto ao máximo, mas não poderá ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

Art. 4º - Para associar-se, o interessado preencherá a Ficha de Matrícula, com a assinatura dele e do diretor presidente da cooperativa, bem como a declaração de próprio punho, que optou livremente por associar-se, assinando-a juntamente com duas testemunhas, conforme normas constantes do Regimento Interno da Cooperativa.

§ 1º - Caso o interessado seja membro de outra cooperativa, deverá apresentar carta de referências por ela expedida;

§ 2º - O interessado deverá freqüentar, com aproveitamento, um curso básico de cooperativismo, que será ministrado pela cooperativa ou outra entidade;

§ 3º - Concluído o curso, o Conselho de Administração analisará a proposta de admissão e, se for o caso, a deferirá, devendo então o interessado subscrever quotas-partes do capital, nos termos deste estatuto, e assinar o livro de matrícula.

§ 4º - A subscrição das quotas-partes do Capital Social e a assinatura na ficha de matrícula complementam a sua admissão na cooperativa.

Art. 5º - Cumprido o que dispõe o art. 4º, e §§, o cooperante adquire todos os direitos e assume todos os deveres decorrentes da lei, deste estatuto, do código de ética, e das deliberações tomadas pela cooperativa.

Art. 6º - São direitos do cooperante:

I - participar das Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados;

II - propor ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal ou às Assembléias Gerais medidas de interesse da cooperativa;

III - solicitar o desligamento da cooperativa quando lhe convier;

IV - solicitar informações sobre seus débitos e créditos;

V - solicitar informações sobre as atividades da cooperativa e, a partir da data de publicação do edital de convocação da Assembléia Geral Ordinária, consultar os livros e peças do Balanço Geral, que devem estar à disposição do cooperante na

§ 1º - A fim de serem apreciadas pela Assembléia Geral, as propostas dos cooperantes, referidas no inciso II deste artigo, deverão ser apresentadas ao Conselho de Administração com a antecedência mínima de um mês e constar do respectivo edital de convocação.

§ 2º - As propostas subscritas por, pelo menos 10 (dez) cooperantes, serão obrigatoriamente levadas pelo Conselho de Administração à Assembléia Geral e, não o sendo, poderão ser apresentadas diretamente pelos cooperantes proponentes.

Art. 7º - São deveres do cooperante:

I -subscriver e integralizar as quotas-partes do capital nos termos deste estatuto e contribuir com as taxas de serviço e encargos operacionais que forem estabelecidos;

II -cumprir com as disposições da lei, do estatuto e do código de ética, bem como respeitar as resoluções tomadas pelo Conselho de Administração e as deliberações das Assembléias Gerais;

III - satisfazer pontualmente seus compromissos com a cooperativa, dentre os quais o de participar ativamente da sua vida societária e empresarial.

IV - realizar com a cooperativa as operações econômicas que constituam sua finalidade;

V - prestar à cooperativa informação relacionada com as atividades que lhe facultaram se associar;

VI - cobrir as perdas do exercício, quando houver, proporcionalmente às operações que realizou com a cooperativa, se o fundo de Reserva Legal não for suficiente para cobri-las;

VII - prestar à cooperativa esclarecimentos sobre as suas atividades;

VIII - levar ao conhecimento do Conselho de Ética ou ao Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal a existência de qualquer irregularidade que atente contra a lei, o estatuto e do código de ética;

IX - zelar pelo patrimônio material e moral da cooperativa.

Art. 8º - O cooperante responde subsidiariamente pelos compromissos da cooperativa até o valor do capital por ele subscrito e o montante das perdas que lhe couber.

Art. 9º - As obrigações dos cooperantes desligados, eliminados ou excluídos, contraídas com a cooperativa, e as oriundas de sua responsabilidade como cooperante em face de terceiros, somente poderão ser exigidas na forma do art 14 e seu § 1º.

Parágrafo único – As obrigações do cooperado falecido, contratadas com a cooperativa e oriundas de sua responsabilidade em face de terceiros, passam aos herdeiros, até o limite da herança, prescrevendo, porém, após 1 (um) ano do dia da abertura da sucessão.

**a) DESLIGAMENTO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO**

Art. 10 – O desligamento do cooperante dar-se-á a seu pedido, formalmente dirigido ao Conselho de Administração da cooperativa, e não poderá ser negado.

Art. 11 - A eliminação do cooperante, que será realizada em virtude de infração de lei, do código de ética ou deste estatuto, será feita pelo Conselho de Administração, após duas advertências por escrito ou conforme Regimento Interno do Conselho de Ética da cooperativa.

§ 1º - O Conselho de Administração poderá excluir o cooperante que:

- a) Mantenha qualquer atividade que conflite com os objetivos sociais da cooperativa;
- b) Deixar de cumprir as obrigações por ele contratadas na cooperativa;
- c) Deixar de realizar, com a cooperativa, as operações que constituem seu objetivo social.

§ 2º - Cópia autêntica da decisão será remetida ao cooperante, por processo que comprove as datas da remessa e do recebimento.

§ 3º - O cooperante poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação, interpor recurso, que terá efeito suspensivo até a primeira Assembléia Geral, caso o Regimento do Conselho de Ética não definir outros procedimentos.

Art. 12 - A exclusão do cooperante será feita:

I - por dissolução da pessoa jurídica;

II - por morte da pessoa física;

III - por incapacidade civil não suprida;

IV - por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na cooperativa.

Art. 13 - O ato de exclusão do cooperante, nos termos do inciso IV do artigo anterior serão efetivados por decisão do Conselho de Administração, mediante termo firmado pelo diretor Presidente no documento de matrícula, com os motivos que o determinaram e remessa de comunicação ao interessado, no prazo de 30 (trinta) dias, por processo que comprove as datas de remessa e recebimento.

Art. 14 - Em qualquer caso de desligamento, eliminação ou exclusão, o cooperante só terá direito à restituição do capital que integralizou, devidamente corrigido, das sobras e de outros créditos que lhe tiverem sido registrados, não lhe cabendo nenhum outro direito.

§ 1º - A restituição de que trata este artigo somente poderá ser exigida depois de aprovado, pela Assembléia Geral, o Balanço do exercício em que o cooperante tenha sido desligado da cooperativa.

§ 2º - O Conselho de Administração da cooperativa poderá determinar que a restituição desse capital seja feita em até 10 (dez) parcelas, a partir do exercício financeiro que se seguir ao em que se deu o desligamento.

§ 3º - No caso de morte do cooperante, a restituição de que trata o parágrafo anterior será efetuada aos herdeiros legais em uma só parcela, mediante a apresentação do respectivo formal de partilha ou alvará judicial.

§ 4º - Ocorrendo desligamentos, eliminações ou exclusões de cooperantes em número tal que as restituições das importâncias referidas neste artigo possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da cooperativa, esta poderá restituí-las mediante critérios que resguardem a sua continuidade.

§ 5º - Quando a devolução do capital ocorrer de forma parcelada deverá manter o mesmo valor de compra a partir da Assembléia Geral Ordinária que aprovar o Balanço.

§ 6º - No caso de readmissão do cooperante, o mesmo integralizará à vista e atualizado o capital correspondente ao valor atualizado na cooperativa por ocasião do seu desligamento.

Art. 15 - Os atos de desligamento, eliminação ou exclusão acarretam o vencimento e pronta exigibilidade das dívidas do cooperante na cooperativa, sobre cuja liquidação caberá ao Conselho de Administração decidir.

Art. 16 - Os direitos e deveres de cooperantes eliminados ou excluídos perduram até a data da Assembléia Geral que aprovar o balanço de contas do exercício em que ocorreu o desligamento.

#### **b) DA ORGANIZAÇÃO DO QUADRO SOCIAL**

Art. 17 - O Conselho de Administração da cooperativa definirá, através do Regimento Interno, aprovado em Assembléia Geral, a forma de organização do seu quadro social.

Art. 18 - Os representantes do quadro social junto à administração da cooperativa terão, entre outras, as seguintes funções:

I - servir de elo de ligação entre a administração e o quadro social;

II - explicar aos cooperantes o funcionamento da cooperativa;

III - esclarecer aos cooperantes sobre seus deveres e direitos junto à cooperativa.

#### **CAPÍTULO IV DO CAPITAL**

Art. 19 - O capital da cooperativa, representado por quotas partes, não terá limite quanto ao máximo e variará conforme o número de quotas-partes subscritas, mas não poderá ser inferior a R\$ 6.000,00

§ 1º - O capital é subdividido em quotas-partes no valor de R\$300,00 (trezentos reais) cada uma.

§ 2º - A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperantes, não podendo ser negociado de modo algum, nem dada em garantia, e sua subscrição, integralização, transferência ou restituição será sempre escriturada na ficha de matrícula.

§ 3º - A transferência de quotas-partes entre cooperantes, total ou parcial, será escriturada na ficha de matrícula mediante termo que conterà as assinaturas do cedente, do cessionário e do Diretor Presidente da cooperativa.

§ 4º - O cooperante deve integralizar as quotas-partes à vista, de uma só vez, ou subscrevê-las em prestações periódicas, independentemente de chamada, ou por meio de contribuições.

§ 5º - Para efeito de integralização de quotas-partes ou de aumento do capital social, poderá a cooperativa receber bens, avaliados previamente e após homologação da Assembléia Geral.

§ 6º - Para efeito de admissão de novos cooperantes ou novas subscrições, a Assembléia Geral atualizará anualmente, com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos cooperantes presentes com direito a voto, o valor da quota-parte, consoante proposição do Conselho de Administração, respeitados os índices de desvalorização da moeda publicados por entidade oficial do Governo.

§ 7º - Nos ajustes periódicos de contas com os cooperantes, a cooperativa pode incluir parcelas destinadas à integralização de quotas-partes do capital.

§ 8º - A cooperativa distribuirá juros de até 12% (doze por cento) ao ano, que são contados sobre a parte integralizada do capital, se houver sobras.

Art. 20 - O número de quotas-partes do capital social a ser subscrito pelo cooperante, por ocasião de sua admissão, será variável de acordo com sua produção comprometida na cooperativa, não podendo ser inferior a 1 (uma) quota-parte ou superior a 1/3 (um terço) do total subscrito.

§ 1º - O critério de proporcionalidade entre a produção e a subscrição de quotas-partes, referido neste artigo, bem como as formas e os prazos para sua integralização, serão estabelecidos pela Assembléia Geral, com base em proposição do Conselho de Administração que, entre outros, considere:

- a) os planos de expansão da cooperativa;
- b) as características dos serviços a serem implantados;
- c) a necessidade de capital para imobilização e giro.

§ 2º - Eventuais alterações na capacidade de produção do cooperante, posteriores à sua admissão, obrigarão ao reajuste de sua subscrição, respeitada os limites estabelecidos no caput deste artigo.

**CAPITULO V –  
DA ASSEMBLÉIA GERAL  
a) DEFINIÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Art. 21 - A Assembléia Geral dos Cooperantes, Ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da cooperativa, cabendo-lhe tomar toda e qualquer decisão de interesse da entidade. Suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 22 - A Assembléia Geral será habitualmente convocada e dirigida pelo Presidente.

§ 1º - Poderá também ser convocada pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves e urgentes ou, ainda, após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos cooperantes em pleno gozo de seus direitos sociais.

§ 2º - Não poderá votar na Assembléia Geral o cooperante que:

- a) tenha sido admitido após a convocação; ou
- b) infringir qualquer disposição do Artigo. 7º deste estatuto.

Art. 23 - Em qualquer das hipóteses, referidas no artigo anterior, as Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, com o horário definido para as três convocações, sendo de uma hora o intervalo entre elas.

Art. 24 - O quorum para instalação da Assembléia Geral é o seguinte:

I - 2/3 (dois terços) do número de cooperantes em condições de votar, em primeira convocação;

II - metade mais um dos cooperantes, em segunda convocação;

III - mínimo de 10 (dez) cooperantes, em terceira convocação.

§ 1º - Para efeito de verificação do quorum de que trata este artigo, o número de cooperantes presentes, em cada convocação, será contado por suas assinaturas, seguidas do respectivo número de matrícula, apostas no Livro de Presença.

§ 2º - Constatada a existência de quorum no horário estabelecido no edital de convocação, o Presidente instalará a Assembléia e, tendo encerrado o Livro de Presença mediante termo que contenha a declaração do número de cooperantes presentes, da hora do encerramento e da convocação correspondente, fará transcrever estes dados para a respectiva ata.

Art. 25 - Não havendo quorum para instalação da Assembléia Geral, será feita nova convocação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo único - Se ainda assim não houver quorum para a sua instalação, será admitida a intenção de dissolver a cooperativa, fato que deverá ser comunicado à OCB/MS.

Art. 26 - Dos editais de convocação das assembléias gerais deverão constar:

I - a denominação da cooperativa e o número de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, seguidas da expressão: Convocação da Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, conforme o caso;

II - o dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o local da sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será o da sede social;

III - a seqüência ordinal das convocações;

IV - a Ordem do Dia dos trabalhos, com as devidas especificações;

V - o número de cooperantes existentes na data de sua expedição para efeito do cálculo do quorum de instalação;

VI - data e assinatura do responsável pela convocação.

§ 1º - No caso da convocação ser feita por cooperantes, o edital será assinado, no mínimo, por 5 (cinco) signatários do documento que a solicitou.

§ 2º - Os editais de convocação serão afixados em locais visíveis das dependências geralmente freqüentadas pelos cooperantes, publicados em jornal de circulação local ou regional, ou através de outros meios de comunicação.

Art. 27 - É da competência das Assembléias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias a destituição dos membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.

Parágrafo único - Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da cooperativa, poderá a Assembléia Geral designar administradores e conselheiros fiscais provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se realizará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 28 - Os trabalhos das Assembléias Gerais serão dirigidos pelo Diretor Presidente, auxiliado pelo Diretor Secretário, sendo também convidados os ocupantes de cargos sociais a participar da mesa.

§ 1º - Na ausência do Diretor Secretário e de seu substituto, o Diretor Presidente convidará outro cooperante para, como secretário "ad hoc" secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva ata;

§ 2º - Quando a Assembléia Geral não tiver sido convocada pelo Diretor Presidente, os trabalhos serão dirigidos por um cooperante, escolhido na ocasião, e secretariado por outro, convidado por aquele, compondo a mesa dos trabalhos os principais interessados na sua convocação.

Art. 29 - Os ocupantes de cargos sociais, como quaisquer outros cooperantes, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram direta ou indiretamente, entre os quais os de prestação de contas, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

Art. 30.- Nas Assembléias Gerais em que forem discutidos os balanços das contas, o Diretor Presidente da cooperativa, logo após a leitura do Relatório do Conselho de Administração, as peças contábeis e o parecer do Conselho Fiscal, solicitará ao plenário que indique um cooperante para coordenar os debates e a votação da matéria.

§ 1º - Transmitida a direção dos trabalhos, o Diretor Presidente e demais conselheiros de administração e fiscal, deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da Assembléia Geral para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§ 2º - O coordenador indicado escolherá, entre os cooperantes, um Secretário "ad hoc" para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na ata pelo

Art. 31 - As deliberações das Assembléias Gerais somente poderão versar sobre assuntos constantes do edital de convocação e os que com eles tiverem imediata relação.

§ 1º - Os assuntos que não constarem expressamente do edital de convocação e os que não satisfizerem as limitações deste artigo, somente poderão ser discutidos depois de esgotada a Ordem do Dia, sendo que sua votação, se a matéria for considerada objeto de decisão, será obrigatoriamente assunto para nova Assembléia Geral.

§ 2º - Para a votação de qualquer assunto na assembléia deve-se averiguar os votos a favor, depois os votos contra e por fim as abstenções. Caso o número de abstenções seja superior a 50% dos presentes, o assunto deve ser mais bem esclarecido antes de submetê-lo à nova votação ou ser retirado da pauta, quando não é do interesse do quadro social.

Art. 32 - O que ocorrer na Assembléia Geral deverá constar de ata circunstanciada, lavrada no livro próprio, aprovado e assinada ao final dos trabalhos pelos administradores e fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) cooperantes designados pela Assembléia Geral.

Art. 33 - As deliberações nas Assembléias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos cooperantes presentes com direito de votar, tendo cada cooperante direito a 1 (um) só voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

§ 1º - Em regra, a votação será a descoberto, mas a Assembléia Geral poderá optar pelo voto secreto.

§ 2º - Caso o voto seja a descoberto, deve-se averiguar os votos a favor, os votos contra e as abstenções.

Art. 34 - Prescreve em 4 (quatro) anos a ação para anular as deliberações da Assembléia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação de lei ou do estatuto, contado o prazo da data em que a Assembléia Geral tiver sido realizada.

#### **b) REUNIÕES PREPARATÓRIAS (Pré-Assembléias)**

Art. 35 - Antecedendo a realização das Assembléias Gerais, a cooperativa fará reuniões preparatórias de esclarecimento, nos núcleos de cooperantes, de todos os assuntos a serem votados.

Parágrafo único - As reuniões preparatórias não têm poder decisório.

Art. 36 - As reuniões preparatórias serão convocadas pelo Conselho de Administração, com antecedência mínima de cinco dias, através de ampla divulgação, informando as datas e os locais de sua realização.

Art. 37 - Deverá constar na Ordem do Dia do edital de convocação da assembléia um item específico para a apresentação do resultado das reuniões preparatórias.

### c) ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 38 - A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da Ordem do Dia:

I - resultado das pré-assembléias (reuniões preparatórias);

II - prestação de contas dos Órgãos de Administração, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

1. Relatório da Gestão;
2. Balanço Geral;
3. Demonstrativo das sobras apuradas, ou das perdas, e Parecer do Conselho Fiscal;
4. Plano de atividade da cooperativa para o exercício seguinte.

III - destinação das sobras apuradas ou o rateio das perdas, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios;

IV - criação de novos conselhos, como o Conselho de Ética, definindo-lhes as funções para melhorar o funcionamento da cooperativa;

V - eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de outros conselhos, quando for o caso;

VI - fixação dos honorários, gratificações e da cédula de presença para os componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

VII - quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 41 deste estatuto.

§ 1º - Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos incisos II e VI deste artigo.

§ 2º - A aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração não desonera seus componentes da responsabilidade por erro, dolo, fraude ou simulação, bem como por infração da lei ou deste estatuto.

### d) ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 39 - A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário, podendo deliberar sobre qualquer assunto de interesse da cooperativa, desde que mencionado no edital de convocação.

Art. 40 - É da competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

I - reforma do estatuto;

II - fusão, incorporação ou desmembramento;

- III - mudança de objetivo da sociedade;
- IV - dissolução voluntária e nomeação de liquidantes;
- V - contas do liquidante.

Parágrafo único - São necessários votos de 2/3 (dois terços) dos cooperantes presentes para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

#### **e) PROCESSO ELEITORAL**

Art. 41 - Sempre que for prevista a ocorrência de eleições em Assembléia Geral, o Conselho Fiscal, com a antecedência, pelo menos, idêntica ao respectivo prazo da convocação, criará um Comitê Especial composto de três membros, todos não candidatos a cargos eletivos na cooperativa, para coordenar os trabalhos em geral, relativos à eleição dos membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e de Ética.

Art. 42 - No exercício de suas funções, compete ao comitê especialmente:

I - certificar-se dos prazos de vencimentos dos mandatos dos conselheiros em exercício e do número de vagas existentes;

II - divulgar entre os cooperantes, através de circulares e/ou outros meios adequados, o número e a natureza das vagas a preencher;

III - solicitar aos candidatos a cargo eletivo que apresentem certidão negativa em matéria cível e criminal e de protestos dos cartórios das Comarcas em que tenham residido nos últimos cinco anos, bem como certidão do registro de imóveis que possuam;

IV - registrar os nomes dos candidatos, pela ordem de inscrição, verificando se estão no gozo de seus direitos sociais e se foi observado o disposto no § 3º do art. 4º deste estatuto;

V - verificar, por ocasião da inscrição, se existem candidatos sujeitos às incompatibilidades previstas no parágrafo único do artigos 46 e no parágrafo 1º do artigo 58 deste estatuto, fazendo com que assinem declaração negativa a respeito;

VI - organizar fichas contendo o currículo dos candidatos, das quais constem, além da individualização e dados profissionais, as suas experiências e práticas cooperativistas, sua atuação e tempo de cooperante na cooperativa e outros elementos que os distingam;

VII - divulgar o nome e currículo de cada candidato, inclusive tempo em que está associado à cooperativa, para conhecimento dos cooperantes;

VIII - realizar consultas e promover entendimentos para a composição de chapas ou unificação de candidaturas, se for o caso

IX - estudar as impugnações, prévia ou posteriormente formuladas por cooperantes no gozo de seus direitos sociais, bem como as denúncias de irregularidades nas eleições, encaminhando suas conclusões ao Conselho de Administração, para que

§ 1º - O Comitê fixará prazo para a inscrição de candidatos de modo que possam ser conhecidos e divulgados os nomes 5 (cinco) dias antes da data da Assembléia Geral que vai proceder às eleições.

§ 2º - Não se apresentando candidatos ou sendo o seu número insuficiente, caberá ao Comitê proceder à seleção entre interessados que atendam às condições exigidas e que concordem com as normas e formalidades aqui previstas.

Art. 44 - O Presidente da Assembléia Geral suspenderá o trabalho desta para que o Coordenador do Comitê dirija o processo das eleições e a proclamação dos eleitos.

§ 1º - O transcurso das eleições e os nomes dos eleitos constarão da ata da Assembléia Geral.

§ 2º - Os eleitos para suprirem vacância nos Conselhos de Administração ou Fiscal exercerão os cargos somente até o final do mandato dos respectivos antecessores.

§ 3º - A posse ocorrerá sempre na Assembléia Geral em que se realizarem as eleições, depois de encerrada a Ordem do Dia.

Art. 44 - Não se efetivando nas épocas devidas a eleição de sucessores, por motivo de força maior, os prazos dos mandatos dos administradores e fiscais em exercício consideram-se automaticamente prorrogados pelo tempo necessário até que se efetive a sucessão, nunca além de 90 (noventa) dias.

Art. 45 - São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

## **CAPITULO VI**

### **DA ADMINISTRAÇÃO**

#### **a) CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Art. 46 - O Conselho de Administração é o órgão superior na hierarquia administrativa, sendo de sua competência privativa e exclusiva a responsabilidade pela decisão sobre todo e qualquer assunto de ordem econômica ou social, de interesse da cooperativa ou de seus cooperantes, nos termos da lei, deste estatuto e de recomendações da Assembléia Geral.

Art. 47 - O Conselho de Administração será composto por cinco membros, todos cooperantes no gozo de seus direitos sociais, eleitos pela Assembléia Geral para um mandado de três anos, sendo obrigatória, ao término de cada mandato, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus componentes.

Parágrafo único - Não podem fazer parte do Conselho de Administração, além dos inelegíveis enumerados nos casos referidos no artigo 45 deste estatuto, os parentes entre si até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, nem os que tenham exercido, nos últimos seis meses, cargo público eletivo.

Art. 48 – Para a eleição dos membros do Conselho de Administração, deverão ser registradas chapas completas, onde constarão os nomes daqueles que exercerão as funções de Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor Secretário e Diretor Financeiro e um Diretor Vogal, cujos poderes e atribuições se definem, neste Estatuto a partir do art. 51 e se complementam no Regimento Interno da Cooperativa, aprovado pela Assembléia Geral.

§ 1º - Nos impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias de um dos diretores, o Conselho de Administração indicará o substituto escolhido entre os seus membros.

§ 2º - Se o número de membros do Conselho de Administração ficar reduzido a menos da metade de seus membros deverá ser convocada Assembléia Geral para o preenchimento das vagas.

Art. 49 - O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

I - reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Diretor Presidente, da maioria do próprio Conselho, ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;

II - delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas pela maioria simples de votos dos presentes, reservado ao Diretor Presidente o voto de desempate;

III - as deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas lavradas em livro próprio, lido, aprovado e assinadas no fim dos trabalhos pelos membros do Conselho presentes.

Parágrafo único - Perderá automaticamente o cargo o membro do Conselho de Administração que, sem justificativa, faltar a três reuniões ordinárias consecutivas ou a seis reuniões durante o ano.

Art. 50 - Cabem ao Conselho de Administração, dentro dos limites da lei e deste estatuto, as seguintes atribuições:

I - propor à Assembléia Geral as políticas e metas para orientação geral das atividades da cooperativa, apresentando programas de trabalho e orçamento, além de sugerir as medidas a serem tomadas;

II - avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;

III - estimar previamente a rentabilidade das operações e serviços, bem como a sua viabilidade;

IV - estabelecer as normas para funcionamento da cooperativa;

V - elaborar, juntamente com lideranças do quadro social, Regimento Interno para a organização do quadro social;

VI - estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições de lei, deste estatuto, ou das regras de relacionamento com a entidade que venham a ser estabelecidas;

VII - deliberar sobre a admissão, desligamento, eliminação e exclusão de cooperantes e suas implicações, bem como sobre a aplicação ou elevação de multas;

VIII - deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral e estabelecer sua Ordem do Dia, considerando as propostas dos cooperantes nos termos dos parágrafos 1º e 2º do art. 6º;

IX - estabelecer a estrutura operacional da administração executiva dos negócios, criando cargos e atribuindo funções, e fixando normas para a admissão e demissão dos empregados;

X - fixar as normas disciplinares;

XI - julgar os recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares;

XII - avaliar a conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulam dinheiro ou valores da cooperativa;

XIII - fixar as despesas de administração em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para a sua cobertura;

XIV - contratar, quando se fizer necessário, um serviço independente de auditoria, conforme disposto no artigo 112, da Lei nº 5.764, de 16.12.1971;

XV - indicar banco ou bancos nos quais serão feitos negócios e depósitos de numerário, e fixar limite máximo que poderá ser mantido na caixa da cooperativa;

XVI - estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando mensalmente, no mínimo, o estado econômico-financeiro da cooperativa e o desenvolvimento das operações e serviços, através de balancetes e demonstrativos específicos;

XVII - adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, com expressa autorização da Assembléia Geral;

XVIII - contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;

XIX - fixar anualmente taxas destinadas a cobrir depreciação ou desgaste dos valores que compõem o ativo permanente da entidade;

XX - zelar pelo cumprimento da legislação do Cooperativismo e outras aplicáveis, bem como pelo atendimento da legislação trabalhista perante seus empregados, e fiscal.

§ 1º - O Diretor Presidente providenciará para que os demais membros do Conselho de Administração recebam, com a antecedência mínima de 3 (três) dias, cópias dos balancetes e demonstrativos, planos e projetos e outros documentos sobre os quais tenham que pronunciar-se, sendo-lhes facultado, ainda anteriormente à reunião correspondente, inquirir empregados ou cooperantes, pesquisar documentos, a fim de dirimir as dúvidas eventualmente existentes.

§ 2º - O Conselho de Administração solicitará, sempre que julgar conveniente, o assessoramento de quaisquer funcionários graduados para auxiliá-lo no

esclarecimento dos assuntos a decidir, podendo determinar que qualquer deles apresente, previamente, projetos sobre questões específicas.

§ 3º - As normas estabelecidas pelo Conselho de Administração serão baixadas em forma de Resoluções, Regulamentos ou Instruções que, em seu conjunto, constituirão o Regimento Interno da cooperativa.

Art. 51 - Ao Diretor Presidente competem, entre outros, definidos em Regimento Interno, os seguintes poderes e atribuições:

I - dirigir e supervisionar todas as atividades da cooperativa;

II - baixar os atos de execução das decisões do Conselho de Administração;

III - assinar, juntamente com outro Diretor ou outro Conselheiro designado pelo Conselho de Administração, cheques, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;

IV - convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, bem como as Assembléias Gerais dos cooperantes;

V - apresentar à assembléia Geral Ordinária:

1. Relatório da Gestão;

2. Balanço Geral

3. Demonstrativo das Sobras apuradas ou das Perdas verificadas no exercício e o Parecer do Conselho Fiscal.

VI - representar ativa e passivamente a cooperativa, em juízo e fora dele;

VII - representar os cooperantes, como solidário com os financiamentos efetuados por intermédio da cooperativa, realizados nas limitações da lei e deste estatuto;

VIII - elaborar o plano anual de atividades da cooperativa;

IX - verificar periodicamente o saldo de caixa;

X - acompanhar, juntamente com a Administração Financeira, as finanças da Cooperativa.

Art. 52 - Ao Diretor Vice-Presidente compete interessar-se permanentemente pelo trabalho do Diretor Presidente, substituindo-o em seus impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias;

Art. 53 - Compete ao Diretor Secretário, entre outras, definidas em regimento interno, as seguintes atribuições:

I - secretariar os trabalhos e orientar a lavratura das atas das reuniões do Conselho de Administração e da Assembléia Geral, responsabilizando-se pela guarda de livros, documentos e arquivos pertinentes;

II - assinar, juntamente com o Presidente, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações, bem como, na ausência do Diretor Tesoureiro, cheques bancários.

Art. 54 - Compete ao Diretor Tesoureiro, entre outras, definidas em regimento interno, as seguintes atribuições:

I - Cuidar das finanças da cooperativa, responsabilizando-se pela guarda de valores, de documentos constitutivos de valores, depositando-os em Bancos determinados pelo Conselho de Administração.

II - Administrar a contabilidade da cooperativa, seus caixas e demais atividades relacionadas a valores numerários.

III - Assinar juntamente com o Diretor Presidente, cheques bancários, e na ausência do Diretor Secretário, documentos constitutivos de obrigações.

§ 1º - Os administradores, eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da cooperativa, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de desídia e omissão ou se agirem com culpa, dolo ou má fé.

§ 2º - A cooperativa responderá pelos atos a que se referem este artigo, se o houver ratificado ou deles logrado proveito.

§ 3º - Os que participarem de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade, podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§ 4º - O membro do Conselho de Administração que, em qualquer momento referente a essa operação, tiver interesse oposto ao da cooperativa, não poderá participar das deliberações relacionadas com essa operação, cumprindo-lhe declarar seu impedimento.

§ 5º - Os componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou outros, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

§ 6º - Sem prejuízo da ação que possa caber a qualquer cooperante, a cooperativa, por seus dirigentes, ou representada por cooperantes escolhidos em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover a sua responsabilidade.

Art. 55 - Poderá o Conselho de Administração criar comitês especiais, transitórios ou não, para estudar, planejar e coordenar a solução de questões específicas, relativas ao funcionamento da cooperativa.

### **c) ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA**

Art. 56 - As funções da Administração Executiva dos negócios sociais poderão ser exercidas por técnicos contratados, segundo a estrutura que for estabelecida pelo Conselho de Administração.

## **CAPITULO VI. DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

### **a) DO CONSELHO FISCAL**

**ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR  
DE JUTI - COOPERFAMILIAR**

**ATA Nº**

Aos Trinta e um dias do mês de Outubro do ano de dois mil e nove, teve início a Assembléia da Cooperativa de Agricultura Familiar de Juti - Cooperfamiliar, no Salão Paroquial localizado na Avenida Antonio Inácio Freira, s/n – Centro – Juti – MS, foi feita a primeira chamada, com números suficiente de cooperados iniciou a leitura do Edital de Convocação que constava a pauta, em seguida passou ao momento de espiritualidade e mística, sendo feita uma leitura Bíblica da Carta aos Romanos, Capítulo 12, versículos de 3 a 8 e 14 a 21, em seguida foi aberta à palavra para que os presentes pudessem falar, depois aplicada uma dinâmica para provocar os cooperados a iniciar uma avaliação da gestão que estava encerrando: o Sr. **Carlos** disse “que não avançou muito, foi criada um expectativa em relação ao barracão, pensamos alto, como quase nada aconteceu houve um certo desanimo, ficamos esperando um pelo outro, devíamos ter nos ajudado mais”, já a Senhora **Clarice** disse: “não crescemos nas questões materiais e financeiras, mas por outro lado conseguimos formar um circulo de pessoas que se respeitam e neste período aprendemos com os nossos erros, amadurecemos, mesmo nas coisas negativas, devemos continuar o trabalho, pois a luta até agora foi árdua”. O Sr. Jadiel disse: “não tínhamos conhecimento sobre cooperativismo, agora sabemos como inicia uma cooperativa, é com pequenos passos, algumas coisas deram certos outras não, temos que ter um ponto definido, ganhamos um terreno, mas, não tínhamos dinheiro, faltou garra do grupo para fazer o ponto de partida, neste caso no nosso local, a sede”. O Sr. **Cido** disse “devemos respeitar a organização, a hierarquia da cooperativa, e também ter um objetivo definido, ainda sobre os cursos e os verdadeiros

objetivos e pergunto em que os cursos mudaram?”. O Sr. **José Antonio** disse: “a gente conseguiu o CNPJ e paramos, apesar de várias reuniões não conseguimos avançar como no exemplo do doce, precisa ter um ponto de venda, faltou empenho do grupo descansamos, portanto temos que mudar isso”. O Sr. **Wagner** disse: “lembramos das nossas conquistas, do veículo, do terreno, perdemos o barracão, o dinheiro foi devolvido, mas temos outros avanços com as feiras, temos estes saldos positivos, a participação em eventos, mandamos um projeto para Pnud, aconteceu o curso de cooperativismo, houve omissões em determinados momentos, mas temos que ter claro que nós somos as lideranças da cooperativa, ou seja nem tudo foi negativo e nem tudo foi positivo, temos vontade mais às vezes falta disponibilidade, temos que saber qual é o meu papel na cooperativa, precisamos demais gente e dar o próximo passo”. A Senhora **Leila** disse: “a nossa cooperativa é a única do território da Grande Dourados, por isso que também teremos uma cooperativa de crédito”. A Senhora **Eliane** disse: “nós temos que aperfeiçoar em tudo, temos que lutar dentro do nosso território, sobre o apoio de políticos temos que ter cautela”. A Ir. **Lucinda** disse que a participação fora de Juti em nome da Cooperativa, dentro do Território da Grande Dourados e nas promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, abre oportunidade de projetos em nome da Cooperativa, citou o exemplo da Associação de Mulheres de Itaporã que conseguiu um despoldadeira de frutas que inclusive embala ao mesmo tempo, temos boas perspectivas para o futuro, vamos fazer a 6ª feira, podemos fazer projetos e conversar com o Dr. Celso do MDA. Após esta avaliação os trabalhos da Assembléia foram interrompidos para o almoço, ao reiniciar os trabalhos passou-se a discutir as prioridades e as metas para a cooperativa que ao final ficaram definidas as seguintes metas para a próxima gestão: ter a sede própria da cooperativa para os fins administrativos e de comercialização; providenciar a DAP da cooperativa; organizar a produção dos cooperados; fazer frente para que seja instituído no município o Serviço de Inspeção Sanitária - SIM; construir um abatedouro podendo ser pelo prove; ampliar a produção de urucum; ingresso de novos cooperados; organizar a compra coletiva para os

cooperados; contratar um contador para cooperativa; criar a cooperativa de créditos local; revisão do atual estatuto; cooperados terminar de pagar as cotas partes. Em seguida o Sr. Jadiel apresentou o relatório financeiro do período que foi aprovado por unanimidade. Passou então a última pauta que foi a eleição dos conselhos administrativo e fiscal. Iniciou-se o processo de **eleição e posse**, sendo eleitos primeiramente os membros do Conselho Administrativo, sendo os mesmos eleitos por aclamação, composta pelos seguintes cooperados com seus respectivos cargos: Diretora Presidenta: **Leila Cristini selini Dorce.**, portadora do RG 1012903 SSP/MS e do CPF 543.503.011-00, moradora no Lote 41 – Assentamento Guanabara – Amambaí – MS; Diretora Vice-presidenta: **Maria das Graças França dos Santos**, portadora do CPF 095.507.008-28 e do RG 1.197.265 SSP/MS, moradora no Assentamento Guanabara – Amambaí – MS; Diretor social – **Wagner José da Rosa**, portador do RG 1068632 SSP/MS e do CPF 909.143.091-53, morador no lote 17 do Assentamento Pe. Adriano Van de Vem, Juti MS; Diretora Financeira – **Maria Eliane de Souza Faria**, portadora do RG 1.192.620 SSP/MS e do CPF 763.818.621-49, Moradora no Lote 48 – Assentamento Guanabara – Amambaí – MS; Primeira Vogal – **Zoraide Brandão da Silva**, portadora do RG 141.326 SSP/MT e do CPF 408.150.721-04, moradora na Lote 34 – Assentamento Salto Pirapo – Juty - MS; Segundo Vogal, **Francisco Carlos Felippsen**, portador do RG 648.730 SSP/MS e do CPF 148.501.251-15, morador no Lote 40 – Assentamento Sebastião Rosa Da Paz – Amambaí – MS. Ficaram eleitos os membros do Conselho Fiscal sendo composto: por **Jadiel André de Lima**, portador do RG 11.191.771 SSP/SP e do CPF 519.336.408-04, morador na Rua Sergio Maciel, 565 – Centro – Juti – MS, **José Antônio da Silva**, portador do RG \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_, **Clarice Gonçalves dos Santos**, portadora do RG 386.291 SSP/MS e do CPF 994.061.871-91, moradora lote 13 – Assentamento Guanabara – Amambaí – MS; Suplentes – **Milton de Sena de Oliveira**, portador do RG 840.72931 SSP/PR e do CPF 390.552.301-97, morador no lote 43 – Assentamento Pe. Adriano Van de Vem – Juti – MS; **Dominga da Silva**, portador do RG 004.360 FNI/MJ/MS, e do CPF 915.327.951-49, moradora na casa 44 –

Aldeia Indígena Jarará – Juti – MS; Adolfo....., portador do RG----- e do CPF-----  
Morador no Assentamento Guanabara – Amambaí – MS. Acompanhou os trabalhos da  
Assembleia o Dr. **Vanilton Camacho da Costa**, portador do RG 262.690 SSP/MS e do CPF  
421.694.961-49, morador a Rua Itamarati, 584, Jardim Água Boa, Dourados/MS. Ao final a  
Assembleia deu posse aos Conselhos Administrativo, para o período de três anos (de  
outubro de 2009 a outubro de 2012), sendo agendado a primeira reunião da nova diretoria  
para o dia 10 de Novembro de 2009, e para o Conselho fiscal de 01 (um) ano a contar da  
data desta Assembleia. Eu, Wagner Jose da Rosa, Diretor Social (Secretário), lavrei a  
presente ata, que após aprovada será assinada pelos presentes.

**Wagner Jose da Rosa**

**Diretor Social**

**Leila Cristini Selini Dorce**

**Diretora Presidenta**

**Vanilton Camacho da Costa**

**Advogado – OAB/MS -7496.**

Eu, Wagner José da Rosa, Secretário, Certifico que esta é uma copia fiel extraída do Livro  
de Atas da Cooperfamiliar, Ata de nº. .... (...), folhas ... (...), .... (...), ....).

Juti/ MS, 31 de Outubro de 2009

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 27 de agosto de 2010.

---

Mirian Jaqueline Toledo Sena Severo